



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD CIENCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
COMO FORMA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO ENSINO
FUNDAMENTAL II NA ESCOLA NÚCLEO DOIS DE JULHO NO
DISTRITO DE RIACHO DOS PAES SENTO-SÉ/BA**

Elvis Castro Reis

Asunción, Paraguay

2018

Elvis Castro Reis

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
COMO FORMA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO ENSINO
FUNDAMENTAL II NA ESCOLA NÚCLEO DOIS DE JULHO NO
DISTRITO DE RIACHO DOS PAES SENTO-SÉ/ BA**

Tese apresentada, defendida e aprovada para curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Autônoma de Assunção como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Clara Roseane da S.A. Mont'Alverne

Asunción, Paraguay

2018

Reis, E.C. 2018. A importância do ensino de educação ambiental como forma de transformação social no ensino fundamental II na escola núcleo dois de julho no distrito de Riacho dos Paes Sento-Sé. Elvis Castro Reis.
Asunción, Paraguay, p.2018

Tutor: Prof. Dra. Clara Roseane da Silva Azevedo Mont'Alverne.

Dissertação acadêmica em Mestrado em Ciências da Educação – UAA, 2018.

Elvis Castro Reis

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
COMO FORMA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO ENSINO
FUNDAMENTAL II NA ESCOLA NÚCLEO DOIS DE JULHO NO
DISTRITO DE RIACHO DOS PAES SENTO-SÉ/BA**

Tese apresentada, defendida e aprovada para curso de
Maestria em Educação da Faculdade de Ciências Humanas e
da Comunicação da Universidade Autônoma de Assunção
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Educação, no dia _____ de _____ de 2018 perante
banca examinadora conformada por:

Aprovada pelo COMITÊ EXAMINADOR em Asunción – Paraguai, em de 2018.

A todos os professores da escola Núcleo Dois de Julho, que mesmo diante de tantos intempéries que permeiam sua caminhada pedagógica e profissional mantêm viva a sua crença ao desenvolverem uma educação pública de qualidade e socioambiental.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao meu Deus por ter me capacitado e estado ao meu lado, ajudando a ultrapassar todos os obstáculos. Ao meu pai, embora distante buscou me incentivar da melhor maneira possível, espelho e modelo a ser seguido, exemplo de seriedade, honestidade. A minha saudosa mãe, amiga inseparável, companheira de tantos momentos difíceis, sempre a disposição para ajudar no que for preciso. Em especial a minha esposa Lidiane pelo incentivo e compreender a importância do que é buscar a realização de um sonho. Ao amigo Charles que tanto se preocupou com o andamento das questões jurídicas atribuídas no curso. A meus irmãos que tanto se preocuparam com minhas viagens. As minhas parceiras de curso Helisandra, Nádia, Glice Meire, e também os amigos Admarcio e Adilson estiveram ao meu lado e contribuíram nesse trabalho com suas ideias e sugestões. A todos os professores da U.A.A. pelos ensinamentos e orientações no decorrer do curso, em especial a minha tutora prof. Dr. Clara Azevedo pela paciência e cuidado com que orientou minha tese. Aos professores, gestores, que participaram generosamente da pesquisa, contribuindo com suas opiniões e vivências, permitindo assim, a realização desse trabalho.

“Sonhamos com um mundo ainda por vir, (...) com o cuidado assumido como o “ethos” fundamental do humano e com compaixão imprescindível para com todos os seres da criação” promover a escola das diferenças”

(Boff)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	XI
LISTA DE GRAFICOS.....	XIII
LISTA DE ABREVIATURAS.....	XIV
LISTA DE FIGURA.....	XVII
RESUMEN.....	XVIII
RESUMO.....	XIX
SUMMARY.....	XX
INTRODUÇÃO.....	1
Justificativa da Investigação.....	1
Problemática da Pesquisa.....	7
Objetivos da Investigação.....	9
Desenho Geral da Investigação.....	9
1. MARCO DE REFERENCIA.....	18
1. HISTÓICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	18
1.1. Marcos Internacionais da Educação Ambiental.....	26
1.1.2. Principais Políticas Públicas para EA no Brasil desde os anos 80.....	27
1.1.3. A Inserção da Educação Ambiental nas Instituições Educacionais.....	37
1.1.4. A PNEA e a Propagação das Práticas de Educação Ambiental no Brasil.....	38
1.2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CURRÍCULO.....	40
1.2.1. O que são os PCN's e Educação Ambiental?.....	41
1.2.2. Os Objetivos Fundamentais dos PCN's Sobre um Olhar Transversal.....	43
1.2.3. Transversalização da Educação Ambiental.....	44
1.2.4. A Educação Ambiental no Ensino Formal.....	45
1.2.5. Educação Ambiental Não Formal.....	47
1.2.6. Educação Ambiental na Gestão das Águas.....	49
1.2.7. Educação Ambiental no Saneamento Ambiental.....	49
1.2.8. Educação Ambiental na Gestão das Unidades de Conservação.....	50
1.2.9. Educação Ambiental na Gestão Municipal.....	50
1.2.10. Educação Ambiental para o Licenciamento.....	51
1.3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A INTERDISCIPLINARIDADE.....	51
1.3.1. Multidisciplinaridade e Transdisciplinaridade.....	54
1.3.2. Educação Ambiental em uma Perspectiva de Formação Cidadã.....	56

1.3.3. Educação Ambiental como Pressuposto para a Formação Escolar Humana.	59
1.4. PEGADA ECOLÓGICA.....	65
1.4.1. Os Humanos, Responsabilidade Reversível?.....	68
1.4.2. Educação Ambiental e a Sustentabilidade.....	69
1.4.3. A escola e os Educadores Ambientais.....	74
1.4.4. Educação Ambiental como Compromisso Social.....	81
2. MARCO METODOLÓGICO.....	83
2.1. JUSTIFICATIVA DA INVESTIGAÇÃO.....	83
2.2. DESENHO METODOLÓGICO.....	87
2.3. CONTEXTO ESPACIAL E SOCIO-ECONÔMICO DA PESQUISA.....	91
2.4. DESENHO TIPO E ENFOQUE DA PESQUISA.....	105
2.5. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	109
2.6. POPULAÇÃO PARTICIPANTE.....	112
2.7. TÉCNICAS E INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS.....	114
2.7.1. Técnica de Observação estruturada/sistemática.....	115
2.7.2. Guia de entrevista.....	116
2.7.3. Entrevista.....	117
2.8. PROCEDIMENTO PARA A COLETA DE DADOS.....	118
2.9. TÉCNICAS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	120
2.9.1. Revisar o material.....	122
2.9.2. Estabelecer um plano de trabalho inicial.....	122
2.9.3. Codificar os dados em um primeiro nível ou plano.....	123
2.9.4. Codificar os dados em um segundo nível ou plano.....	124
2.9.5. Interpretar os dados.....	124
2.9.6. Descrever contexto(s).....	124
2.9.7. Assegurar a confiabilidade e validade dos resultados.....	125
2.9.8. Responder, corrigir e voltar ao campo.....	125
3. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	126
3.1. DESCREVER O CONHECIMENTO DOS PROFESSORES JUNTO À EA.....	127
3.2. VERIFICAR COMO OCORRE A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO PROFESSOR FRENTE À EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	136
3.3. AVALIAR A FREQUÊNCIA E O MODO DE COMO ESTÁ SENDO UTILIZADO O EIXO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL II.....	141

3.4. COMPREENDER COMO AS PRÁTICAS PEDAGOGICA UTILIZANDO A EA INFLUENCIAM NO O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DOS ALUNOS OS TORNANDO SUJEITOS MAIS AUTONOMOS E RESPONSÁVEIS AMBIENTALMENTE	153
CONCLUSÃO.....	162
RECOMENDAÇÕES.....	175
REFERÊNCIAS.....	177
ANEXOS.....	183
ANEXO 1.1. Decreto de Criação da Escola Núcleo Dois de Julho.....	184
ANEXO 1.2. Decreto de Renomeação da Escola Núcleo Dois de Julho.....	185
ANEXO 1.3. Diário Oficial, Publicação de Criação da Escola Núcleo Dois de Julho.....	186
APÊNDICES.....	187
APÊNDICE 1 - CARTA ENVIADA À DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO, LOCOS DA PESQUISA.....	188
APÊNDICE 2 - LISTA DOS NOMES DOS GESTORES ADMINISTRATIVOS E PEDAGÓGICO.....	190
APÊNDICE 3 - LISTA DOS NOMES DOS PROFESSORES.....	191
APÊNDICE 4 – GUIA DE ENTREVISTA DE GESTORES ADMINISTRATIVOS E PEDAGOGICO.....	192
APÊNDICE 5 – GUIA DE ENTREVISTA DOS PROFESSORES.....	197
APÊNDICE 6 – RELATÓRIO DA ABSERVAÇÃO ESTRUTURADA.....	201

LISTA DE TABELAS

TABELA Nº 1: IDEB DA ESCOLA NÚCLEO DOIS DE JULHO.....	102
TABELA Nº 2: IDEB DA ESCOLA NÚCLEO DOIS DE JULHO.....	103
TABELA Nº 3: MATRÍCULA DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II A NÍVEL NACIONAL.....	103
TABELA Nº 4: ALUNOS MATRICULADOS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS TRÊS INSTANCIAS: MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL.....	104
TABELA Nº 5: NÚMERO DE ESCOLAS, MATÍCULAS EM GERAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL II NO MUNICÍPIO DE SENTO SÉ/BA NO ANO DE 2017.....	104
TABELA Nº 6: TAMANHO DA POPULAÇÃO.....	114
TABELA Nº 7: GRAU DE CONHECIMENTO DOS GESTORES FRENTE AO CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	139
TABELA Nº 8: NÍVEL DE FAMILIARIDADE DOS DOCENTES COM RELAÇÃO AO USO DE TEMÁTICAS DA EA NA VISÃO DOS GESTORES.....	131
TABELA Nº 9: GRAU DE CONHECIMENTO DOS GESTORES FRENTE A EA.....	131
TABELA Nº 10: OS PROFESSORES QUANTO AO CONHECER DAS LEIS QUE REGULAMENTAM A EA A NÍVEL FEDERAL LEI.9.795/99 E ESTADUAL 12.056/11.....	132
TABELA Nº 11: OFERTA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA NA ÁREA DA EA.....	136
TABELA Nº 12: REPRESENTAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO.....	137
TABELA Nº 13: FAIXA ETÁRIA DOS PROFESSORES.....	137
TABELA Nº 14: USO DAS TEMÁTICAS AMBIENTAIS PELOS PROFESSORES....	139
TABELA Nº 15: GESTORES QUE SUGEREM INTERAÇÃO PROFESSORES E GESTORES, POR MEIO DAS TENÁTICAS AMBIENTAIS.....	142
TABELA Nº16: PROMOÇÃO POR PARTE DOS GESTORES DE ATIVIDADES E TEMÁTICAS AMBIENTAIS QUE VENHAM A CONTEMPLAR ALUNOS PROFESSORES E TODA A COMUNIDADE PELA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....	144

TABELA Nº 17: SE HÁ APLICAÇÃO POR PARTE DOS PROFESSORES DE ATIVIDADES VOLTADAS PARA A EA, QUE VENHAM A PROMOVER UMA MAIOR COLETIVIDADE EM UMA PERSPECTIVA DE CONVIVENCIA MAIUS HARMONIOSA SERES HUMANOS E MEIO AMBIENTE.....	146
TABELA Nº 18: INTEGRAÇÃO E INTERAÇÃO ENTRE OS PROFESSORES NOS PLANEJAMENTOS PEDAGOGICOS EM UMA PERSPECTIVAS DE QUE A ESCOLA SE DESENVOLVA EM MEIO EDUCACIONAL VOLTADO PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....	148
TABELA Nº 19: SE GESTORES CONSEGUEM ARTICULAR TEÓTIA E PRÁTICA EM MEIO AOS PROFESSORES E SE CONSEGUEM NORTEAR O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SUJEITO ÉTICO, CRITICO PARTICIPATIVO RESPONSÁVEL PELO O QUE FAZ EM RELAÇÃO AO AMBIENTE EM QUE VIVE?.....	151
TABELA Nº 20: QUANTO AO DESENVOLVIMENTO DE CALENDÁRIO DE AÇÕES PEDAGOGICAS VOLTADAS PARA TEMÁTICAS AMBIENTAIS.....	159

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO Nº 1: OFERTA DE ATIVIDADE DE CARÁTER GRUPAL POR DOCENTES.....	140
GRÁFICO Nº 2: REPRESENTAÇÃO QUANTO À CONTEMPLAÇÃO DA EA INTERDISCIPLINARMENTE PELOS PROFESSORES.....	157
GRÁFICO Nº 3: OFERTA DE ENSINO EM UMA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO DO SUJEITO INTEGRAL E EMANCIPADO.....	158
GRÁFICO Nº 4: PROMOÇÃO DE ATIVIDADES EXTRA – CLASSE DE CARÁTER GRUPAL.....	160

LISTA DE ABREVIATURAS

- IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
a.C – Antes de Cristo
ONU – Organização das Nações Unidas
APA – Área de Proteção Ambiental
PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais
EA – Educação Ambiental
PNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
MEC – Ministério da Educação
CETESB – Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
SEMA – Secretaria de Meio Ambiente
AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologia
NEAS – Núcleos de Educação Ambiental
GT – Grupo de Trabalho
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MTC – Ministério da Ciência e Tecnologia
MINC – Ministério da Cultura
PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
UINC – União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental
SINAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CEA's – Centros de Educação Ambiental
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente
SUDHEVEA – Superintendência da Borracha
SUDEPE – Superintendência da Pesca
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MC – Ministério da Cultura
CTTEA – Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental
PPA – Plano Pluri Anual
CNE – Conselho Nacional de Educação
SIBEA – Sistema Brasileiro de Informação Sobre a Educação Ambiental
BB – Banco do Brasil
DEA – Diretoria de Educação Ambiental
REBEA – Rede Brasileira de Educação Ambiental
REPEA – Rede Paulista de Educação Ambiental
REASul – Rede de Educação Ambiental da Região Sul
Rede Agupé – Rede Pantanal de Educação Ambiental
RAEA – Rede Acreana de Educação Ambiental
CGEA – Coordenação Geral de Educação Ambiental
SECAD – Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade
RUPEA – Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental
ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
INEP – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
EJA – Educação de Jovens e Adultos
CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CTEM – Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos
DCN's – Diretrizes Curriculares Nacionais
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
PEEA – Política Estadual de Educação Ambiental
PEA – Programa de Educação Ambiental
ECO – 92 – Conferencia das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
ONG's – Organizações Não Governamentais
A/C – Atividade Complementar
Art – Artigo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
Pe – Padre
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

SME – Secretaria Municipal de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

PEE – Plano Estadual de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

SEC – Secretaria de Educação

LISTA DE FIGURAS

FIGURA Nº 1: ESQUEMA DO DESENHO METODOLÓGICO.....	87
FIGURA Nº 2: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO BRASIL.....	91
FIGURA Nº 3: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO ESTADO DA BAHIA.....	92
FIGURA Nº 4: SENTO SÉ ANTIGA CIDADE.....	93
FIGURA Nº 5: POPULAÇÃO DE SENTO SÉ EM PROCESSO DE DESOCUPAÇÃO.....	94
FIGURA Nº 6: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE SENTO SÉ.....	95
FIGURA Nº 7: IMAGEM ÁERIA DA CIDADE DE SENTO SÉ.....	96
FIGURA Nº 8: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO DE RIACHO DOS PAES.....	99
FIGURA Nº 9: ESQUEMA DO DESENHO TIPO ENFOQUE DA PESQUISA.....	105
FIGURA Nº 10: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ESCOLA.....	109
FIGURA Nº 11: FOTO DA FACHADA DA ESCOLA.....	109
FIGURA Nº 12: FOTO DO PÁTIO DA ESCOLA NÚCLEO DOIS DE JULHO.....	110
FIGURA Nº 13: ESQUEMA DA ANÁLISE DE INTERPRETAÇÃO DOS DADOS....	120
FIGURA Nº 14: ÚNICO ESPAÇO POSSÍVEL PARA IMPLANTAÇÃO DE ALGUMA AÇÃO DENTRO DA ESCOLA.....	204

RESUMEN

La presente tesis analiza el uso de la Educación Ambiental - EA y sus influencias en la práctica pedagógica de la enseñanza primaria II de la Escuela Núcleo Dois de Julho en el Distrito de Riacho dos Paes en el Municipio de Sento Sé/Ba, dado que la enseñanza primaria II es la continuación de la enseñanza infantil desde 6 a 9 años y, es la puerta de ingreso de esos jóvenes a la enseñanza secundaria. Sin embargo, no se puede negar el contacto directo con los diversos lenguajes e interacciones que el eje de la EA les posibilita vivenciar e interactuar. Luego, el profesor en su práctica pedagógica, consciente de la importancia del uso del eje de la EA en forma más activa y, buscando una mejor calidad en la educación, en la convivencia más respetosa y armoniosa con los seres humanos y la naturaleza, deben usar con mayor frecuencia temáticas del eje de la EA. El objetivo central de esa investigación es Analizar las prácticas de los profesores en el desarrollo de la enseñanza de la EA en la escuela Núcleo Dois de Julho en el Distrito de Riacho dos Paes Sento Sé/Bahía, a través de la percepción de los actores escolares. A fin de alcanzar ese objetivo, se trazaron los objetivos específicos, que son: Describir el conocimiento de los profesores junto a la EA; Verificar cómo ocurre la formación inicial y continuada del profesor frente a la EA; Evaluar la frecuencia y el modo cómo se está utilizando el eje de la EA en la enseñanza primaria II; Comprender cómo las prácticas pedagógicas, utilizando la EA, influyen en el proceso enseñanza aprendizaje de los alumnos, haciéndolos sujetos más autónomos y responsables. Se adoptó en la presente investigación el tipo descriptivo, con dibujo no experimental transversal, siguiendo el enfoque cualitativo no probabilístico. Se utilizó en la recolección de datos, la observación estructurada de los materiales y de la práctica pedagógica adoptada en la escuela y los guías de entrevista compuesto por cuestiones semicerradas y entrevista no estructurada. Teniendo como población participante 03 gestores, entre ellos administrativos y pedagógicos, y 11 profesores. Se fundamentó la investigación en los referenciales teóricos sobre el eje de la EA en la educación, la práctica pedagógica del profesor y las especificidades de la enseñanza primaria II. La investigación se realizó en Brasil, en Estado de Bahía, en el Distrito de Riacho dos Paes municipio de Sento Sé, en la Escuela Núcleo Dois de Julho, durante los meses de octubre y noviembre de 2017. Con esta investigación, los resultados obtenidos mostraron que los profesores desarrollaron las temáticas de la EA por medio del sentido común. Aunque haya una práctica pedagógica consistente, hace falta todavía más conocimientos teóricos y prácticos sobre la EA, así como, mejora en la infraestructura física como también en la diversidad de recursos tanto pedagógicos como tecnológico para un mejor desarrollo de las clases. Así, el profesor podrá insertarlas en su práctica pedagógica en forma más consciente y con objetivos definidos. Se concluyó que el uso de la EA influye en la práctica pedagógica del profesor de la enseñanza primaria II en la Escuela Núcleo Dois de Julho en el Distrito de Riacho dos Paes Sento Sé/Ba, pues las clases mediadas por la contemplación de temáticas de la EA son más significativas, dinámicas y placenteras, pues promueven implicación e interacción en la comunidad escolar y población, teniendo como consecuencia, alumnos más atentos, participativos, activos y conscientes de la importancia de preservar los recursos naturales, debido a la interacción proporcionada por esos recursos oriundos de una práctica socioambiental más sostenible, que involucren diversas percepciones de lenguajes, además de la interactividad, intrínsecos en esos soportes educacionales.

Palabras Clave: Educación Ambiental; Influencia en la práctica pedagógica del profesor; Enseñanza Primaria II.

RESUMO

A presente tese analisa o uso da Educação Ambiental - EA e suas influências na prática pedagógica do ensino fundamental II da Escola Núcleo Dois de Julho no Distrito de Riacho dos Paes no Município de Santo Sé/Ba, visto que o ensino fundamental II é o continuação do ensino infantil de 6 a 9 anos e, é a porta de entrada desses jovens para o ensino médio. No entanto não se pode negar o contato direto com as diversas linguagens e interações que o eixo da EA os possibilita vivenciar e interagir. Logo, o professor em sua prática pedagógica, consciente da importância do uso do eixo da EA de forma mais ativa e, visando uma melhor qualidade na educação, na convivência mais respeitosa e harmoniosa para com seres humanos e a natureza, precisam utilizar com maior frequência o eixo da EA. O objetivo central dessa investigação é Analisar as práticas dos professores no desenvolvimento do ensino da EA na escola Núcleo Dois de Julho no Distrito de Riacho dos Paes Santo Sé/Bahia, através da percepção dos atores escolares, a fim de alcançar esse objetivo, traçaram-se os objetivos específicos, que são: Descrever o conhecimento dos professores junto a EA; Verificar como ocorre a formação inicial e continuada do professor frente à EA; Avaliar a frequência e o modo de como está sendo utilizado o eixo da EA no ensino fundamental II; Compreender como as práticas pedagógicas utilizando a EA influenciam o processo ensino aprendizagem dos alunos os tornando sujeitos mais autônomos e responsáveis. Adotou-se na presente pesquisa o tipo descritivo, com desenho não experimental transversal, seguindo o enfoque qualitativo não probabilístico. Utilizou-se na coleta dos dados, a observação estruturada dos materiais e da prática pedagógica adotada na escola e os guias de entrevista composto por questões semi fechadas e entrevista não estruturada. Tendo como população participante 03 gestores entre eles administrativos e pedagógicos, e 11 professores. Fundamentou-se a pesquisa nos referenciais teóricos sobre o eixo da EA na educação, a prática pedagógica do professor e as especificidades do ensino fundamental II. A pesquisa foi realizada no Brasil, no Estado da Bahia, no Distrito de Riacho dos Paes município de Santo Sé, na Escola Núcleo Dois de Julho, durante os meses de outubro e novembro de 2017. Com esta investigação, os resultados obtidos demonstraram que os professores desenvolvem as temáticas da EA por meio do senso comum, apesar de terem uma prática pedagógica consistente, porém, ainda faltam mais conhecimentos teóricos e prático sobre a EA, bem como, melhoria na infraestrutura física como também na diversidade de recursos tanto pedagógicos como tecnológico para um melhor desenvolvimento das aulas. Assim, o professor poderá inseri-las em sua prática pedagógica de forma mais consciente e com objetivos definidos. Concluiu-se que o uso da EA influencia na prática pedagógica do professor do ensino fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho no Distrito de Riacho dos Paes Santo Sé/Ba, pois as aulas mediadas pela contemplação de temáticas da EA se tornam mais significativas, dinâmicas e prazerosas, pois promovem envolvimento e interação na comunidade escolar e população, tendo como consequência, alunos mais atentos, participativos, ativos e conscientes da importância de preservar os recursos naturais, devido à interação proporcionada por esses recursos oriundos de uma prática mais socioambientalmente sustentável, que envolvem diversas percepções de linguagens, além da e interatividade intrínsecos nesses suportes educacionais.

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Influência na prática pedagógica do professor; Ensino Fundamental II.

SUMMARY

This thesis reviews the use of Environmental Education – EA and its influences on the pedagogical practice of fundamental education II of the School *Escola Núcleo Dois de Julho* in the District of Riacho dos Paes in the municipality of Sento Sé/State of Bahia, considering that fundamental education II is the continuation of childhood education from 6 to 9 years old and it is the front door of those youngsters to the high school education. However the direct contact with the different languages and interactions that the EA axle enables them to experience and interact with cannot be denied. Therefore, the teacher in his/her pedagogical practice and being aware of the importance of using the EA axle more actively, and aiming a better quality in education, in the more respectful and well-balanced coexistence with human beings and nature, it is necessary to use the highest frequency themes of EA axis. The main purpose of this investigation is to Review the teachers' practices in the development of EA teaching in the School Núcleo Dois de Julho in the District of Riacho dos Paes Sento Sé/Bahia, through the perception of the school players, in order to achieve that goal, by plotting the following specific goals: To describe the teachers' knowledge with EA; To check how the initial and continued education of the teacher occurs compared with EA; To assess the frequency and the way the EA front is being used in the fundamental education II; To understand how the pedagogical practices using EA have influenced the students' teaching/learning process of by making them more autonomous and responsible individuals. The descriptive type with transverse non-experimental design was used in this research, following the non-probabilistic qualitative method. The data gathering used the structured observation of the materials and of the pedagogical practice used in the school and the interview guides comprised by semi-closed questions and non-structured interview, having as participating population 03 managers, among them the administrative and pedagogical managers, and 11 teachers. The research was based on the theoretical indications on the EA front in education, the teacher pedagogical practice and the specificities of fundamental education II. The research was performed in Brazil, in the State of Bahia, District of Riacho dos Paes, municipality of Sento Sé, in Núcleo Dois de Julho School, during the months of October and November 2017. This investigation shows that the results achieved have demonstrated that the teachers develop the EA themes by means of the common sense, in spite of having a consistent pedagogical practice, but they still lack more theoretical and practical knowledge on EA, as well as improvement in the physical infrastructure and in the diversity of both pedagogical and technological resources for a better class development. Thus, the teacher may insert them in their pedagogical practice in a more conscious way and with set goals. It was concluded that the use of EA influences the pedagogical practice of the fundamental education II teacher in School Núcleo Dois de Julho in the District of Riacho dos Paes Sento Sé/Ba, because the classes mediated by the contemplation of EA themes have become more significant, dynamic and pleasant because they foster involvement and interaction in the school community and population, consequently providing students who are more attentive, participative, active and aware of the importance of preserving the natural resources, due to the interaction provided by such resources from a more socio-environmentally sustainable practice, involving different perceptions of languages, besides the intrinsic (...) and interactivity in those educational supports.

Keywords: Environmental Education; Influence on the pedagogical practice of the teacher; Fundamental education II.

INTRODUÇÃO

A presente tese intitulada como: *“A importância do ensino de educação ambiental como forma de transformação social no ensino fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho”* propõe-se a investigar a proposta de educação ambiental na prática pedagógica com a finalidade de assegurar a efetividade da Educação Ambiental - EA no contexto escolar e fortalecer a aprendizagem local subsidiando uma maior integração entre as múltiplas aprendizagens promovendo assim, maior contextualização entre os fenômenos educacionais proporcionando de tal modo, uma maior conexão entre os conteúdos aplicados, assegurando de forma mais íntegra e socialmente justa a formação do sujeito homem íntegro e emancipado no mundo contemporâneo em uma perspectiva ética.

Justificativa da Investigação

A Escola Núcleo Dois de Julho situado no município de Santo- Sé Bahia vivencia uma realidade de tamanha complexidade em seu âmbito escolar, mediante os fracassos no desenvolvimento de suas diretrizes básicas de educação não alcançando as metas propostas pelo Governo Federal ficando muito abaixo dos índices esperados onde seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, está engessado ou em queda não tendo desenvolvimento. Assim, levando em conta a principal função da EA que é de promover a contribuição no processo de formação de cidadãos conscientes, capazes de ter decisões atuantes em meio às realidades socioambientais se comprometendo com a vida, o bem estar de cada ser vivo e da sociedade. Nesse contexto é de fundamental importância que a escola trabalhe com a finalidade de aflorar em seus educandos atitudes, valores, possibilitando a estarem envolvidos em gestos de solidariedade, hábitos de higiene saudáveis tanto pessoal como ambiental.

De certa forma a escola tem seu papel no processo de formação humana principalmente em uma perspectiva sociocultural. É na escola que se começa o processo de capacitação do sujeito para uma vida de plena interação com fatores como a cultura e o social, e o ambiental, e que esses fatores de formação humana devem ser debatidos em meio ao processo de formação em uma perspectiva de aquisição de habilidades e consciência crítica na construção desse sujeito que outrora deve ser preparado e incorporado em uma sociedade com plenas responsabilidades para uma vida adulta.

No entanto é de sublime importância ressaltar que a escola não é a única que tem caráter de agente educativo e que os padrões da comunidade e das famílias como também da mídia deve estar atentas às informações vinculadas por ela mesma, transmitindo de forma real e não sensacionalista as notícias e, atentas a sua realidade local, regional e global, uma vez que, elas contribuem e exercem influências para o processo de alfabetização ambiental, social e cultural, em formação de uma sociedade mais integrada e justa em contexto socioambiental. Assim, mediante tais vigências para a construção de novos conhecimentos é necessário que os educadores estejam sempre em uma busca de novos saberes, ou seja, sejam educadores investigadores, comprometidos com o seu fazer educacional e didático pedagógico, tendo acessos a novas informações e que essas informações possibilitem pensar e repensar, criar e recriar novas práticas, pois é nesse fazer e refazer que é possível enxergar novos subsídios educacionais de sobrevivência e que através das mesmas possam gerar novos conhecimentos, novas situações de aprendizagem integrando tanto educadores como educandos e a comunidade no processo de reconstrução cidadã socioambientalmente integrado com a realidade atual.

Traçar um caminho de novas vivências permite acesso a novas informações além de satisfazer uma necessidade de capacitação permanente que visa uma melhoria não só nas condições de sobrevivência como também de trabalho, condições essas que podem possibilitar tanto ao educando quanto ao educador a sua inserção na sociedade imbuindo-nos mesmos hábitos de participação, de direitos e deveres com relação ao meio ambiente e a sociedade em que está inserido. Assim devem-se criar condições estruturais que possibilitem às escolas promoverem atitudes e ações sadias entre todos integrantes do espaço escolar e não escolar, contribuindo de forma efetiva na formação e participação cidadã de um sujeito voltado para uma convivência mais harmoniosa com o meio ambiente e mais preocupada com os fenômenos sociais que assolam as comunidades com suas mazelas cada dia que passa mais profundas e com maiores dificuldades de reversão.

Ter preocupação com o meio ambiente não é algo do momento, desde os primórdios os filósofos e estudiosos da época, já estudavam e visualizavam uma preocupação com essa linha de conhecimento que hoje culmina como EA. Com o passar dos anos foi ganhando importância e desenvolvendo-se segundo a visão de vários filósofos. Ainda no séc. IV a.C., já lamentava-se a devastação das paisagens gregas. Assim, educadores/pesquisadores já pensavam em uma forma de preservar os recursos

naturais, e refletiam sobre uma educação que contemplasse a natureza, ou seja, contemplasse a formação por um todo, uma formação integral. De certa forma, pensavam em uma formação humana integral onde, a EA fizesse parte desse processo de formação da totalidade humana no mundo.

Diante dos novos desafios em que o mundo contemporâneo encontrar-se em constantes mudanças, é de suma importância o enfoque voltado para a EA e que ela tenha início nas escolas e seja agente coadjuvante no processo de formação de um sujeito moralmente ético em meio à sociedade. Escolarizar esse educando em conjunto com a educação familiar e outros meios formativos desde os seus primeiros dias de vida na escola até a sua formação por total é um dos desafios que deve ser encarado para essa contemporaneidade, imbuir nesse sujeito em formação costumes de respeito a uma prática sustentável é de suma importância para manter equilibrado o planeta para as formas de vida de hoje como as de amanhã, esse pontapé inicial se fundamenta nas séries iniciais e é assegurado por meio de conteúdos incluso no currículo além de perpassar por meio da transversalidade e colocado em prática em conjunto da interdisciplinaridade e que a sua inclusão na proposta política pedagógica das escolas, mesmo mediante aos diversos aspectos paradigmáticos que regem ao modelo de produção do conhecimento e que contempla as realidade em diversas vertentes, quanto às percepções do homem e o seu papel na sociedade que vive a poluição, as catástrofes ambientais que degradam de forma qualitativa e quantitativamente as suas características naturais se revertam de forma mais rápida, assegurando uma melhor convivência homem/natureza e promover uma maior possibilidade que possa vir minimizar os riscos que acarretam o planeta e todas as formas de vida que nele habita.

Para tal, a escola tem seu papel junto à comunidade e construir um espaço revigorador entre ambos é de sublime importância para que dissemine uma boa prática pedagógica e que em meio ao currículo educacional e o Projeto Político Pedagógico das escolas possam assegurar a efetividade da EA através da Transversalização de seus conteúdos de forma interdisciplinar, independentemente de qual metodologia adotada, deve abranger os educandos em um processo de formação escolar para uma vida socioambiental. Salientar sua importância na construção de valores morais e sociais e que de maneira segura e pensada, possa atingir uma amplitude que contemple toda comunidade escolar (professores, pais, alunos e demais funcionários), e que possa transcender à escola refletindo por toda a comunidade, aflorando a todos uma

consciência ambiental carregada de ações e atitudes de respeito mutuo de convivência sustentável com o meio ambiente.

A educação é uma das mais importantes ferramenta de transformação social humana, educar o homem em uma perspectiva integral, se justifica ao promover a sustentabilidade em um panorama de preservação da cultura, do social e principalmente do ambiental, uma vez que, tudo se interliga. Para que ocorra uma mudança considerada na perspectiva ambiental devem ser adotadas posturas econômicas menos agressivas ao meio ambiente, colocar em prática políticas públicas que realmente possibilite interagir em meio às problemáticas ambientais sem demagogas promessas, promover em meio ao currículo formal, uma educação que contemple o uso do eixo em consonância educacional e que essas posturas partam de forma igualitária de todas as nações com um preceito de assegurar a sadia qualidade de vida e reduzir as diferenças sociais entre os seres humanos e amortizar os riscos de extinção entre todas as formas de vida no planeta.

A cada dia que passa a população continua a crescer e é de suma importância que se coloque em prática uma educação que se pontifique em debater questões econômicas, culturais, ambientais e sociais em uma perspectiva sustentável, e que possibilite um processo de formação ao qual tenha valores morais, éticos e principalmente que vise à melhoria da qualidade de vida e a redução de problemas que somente degradam os recursos naturais. Incentivar uma política que leve em consideração o processo de formação humanamente integral em uma perspectiva socioambiental é de fundamental importância para que possibilite o alavancar do debate das problemáticas ambientais.

A maioria das catástrofes ambientais no mundo são proveniente da ação das atividades humanas. Elevam a temperatura do planeta, poluem as águas, solo, ar e desmatam as florestas, produtoras naturais de oxigênio, gerando problemas de largas dimensões ambientais que são compartilhados com todos os seres que compõem a terra. Os seres humanos, além de promoverem o uso desordenado e exaustivo dos recursos naturais, ainda promovem em seu meio social distorções econômicas que culminam com altos níveis de pobreza e desigualdade social. Sendo assim, uma das maiores mazelas dessa contemporaneidade que é a pobreza humana. Na medida em que, produzem de forma desenfreadas incentivam e subsidiam o consumismo, buscam o poder econômico a todo preço, disparam diretamente em classes menos favorecidas, ocasionando condições irreversíveis na distribuição de renda em meio à sociedade.

A mudança depende de todos, desde os modelos econômicos como também às formas de consumo da sociedade, desenvolver uma educação com postura cultural agregada a um caráter social político que promovam uma ressignificação do sujeito homem e suas atitudes mediante o seu convívio com a natureza e com a sociedade é de sublime importância para o processo de ressignificação. Essas mudanças de posturas devem ser agregadas a uma reeducação humana e mediante quebra de enormes paradigmas, formar, cidadãos integrados com todas as possibilidades de melhorar a qualidade de vida e assegurá-las para as gerações futuras. É visível que o planeta está passando por inúmeras dificuldades e que essas dificuldades seriam superadas mediante uma mudança de postura da raça humana. Quebrar esse paradigma leva inúmeras reformulações tanto no contexto social como cultural, pois os mesmos precisam estar em plena conectividade com as necessidades do planeta, ou seja, as necessidades ambientais.

No entanto, o planeta já há alguns anos, vem dando sinal que preocupa de forma assustadora, assim os cientistas ambientais divulgam que hoje a pegada ecológica é superior a três planetas ou mais, ou seja, seria necessário três planetas ou mais para suportar a população humana e exemplificam o caus ambiental. Hoje um dos grandes problemas que se destaca é a escassez do bem mais precioso da existência de vida no planeta, a água, e que mediante ao aquecimento global as regiões estão sofrendo com as alterações de suas características ambientais. É notório e comprovado que nem uma forma de vida existiria sem água, porém, os nossos recursos naturais vêm sendo utilizado de forma exagerada que acaba prejudicando todas as formas de vidas atuais como também colocando em risco as formas de vidas futuras, que o ambiente possivelmente possibilitaria surgir, pois as mesmas, que porventura venham no futuro, precisarão de um ambiente equilibrado para poderem existir, tomando esta como crise social, cultural, ecológica, educacional, e global.

A EA se pontifica através de sua história onde os acontecimentos são impactantes e as tendências continuam necessitando de uma olhar mais atencioso. Assim, com o crescimento populacional e industrial, foi criado o Clube de Roma por um grupo de especialistas de diversas áreas com o objetivo de promover discussão da crise atual e o futuro da humanidade. Embora a conferencia de Estocolmo tenha chamado a atenção do mundo inteiro, no Brasil ainda continuava o descaso exagerado de poluição e assim declarava não se importar em pagar o preço da degradação ambiental. Com passar de alguns anos, suje o relatório Os Limites do Crescimento,

onde, estabelecia modelos globais pioneiros baseados em técnicas pioneiras projetadas para prever como seria o futuro, onde o documento denunciava o crescimento incessante da busca material da sociedade. Nesse período já denunciava que a espécie humana caminhava para um abismo incorrigível e que estava iniciada a busca constante por um modelo de análises ambiental mundial. Assim, com a repercussão do relatório do Clube de Roma, a Organização das Nações Unidas - ONU promovia, na Suécia, a “Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano”, ou Conferência de Estocolmo, como ficaria consagrada, reunindo vários representantes de países com o objetivo de estabelecer uma visão global de princípios comuns que servisse de inspiração e orientação à humanidade, para a preservação e melhoria do ambiente humano.

É notório e comprovado que a educação ambiental é mais um eixo que complementa uma das maiores ferramentas de transformação social e cultural que existe, a educação. E preocupado em como ela está estruturada em meu município, pois, Sento-Sé é alvo de implantação de parques eólicos, Área de Proteção Ambiental - APA, possível exploração de jazidas de ferro, além de possível implantação do parque ambiental Boqueirão da Onça, o cultivo exagerado de cebola e outros fenômenos sociais que coloca esse município exposto a outras ameaças ambientais e não seguem as vigências exigidas por lei em que toda cidade acima de 20 mil habitantes tem que ter aterro sanitário e um conselho ambiental em pleno exercício. Assim, surge a necessidade de investigar a importância do ensino de educação ambiental como forma de transformação social no ensino fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho, uma vez que a EA tem papel como integradora de conhecimentos, pode ser utilizada como ferramenta para mudar realidades, transformar a sociedade sendo assim, usada como compromisso social associando a teoria e prática em seu dia a dia em contexto escolar.

Dar importância ao seu papel nesse contexto torna-se mais urgente, uma vez que, os seres humano são sujeitos socioculturais, podendo assim, modificar posturas quanto ao meio ambiente como também seus costumes em meio social. E para que o homem evolua em um processo sustentável, depende do processo de formação integral do mesmo na sua formação educacional, imbuindo no espaço formativo conhecimentos, que por conseguinte proporcionará aquisição de habilidades, competências para construção de valores outrora esquecidos ou não introduzidos para uma vivência em contextos socioambiental. Mediante essa necessidade é preciso se efetuar uma Educação renovadora, libertadora, emancipatória, crítica e reflexiva, tornando-a como algo

urgente, valorizando o desenvolvimento de uma compreensão mais realista de mundo, mas participativa e acima de tudo crítica, socioambientalmente mais justa e sustentável.

Assim sendo, a justificativa ganha dimensão na presente investigação se fundamentando nas experiências profissionais dos professores e se estão formalizando o eixo EA em suas propostas de trabalho, uma vez que, se assegura mediante a Lei 9.795/99, os quais sempre atuaram nas propostas pedagógicas do município e da escola em combater o analfabetismo educacional e ambiental. Na atuação junto às propostas de combate ao analfabetismo educacional e ambiental, no povoado de Riacho dos Paes Sento Sé, estado da Bahia, busca promover uma maior interação em sociedade, onde se encontrou uma razão para a proposição do presente projeto de pesquisa, pois, naquela região, percebe-se a extensão do problema do analfabetismo enquanto uma questão socioambiental de contornos bastante amplos, como pesca predatória, caça predatória, desmatamento ilegal, exploração de mina de cristal e ametista, contaminação do solo por uso constante e indiscriminado de agrotóxicos e adubos químicos, um número alto de famílias recebendo benefícios do Governo Federal, etc. No período de 2017 a 2018, a partir de um estudo realizado no referido município, observou-se que o analfabetismo ambiental presente na área rural contempla, principalmente, indivíduos na faixa etária de 11 a 15 anos.

Problemática da pesquisa

Diante da realidade local onde essa comunidade se encontra mergulhada em diversos problemas de cunho social, desenvolver essa pesquisa pode trazer um maior suporte educacional para essa comunidade escolar, uma vez que, o uso da temática Educação Ambiental trás em seu ensejo formas mais harmoniosas para convivência em sociedade, intercalando ações a conteúdos que agregados à realidade local para global, desperte a consciência humana e crítica para uma convivência em mutua cordialidade com outros seres humanos e com a natureza. Assim, o interesse por esse estudo surgiu da observação junto à comunidade, mediante ao interesse por parte dos educandos a estarem envolvidos com questões de cunho de uma prática socioambientalmente humana mais que propicie o desenvolvimento de uma consciência ecológica e sustentável entre ser humano e natureza. As ausências da didática os tornam omissos e não os projetam dentro de um contexto mais crítico, digno e social, onde pouco se vê

ações voltadas para o envolvimento da comunidade e a escola na temática ambiental embora as realize.

Dessa forma fica impossível pensar em uma educação que não contemple a Educação Ambiental, uma vez que, tem em seus preceitos atuar no processo de redução das injustiças e desigualdades em contexto social. Esse eixo que chegou para subsidiar o campo educacional de forma a complementar a formação do homem como sujeito consciente ativo, participativo e crítico de suas ações. Projetar valores humanos, com posturas e atitudes mais respeitadas para com o próximo, como para com a natureza, deve ser imbuído no sujeito homem em processo de ensino aprendizagem e formação, práticas socioambientais que sensibilize de forma mais eficaz a emancipação do mesmo, através de princípios que assegurem direitos e ao mesmo tempo deveres para com o meio ambiente.

No entanto, diante do exposto, torna-se de fundamental importância a efetivação de uma Educação Ambiental que propicie o desenvolvimento de uma política que sensibilize para conscientizar no educando, capacidade de contestar e agir contra a padronização cultural, exclusão social, concentração de renda, apatia política, além da degradação da natureza. No entanto, essa pesquisa tem um caráter de promover maiores incentivos e desenvolvimento de novas estratégias pedagógicas que venham a viabilizar uma melhor ampliação e desempenho na aprendizagem contextualizada, e sua postura enquanto cidadão socioambiental no Distrito de Riacho dos Paes Município de Sento-Sé/BA, Brasil.

A problemática da pesquisa é constituída pela seguinte pergunta: *Analisar as contribuições das práticas pedagógicas dos professores na educação ambiental no nível fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho?*

Em outras palavras, propõe-se problematizar se existe uma prática efetiva da Educação Ambiental entre os professores, uma vez que se justifica mediante a Lei 9.795/99 sendo incluída como eixo complementar da Educação Básica, unindo-se a um conjunto de instrumentos de uma política pública voltada para uma educação mais integral e humana, tendo como princípios básicos a formação do cidadão socioambientalmente escolarizado.

Objetivos da Investigação

Dessa forma, esse estudo tem por objetivo Geral: Analisar as práticas dos professores no desenvolvimento do ensino da educação ambiental.

Em seus objetivos específicos tratam de:

- Descrever o conhecimento dos professores junto a EA.
- Verificar como ocorre a formação inicial e continuada do professor frente à EA.
- Avaliar a frequência e o modo de como está sendo utilizado o eixo da EA no ensino fundamental II.
- Compreender como as práticas pedagógicas utilizando a EA influenciam o processo ensino aprendizagem dos alunos os tornando sujeitos mais autônomos e responsáveis.

Desenho Geral da Investigação

A metodologia utilizada nesta investigação adotou a pesquisa descritiva, não experimental, transversal e qualitativa.

Assim o estudo descritivo tem sua importância mediante uma linha de pesquisa que esteja embasada em um processo que o assegure através das estratégias da pesquisa, o seu desenvolvimento. Assim, de acordo com Prodanavo e Freitas (2013, p. 52) a pesquisa é descritiva quando:

o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática.

Para tanto, o desenrolar de uma pesquisa seja ela em qual for o seu âmbito, depara diante de uma prática que possibilita uma interligação entre o contexto investigado. Assim, mediante essas conexões e interrelações, possibilitam subsidiar investigações de cunho descritivo. No entanto esse tipo de pesquisa proporciona ter um maior panorama de diversas situações e relações que ocorrem na vida social, econômico e político mediante os diversos comportamento humanos, tanto dos indivíduos isolados como também de outras comunidades mais complexas.

Segundo Sampieri (2014, p. 90) estudos normalmente descritivos são:

a base da pesquisa correlacional, que por sua vez fornecem informações a realização de estudos explicativos que geram um sentimento de compreensão e são muito bem estruturada. No entanto mediante tamanha complexidade e conexões, o conhecimento pode proporcionar diversas categorias de aprendizagens começando com um tipo de investigação e terminar com outra.

No entanto proporcionar caminhos com uma maior amplitude de compreensão no processo da investigação se faz necessário na minimização de dúvidas encontradas possibilitando um olhar mais claro e mais preciso na busca de resolução do problema e na didática utilizada.

Conforme Sampieri (2014, p. 92) os estudos descritivos são muitas vezes, mediante o objetivo da pesquisa descrever que os:

fenômenos, situações, contextos e eventos; ou seja, detalhando como eles são e se manifesta. Como estudos descritivos destina-se a especificar as propriedades, características e perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno submetido a análise. Isso só é concebido para medir ou recolher informações de forma independente ou em conjunto sobre a forma como os conceitos ou variáveis a que se referem, isto é, o seu objectivo não é para indicar como eles se relacionam.

Em fim, o estudo descritivo tem sua finalidade mediante a possibilidade de descrever situação, que proporcione maior clareza dos fenômenos, características tanto física como social de diversas naturezas no processo de coleta de informações.

Utilizando-se de um desenho não experimental que segundo Sampieri, Collado e Lucio, (2006) é quando:

realiza a investigação sem manipular deliberadamente as variáveis. Observa os fenômenos tais como se produzem no seu contexto natural, para depois analisá-los, não construindo situação, mas sim, observa-se situações já existentes.

Cabe destacar que nessa investigação não busca generalizar os resultados, pois eles somente valem para os sujeitos estudados. Como a pesquisa é não experimental, a fomenta-se em considerar sua dimensão temporal, em que se coletam os dados, por isso, escolheu-se o modelo transversal que de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006,

p. 226) é “quando coletam dados em um só momento, em um tempo único. Seu objetivo é descrever variáveis e analisar sua incidência e inter-relação em dado momento (ou descrever comunidades, eventos, fenômenos ou contextos)”. A educação para essa contemporaneidade trás um foco voltado para a cidadania e requer uma atenção às mazelas empregadas às desigualdades sociais. A educação como tal tem como responsabilidade promover um ambiente frutífero no campo da aprendizagem no processo de formação de pessoas socialmente crítico e reflexivo. Assim, por ser voltado para questões sociais e diferentes das áreas convencionais.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1998) “a transversalidade trata de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano”. É de suma importância lembrar sua necessidade em meio aos debates de diferentes naturezas sociais, em diversos campos e âmbitos sociais, em busca de soluções e alternativas de intervenção, para uma melhor convivência. Segundo os PCNs:

a transversalidade diz respeito à possibilidade de estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da a realidade). (PCNs, 1998, p. 30).

A proposta de transversalidade traz a necessidade de a escola refletir e atuar conscientemente na educação de valores e atitudes em todas as áreas, garantindo que a perspectiva político-social se expresse no direcionamento do trabalho pedagógico; influencia e orienta eticamente as questões epistemológicas mais gerais das áreas, seus conteúdos e, mesmo, as orientações didáticas; A perspectiva transversal aponta uma transformação da prática pedagógica, pois rompe a limitação da atuação dos professores às atividades formais e amplia a sua responsabilidade com a sua formação dos alunos.

Dessa forma a transversalidade trás em seu ensejo, o sentido social de metodologias e conceitos de diversas áreas além, da convencional, promovendo assim, um aprender diferente, mais consolidado com a própria realidade local para geral, aprendendo a conviver em uma perspectiva de formação social através da busca do conhecimento, superando assim o aprender apenas pela necessidade escolar.

Seguindo o enfoque qualitativo se organiza de forma a caracterizar um trabalho científico através do uso de suas técnicas de análises e podendo ter procedência reflexiva seja ela autônoma, pessoal, criativa e rigorosa.

Segundo Denzin y Lincoln (1994, p.576), A pesquisa qualitativa é muitas coisas ao mesmo tempo "é um campo interdisciplinar e, muitas vezes, antidisciplinar, atravessa as humanidades, as ciências sociais e a física, é multiparadigmática em sua abordagem e usa métodos diferentes". Assim sendo a pesquisa qualitativa tem seu enfoque em meio social envolto a diversas situações cotidianas. Já para Taylor y Bogdan (1986, p.20) a pesquisa qualitativa "é a que produz dados descritivos as próprias palavras das pessoas faladas ou escritas e o comportamento observável". Conforme salientam a pesquisa qualitativa emana do sujeito homem por meio de sua coloquialidade em meio a sociedade.

Conforme Denzin e Lincoln (2011, p. 3):

a investigação qualitativa é uma atividade que situa o investigador no mundo. A investigação qualitativa consiste em um conjunto interpretável de materiais práticos que lhes tornem visível no mundo. Essas práticas transformam o mundo. Converte o mundo em uma serie de representações que incluem notas de campo, entrevistas, conversação, fotografias, gravações, e as proprias notas. A este nível a investigação qualitativa emplica um enfoque interpretativo, um enfoque natural de mundo. O principal da investigação qualitativa é o estudo das coisas em seu ambiente natural, tratando de dar sentido, o interpretar os fenomenos em termos dos significados que as pessoas lhe atribuem.

Assim sendo, uma de suas características, é o não emprego de termos estatísticos, se diferenciando através de sua coleta de dados e analise dos mesmos. Segundo Draper (2004, p. 642), a investigação qualitativa pode ser descrita em termos gerais como: "interpretativa e naturalista, que trata de compreender e explicar as crenças e comportamentos no contexto onde é produzido". Assim sendo, tal contexto é de suma importância no cenário de coleta de informações para a idealização da investigação. No entanto conforme salientam Sadín e Esteban (2003, p. 123):

a investigação qualitativa é uma atividade sistemática orientada para compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais, para a transformação de práticas e cenários socioeducativos, para a tomada de

decisões, e também para a descoberta e desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimento.

Dessa forma tem por finalidade aprofundar de forma mais interpretativa a análise dos aspectos humanos possibilitando uma maior clareza ao descrever a complexidade do seu comportamento.

Todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos; em contrapartida, segundo Lakatos e Marconi (2007, p.44) “nem todos os ramos de estudo que empregam estes métodos são ciências”. Assim, mediante essas afirmações podemos concluir que a utilização de métodos científicos não é da alçada exclusiva da ciência, mas não existe ciência sem o emprego dos métodos científicos, e que o método de pesquisa qualitativa se encaixa com maior proporção ao processo de análise das Ciências Sociais.

Expostos os referidos prefácios da investigação, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos, conforme dimensionados e integrados numa totalidade, de modo a subsidiar o estudo em sua efetivação. Tem-se, assim, a seguinte organização dos capítulos:

Na primeira parte aborda-se um breve Marco de Referência histórica da Educação Ambiental, com o levantamento bibliográfico, que tem como propósito fundamentar e subsidiar a idéia da referida pesquisa, quando surgiram as primeiras preocupações com relação à problemática. Os aspectos que tratam sobre educação ambiental no mundo e no Brasil. Nela é exposta a constituição histórica e conceitual da política pública da Educação Ambiental. As principais políticas que nortearam e norteiam a EA e sua implantação no Brasil a partir dos anos 80. Apresentamos o programa de política pública voltada para a EA e seu marco legal. A inserção da EA nas instituições educacionais em uma perspectiva de combate ao analfabetismo ambiental associado a propostas de convivências de co-responsabilidades e mutualidade homem e natureza, e como se propagou o Programa Nacional de Educação Ambiental - PNEA, na inserção das práticas de educação ambiental no Brasil.

Ainda na primeira parte dissertaremos sobre a Educação Ambiental e o currículo e como estão estruturados no campo da educação, como se estrutura mediante os PCNs, quais são os objetivos fundamentais dos PCNs sobre um olhar transversal e a transversalização da educação ambiental, como se organizam mediante o ensino formal, não formal, nas gestões das águas, no saneamento básico, na gestão das unidades de conservação, na gestão municipal e como deve ser estruturada para o

licenciamento. Continuaremos a dissertar sobre a Educação Ambiental e a Interdisciplinaridade, multidisciplinar e transdisciplinar, a EA em uma perspectiva de formação cidadã, como pressuposto para uma formação escolar e humana, o que é pegada ecológica e o uso exagerado dos recursos naturais, os humanos responsabilidades reversível ou não, EA e a sustentabilidade, a escola e os educadores ambientais e a EA como compromisso social.

Na segunda parte apresentaremos todo o Marco Metodológico a começar pela justificativa da pesquisa e suas características, qualificando a sua importância para tal processo, que propõe expor de forma clara sucinta e completa, agregando as áreas de ordem teórica e práticas. Em seguida o desenho metodológico que nos conduz a uma maior compreensão da tese faz-se importante conceituar alguns termos proporcionando uma logística de o que é e como é definida. Portanto, podendo possibilitar uma compreensão que essas duas adjacências (método e metodologia) estão conectadas conduzindo a uma única linha de raciocínio, que é a procura organizada para determinado conhecimento e/ou objetivo. O contexto espacial e sócio-econômico da pesquisa traz a localização onde será desenvolvida a pesquisa da tese levando em consideração todo o seu cenário local e sua organização quanto a sua história. O desenho e o tipo de enfoque da pesquisa são do tipo descritivo, desenho não experimental transversal com enfoque qualitativo, onde tal modelo admite que o pesquisador descreva um plano de ação, isto é, uma abertura que o leve a angariar os subsídios que serão imprescindíveis para sua pesquisa de forma prática e sólida, possibilitando que alcance suas finalidades de estudo e responda às questões de conhecimento proposto. Na delimitação da pesquisa, demonstrará a escola em pesquisa sua localização que será desenvolvida no Brasil, no estado da Bahia no Distrito de Riacho Dos Paes cidade de Santo Sé, nomeada como Escola Núcleo Dois de Julho. Com relação as populações participantes, como a presente investigação é do tipo descritiva e segue o enfoque qualitativo, foi escolhido como população os professores, gestores (administrativo e pedagógico) envolvidos no Ensino Fundamental II. Nesse sentido, o universo ou população da presente pesquisa são os 11 professores e os 03 gestores (administrativo e pedagógico), sendo todos diretamente envolvidos no andamento da escola, uma vez que, todos devem estar envolvidos de forma direta, pois assim, as respostas obtidas terão maior confiabilidade e validade para a análise aqui proposta. Para as Técnicas e Instrumentos da Coleta dos Dados, para abranger a mesma e os dados da investigação foi utilizado à técnica de observação estruturada/sistemática

e guia de entrevista com questões semi fechadas. Assim na perspectiva da validação dos instrumentos de coleta dos dados, foram construído guias de entrevistas com questões abertas e fechadas para a população participante (os gestores administrativos e pedagógicos e os professores), sendo construído de acordo com o tema, a problemática, o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa. O que compete à técnica de observação estruturada/sistêmica tem como finalidade, a observação sistemática da presente pesquisa visando a observar as questões tratadas nos objetivos específicos que versam sobre a utilização do eixo da EA no ensino fundamental II. Sendo analisada a frequência de utilização do eixo e se estão presentes na prática pedagógica dos professores. O guia de entrevista é visto como um guia de um instrumento de averiguação, que versa em explanar os objetivos específicos da pesquisa em itens bem lavrados na forma de perguntas ordenadas que devam ser respondidas pelos entrevistados. Assim, a entrevista é um dos instrumentos básicos para a coleta de dados na pesquisa qualitativa, e também utilizados em diversas outras formas de pesquisas sociais, sendo uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal. No entanto, para o desenvolvimento de tais procedimentos, haja vista, a necessidade de coleta de dados, onde é a ferramenta pela qual se obtêm os dados necessários para o prosseguimento da pesquisa. Assim a mesma tem como finalidade esclarecer o tempo de duração e também delinear como seria a coleta dos dados, e que seguiria as fases apresentadas anteriormente, sendo realizadas de forma pessoal, isto é, com a minha presença no espaço escolar. Com relação às técnicas de análise e interpretação dos dados, sendo agregado a um desenho organizacional que norteia o andamento e a interpretação do mesmo em uma perspectiva de interpretar e procurar o sentido mais amplo das respostas, estando interligados aos passos anteriores já dados. Assim, diante do divulgado pode-se concluir que a interpretação e análise expõe o real significado do material coletado com relação ao tema e aos seus objetivos propostos. Para tanto, sempre é preciso rever os passos já caminhados e buscar renortear-se com relação ao que já foi desenvolvido e em conformidade com a revisão de material, onde será necessário efetuar uma revisão para saber se os dados coletados estão condizentes para serem analisados. Com tudo, é necessário estabelecer um plano de trabalho inicial, onde enseje revisar todos os dados coletados até aqui e assim, o esquema de trabalho para a análise dos dados foram organizados de forma seqüencial, possibilitando seguir alguns passos como por exemplo: verificar se todos os dados foram revistos; se os dados foram

codificados para assimilação, definição da metodologia para analisar as informações das guias de entrevistas e observação estruturada etc. Dessa forma, é necessário codificar os dados em um primeiro nível ou plano em uma perspectiva de classificar e determinar a análise por suas categorias. Assim, em comunhão com a primeira análise a codificação dos dados em um segundo nível ou plano traz uma necessidade de refinação do que foi analisado anteriormente buscando uma organização dos nortes das entrevistas e dos estratos dos participantes. É notório salientar que esses processos nos conduzem ao caminho da interpretação dos dados que é visto como de suma importância para a consolidação da pesquisa, nessa etapa, os estratos serão apresentados e as informações interpretadas. Em sequência é necessário descrever os contextos, uma vez que, essa etapa serve para enquadrar as análises ao contexto das coletas de dados realizadas. Assegurar a confiabilidade e validade dos resultados é de suma importância já que é nessa fase que haverá toda a revisão dos procedimentos adotados e empregados para a angariação dos dados da pesquisa, assegurar a confiabilidade da pesquisa é de suma importância para todo o caminho percorrido conclua de forma completa e todos os dados codificados até então sejam válidos. Assim, responder, corrigir e voltar a campo é uma das fases onde terá como importância o processo de aperfeiçoamento da pesquisa sendo de suma importância retomar os estratos e objetivos iniciais.

Na terceira parte, será apresentada as Análises e Resultados da investigação, no qual expõe a análise dos dados da pesquisa. Mediante essa análise são considerados os aspectos qualitativos colhidos juntos aos participantes, mediante os guias de entrevistas, entrevistas e observações estruturadas. Realizando assim, a tabulação e análise dos dados que foram comparadas com as teorias abordadas no marco teórico.

Nas conclusões e recomendações serão apresentadas as conclusões obtidas na finalização do trabalho de pesquisa, a partir da análise e interpretação dos dados obtidos e do referencial teórico, assim como, a exposição de algumas recomendações sobre a continuidade ou abrangência desse estudo. Por fim, realizamos considerações finais e recomendações a respeito dos resultados da pesquisa e seus desdobramentos ao campo da educação ambiental no Brasil, bem como estimativas importantes à implementação dessa política educacional.

A Educação Ambiental se contempla como tal em um processo que aprecia a mudança da realidade, onde reproduz e transforma a sociedade possibilitando-a ter compromissos sociais com capacidade de mudança de quadro das desigualdades local no país e no mundo. Promover-se como ferramenta de compromisso social é de sublime

importância em um contexto estrutural para uma educação de plena efetividade reduzindo desigualdades e elevando o nível de sustentabilidade em seu contexto político, cultural, ambiental e socioeconômico.

1. MARCO DE REFERÊNCIA

1. Histórico da Educação Ambiental

Embora a Educação Ambiental tenha passado a ser vista com outros olhos e ganhado dimensões a partir da década de 60, existem registros sobre a preocupação com esse tema muitos anos atrás, ainda no século IV a.c, Platão já lamentavam o problema com a devastação das paisagens gregas, dava-se aí um pontapé inicial para fundamentar a importância dos recursos naturais para a sobrevivência e permanência dos seres humanos e todas as outras formas de vida no planeta. E conseqüentemente a essa preocupação dava a entender a formação por um todo do sujeito cidadão. Filósofos da época buscava fundamentar conceitos e relacioná-los a vivência de mundo como *physis* que diz respeito à vida que pulsa em todos os seres, *ethos* morada e *alétheia* que quer dizer a verdade e realidade perseguida pelo ser. O legado de Platão prossegue, com Aristóteles ao divulgar sua obra, *Ética*, ser humano e natureza, conectando gerações ao longo dos séculos difundindo a sua importância.

Com o avanço das discussões que implementavam no passar das épocas, São Tomás e Santo Agostinho expõem suas visões referente a meio ambiente referenciando como a natureza sendo uma livre criação e Deus no tempo, e como todo ser criado do nada, é essencialmente boa. Toda natureza é sempre um bem. Formalizando nesse período a consolidação da natureza sem distinção entre a cultura.

Segundo Grun (2007, p.9) “se a verdade não é tanto a correspondência dos fatos, mas muito mais uma espécie de comprometimento, então há ainda uma forma de revelar algumas das ilusões de nosso tempo”. Dessa forma objetivava diferentemente do mundo grego, quando os humanos almejavam compartilhar do destino imortal da *physis*. Nessa contemporaneidade é a natureza que, de certa forma, compartilha do destino imprevisível e irreversível da ação humana no mundo. No entanto trouxe um reflexo de paradoxo no tempo se comparar os períodos passados com a nossa contemporaneidade ficando claro uma falta de preocupação com esse eixo temático na atualidade, embora existam leis que a assegure na teoria, mas na prática pouco se vê em contexto formal.

De acordo com Gadamer (1989):

uma experiência genuína da natureza pode ocorrer apenas se a natureza é tratada como tu. Se a experiência hermenêutica é genuína, então ambos

os parceiros/as emergem do encontro transformados. Quando a questão aparece, ela quebra e abre o ser da coisa. O Logos que explica a abertura do ser da coisa é a questão. “O discurso que pretende revelar algo requer que a coisa seja quebrada e aberta pela questão” (Gadamer, 1989, p. 363).

O iluminismo atacou severamente a tradição. O ataque começou com Francis Bacon no século XVI, que para ele a tradição, seja ela científica, filosófica ou meramente verbal precisaria ser descartada para que se pudesse chegar à ciência nova.

Descartes iniciou seu Discurso de Método, ao comentar sua própria educação, ao declarar que uma boa parte do seu aprendizado foi baseado no erro e na dúvida. Além disso, Descartes passou a expressar sua surpresa de que na filosofia também tal diversidade de opiniões não apenas conseguia existir, mas prosperar. Ele deprecia, então, tudo que na sua idéia parece ser “meramente demonstrável”: “Quanto às demais ciências, na medida em que emprestam seus princípios filosóficos, decidi que nada sólido poderia ser construído a partir de tais fundações tremulas” (Descartes 1992, p.24).

Descartes presta especial atenção às ciências naturais. Desse modo, em um trecho caracterizado primordialmente pelo antropocentrismo, e depois de testar algumas de suas noções sobre física, concluiu com sua visão de que tem obrigação de provar aos outros o que sua ciência tem para oferecer à espécie humana. Segundo Descartes (1998, p.79):

elas mim fizeram ver que é possível chegar a conhecimentos que sejam úteis para a vida, e que, em lugar dessa Filosofia especulativa que se ensina nas escolas, se pode encontrar uma filosofia prática, pela qual, conhecendo a força e as ações do fogo, dá água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos cercam, tão distintamente como conhecemos os diversos misteres de nossos artífices, poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são adequados, e, assim, tornar-nos como que senhores e possuidores da natureza.

Em meio ao passar do tempo muitos filósofos contribuíram com a evolução da educação ambiental, principalmente de sua importante necessidade de estarem atribuídos nas modalidades formais e não formais na consolidação de sua prática.

A Educação Ambiental ganha maiores dimensões em 1863, quando Thomas Huxley divulga a interdependência humana sobre a natureza ganhando maiores dimensões com a publicação do livro de Parkin Marsh, O homem e a natureza, relatando de forma bem clara o uso exagerado e o possível esgotamento dos recursos naturais. Nessa ocasião a preocupação era de pertinência apenas de naturalistas, espiritualistas e outros.

Ainda em 1863 o Brasil era contemplado com a visita de Darwin Bates, (inglês que recolheu mais de 8 mil espécimes entre plantas e animais da Amazônia para seu acervo de estudo). Os pensamentos ambientalistas continuam ganhando dimensões e em 1869 Ernest Haeckel, propõe o vocábulo “ecologia” para o estudo entre as espécies e com o meio ambiente. As dimensões se autodenominam ganhando mais ênfase no cenário em pró da preservação, e assim, materializando a construção do primeiro parque Nacional do Mundo – Yellowstone National Park, nos Estados Unidos em (1872). Enquanto isso no Brasil é criado e decretado pela a princesa Isabel a primeira imprensa privada de corte de madeira promovendo assim, o ciclo econômico do pau-brasil e logo a sua liberação se exauriu em 1920 sendo considerado extinto.

Na Inglaterra em 1779, iniciava-se a revolução industrial e atrelada ao seu desenvolvimento chamava à atenção de Patrick Geddes, escocês considerado o “pai da Educação Ambiental”, expressava-se preocupações com os efeitos dessa revolução onde através de sua ampliação impulsionava o processo de urbanização e suas consequências para a natureza. Mediante a evolução e os efeitos pós-guerra, a urbanização sofre um avanço considerável e surge por várias partes do mundo a perda da qualidade ambiental.

No Brasil a preocupação por referido tema ainda não ganha as graças dos intelectuais que eram responsáveis pelo assunto, porém só começa a ganhar mais importância mediante proposta de André Rebouças, a criação de parques nacional da ilha do Bananal e de sete quedas, atrelada a promulgação da Constituição Brasileira de 1981, onde sofrera pressão dos extrativistas europeus sobre os recursos naturais brasileiros. Contudo, cresce no Brasil inúmeras práticas demagógicas utilizadas pelos políticos com relação à gestão ambiental, como sempre as velhas promessas de criação de parque, unidades de conservação, estações ecológicas, códigos florestais, áreas de proteção ambientais, áreas de proteção permanentes, reservas biológicas etc. E a tão precisa prática zero. Assim, surge o decreto Nº 8. 843 de 1891 criando a reserva florestal do Acre com 2,8 milhões de hectares caindo na prática demagógica onde nunca

ocorreu sua efetivação. Sendo assim, permanece o prenuncio de como seria tratada a educação ambiental em nosso país.

Somente em 1945 a expressão “estudos ambientais” é que começa a ser usada por profissionais de ensino na Grã – Bretanha e quatro anos mais tarde é que a temática ganharia espaço na coluna do country SandAlmanac, nos Estados Unidos, com os artigos de Aldo Leopoldo sobre a ética da terra. A primeira grande catástrofe ambiental ocorrida no mundo que promoveu um sintoma de inadequação do estilo de vida do ser humano ocorre em 1952 em Londres provocando a morte de 1600 pessoas acendendo, assim, a aprovação da Lei do Ar Puro pelo parlamento Inglês em 1956, e elencando diversas discussões em outros países e promovendo o surgimento do ambientalismo nos Estados Unidos em 1960. Ainda em 1960 começa a ser difundida a educação ambiental mesmo de forma espacial, englobando a percepção global da ação humana, onde começava a serem difundidos os níveis crescentes de poluição atmosférica. O mundo continua avançando no campo econômico e gerando tamanha irresponsabilidade alavancando enormes consequências e ganhando dimensões alarmantes elencando movimentos ambientalistas em escala mundial através de Rachel Carson ao publicar o seu livro Primavera silenciosa.

O mundo incomodado com tais avanços de desorganização ambiental clama por modificações e somente anos mais tarde essas tais preocupações chegam à atenção das Organizações das Nações Unidas - ONU, uma vez que, não cessam os avanços de degradação no planeta e assim, começa a ser refletida no ambiente humano. Em 1965, durante a conferência em Educação que ocorreu na Universidade de Keele, Grã-Bretanha, onde surgiu o termo Educação Ambiental, sendo considerada como uma parte essencial da educação de todo cidadão e deveria ser vista como parte de conservação essencial da ecologia. No Brasil mediante o regime ditatorial aumentava ainda mais a degradação com os projetos de construção de usinas como a da Hidrelétrica de Tucuruvi contrapondo-se às ações mundiais onde as quais começavam a se preocupar com os avanços da degradação dos recursos naturais. Nesse período o Brasil intensificava os seus níveis de degradação. Em meio a esse percurso desfavorável surgia a Associação Gaúcha de Proteção ao meio Ambiente, agapan, percussora dos primeiros movimentos ambientalista no país.

Os acontecimentos são impactantes e as tendências continuam necessitando de um olhar mais atencioso. Assim, 1968 é criado o Clube de Roma por um grupo de trinta especialistas de diversas áreas com o objetivo de promover discussão da crise atual e o

futuro da humanidade embora a conferência de Estocolmo tenha chamado a atenção do mundo inteiro no Brasil ainda continuava o descaso exagerado de poluição e assim declarava não se importar em pagar o preço da degradação ambiental. Assim, as pressões geradas pela conferência e com o apoio do Banco Mundial que influenciaria os ambientalistas no país a pressionar as forças políticas a se adequarem às novas tendências mundiais. Em 1973 a presidência da república criaria no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial de Meio Ambiente - Sema, sendo o primeiro órgão nacional que teria a obrigação de gerir e integrar o ambiente. Com o pontapé iniciado por Estocolmo a Unesco promoveria em Belgrado, ex-Iugoslávia (1975), o encontro Internacional sobre a Educação Ambiental unificando especialistas de 65 países.

Nesse encontro procurou-se formular princípios e orientações para um programa internacional de Educação Ambiental, onde deveria ser contínua interdisciplinar, integradas às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. Mesmo diante das tendências mundiais o Brasil ainda demonstra desinteresse pelo o tema e continua a se contrapor no caminho da ignorância ambiental mesmo com a disseminação do ecologismo os paços ainda são mínimos para a implantação da EA. Em conformidade com esse encontro ficava acertada anos mais tarde a realização de uma conferência intergovernamental com a perspectiva de formular conceitos metodológicos para o desenvolvimento da educação ambiental. Mediante as discussões sobre as terríveis disparidades que o mundo vinha sofrendo e a crescente perda de qualidade de vida, gerou a carta de Belgrado, na qual promulgava a necessidade da destreza de uma nova ética mundial que proporcionasse a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e do ascendente monopólio humano.

Assim sendo, só por força das pressões ambientais o MEC e Minter firmam protocolos de intenções visando à inclusão de temas ecológicos nos currículos de 1º e 2º graus. E por força dos órgãos ambientais a disciplina de Ciências ambientais passaria ser obrigatórias nos cursos de engenharia e nas demais faculdades do país não teriam essa tal obrigatoriedade. Assim, os órgãos do estado passaram a intensificar ações educativa se destacando nesse cenário a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo - Cetesb, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Rio de Janeiro e outros.

Mediante tamanhos empecilhos o mundo clamava por outra reunião internacional a qual resolvesse o impasse previsto na conferência de Belgrado em 1975.

Assim, realizar-se-ia em Outubro de 1975, em Tbilisi, na Geórgia (ex-União Soviética), a primeira conferência intergovernamental sobre a EA, organizada pela a Unesco, com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Pnuma. A conferência de Tbilisi ficou conhecida como uma ação de maior relevância da Primeira Fase do Programa Internacional de Educação Ambiental iniciado em 1975 em Belgrado. Essa conferência promoveu encontro com especialistas do mundo todo para debater pontos importantíssimos e contemplar propostas que contribuísse para a EA determinando princípios, objetivos, características e recomendações pertinentes para as três esferas, regionais, nacionais e internacionais.

Mesmo mediante as intenções e decisões para o desenvolvimento da e EA, foi recomendado que considerassem todos os aspectos que envolvesse as questões ambientais, sejam eles, políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos e, que a mesma deveria ser orientada e articulada através de diversas disciplinas e ações que promovessem uma visão mais integrada de ambiente, buscando envolver indivíduos e a coletividade em estágio de compreensão de natureza complexa e que pudessem adquirir conhecimentos e valores, habilidades práticas para participarem eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais.

Estava lançada a Educação Ambiental em uma perspectiva de estabelecer elementos capazes de compor artifícios mediante os quais os seres humanos fossem capazes de perceber de forma nítida crítica e reflexiva os mecanismos sociais, políticos e econômicos que estabeleciam uma nova dinâmica mundial, com a finalidade de conduzir o sujeito cidadão para uma vida mais responsável e consciente de seus atos e direitos.

Em 31 de Agosto de 1981 o Presidente da República João Figueiredo sancionava a Lei Nº 6.938, que dispunha sobre a política sobre a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, seus fins e mecanismos de aplicação. Ampliando assim no País esforços para o desenvolvimento da EA. Em 1985 a Sema, publicaria o documento (“Educação Ambiental”, Brasília em junho de 1985), reconhecendo que essa área de atuação seria incumbência da Secretaria de Meio Ambiente - Sema. Embora a Sema e o MEC terem se empenhado para subsidiar a EA, não conseguiram difundir sistematicamente as orientações básicas para o seu desenvolvimento no Brasil e tão pouco agenciar o aprofundamento epistemológico e estabelecer as políticas voltadas para a área.

A afronta era nítida no Brasil, e a irresponsabilidade com relação à proposta do Congresso de Moscou, dava ar de vergonha e teria repercussões de níveis internacionais que chamaria a atenção do Banco Mundial e outras instituições ambientais de altos níveis políticos. O mundo passava por inúmeras crises como: Chernobyl, Bophal, Three Miles Island, efeito estufa, diminuição da camada de ozônio, poluição dos mares, do solo, do ar, surgimento e recrudescimento de pragas, surto de doenças tropicais, perda de biodiversidade, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS, agravamento do quadro de pobreza internacional, terrorismo, revolução e fome, alterações climáticas e frustrações de safras agrícolas, erosão, desertificação, crescimento populacional, diminuição do estoque pesqueiro mundial. Assim a crise prosseguia se intensificando e a necessidade de apressar assinaturas de acordos para criarem regimes internacionais e setoriais como o Protocolo de Montreal, onde o mesmo chamava a atenção para a proteção da camada de ozônio, dando segmento à convenção de Viena 1985 sendo aperfeiçoada essa Emenda em Londres, em 1990. Em 1988 por força das articulações dos ambientalistas a constituição brasileira trazia um capítulo e muitos artigos afins, divulgando o papel do Poder Público e sua obrigação na promoção da E.A, em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, em seu capítulo IV, artigo 225, parágrafo 1, item VI.

Em 1989, seguem-se as articulações e recomendações no programa Nossa Natureza criando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, com a finalidade de formular, coordenar e executar a política nacional do meio ambiente. Sendo de sua competência a preservação, a conservação, o fomento e o controle dos recursos naturais renováveis, em todo o território federal, proteger bancos genéticos da flora e fauna brasileira e estimular a educação ambiental. Mesmo mediante a criação do Ibama, os entraves prosseguiram com relação a EA, se tornando inativa por inúmeros erros como falta de capacitação e recursos para manter ações vigentes na época tornando a educação ambiental inoperante.

A EA despontava mediante a Universidade de Brasília, porém o curso de especialização em educação ambiental foi banido da mesma por interesses de políticos entreguistas da época, outrora requerido pelas instituições Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Pnuma, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e Ibama, mesmo sendo acolhido pela Universidade de Mato Grosso sofreria embargo sendo extinto. Em 1991, já se passado quatorze anos de Tbilisi, mesmo

confirmada as suas premissas pela Conferência de Moscou em 1987, ainda não havia chegado à sociedade brasileira. Somente no final de 1989 o MEC criaria o Grupo de Trabalho para a Educação Ambiental que seria coordenado pela professora Neli Aparecida de Melo, tendo inúmeras iniciativas que teriam lugar após a conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente realizada na Rio - 92 com representante de 170 países. O Ibama criaria, as Superintendências Estaduais no caso os Núcleos de Educação Ambiental – NEAs, mesmo diante dos poucos recursos iniciariam diversas ações e eventos nos Estados.

A Rio - 92 em termos de Educação Ambiental se interligava as premissas de Tbilisi e Moscou acrescentando a necessidade de concentrar esforços para acabar com o analfabetismo ambiental. Assim, visando à concretização das recomendações aprovadas na conferência Rio-92, o MEC instituiria um Grupo de Trabalho – GT, em caráter permanente por meio da portaria 773 de 10/5/93, para coordenar, apoiar, acompanhar, orientar, as ações, metas e estratégias para a implantação da EA no sistema de ensino e em todos os níveis e modalidade. Mesmo com a criação do GT no Governo de Fernando Henrique Cardoso as atividades do grupo foram reduzidas e prejudicadas, permaneceria uma prática demagógica onde cada novo ministro anunciava prioridades, dando a parecer a EA como ferramenta valiosa da gestão ambiental, destinando apenas 0,03 % de recurso para a área e em (1999 e 2000 chegaria a 0,0%).

Em 1994 o então, MEC e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos da Amazônia Legal - MMA, com a interveniência do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, e o Ministério da Cultura - MinC, formularam o Programa Nacional de Educação Ambiental – Pronea, cujos esforços culminaram com a assinatura do Presidência da República da Política Nacional de Educação Ambiental Lei Nº 9.795 de 27 de Abril de 1999.

A Rio + 20 trouxe a revisão das discussões implementadas na Rio-92 embora sobre forte pressão para não acontecer, os países envolvidos queriam que ela ocorresse somente em 2017, pois os acordos construídos na Rio - 92 outrora não tinham ocorrido e mediante fortes tendências para não acontecer no Brasil acabou se consolidando o evento de 20 a 22 de junho de 2012 na cidade de Rio de Janeiro. É de fundamental importância salientar que essa Conferência das Nações Unidas não foi exclusivamente de teor ambiental, mas, também de sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável requer um equilíbrio sobre três pilares e eles são: social, econômico e ambiental embora hoje tende a se sustentar ao pilar ambiental.

1.1 Marcos internacionais da Educação Ambiental

A legislação brasileira referente à EA é resultado, também, da preocupação mundial de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Internacionalmente, podem ser assinalados os seguintes sucessivos eventos que se constituem em marcos históricos da EA Educação Ambiental. Em 1951, foi publicado o “Estudo da Proteção da Natureza no Mundo”, organizado pela União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN, que havia sido criada em decorrência da Conferência Internacional de Fontainebleau, na França, em 1948, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, a UICN transformou-se, em 1972, no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA.

Em 1965, na “Conferência de Educação da Universidade de Keele”, pela primeira vez, utilizou-se a expressão “Educação Ambiental” (Environmental Education). Recomendou-se que a EA deve ser parte essencial da educação de todos os cidadãos.

Em 1968, a ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO realizaram estudo sobre EA, compreendendo-a como tema complexo e interdisciplinar, não limitada a uma disciplina específica no currículo escolar.

Em 1972, a Conferência de Estocolmo, após as ideais divulgadas pelo Clube de Roma, principalmente pelo relatório intitulado “Os limites do crescimento”, trouxe dois importantes marcos para o desenvolvimento de uma política mundial de proteção ambiental: a criação da PNUMA, com sede em Nairóbi, Quênia, e a recomendação de que se criasse o Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA, conhecida como “Recomendação 96”.

Em 1974, no Seminário de Educação Ambiental realizado em Jammi (Comissão Nacional Finlandesa para a UNESCO, foram fixados os *Princípios de Educação Ambiental*, considerando-a como a que permite atingir o escopo de proteção ambiental, e que não deve ser encarada com um ramo científico ou uma disciplina de estudos em separado, e sim como educação integral e permanente.

Em 1975, foi lançada a “Carta de Belgrado”, buscando-se uma estrutura global para a Educação Ambiental, a qual entendeu como absolutamente vital que os cidadãos de todo o mundo insistissem a favor de medidas que dessem suporte ao tipo de crescimento econômico que não traga repercussões prejudiciais às pessoas e que não diminuam de nenhuma maneira as condições de vida e de qualidade do meio ambiente,

propondo uma nova ética global de desenvolvimento, mediante, entre outros mecanismos, a reforma dos processos e sistemas educacionais.

No mesmo ano de 1975, a UNESCO, em colaboração com o PNUMA, criou o Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA, em atenção à Recomendação 96 da Conferência de Estocolmo de 1972.

Em 1977, na cidade de Tbilisi, na Geórgia, ocorreu o mais importante evento internacional em favor da EA até então já realizado. Foi à chamada “Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental”, organizada em parceria com a UNESCO e com o Programa de Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas - ONU/PNUMA. Fortemente inspirada pela Carta de Belgrado, foi responsável pela elaboração de objetivos, definições, princípios, estratégias e ações orientadoras da EA que são adotados mundialmente até os dias atuais.

De 1979 a 1980, vários eventos regionais contribuíram para a discussão da importância e das políticas de EA, entre eles foram: Encontro Regional de Educação Ambiental para América Latina” em San José, Costa Rica (1979); O Seminário Regional Europeu sobre EA para Europa e América do Norte”, onde se destacou a importância de intercâmbio de informações e experiências (1980); O Seminário Regional sobre EA nos Estados Árabes, em Manama, Bahrein (1980); e a Primeira Conferência Asiática sobre EA, Nova Delhi, Índia (1980).

1.1.2 Principais políticas públicas para EA no Brasil desde os anos 80

Em 1981 a PNMA sob a Lei Nº 6.938/81 dispõe sobre a mesma institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, seus fins e mecanismos de formação e aplicação, e dá outras providências. Essa é a mais relevante norma ambiental depois da Constituição Federal de 1988, pela qual foi recepcionada, visto que traçou toda a sistemática das políticas públicas brasileiras para o meio ambiente. Assim de acordo com o caput do art. 6º da Lei Nº 6.938/81, o SISNAMA é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

Em 1988 mediante a inclusão da EA promulgada como direito de todos e dever do Estado no capítulo de meio ambiente da Constituição. Mediante a instituição da EA pela a Lei Nº6. 938 a PNMA, em seu art. 2º aponta como um dos seus princípios, a

educação ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo o da capacitação da comunidade, como requisito de sua “participação ativa na defesa do meio ambiente. Em 1987 o MEC aprova o parecer Nº 226 que determina a inclusão da EA nos currículos escolares do 1º e 2º graus, de acordo com a realidade local e promovendo a integração entre escola e comunidade, como estratégia de aprendizagem.

Em 1988, segundo o seu Capítulo VI, art. 225 da Constituição Federal do Brasil, foi indicado que é de incumbência do poder público: “promover a EA em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Em 1989 foi Criado o Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA, através da (Lei Nº 7.797/89), com uma perspectiva de apoiar projetos da EA. No entanto respalda sobre uma das finalidades do FNMA que é desenvolver uma perspectiva de promover o desenvolvimento da EA sancionando a tal lei e colocando a em prática através de seu Art. 1º Ficando instituído o FNMA, com o objetivo de desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira.

Em seu Art. 2º Constituirão recursos do FNMA de que trata o art. 1º desta Lei: I - dotações orçamentárias da União; II - recursos resultantes de doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas; III - rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio; IV - outros, destinados por lei.

Enquanto a aplicabilidade dos recursos financeiros vem regulamentado e segundo o seu Art. 3º Os recursos do FNMA deverão ser aplicados através de órgãos públicos dos níveis federal, estadual e municipal ou de entidades privadas cujos objetivos estejam em consonância com os objetivos do FNMA, desde que não possuam, as referidas entidades, fins lucrativos. Assim ficando organizada em seus art. 4º e 5º aos órgãos que recebem o privilégio de ser assistido pelo programa. Segundo Art. 4º “O FNMA é administrado pela Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Governo, sem prejuízo das competências do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama. No Art. 5º Serão consideradas prioritárias as aplicações de recursos financeiros de que trata esta Lei, em projetos nas seguintes áreas: I - Unidade de Conservação; II - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico; III - Educação Ambiental; IV - Manejo e Extensão Florestal; V - Desenvolvimento Institucional; VI - Controle Ambiental; VII -

Aproveitamento Econômico Racional e Sustentável da Flora e Fauna Nativas. Trazendo intrínseco os seus incisos e sua complementação objetivando o que diz cada um:

§ 1º Os programas serão periodicamente revistos, de acordo com os princípios e diretrizes da política nacional de meio ambiente, devendo ser anualmente submetidos ao Congresso Nacional.

§ 2º Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação na Amazônia Legal ou no Pantanal Mato-Grossense.

Em 1992 foram criados o MMA e os Núcleos de EA do Ibama e dos Centros de Educação Ambiental - CEAs pelo MEC. Tendo como principal objetivo promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade.

O IBAMA, órgão federal criado pela Lei Nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989 é uma autarquia vinculada ao MMA. Seus objetivos são a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, além de assegurar o desenvolvimento econômico, com o uso sustentável dos recursos naturais.

O IBAMA é resultado da fusão de quatro entidades que, até então, atuavam separadamente na área ambiental, e que tiveram suas atribuições fundidas no novo órgão: Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, Superintendência da Borracha - SUDHEVEA, Superintendência da Pesca - SUDEPE e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

Ele tem a responsabilidade pela execução da PNMA, estabelecida pela lei nº 6.938/81, além da atribuição, ao nível federal, de conceder ou não licenciamento ambiental de empreendimentos, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais (água, flora, fauna, solo, etc.), e também pela fiscalização, monitoramento e controle ambiental.

Os CEAs, iniciou sua trajetória no Brasil ao final de 2002, inspiradas a experiências difundidas na Espanha na década de 90. Assim a Rede CEAs surge com uma missão importante. Segundo Dias (1998, p.111-112):

o MEC deverá acompanhar, avaliar e orientar efetivamente os trabalhos dos Centros de Educação Ambiental que forem apoiados e reconhecidos

por eles; o MEC deverá captar recursos para repasses aos Centros (...); o MEC deverá promover mecanismos para trocas de informações entre os Centros através de reuniões periódicas, boletins e outros meios(...); o MEC centralizará uma rede de Centros de Educação Ambiental da qual deverão fazer parte outros Centros de Educação Ambiental, quer de instituições públicas ou privadas.

As primeiras publicações oficiais sobre os CEAs são de responsabilidade do MEC, que trouxeram propostas de fundamentação e de diretrizes para a implantação de CEAs no país. Assim, na época em que foram publicadas havia uma idéia de que deveriam se constituir de centros de difusão de informação, catalisadores e irradiadores de experiências, informações e conhecimentos. Porém, surgem ligados a uma concepção marcadamente formal da EA, vinculada ao ensino formal, praticamente desconsiderando as experiências do chamado campo não formal da educação ambiental brasileira.

Assim, conforme Brasil (1992, p. 102):

os CEAs não seriam escolas ecológicas, mas sim centros geradores ou captadores de ideias e propostas. (...) A proposta é (...) utilizar o ensino formal que já temos, não criar nenhuma disciplina, com abordagem inter e multidisciplinar, e abrir a porta da escola (...) para envolver a comunidade (...). Nesse sentido, a ideia dessa proposta pedagógica do Centro de Educação Ambiental seria utilizar o programa curricular oficial e transcender o banco escolar, quer dizer, envolver o saber popular e complementar com a proposta curricular. Envolvendo o saber popular e o saber científico, o Centro seria catalizador e difusor desses conhecimentos.

Os CEAs se encontram estruturados esquematicamente de Espaço, Equipamentos e internos; Equipe educativa; projeto Político Pedagógico; e Estratégia de Sustentabilidade, cada uma com sua estrutura pensada, sistematizada para assim ser colocada em prática e promover e alcançar objetivos. O ambientalismo surge no Brasil a partir do momento em que aparecem as primeiras preocupações com os problemas ambientais por volta de 1820 a 1920, pois se caracterizou por ter chamado a atenção e preocupação da política. Assim em outras partes do mundo já se observavam essa demanda a ser pesquisada e significada.

Segundo Pádua (1997, p.14):

o ambientalismo surgiu no Caribe, na Índia, na África do Sul, na Austrália, na América Latina. Nasceu onde estava sendo implantadas práticas de exploração colonial massivas e predatórias. Essa primeira descoberta é interessante a medida em que permite formular o mito, o lugar comum segundo o qual o ambientalismo é preocupação básica do Primeiro Mundo, e dele emergiu em direção à periferia. Ao contrário, a questão ambientalista transferiu-se da periferia para o centro, das áreas tropicais coloniais, para os Estados Unidos e a Europa Ocidental.

Mesmo mediante as divergências na história com relação ao surgimento dos movimentos ambientalistas o que é de suma importância salientar que todas as atividades que se voltaram para a temática contribuíram para o fortalecimento da mesma em todos os campos de atuação, tanto político como educacional e social, a tornando um eixo de suma importância no processo de formação humana. Assim, ao longo da história e no processo de aprofundamento investigativo é possível perceber que de forma direta ou indireta sempre houve uma preocupação mesmo que por minorias com relação ao meio ambiente.

Em Dezembro de 1994 a Criação do Pronea pelo MEC e pelo MMA, Ministério de Ciências e Tecnologia - MCT, ganha dimensão em função da Constituição Federal de 1988 e dos compromissos internacionais assumidos com a Conferência do Rio, foi criado, pela Presidência do Pronea. O Pronea, compartilhado pelo então MMA, e pelo MEC, com as parcerias do Ministério da Cultura - MC, e do MCT. O Pronea foi executado pela Coordenação de Educação Ambiental do MEC e pelos setores correspondentes do MMA/IBAMA, responsáveis pelas ações voltadas respectivamente ao sistema de ensino e à gestão ambiental, embora também tenha envolvido em sua execução outras entidades públicas e privadas do país. O Pronea previu três componentes: (a) capacitação de gestores e educadores, (b) desenvolvimento de ações educativas, e (c) desenvolvimento de instrumentos e metodologias, contemplando sete linhas de ação: Educação ambiental por meio do ensino formal; Educação no processo de gestão ambiental; Campanhas de educação ambiental para usuários de recursos naturais; Cooperação com meios de comunicação e comunicadores sociais; Articulação e integração comunitária; Articulação intra e interinstitucional; Rede de centros especializados em educação ambiental em todos os estados.

Em 1995 foi criada a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental - CTTEA no CONAMA, que realizou a sua primeira reunião em junho de 1996, quando

se discutiu o documento intitulado “Subsídios para a formulação do PNEA”, elaborado pelo MMA/IBAMA e pelo MEC. Os princípios orientadores para esse documento eram a participação, a descentralização, o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural, e a interdisciplinaridade.

Ainda em 1996, incluiu-se no Plano Plurianual - PPA do Governo Federal (1996 - 1999), “a promoção da EA, através da divulgação e uso de conhecimentos sobre tecnologias de gestão sustentáveis de recursos naturais”, embora não se tenha determinado seu correspondente vínculo institucional.

Em outubro desse mesmo ano, o MMA criou o GT da EA, e em dezembro firmou um protocolo de intenções com o MEC, visando à cooperação técnica e institucional em EA, com cinco anos de vigência, configurando-se num canal formal para o desenvolvimento de ações conjuntas. Algumas atividades desempenhadas pelo GT foram às seguintes: Elaboração e coordenação da 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental; Estabelecimento de parceria com o Projeto de Educação Ambiental para o Ensino Básico “Muda o Mundo, Raimundo!”; Promoção de seminários sobre a prática da educação ambiental no ecoturismo, biodiversidade e Agenda 21. Promoção de palestras técnicas, inseridas na ação “Temporada de Palestras”; Definição das ações de educação ambiental no âmbito dos Programas Nacionais de Pesca Amadora e Agroecologia; Promoção do Levantamento Nacional de Projetos de Educação Ambiental.

Em 1997, depois de dois anos de debates, os PCN foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação - CNE. Os PCN constituem-se como um subsídio para apoiar a escola na elaboração do seu projeto educativo, inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar, bem como a necessidade de tratar de alguns temas sociais urgentes, de abrangência nacional, denominados como temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, com possibilidade de as escolas e/ou comunidades elegerem outros de importância relevante para sua realidade. Também em 1997, a Coordenação Geral de EA do Ibama criou o curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental, voltado aos grupos sociais diretamente envolvidos com as atividades de gestão ambiental (técnicos de órgãos executores de políticas públicas, produtores rurais, pescadores, grupos comunitários afetados por riscos ambientais e tecnológicos, irrigantes, cuja base está no uso intensivo de recursos ambientais, entre outros), desenvolvendo a capacidade nos

educandos de mediar conflitos de interesses entre os atores sociais na disputa pelo controle e uso de recursos ambientais.

Ainda em 1997, durante a 1ª Conferência de Educação Ambiental, realizada em Brasília, foi produzido o documento “Carta de Brasília para a EA”, contendo cinco áreas temáticas: A EA e as vertentes do desenvolvimento sustentável; EA formal: papel, desafios, metodologias e capacitação; Educação no processo de gestão ambiental: metodologia e capacitação; EA e as políticas públicas: Pronea, políticas de recursos hídricos, urbanas, agricultura, ciência e tecnologia; EA, ética, formação da cidadania, educação, comunicação e informação da sociedade.

Em 1999 foi criada a o Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA, vinculada à Secretaria Executiva do MMA, que de início passou a desenvolver as seguintes atividades: Implantação do Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental - SIBEA, objetivando atuar como um sistema integrador das informações de EA no país; Implantação de Pólos de EA e Difusão de Práticas Sustentáveis nos Estados, objetivando irradiar as ações de educação ambiental; Fomento à formação de Comissões Interinstitucionais de EA nos estados e auxílio na elaboração de Programas Estaduais de EA; Implantação de curso de EA a Distância, objetivando capacitar gestores, professores e técnicos de meio ambiente de todos os municípios do país; Implantação do projeto Protetores da Vida, objetivando sensibilizar e mobilizar jovens para as questões ambientais. Em abril do mesmo ano também é aprovada a Lei N° 9.795, que dispõe sobre a PNEA. Em 2000, a EA integra, pela segunda vez, o PPA (2000- 2003), agora na dimensão de um Programa, identificado como 0052 – Educação Ambiental, e institucionalmente vinculado ao MMA. Esse Programa foi formado por um conjunto de sete ações, ações essas sob responsabilidade do MMA, IBAMA, Banco do Brasil – BB, e Jardim Botânico do Rio de Janeiro entre elas foram: 1961 – Capacitação de recursos humanos em EA/IBAMA; 3045 – Edição e distribuição de informações técnico-científicas na área ambiental, IBAMA; 9027 – Educação do produtor rural para a utilização de práticas conservacionistas, BB; 2965 – Fomento a projetos integrados de EA, FNMA; 1984 – Implantação de pólos de difusão de práticas sustentáveis Diretoria de Educação Ambiental - DEA; 1997 – Implantação do SBIEA, DEA; 2972 – Informação e divulgação técnico-científica (Jardim Botânico do Rio de Janeiro).

Em 2001, por iniciativa dos educadores ambientais, é realizada uma reunião com o MMA para se buscar apoio às redes de EA. A partir de então, o FNMA apoiou o

fortalecimento da Rede Brasileira de Educação Ambiental - REBEA e da Rede Paulista de Educação Ambiental - REPEA, bem como a estruturação da Rede de Educação Ambiental da Região Sul - REASul, da Rede Pantanal de Educação Ambiental - RedeAguapé, e da Rede Acreana de Educação Ambiental -RAEA.

Em junho de 2002, a Lei N° 9.795/99 foi regulamentada pelo Decreto N° 4.281 (Anexo 3), que define, entre outras coisas, a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA lançando, assim, as bases para a sua execução.

Em 2003, é instaurada no MMA a Comissão Intersetorial de Educação Ambiental - CISEA, com representação de todas as secretarias e órgãos vinculados ao MMA, criando uma instância para um processo coordenado de consultas e deliberações internamente a esse Ministério, e contribuindo para a transversalidade interna e a sinergia das ações em educação ambiental desenvolvidas pelas suas secretarias e seus órgãos vinculados. Nesse mesmo ano, o MEC estabelece como prioridade viabilizar as ações e diretrizes da PNEA e reestruturar a Coordenação Geral de Educação Ambiental - CGEA, que passa da Secretaria de Educação Fundamental diretamente à Secretaria Executiva.

Em 21 de julho desse mesmo ano, o MMA e o MEC promoveram a reunião de instalação do Órgão Gestor do PNEA, um passo decisivo para a execução das ações em EA no governo federal, tendo como primeira tarefa a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Em seguida, em 17 de novembro, foi instaurado o Comitê Assessor do Órgão Gestor, sendo realizada sua primeira reunião, na qual foram criados seis (GTs): dois temporários – GT Documento do PRONEA e GT Regimento Interno; e quatro permanentes – GT Gestão do Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental - SIBEA, GT Critérios e Indicadores para Projetos e Ações de EA, GT Instrumentos Institucionais e Legais para a Promoção da EA, e GT Relações Internacionais. Em novembro de 2003, foi realizada a Conferência Nacional do Meio Ambiente, em suas versões adulto e infanto-juvenil. O documento resultante desse encontro contemplou, em um capítulo específico, deliberações para a EA.

Em 2004, a mudança ministerial e a conseqüente criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, permitiu à CGEA, maior enraizamento no MEC e junto às redes estaduais e municipais de ensino, passando a atuar de forma integrada a áreas de Diversidade, Educação Escolar Indígena e Educação no Campo, conferindo assim maior visibilidade à EA e oportunizando sua vocação de

transversalidade. A EA no MEC atua em todos os níveis de ensino formal, mantendo ações de formação continuada de 32 mil professores e 32 mil alunos do ensino fundamental por meio do programas como: Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, que deu continuidade ao processo de Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, como parte de uma visão sistêmica da EA. O fortalecimento da EA no ensino público superior se dá por meio de pesquisas em parcerias com a Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental - RUPEA, na proposta de criação de uma Política de Educação Ambiental no Ensino Superior, e também com a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira o - INEP, no mapeamento de “O que fazem as escolas que fazem Educação Ambiental? Conhecendo os caminhos da EA nas escolas do Ensino Fundamental a partir do Censo Escolar”. A EA passa a fazer parte das Orientações Curriculares do Ensino Médio e dos módulos de Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Em março do mesmo ano, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, aprovou a instituição da Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos - CTEM, que tem entre suas competências, a proposição de diretrizes, planos e programas voltados a educação e capacitação em recursos hídricos.

Em consonância com as vigências da atualidade a Coordenação-Geral de Educação Ambiental – CGEA/SECAD/MEC, em sua condição de integrante do Órgão Gestor da PNEA, encaminha ao CNE o presente texto sugestivo para o estabelecimento de Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN’s relacionadas à EA que, conforme exigência legal deve estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino. Assim, sua abordagem junto ao órgão que a regulamenta no caso as Diretrizes atuais e as DCN’s do CNE, aborda dizendo que: O Órgão Gestor da PNEA (criado pelo artigo 14 da Lei Nº 9.795/99 e regulamentado pelo artigo 4º do Decreto Nº 4.281/02) é integrado pela Diretoria de EA do MMA, DEA / MMA e pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental – CGEA / MEC. Na educação formal, este Órgão Gestor tem o desafio de apoiar professores a estimularem uma leitura crítica da realidade, sendo educadores ambientais atuantes nos processos de construção de conhecimentos, pesquisa e intervenção cidadã com base em valores voltados à sustentabilidade da vida em suas múltiplas dimensões.

Mediante tais vigências surgem à necessidade e importância da incorporação pelas Diretrizes do CNE em conformidade com os princípios e objetivos fixados pela PNMA e PNEA. Os princípios e objetivos da EA se coadunam com os princípios gerais da Educação contidos na Lei Nº 9.394, de 20/12/1996 Lei de Diretrizes e Bases – LDB, que em seu artigo 32, assevera que o ensino fundamental terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante: “a compreensão do ambiental natural e social do sistema político, da tecnologia das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”.

Ocorre que, em suas práxis pedagógicas, a EA envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, onde cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras a partir do meio ambiente natural ou construída no qual as pessoas se inserem. A EA avança na construção de uma cidadania responsável, estimulando interações mais justas entre os seres humanos e os demais seres que habitam o Planeta, para a construção de um presente e um futuro sustentável, sadio e socialmente justo. De acordo com a exigência superiora com relação aos estados a Bahia em 07 de fevereiro de 2011 instituiu a Lei Nº 12.056 que regulamenta a Política Estadual de Educação Ambiental - PEEA, que é resultado de um amplo processo participativo, com diversas consultas públicas em 26 territórios desse imenso estado. Nesse caminhar encontrou-se diversos cenários de diversas culturas, histórias e saberes, que possibilitou que esse produto se tornasse rico e diverso, em uma perspectiva de retratação os anseios de toda uma sociedade.

O programa busca promover uma inter-relação entre Estado, Município e Regionais de EA, bem como projetos e ações na área, estando entre ambas sintonizadas e por ela ser fomentadas. Para tal é necessário compreender a Lei para que aconteça. É necessário também estabelecer acordos, fazer política na acepção de confabulação para o gerenciamento do bem comum, acordos de convivência, que possibilitem a melhoria das condições de existência para todos.

A medida que as sociedades humanas se desenvolvem e em meio a tamanhas complexidades, aumenta direitos e deveres em meio as decisões sobre a vida pública e coletiva, aumentando as normas legais, ao mesmo tempo às tornando restritas aos políticos, profissionais e aos especialistas. Nessa contemporaneidade, muitas pessoas desconhecem conteúdo da grande parte da constituição em todas suas instancias, tornando cidadãos omissos no processo de combate às mazelas ambientais e sociais entre elas: o aquecimento global, a fome, a miséria, a falta de água, as guerras os

vazamentos de petróleo, os vazamentos nucleares entre outros, fazendo com que aumente o clamor por atitudes coletivas que garantam a sustentabilidade da vida da espécie humana na terra.

Mediante a PEEA Lei N° 12.056/11 a EA, nos últimos 40 anos, tem sido apontada como um caminho para o enfrentamento desse duplo desafio. Nesse contexto, emergem suas leis, buscando atender às peculiaridades de cada grupo social, em seus territórios de cidadanias.

1.1.3 A inserção da Educação Ambiental nas instituições educacionais

Desde a década de 1990 se deu início uma rápida e progressiva incorporação da EA no tecido social. Algumas empresas em especial aquelas que desenvolviam atividades que impactavam o meio, passaram a investir maciçamente em programas de EA, como uma forma de compensação pelos os impactos ambientais. Órgão públicos nas diversas esferas que estão interligados às gestões públicas investem em diversas linhas de formação social. Continua a se expandir mediante a tecnologia e apoiada pela a mídia mesmo em horários de pouca audiência cresce em espaço significativo não se restringindo apenas aos programas educativo, mas conquistando espaço em programas de audiência como Jornal Nacional e Fantástico, além das novelas.

Por tanto o que se passa é que pode se presenciar uma crescente popularização da EA em diferentes espaços sociais, e conseqüentemente, isso vem ocorrendo também nas instituições educacionais, tanto no ensino básico como na educação superior. Assim, um estudo feito a partir do Censo Escolar da Educação Básica (realizada anualmente pelo Inep) revela o alcance dessa disseminação da EA. Essa pesquisa se deu mediante análise do Censo Escolar de 2001 a 2004, onde os autores da pesquisa foram (Veiga; Amorim; Blanco, 2005) constataram que em 2001, 61,2% das escolas do país declararam que faziam EA; já no ano de 2004, a porcentagem de escolas que disseram trabalhar com EA subiu para 94%. Certamente, destacou-se como um crescimento surpreendente em um tempo pequeno.

No Censo Escolar, as escolas deveriam responder em que modalidade realizavam EA: por projetos, por disciplinas especiais ou pela inserção da temática ambiental nas disciplinas. Dessas opções, a mais executada pelas as escolas, tanto em 2001 quanto em 2004, foi a inserção curricular da EA. Cabe destacar que a quantidade de escolas que declararam desenvolver projetos de EA praticamente dobrou de 2001

para 2004. Esse avanço se dar mediante orientações da PNEA de não se realizar EA como um elemento isolado no currículo. Para tanto relacionar o aumento das práticas escolares em EA com o processo de “ambientalização” das instituições de educação superior. Cada vez mais a questão ambiental, e sobretudo, a EA aparecem como componentes nos cursos de graduação, de mestrado, de doutorado e de especialização. Isso se dá especialmente nos cursos de licenciatura.

1.1.4 A PNEA e a propagação das práticas de Educação Ambiental no Brasil

A política de Educação Ambiental – PNEA foi promulgada pela Lei Nº 9.795/99 e regulamentada pelo decreto Nº 4.281, em 2002. Antes da publicação dessa Lei, a EA já se fazia presente na Lei Nº 6.938, de 1981, a qual instituía a PNMA e no seu artigo 2º, inciso X, destaca a importância de se propiciar “[...] educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente”. Além disso, a Constituição Federal de 1988 determina que o Estado deve, “[...] promover a EA em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (art. 225, §1º, inciso VI).

No entanto a normatização detalhada acerca da institucionalização da EA em âmbito nacional se efetiva somente com a publicação da Lei Nº 9.795 que dispõe sobre a EA e institui o PNEA. Porém é de fundamental importância expor a definição para EA. Assim, segundo o Art. 1º. Entende-se por EA os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. E complementa atribuindo que é um bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

No artigo 2º, define-se que a EA deve ser um componente essencial e permanente da educação, apresentando-se em todos os níveis e modalidade de ensino, incluindo a educação não-formal. Assim, a incumbência para que essa determinação seja cumprida é estabelecida no artigo 3º: instituições educativas, órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente, meios de comunicação de massa, empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas e sociedade de modo geral recebem instruções atribuições (diferentes) no sentido de promover a concretização dos termos que constam nessa lei.

Depois de sua organização mediante sua regulamentação em lei, traçou-se os objetivos e os princípios da EA e de acordo com o seu II capítulo passou a apresentar os aspectos à Programa de Educação Ambiental - PEA, promulgada pela Lei de N° 9.795/99, em 1999, e regulamentada pelo Decreto N° 4.281 em (2002), e as instituições as quais o PNEA envolve em seu artigo 7°:

[...] órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente SISNAMA, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não governamentais com educação em educação ambiental.

Tais instituições devem seguir estas linhas de atuação: capacitação de recursos humanos; desenvolvimento de estudos, pesquisa e experimentações; produção e divulgação de material educativo; e acompanhamento de avaliação (artigo 8°). Depois, há um detalhamento relacionado à inserção da EA na educação formal e não-formal. A lei também define, no capítulo III, que sua execução deverá coordenada por um órgão gestor, que só foi criado efetivamente com regulamentação da lei feita pelo decreto de 2002.

O estado da Bahia através de Órgão Gestor da PEEA, coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente e da Educação teve a preocupação de criar e apresentar o Programa de EA do Estado da Bahia o PEA-BA, embasado pela Lei N° 12.056/2011 através de um processo articulado a consulta pública a qual reuniu aproximadamente 5.000 pessoas em 26 seminários territoriais, sendo o momento precursor resultante da sistematização dos conteúdos debatidos nas consultas. É importante ressaltar que houve uma grande sintonia entre a Lei e o programa de EA, que destacaram a Comunicação, a Transversalização e a Avaliação como eixos estruturante.

O PEA estabelece também 08 áreas Temáticas e suas Estratégias para o desenvolvimento dos Eixos Estruturantes, destacando no programa, a saber: EA no Ensino Formal; EA Não-Formal; EA na Gestão das Águas, EA no Saneamento Ambiental; EA na Gestão das Unidades de Conservação; EA na Gestão Municipal; EA para o Licenciamento e a Educomunicação Socioambiental.

A partir da sanção da Lei N° 12.056 de 07 de Janeiro de 2011 que instituiu a PEA- BA, criando um marco legal para a EA no Estado, para a sua regulação e para a criação de demais Leis municipais relacionadas ao tema. Assim, o programa deve ser entendido como um conjunto de diretrizes e estratégias para orientar a implementação

de diretrizes e estratégias para orientar a implementação da política e como referência para a elaboração de programas e projetos setoriais ou territoriais de educação ambiental, estabelecendo também as bases para a captação de recursos financeiros nacionais, e internacionais, destinados a implementação da educação ambiental.

1.2 Educação Ambiental e o currículo

No decorrer da história os diversos movimentos em pró da Educação Ambiental - E.A, foram importantes para assegurar sua consolidação chamando a atenção de distintos autores e oficializando o seu conceito e definindo-a de acordo com Medina: (1999, p.25), a EA é:

a incorporação de critérios socioambientais, ecológicos, éticos e estéticos nos objetivos didáticos da educação. Pretende construir formas de pensar incluindo a compreensão da complexidade e das emergências e inter-relações entre os diversos subsistemas que compõem a realidade.

Dentre outros documentos oficiais destacam-se o de Tbilisi em sua Conferência Mundial em 1977, em que define a EA como um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. Para Sato (2002, p.23) “a E.A também está relacionada com a prática de tomada de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida”. A EA no Tratado para a Sociedade Sustentável e Responsabilidade Global, fruto da 1º Jornada Intergovernamental na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - ECO – 92 somos entendidas como processo de aprendizagem permanente baseada no respeito a todas as formas de vida, afirmando valores e ações que contribuam para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela deve estimular a formação de sociedade socialmente justa e ecologicamente equilibrada, com a diversidade de co-responsabilidade individual e coletiva em todos os níveis, seja ele local nacional ou global. Assim, para o Órgão Gestor da PNEA (2005), ela precisa “ser transformadora e libertária”, contribuir com a formação do sujeito crítico de seu papel histórico, que possam estabelecer relações sociais e estilos de vida baseados em valores éticos humanitários e de relações mais justas entre os seres humanos e destes para com o meio e os outros seres vivos.

Mediante sua importância e necessidade criou-se a Lei Nº 9, 795 de 27 de Abril de 1999, que instituiu a PEA e por se conceituando-a como o processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem e uso comum do povo, essencial para à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Em seu Art. 2º afirma: A EA é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. É importante lembrar que o Brasil é o único país da América Latina que possui uma política nacional específica para a EA. A Educação Ambiental está posta no currículo de forma transversal. Segundo Carvalho (1997, p.19), pode ser entendido como:

uma ferramenta privilegiada para o estabelecimento de um novo contrato com a natureza baseada em uma conscientização mais profunda, tanto dos elementos que compõem o meio ambiente, e complementa que onde o homem precisa passar a ser encarado como um elemento-chave do conteúdo ambiental, quanto à necessidade de ver o meio ambiente como condição maior de vida.

Nos PCN's os conteúdos de Meio Ambiente foram integrados às áreas, numa relação de transversalidade, de forma que impregne toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, crie uma visão global e abrangente da questão ambiental, visualizando os aspectos físicos e histórico-sociais como as articulações entre a escala local e planetária desses problemas.

1.2.1 O que são os PCN's e a Educação Ambiental?

Atentos às inúmeras e agudas mudanças pelas quais o mundo e suas estruturas societárias atual vêm ocorrendo, advindas das crises de paradigmas civilizatórios manifestada através das várias formas de exploração da natureza e da miserabilidade humana e dos impactos do capitalismo globalizado, os PCNs são apresentados como uma reunião de propostas atuais e eficazes para analisar políticas curriculares nacionais no que concerne à elaboração de projetos educativos, ao planejamento didático, o material didático utilizado, e principalmente as reflexões sobre a prática pedagógica em geral. Sua aplicabilidade está pautada em vários fatores diferentes, mas intimamente relacionados, tais como: a competência política-executiva

dos órgãos competentes na esfera estadual e municipal; a diversidade sociocultural das diferentes regiões do país e a autonomia de professores e equipes pedagógicas, o que já por se só já representa um enorme desafio.

A definição de parâmetros no campo curricular visando orientar ações educativas mais eficientes já estava prevista inclusive no Plano Decenal de Educação (1993- 2003) e na própria Constituição de 1988 que já insinuava essa estratégia. Assim, organizado seus conteúdos de forma estratégica e em volumes de cores diferente sendo a fonte inspiradora por sua criação foi à reforma educacional promovida na Espanha em 1990.

No que se refere à concretização propriamente dita dos PCNs, na escola foi uma organização de 04 níveis distintos ficando assim organizado: um primeiro nível tido como referencial para a elaboração das políticas do MEC, subsidiando a elaboração ou revisão curricular dos Estados e Municípios; um segundo nível que diz respeito à adaptação do mesmo como parâmetro para a elaboração das propostas curriculares das Secretárias de Educação dos Estados e Municípios; um terceiro concernente ao ajuste das propostas curriculares de cada instituição escolar, e por fim um quarto nível de concretização que se refere à programação das atividades de ensino e aprendizagem em cada sala de aula. Sancho (1998, p.16) salienta que:

infelizmente, essa nova proposta curricular não tenha vindo acompanhada de uma necessária reforma social, política, cultural, e econômica que enfrente os problemas básicos que perpetuam a situação do sistema educativo público. Assim, reitera afirmando que em momento algum podemos ignorar o óbvio. A escola não educa sozinha. Se não existir um pacto social com as demais instituições sociais e inclusive a familiar, somadas às reformas necessárias ao seu desenvolvimento, não será possível formar cidadão nos valores propostos pelos PCNs, sobretudo em relação à transversalidade ambiental.

Em contrapartida os PCN's e o currículo associados em termos e facilmente percebível, em uma primeira apreciação que é possível entender a expressão parâmetro curricular de forma redundante, uma vez que, qualquer currículo em última instância pode ser entendido como um parâmetro. No caso dos PCNs, gera-se uma tensão onde pode ser percebida, na medida de sua observância uma vez que não configure como uma norma, podendo ou não seguir os parâmetros sugeridos para a elaboração dos

currículos, não apenas da rede pública, mas também da rede particular de ensino, já que são tomadas como referências oficiais do MEC.

1.2.2 Os objetivos fundamentais dos PCN's sobre um olhar transversal

Os objetivos se encontram estruturados nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Artes, Educação Física e Língua Estrangeira, onde em questões de disciplinas não são facilmente executados. Assim foram elaboradas com uma perspectiva que os educandos que estão concluindo o ensino fundamental tenham adquiridos as habilidades. Segundo os PCNs (vol.1, p.107) os educandos devem minimamente:

compreender a cidadania como participação social e política, posicionar-se de maneira crítica e responsável em diferentes situações sociais; utilizando-se do diálogo; conhecer as características fundamentais do Brasil em suas diferentes dimensões; conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio cultural brasileiro; perceber-se integrando do meio ambiente e agente transformador do mesmo, podendo contribuir para sua melhoria; desenvolver seu senso de confiança e autoridade; contribuir para o conhecimento e valorização do próprio corpo, através da adoção de hábitos saudáveis; utilizar diferentes linguagens (verbal, matemática, corporal, etc.) como meio para produzir e expressar suas ideias; saber-se utilizar de diferentes fontes de informação e os recursos tecnológicos necessários para adquirir e construir conhecimentos; e por fim, questionar a realidade, formulando problemas e buscando resolvê-los, utilizando o pensamento lógico, a criatividade, a intuição e a capacidade de análise crítica.

Porém mediante tamanha complexidade de formação de sujeito cidadão os PCNs não apontam formas para que os educandos possam alcançar tais objetivos, e tão pouco oferecem instrumentos às Secretarias de Educação e demais órgão competentes medidas necessárias para assegurar sua concretização. É notório salientar que mediante tamanhas complexidades que o mundo contemporâneo oferta se torna muito mais difícil para a educação subsidiar tamanhas exigência na formação cidadã. Assim, em contrapartida como proposta para combater essa mazela é apresentada um conjunto de temas denominados de transversais, se justificando por perpassarem por todos os conjuntos de

disciplinas sem configurarem como tais. O principal critério na transversalidade é o relacionamento destas questões/temas com o cotidiano vivenciado no momento em que o conhecimento está sendo construído em aula e suas respostas se fizerem necessárias.

O caráter crítico da proposta transversal em relação ao currículo do tipo disciplinar se apresenta e torna-se mais visível através de sua preocupação de que a prática pedagógica venha a expressar a perspectiva política, social e cultural de nossa sociedade. No entanto, pautando-se na premissa de que os temas contemplados nas diferentes áreas não podem configurar um aprendizado a parte e valorizando a compreensão integral de cada tema, a transversalidade entende que em função da extensão, profundidade e complexidade desses temas, carregados de valores e interesses em conflito. Segundo Sancho (1998, p. p.12-17):

abre-se um espaço oportuno tanto para o estabelecimento de um novo diálogo em sala de aula, onde juntos professores e alunos são incentivados a discutirem e se posicionarem sobre os mesmos. E reforça dizendo que é importante para a valorização dos saberes extraescolares e suas possíveis inter-relações com o currículo formal da escola.

Assim sendo, fica visível que é impossível não levar em consideração as temáticas da EA.

1.2.3 Transversalização da Educação Ambiental

A educação para essa contemporaneidade traz um foco voltado para a cidadania e requer uma atenção às mazelas e para as desigualdades sociais. A educação como tal tem como responsabilidade promover um ambiente frutífero no campo da aprendizagem no processo de formação de sujeitos humanos socialmente crítico e reflexivo. No entanto, a EA, ganhou maior espaço mediante a transversalidade, uma vez que, o currículo auferiu maior abertura por meio dos favorecimentos de estudos de diversas realidades de forma mais contextualizada. Assim, por ser voltado para questões sociais e diferentes das áreas convencionais. É de suma importância lembrar sua necessidade em meio aos debates de diferentes naturezas sociais, em diversos campos e âmbitos sociais, em busca de soluções e alternativas de intervenção, para uma melhor convivência. Para os PCN's (1997, p. 40):

a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade

de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). A transversalidade promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos. Por essa mesma via, a transversalidade abre espaço para a inclusão de saberes extras-escolares, possibilitando a referência a sistemas de significados construídos na realidade dos alunos.

Fortalecer parcerias é de fundamental importância para o avanço da EA em todas as suas atribuições dentro dos diversos campos de formação e atuação da sua concepção. É de fundamental importância conectar todas as esferas de cunho formativo e informativo para que haja uma participação efetiva socioambientalmente verdadeira.

A EA traz em seu ensejo uma grande responsabilidade de interconexão em diversas áreas temáticas e é de grande responsabilidade subsidiá-las, entre elas, EA Formal e Não-formal, EA no Saneamento Ambiental, EA na Gestão das Águas, EA na Gestão das Unidades de Conservação, EA na Gestão Municipal, EA para o Licenciamento e na Educomunicação Socioambiental. É de fundamental importância, salientar a tamanha complexidade no processo de formação humanamente integrada a uma educação que vise estar interligada a distintas temáticas e, através de tais subsidiar uma conscientização de tamanha importância para as gerações futuras. Realidade possível que somente por meio de uma educação que tenham em meio aos seus princípios de formação valores éticos e morais sendo imbuído em meio à sociedade desde os primeiros dias de vida de cada sujeito humano desde o processo de formação familiar e escolar.

1.2.4 A Educação Ambiental no ensino formal

A EA no ensino formal tem sua efetividade no âmbito das instituições públicas, privadas e comunitárias de ensino, como escolas, faculdades, universidades, centros de formação técnica, dentre outros. Mediante desafio de ampliar conhecimentos dos educadores (as) e incentivar discussões sobre questões socioambientais nas escolas. É vista como ferramenta de transformação das grandes massas, pois possibilita através de sua aplicação de forma correta transformar vidas e realizar sonhos outrora impossíveis de realizar.

Formar cidadãos é um dos maiores desafios da educação, esse ser que está sujeito a evoluir depende de vários costumes aos quais estão em volta a sua convivência e para mudar os costumes de uma sociedade é preciso investir muito pesado em educação e na cultura que se encontra, sendo da local para global, porém essa mudanças cultural precisa ser fundamentada e aplicada nas escolas de maneira que venham a modificar costumes outrora prejudiciais ao meio ambiente, capacitando assim, pessoas envolvidas no sistema.

O sistema precisa subsidiar essa possibilidade e através de ações geradas dentro dos contextos educacional e social, alavancar atitudes e ações que possam assegurar uma mentalidade ambiental de respeito mútuo e reciprocidade seja a curto ou a longo prazo entre homem e natureza. A EA deve ser assegurada em todas as modalidades de ensino de maneira como se promulga a Lei, Nº 9.795/99 através de sua formalidade, porém somente assegurar em Lei não é suficiente.

É necessário que criem mecanismos do seu uso nas unidades de ensino de forma a credibilizá-la como mais um eixo para ajudar no processo de formação integral do homem, para que essa formação ocorra na prática é necessário capacitar os educadores. Para tanto o que rege na Seção II sobre a EA no Ensino Formal em meio ao seu Art. 9º, dispõe que por EA na educação escolar deve ser incorporadas e desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando toda a Educação Básica, sendo assim: Educação Infantil; Educação especial; Ensino médio; Educação Superior; Educação Profissional; e Educação de Jovens e Adultos.

Assim sendo, em comunhão com o artigo 10º, a EA deverá ser desenvolvida como uma prática educativa integrada continua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. Para tanto segue em meio aos seus incisos recomendações enquanto sua estruturação e organização curricular: §1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino; §2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica; §3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis deve ser incorporado conteúdos que trata da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

No entanto, é de suma importância salientar que diante da sua tamanha dimensão e imensa necessidade dentro do processo de formação cidadã para as gerações atuais e futuras conste em meio curricular o processo de formação de professores em todos os

níveis, perpassando de forma transversal contemplando todas as disciplinas, incorporando nesses profissionais habilidades cognitivas e socioambientalmente conscientes sobre a sua responsabilidade em meio a uma convivência mais harmoniosa e sustentável com o meio ambiente, assegurando o que se propõe a Lei em todos os seus artigos.

Seção II – Da Educação Ambiental no Ensino Formal, segundo ao Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: Educação Básica e suas modalidades de ensino entre elas: Educação infantil; Educação especial; Ensino médio. Além da Educação superior; Educação Profissional e Educação de jovens e adultos;

De acordo com o artigo.10º A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. Assim através da conjuntura de seus incisos citados a seguir: §1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. §2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica. §3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis deve ser incorporado conteúdos que trata da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11º A dimensão ambiental, deve constar dos currículo de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividades devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art.12 A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimentos do disposto nos arts. 10 e 11 desta lei.

1.2.5 A Educação Ambiental não formal

A educação ambiental não-formal é aquela feita fora dos espaços formais de ensino e se constitui de processos educativos voltados à mobilização, capacitação, organização e participação individual e coletiva, na construção de sociedades

sustentáveis. É notória a importância da junção das duas formas de educação tanto formal e não formal no campo de formação humana.

Para Boff (1997, p. 72):

a natureza e o universo não constituem simplesmente o conjunto de objetivos existentes, como pensava a ciência moderna. Constitui sim uma teia de relações, em constante interação. Os seres que interagem deixam de ser apenas objeto. Eles se fazem sujeitos, sempre relacionados e interconectados, formando um complexo sistema de inter-retrorelações. Seja ela formal ou informal, mediante a difícil tarefa de educar para uma vida sustentável.

Depende de toda uma coligação de valores e interesses atribuídos a um bem maior que é o comum, comum não apenas aos seres humanos mas, também a todas as outras formas de vida existente no planeta como também aos recursos naturais, uma vez que, são eles que asseguram a vida e a sua qualidade no planeta.

Seção III – Da EA Não Formal segundo ao art. 13º entendem-se por educação não formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. É de importância do poder público em toda as suas instancias incentivar: A difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programa de campanhas educativas e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente; A ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais, na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal; A participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimentos de programas de educação ambiental em parceria com a escola, as universidades e as organizações não governamentais; A sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação; A sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas as unidades de conservação; A sensibilização ambiental dos agricultores e o ecoturismo.

Parágrafo único. O poder Público em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I – a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programa de campanhas educativas e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente.

II – a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais, na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal.

III – a participação de impressas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, as universidades e as organizações não governamentais.

IV – a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação.

V – a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas as unidades de conservação.

VI – a sensibilização ambiental dos agricultores.

VII – o ecoturismo.

1.2.6 Educação Ambiental na gestão das águas

A gestão das águas envolve o gerenciamento das águas, compreendida como ações que permitam o acesso universal, manuseio e tratamento das águas e que dependem do conhecimento do uso do solo, das bacias hidrográficas e dos sistemas de gestão coletiva dos Recursos Hídricos.

É de sublime importância o cuidado com o bem mais valioso do planeta, uma vez que, não existe uma só forma de vida que não dependa desse líquido tão maravilhoso para sobreviver. Seiva perfeita da vida, célula que proporciona a existência de tudo e que esse cuidado deve ser debatido em meios educacionais no processo de formação socioambientalmente em uma perspectiva de através do processo de formação humana assegurar o uso de forma consciente e inteligente para a preservação desse bem comum e, que por meio dessa formação garanta a sadia qualidade de vida para todos os seres do hoje e para as gerações futuras.

1.2.7 Educação Ambiental no saneamento ambiental

O saneamento ambiental abrange um conjunto de ações destinadas a tornar e manter o ambiente em que vivemos favorável à saúde e ao bem-estar das pessoas, tais como abastecimento público de água potável; asfaltamento e tratamento de esgotos;

limpeza urbana; coleta e disposição de lixo drenagem de águas pluviais. Desenvolver em meio uma sociedade uma consciência da importância de preservação implica toda uma dinâmica processual e continua em um meio social, e que por meio dessa conscientização atrelada uma sensibilização possibilite a construção de valores culturais, éticos e morais, em perspectiva de ação conjunta nos diversos processos de preservação dos recursos naturais, buscando uma minimização do uso exagerado dos recursos naturais em meio ao campo urbano e rural. Desenvolver prática de uso sustentável em meio uma sociedade é preciso implementar obras de cunho ao bem comum a todas as classes e, que essas medidas devem sempre vir agregadas a um processo de divulgação e exposição das futuras ações por meio de audiências públicas em uma perspectiva de debater o assunto e possibilitar toda comunidade se posicionar em meios às decisões tomadas, e assim efetivar o processo de formação básica que a comunidade seja ela local, regional e nacional, tenha conhecimento das ações que serão praticadas.

1.2.8 Educação Ambiental na gestão das unidades de conservação

A unidade de conservação é um espaço de território com características naturais relevantes e limites definidos, instituído pelo poder público para garantir a proteção e a conservação dessas características naturais. Surgem com áreas das quais são determinadas para assegurar recursos naturais para as gerações futuras e estruturar espaços os quais podem ser utilizados como áreas preservatórias e conservatória. Nesse contexto existem as APAS que significa Área de Proteção Ambiental, onde nesses espaços pode se explorar de forma inteligente os recursos naturais e as APP, conhecida como Áreas de Proteção Permanentes. Nessas áreas fica proibida a exploração em qualquer nível, são regiões como montanhas, morros, parques ecológicos etc. lugares que deveriam ser intocados pelos os seres humanos enquanto espaços a serem explorados.

1.2.9 Educação Ambiental na gestão municipal

Os municípios têm grande importância no sistema federativos brasileiros e de destaque no SISNAMA, por representarem os aspectos de significação da vida das

peessoas. Para a implementação da educação ambiental na gestão municipal destacou-se a necessidade de formação de gestores públicos, parcerias entre os vários níveis de poder público e o emprego de instrumento de planejamento participativo, como a agenda 21. Para tanto existe a sugestão para todos os municípios do país em ter atrelado à política nacional de Educação Ambiental e de Meio Ambiente os seus conselhos de meio ambiente, algo que facilitaria a criação e implementação da agenda 21 local, no processo de criação de leis local que assegurasse a proteção da vida nos períodos defesos, como caça, pesca, exploração de madeira, uso e ocupação do solo, coleta seletiva, política de recolhimento de embalagens de agrotóxicos etc. No entanto a ausência desse órgão de cunho municipal atrofia o andamento da política nacional de meio ambiente a tornando mais fraca e na maioria das vezes esquecida.

1.2.10 Educação Ambiental para o licenciamento

Nos processos de licenciamento ambiental existem condicionantes para ações sociais e de educação ambiental que devem ser cumpridas nas diferentes etapas da implementação de um empreendimento. Entretanto, são condicionantes que não atendem às exigências da Política de Educação Ambiental, causando fragilidades no processo de minimização dos impactos negativos gerados pelo empreendimento.

1.3 Educação Ambiental e a interdisciplinaridade

O desafio contemporâneo é assegurar um avanço civilizatório com qualidade ambiental para o agora e as gerações futuras. Educar nessa perspectiva demanda várias diretrizes que visam a necessidades de estarem conectados a estratégias educacionais curriculares e contextualizadas como Projetos Políticos Pedagógicos que se estrutura intercalando-se a todos os níveis e modalidades de ensino de forma transversal e interdisciplinar.

Assim, conforme Luck (2001):

a interdisciplinaridade é o processo de integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino. Reforça ainda dizendo que é preciso objetivar a

formação integral dos alunos a fim de que exerçam a cidadania, mediante uma visão global de mundo e com capacidade para enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade. (Luck 2001, p.64)

Segundo Gimenez e Andrade (2007, p. 150) “o primeiro passo para um trabalho de caráter interdisciplinar é o cultivo do saber interdisciplinar”. Segundo Carvalho (2012, p. 121) “a meta não é unificar as disciplinas, mas estabelecer conexões entre elas, na construção de novos referenciais conceituais e metodológicos consensuais”.

Segundo Hartmann (2007, p.18):

essa forma de atender e organizar o currículo envolve dois conceitos intensamente interligados: a interdisciplinaridade e a contextualização. E reforça dizendo que a interdisciplinaridade é uma condição necessária para o estudo de fenômenos sociais, econômicos, culturais e científicos [...], a contextualização é um recurso para o estudo desses fenômenos.

Para o desenvolvimento da educação ambiental, nos diversos campos de formação sendo eles formais ou não-formais é de sublime importância proporcionar às escolas a possibilidade de debater a temática em perspectiva democrática, possibilitando ao sujeito em formação pensar em uma sociedade em desenvolvimento com diversas interfases quando se trata da construção das relações do saber científico, político, social e ambiental.

A interdisciplinaridade em contexto ambiental projeta-se como necessária ao romper com explicações reducionistas e lineares, com teorias comportamentais, e com paradigmas contemporâneos de práticas de dominação autoritárias. Proporciona mudanças de mentalidades ao traduzir percepções holísticas da natureza, da cultura, da realidade científica, favorecendo a uma nova forma de pensar o mundo em uma totalidade possibilitando o pensar e repensar uma sociedade em transformação. Para Gimenez e Andrade (2007, p.150) o primeiro passo para a construção de um trabalho de caráter interdisciplinar é “o cultivo de um saber interdisciplinar, isto é, de uma cultura geral ampla pelos docentes que pretendem desenvolver esse trabalho”. Assim sendo, os professores devem promover uma educação ambiental que demande ações sociais em contexto educacional que venha atrelada a diversos fatores de formação cidadã como, pensamento crítico inovador, ser assegurada como um direito a todos, promover consciência local e inter planetária, estimular a igualdade e a distribuição de renda de forma mais igualitária, promover estratégias democráticas entre as culturas e o meio

ambiente e debater a minimização de problemas que venham a acometer todas as formas de degradação colocando em risco a vida no planeta.

Para que desenvolva a prática da interdisciplinaridade nas escolas é necessário de uma ação conjunta entre professores engajados com o propósito de trocas de informações, interagindo uns com os outros, através de ações pensadas e coordenadas para que alcance os objetivos pretendidos. Segundo ao Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentável e Responsabilidade Global (tratado das ONG's, p. 194-196) destaca que:

A educação ambiental é individual e coletiva. Tem propósito de formar cidadãos com consciência local, e planetária, que respeitem a autodeterminação e a soberania das nações; [...] a educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar. (Tratado das ONG's, p. 194-196).

No entanto, para desenvolver de formas metodológicas o ensino da educação ambiental é necessário que cada educador adote uma postura interdisciplinar e que essa postura possa proporcionar o diálogo, compartilhar ideias e experiências, possa facilitar o acesso a novos saberes, e a romper com hábitos acomodados, possibilite também as trocas de informações necessárias para que ocorram as intervenções bem-sucedidas no campo socioambiental. Segundo Porto-Gonçalves (1990, p. 134):

a questão ambiental convoca os vários campos do saber a depor. A questão ambiental, na verdade, diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza. Reforça salientando ainda que nela estão implicados as relações entre o mundo físico-químico e o orgânico. Nenhuma área do conhecimento específico tem competência para decidir sobre ela, embora muitas tenham o que dizer.

É de sublime importância salientar que não é possível compreender essas relações por meio de uma única ciência, e muito menos de uma ou mais disciplinas, mas, por meio das inter-relações entre elas. Para tanto a EA traz com sigio parâmetros de complexidade desafiando um pensar agir na construção de um novo modo de ensinar-aprender que supere uma realidade fragmentada.

Dessa forma, unificar saberes parte de um princípio de articulação do conhecimento conectando disciplinas em uma realidade mutua de auto coordenação e

cooperação em constante sintonia na construção de conceitos metodológicos trivial à compreensão de todos.

A interdisciplinaridade em perspectivas de suas metas não traz a proposta da unificação das disciplinas, mas, a proposta de estabelecer conexões entre elas. Assim promover o surgimento de novos conceitos metodológicos, comum a todos envolvendo os diversos diálogos entre saberes do senso comum e científico. Conforme Thiesen (2008, p.545) “quanto ao sentido e à finalidade da interdisciplinaridade: ela busca responder às necessidades de superação da visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento. Assim, promover essa superação é assegurar uma intercomunicação entre profissionais e disciplinas em meio ao o processo educacional. Segundo Japiassu (1976, p.74) “a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto”. Assim, a interdisciplinaridade estabelece que deve ocorrer interação e diálogo entre profissionais e disciplinas para construir novos conhecimentos nas diversas áreas do saber.

No entanto, a complexa tarefa de educar a humanidade perpassa pelos educadores onde na maioria das vezes estacionam em uma acomodação profissional, cessando a sua busca de aperfeiçoamento que é em ser um educador pesquisador e o desconhecer e a prática acaba deparando com a falta dos múltiplos conhecimentos necessário para o processo de formação cidadã, os tornando incapazes de formar sujeito socioambientalmente integrado à cultura local, regional e nacional, e aos principais meios econômicos vigentes. Segundo Carvalho (2004, p. 129), “[...] nos caminhos da interdisciplinaridade, uma receita pronta seria algo muito antagônico aos ideais pretendidos. [...] A construção de práticas inovadoras não se dá pela reprodução, mas pela criação”. Assim sendo, construir novas didáticas é enveredar-se em um caminho frutífero de novas descobertas profissionais, recheadas de diversos saberes capazes de promover uma nova realidade educacional à medida em que esses conhecimentos sejam colocados em prática.

1.3.1 Multidisciplinaridade e transdisciplinaridade

Para Carvalho (2012a, p.121):

a Multidisciplinaridade diz respeito à situação em que diversas disciplinas, com base em seu quadro teórico-metodológico, colaboram no

estudo ou tratamento de dado fenômeno. Os limites disciplinares são mantidos e não se supõe, necessariamente, a um novo campo do conhecimento. É necessário que se mantenha uma coerência entre a lógica e as disciplinas para que ambas se entrelacem em cômoda justaposição ou adição como disciplinas.

No entanto, é de sublime importância que haja junção entre os fenômenos educacionais e, que ambos possam se intercalarem, sejam, diretamente ou longitudinalmente em uma perspectiva de formação humana.

Em quanto à idéia de transdisciplinaridade, de acordo com Carvalho (2004b, p.121):

trás uma reacomodação e unificação dos conhecimentos disciplinares, com relativo desaparecimento de cada disciplina. E ressalta dizendo que, cada campo especializado do saber envolvido no estudo e tratamento de dado fenômeno seria fusionado em um amplo corpo de conhecimento universais e não especializados que poderiam ser aplicados a qualquer fenômeno.

No entanto, caminhar em uma mesma direção proporciona de certa forma, um ensejo favorável para a promoção de uma formação contextualizada.

Segundo Gallo (2003, p.99):

pensar na transversalidade no campo da educação é abrir mão da necessidade de recuperar uma unidade supostamente perdida. Na transversalidade, “[...] os campos dos saberes são tomados como absolutamente abertos; como horizontes, mas sem fronteiras permitindo trânsitos inusitados e insuspeitados.

Conforme o exposto, os saberes se encontram mediante aberturas promovidas por uma prática inovadora em junção de conteúdos pré-estabelecidos, rompendo barreiras e assegurando o ensino aprendizagem.

Para Leff (2001, p.150) “A partir de sua marginalidade, o saber ambiental faz falar as verdades silenciadas, os saberes subjugados, as vozes caladas e o real submetidos ao poder da objetivação cientificista do mundo”. No entanto em junções que se acomodam através da inter, multi e transdisciplinarmente, os diversos contextos e fenômenos, onde tudo perpassa pelos sentidos comum e científico, uma vez que se agregam em uma busca infinita de expor e correlacionar conhecimentos teórico e metodológicos transformando-se em um conjunto de ações pensadas e efetivadas de

forma coerente e sistemática, faz vir à tona um novo tipo de saber que exige outras formas de produzir o relacionar conhecimentos, onde descredibiliza um olhar fragmentador das disciplinas e sim, uma possível interligação do conhecimento fragmenta proporcionando um olhar de compreensão conjunta e de interligação entre todos os horizontes do saber. Assim, tudo está plenamente interligado.

1.3.2 Educação Ambiental em uma perspectiva de formação cidadã

Em meio a essa contemporaneidade é impossível não pensar em um sujeito socioambientalmente educado. Desenvolver essas vivencia em uma sociedade em que respiram a busca constante pelo o poder econômico se torna cada dia mais complexo, pois desenvolver valores e habilidade perante elas tornam uma exigência que merecem uma atenção redobrada em meio ao processo de formação humana, pois mesmo diante de leis que asseguram a sua prática se faz necessário as cobranças para o uso da tal. A EA em uma perspectiva de formação ou complementação cidadão traz consigo novos caminhos a serem trilhados, uma vez que, demanda diversas vertentes de formação agregadas a várias redes de complementação.

A EA em meio ao desenvolvimento escolar demandada pelos requisitos curriculares, ou seja, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB N° 9.394/96 em toda sua organização que visa uma formação de pessoas que possam fortalecer o meio social com novas posturas enquanto cidadãos os quais se propõem ser formadores de opiniões e expor novas atitudes de integração em meio à sociedade consolidando um novo olhar para as preocupações do agora e o amanhã no campo de formação escolar, colocando em práticas políticas públicas que venham a contribuir com a EA no ensino básico e superior. Para Oliveira (2003, p.173):

o fazer pedagógico, enquanto espaço simbólico de relações, se instaura a partir das relações entre educadores e os educandos, não devendo se caracterizar por uma relação de quem se pensa saber para um outro que se imagina não saber, situação em que não se permite a interação dialógica, instituinte de uma cumplicidade, que funda e compromete projetos de mudanças, constituindo-se então numa relação pedagógica meramente reprodutiva e instrumental.

É de sublime importância salientar que apenas citar a EA por meio de Projetos Pedagógicos não assegura o uso desse eixo complementar da educação em sua

totalidade, como por exemplo, estar presente em um Projeto Político Pedagógico e não ser colocado em prática seja qual for a metodologia educacional adotada pelo município. Assim segundo Carvalho (2012, p.183) “O grande desafio da EA é, pois, ir além da aprendizagem comportamental, engajando-se na construção de uma cultura cidadã e na formação de atitudes ecológicas”. É gritante a escassez do uso da temática embora mesmo promulgada pela Lei muitos educadores não a conhece ou não sabem colocá-la em prática, proporcionando ao sujeito em formação o não compreender as semelhanças que afetam as relações entre os humanos e seu ambiente, os tornando incapaz de intervir perante os descasos e as infrações, impossibilitando que os mesmos tenham acesso a diferentes áreas do saber perdendo vários conhecimentos escolares, e valores sociais, onde passam a não valorizar a diversidade cultural além de não compreenderem o seu papel perante a sociedade. Assim, a EA, Segundo a Lei Nº 9.795/99 que regulamenta a EA define-se como:

os processos pelo meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem e uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

No entanto é necessária uma prática pedagógica que assegure em todas as instâncias educacionais a formação integral humana através do uso pleno da EA para que ela como tal, possa em meio às suas atribuições, assegurar-se como eixo complementar educacional, uma vez que, para que o planeta possa continuar a subsidiar com possibilidades de vida a todos os seres vivos, essas práticas devem se concretizar para que possam formar cidadãos com saberes e habilidades socioambientais.

O grande desafio da atualidade é fazer acontecer a EA de forma a mudar o pensamento e todo o sistema econômico da sociedade. Mudar em um panorama mais perseverante de subsistência humana, colocando em prática valores de amor ao próximo ser vivo seja ele qual for, respeito mútuo com os recursos naturais, quebrar paradigmas enraizados nas culturas, ter consciência ambiental por si só não ajuda precisamos sim de consciência ambiental, mas agregada às ações, ações essas que possibilite reduzir os altos índices de contaminação do planeta e através da mudança de hábitos crônicos econômicos dessa sociedade contemporânea possamos minimizar os impactos provocados por nós seres humanos.

Conforme Unger (2002, p. 123):

o preservar genuíno em uma dimensão positiva, ativa, acontece quando deixamos algo na paz de sua própria natureza, de sua força originária. Reforça dizendo que, assim também, salvar não tem unicamente o sentido de resgatar uma coisa do perigo: salvar é restituir, ou dar condições para que ela se revele naquilo que lhe é mais próprio. Salvar é deixar ser.

No entanto é de sublime importância que os seres humanos revejam o seu processo de socialização demandando novos hábitos e atitudes mais modestas com relação a sua existência e das outras formas de vida no planeta.

É perceptível que exista a necessidade de mudanças de valores nos seres humanos e que essa mudança depende da maneira em que a educação escolar e familiar desempenhe na formação desse ser humano. Integrar esses valores possibilita uma relação mais harmoniosa ser humano e meio ambiente promovendo assim, ideias, atitudes de convivência mais amistosa, íntegra e respeitosa para com o meio ambiente. Segundo Lorie (2002, p. 27) os seres humanos relacionam-se, também, com outros seres da realidade, que não seres humanos: essas relações, por sua vez, são modificadoras dos seres humanos e, portanto, em certo sentido, educadora. Para tanto buscar uma formação cidadã mais ética traz imbuído ao sujeito atitude de respeito e prudência ao tomar decisões mais conscientes e acertadas mediante os bens naturais.

No entanto é preciso repensar o mundo e as ações humanas de forma a modificar a sociedade e os hábitos que degradam o meio ambiente. É preciso sensibilizar para uma maior compreensão do seu espaço ambiental. Para tanto, é preciso acreditar que as mudanças sejam utopias possíveis e elas se realizem mediante as suas necessidades reais.

Segundo Rousseau (1995, p. 9):

tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem. Ele obriga uma terra a nutrir as produções de outra; uma árvore a dar frutos; mistura e confunde os climas; as estações; mutila o seu cão, seu cavalo, seu escravo. Salienta ainda que transtorna tudo, desfigura tudo, ama a desconformidade, os monstros; não quer nada como fez a natureza, nem mesmo o homem. Tem de ensiná-lo para se, como um cavalo de picadeiro, tem que moldá-lo a seu jeito como uma árvore de seu jardim.

Todo ato pensado e planejado tende a ter maior êxito, porém a educação EA em todos os seus vieses traz consigo essa formalidade, pensar, discutir, planejar e colocar em prática é de praxe em uma ação pedagógica e metodológica. Assim, essa ação precisa vir imbuída a diversos fatores de formação socioambiental. No entanto essa ação pedagógica e metodológica tem em sua finalidade, proporcionar condições objetiva no contexto real do dia a dia, vivenciando com os educadores e conseqüentemente educados o ato pedagógico para a prática de uma educação ambiental que esteja comprometida com a construção de uma sociedade justa, socioambientalmente democrática e segura. O processo educacional precisa evoluir a partir da sua realidade vivenciada, tendo intrínseco aos seus atos pedagógicos uma perspectiva transformadora e emancipatória como pressupostos definidores do processo educacional, assumindo um papel de contribuir com um propósito de construção de outro futuro mundial por meio da ação presente.

1.3.3 Educação Ambiental como pressuposto para a formação escolar humana

Não existe um educar solto e muito menos engessado, o que realmente existe é um campo complexo de discussões em que todos os fatores de formação humana perpassam por ações pensadas e debatidas em busca de um bem maior, ou seja, um bem comum a todos, um preservar genuíno hoje para assegurar a vida no amanhã. E que esse bem maior só é alcançado através de saberes e habilidades adquiridas em meio sociais e em constante trocas de informações e, pela busca infinita de surpreender e ser surpreendido na descoberta do novo e se encantar por ele. Najmanovich (1995, p.69) afirma que “somos parte da natureza e nosso conhecimento sobre ela está ligado à nossa própria transformação”. Negar nossos laços e a nossa interdependência com o meio ambiente é estar mergulhado em uma demagogia insana.

Segundo Leff (1994, p. 1981):

a educação ambiental não implica somente em novas orientações da educação, e sim em novas práticas pedagógicas, aquelas que articulam novas relações de produção de conhecimentos com os processos de circulação, transmissão e disseminação do saber ambiental.

Ignorar a importância da EA para a contemporaneidade e as gerações futuras é regredir em todos os vieses da formação socioambientalmente educada, uma vez que não

existirá o amanhã se não começarmos quebrar os diversos paradigmas sociais existentes hoje.

Conforme Carvalho (2012, p.171):

a introdução da problemática socioambiental na esfera pública não apenas denuncia os riscos ambientais, mas também amplia a consciência de suas causas sociais. Essa consciência de risco compartilhados pode atuar como força agregadoras, cooperando para a formação de redes de ações solidárias. Tais ações, por sua vez, contrapõem-se aos mecanismos de desintegração social e degradação ambiental relativos à apropriação dos bens ambientais por parte dos interesses privados, contribuindo assim para a preservação tanto do planeta quanto dos vínculos de solidariedades social, indispensáveis à convivência humana.

No entanto, é de fundamental importância desenvolver políticas públicas que demandem audiências públicas, voltadas para o confronto socioambiental com o objetivo da melhoria da qualidade de vida, por meio, da preservação dos recursos naturais. Segundo Guimarães (2006, p.1):

desenvolver EA é possibilitar uma conjuntura intrínseca entre teoria e prática proporcionando a possibilidade de desenvolver diversos discursos e ações, onde se fala em meio ambiente, natureza, cultura, ciência, sustentabilidade, consumo, economia etc. Muitas vezes, não percebemos que os nossos atos, as maneiras de narrar acontecimentos, os modos de vermos a nós mesmo e aos outros, tudo isso são negociações que vamos estabelecendo diariamente com os significados que nos interpelam através da cultura. Somente compartilhando os significados que circulam pela sociedade - seja através das relações de amizade e vizinhança que estabelecemos, dos programas a que assistimos na televisão, dos cursos que fazemos, das revistas e livros que lemos, das notícias que escutamos no rádio – é que vamos aprendendo a ver e a ler de determinada forma as coisas do mundo e a estabelecer relações com os outros e com a natureza.

De certa forma todos os aspectos os quais implicam no processo de formação do campo da EA se conectam nas mais diversas instâncias sendo elas culturais, pedagógicas, didáticas, teórico e prático, sociais, educacionais etc. Assumindo um papel de destaque no processo de contextualização que asseguram o ato político de inserção da Educação Ambiental nas instituições que ensinam o processo de formação

humanamente socioambiental. Para tanto esse eixo de formação humana ainda recebe diversos outros adjetivos como: Educação Ambiental Conservacionista, Educação para o Desenvolvimento Sustentável, EA Popular, EA Crítica, EA Emancipatória, Arte-EA, Ecopedagogia, Alfabetização Ecológica, Educação Socioambiental etc.

No entanto a EA em uma perspectiva escolar se posiciona mediante diversos discursos e adjetivos os quais qualifica sua importância. Segundo Carvalho (2004, p. 14):

[...] o mapa das educações ambientais não é auto evidente, tampouco transparente para quem envereda pela multiplicidade das trilhas conceituais, práticas e metodológicas que aí se ramificam. Salienta ainda dizendo que não raras vezes é difícil posicionar-se pelas sendas dos nomes que buscam categorizar, qualificar, adjetivar a educação ambiental e aí encontrar um lugar para habitar.

De certa forma é importante salientar que a escola tem a responsabilidade de introduzir os aspectos ambientais no processo educativo, pois os mesmos se asseguram mediante lei e proposta curricular, outrora citados através das disciplinas como Geografia, Ciências e História e por meio da transversalidade em uma perspectiva de ação interdisciplinar contemplar as demais disciplinas. A escola é vista como um espaço que proporciona o evoluir pessoal, social e humano do sujeito para exercer sua cidadania e, por isso, é fundamental para divulgar e colocar em prática as bases para formação humana no sentido de fortalecer a luta pela EA e promover uma vivência mais íntegra e preservatória com o meio ambiente.

Essa perspectiva escolar tem função importante, uma vez que, ela não é a única que tem esse papel de formação, mas considera que os educadores têm grande responsabilidades no processo de formação e escolarização de pessoas que vão vivenciar realidades permeadas de situações e conflitos entre a organização social e ambiental. Segundo Loureiro, Layrargues e Castro (2009, p. 166):

o educador ambiental pode contribuir para o debate e a transformação dos padrões de uso e distribuição dos bens ambientais, buscando formas mais sustentáveis, justas e solidárias nas relações sociais e nas relações com o meio ambiente, já que sua atuação tem uma dimensão política e educativa nas lutas pelo direito aos bens ambientais e à qualidade de vida.

A escola como ferramenta de transformação social que é, deve tomar para si a responsabilidade em sua formalidade, possibilitando aos seus profissionais aprofundar os seus conhecimentos mediante as Leis que asseguram a EA em uma perspectiva de dialogar a importância dos recursos naturais e os impactos que já ocorrem e os que possivelmente ocorrerá, se não existir uma mudança imediata com relação ao consumo exagerado dos recursos naturais. Assim, Para Carvalhos (2002, p.60):

muitas das lutas em torno dos bens ambientais são expressão desta tensão entre interesses públicos e interesses privados. E, na medida em que o que está sendo reinventado é o caráter público do meio ambiente, trata-se de uma luta por cidadania.

De certa forma, ao desenvolver a prática da EA nas escolas, denota-se a sua importância ao procurar imbuir o sentido de ordem natural do educar para a sustentabilidade, contribuindo com o fazer agir educacional no processo de formação e construção de uma sociedade sensibilizada e ao mesmo tempo capacitada para enfrentar e superar os mecanismos de dominação e, degradação que envolvem as relações sociais, humanas e naturais. Segundo Simões, (1995, p. 27) (...) “embora a EA tenha sua origem justamente na necessidade de resolver problemas, é esse caráter pragmático que lhe dá identidade, torna-se imprescindível transcender essa motivação inicial para sustentar-lhes [à EA] um significado”. De certa forma, o importante é desenvolver metodologias possíveis para combater as desordens naturais, sociais e políticas, voltadas para a preservação dos recursos naturais e minimização das desigualdades.

Assim, segundo Carvalho (1993, p. 40):

com relação à prática da EA afirma que, para construirmos valores mais solidários e garantirmos o direito à vida. Salienta a dizer que para a nossa vida e para aquelas que virão, não basta ser amigo das árvores e dos animais, é preciso criar práticas sociais efetivamente democráticas e solidárias na relação entre os homens.

Para tanto é de sublime importância rever e reformular o papel da instituição escola em uma perspectiva de formadora de cidadãos, uma vez que, o seu papel social é formar um sujeito socioambientalmente educado em consonância com educadores e as condições estabelecidas no dia a dia, possibilitando um expandir reflexivo sobre o saber ambiental e socioeducacional. E que tudo se conecta através das práxis em um processo de formação, e que esse processo venha co-relacionado a diversas visões de mundo e atitudes meramente intrínseca às orientações pedagógicas e metodológicas.

Assim, de acordo com Brasil (1997, p. 48):

(...) as situações de ensino devem se organizar de forma a proporcionar oportunidades para que o aluno possa utilizar o conhecimento sobre o Meio Ambiente para conhecer a realidade e atuar sobre ela. E reforça dizendo que o exercício da participação em diferentes instancias (desde atividades dentro da própria escola, até movimentos mais amplos referentes a problemas da comunidade) é também fundamental para que os alunos possam contextualizar o que foi aprendido. É de fundamental importância desenvolver conteúdos sob uma perspectiva para a vida e que através dos mesmos possa proporcionar a esse educando ampliar atitudes e habilidades coerentes com o aprendizado proposto, potencializando com maior acuidade a Educação Ambiental no cenário escolar.

No entanto desenvolver de forma mais ativa o conhecimento em uma perspectiva de vivencia em estágio mutuo ser humano e natureza. É preciso que os conteúdos abordados no dia a dia sejam dirigidos para uma ação reflexão transcendente de informações que visem buscar e formar uma consciência crítica ativa atuante. Assim, Brandão (1997, p. 25) complementa dizendo:

será preciso o tempo todo, estar realizando a ousadia e o esforço de adquirir mais e melhor conhecimento. E qual é ele? Ele é uma gama múltipla e tão integrada quanto possível de diferentes formas e dimensões do saber humano. Reforça dizendo que são eles conhecimento científico, de conhecimento tecnológico, de conhecimento filosófico, de conhecimento artístico, de um conhecimento ainda mais propriamente espiritual, de conhecimento místico, confessadamente religioso ou não. Prossegue em fim, dizendo que todas as regiões dos múltiplos cenários do imaginário humano por onde vaga e viaja essa aventura que nos fez humanos: sermos uma consciência reflexiva. Prossegue por assim dizer que: (...). É preciso fazer a educação trazer para dentro de sua experiência – em seu todo e em cada um de seus cantos e planos – as próprias inovações da ciência. Saber, conhecer e compreender não para “adquirir mais conhecimentos” equilibrados e diferenciados, mas para poder ousar criativamente cada vez mais inter-relações de/entre conhecimento.

A educação como tal deve acima de tudo estimular, capacitar, sensibilizar imbuindo habilidades e competência aos seus educandos para a criticidade, seja em qualquer nível educacional, proporcionando discernimentos que os tornem capazes de superar dificuldades no processo de reformulação de uma cultura e sociedade mais equilibrada e sustentável para o atual e futuro. Promover uma consciência que os tornem participantes desse processo de transformação é de sublime importância enquanto prática cultural e social no processo de ressignificação de uma sociedade mais humanas e mais atentas no processo de formação e convivência socioambiental. O meio educacional em contexto com todos os que a compõem em todas as suas instâncias, devem debater em amplas dimensões as inter-relações entre mundo natural, social, intercedido pelos fenômenos e saberes regionais e científicos.

No entanto para promover uma EA que denote uma perspectiva crítica é preciso ser capaz de assegurar em meio ao processo de formação humana as transformações dos padrões de uso e distribuição dos recursos naturais, colocar em prática políticas que assistam uma melhor qualidade de vida através da redução das desigualdades e da pobreza, que possam educar para uma sustentabilidade através dos meios formal e não formal e informal, que promova a formação de educadores para assim ser possível educar o educando para uma nova perspectiva socioambiental. Segundo Konder (1992, p.p. 115-116):

a práxis é a atividade concreta, pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. Ressalta ainda que é a ação que, para se aprofundar de maneira mais conseqüente, precisa de reflexão, do autoquestionamento, da teoria; é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática. E que esses processos de formação em ampla reciprocidade tragam intrínseco ao processo uma aprendizagem significativa provocando novas questões, novas situações de ensino e aprendizagem por meio dos desafios propostos em sua realidade local para global, e que preconize uma construção de valores mútuos de respeito com a natureza e que assim, garanta a formação socioambiental para a sustentabilidade.

1.4 Pegada ecológica

O planeta vem sofrendo desenfreadas formas de exploração de seus recursos naturais, mediante tais explorações estamos diante de uma realidade que necessita de mudanças urgentes. A Terra em sua superfície está composta de 51 bilhões de hectares, dos quais 13,1 formam o ecúmeno (terras cobertas por água ou gelo). Desse total, somente 8,9 bilhões de hectares são terras ecologicamente produtivas. Dos 4,2 bilhões de hectare restante, 1,5 são desertos e 1,2, semiáridos. Os outros 1,5 bilhão de hectares são ocupados por pastagens não utilizadas e 0,2 ocupados por áreas construídas e estradas. Segundo o PNUMA, (2002), “20% do contingente mais rico da população mundial é responsável por 86% de todo consumo privado, enquanto os 20% mais pobres consomem apenas 5%”.

Aparentemente, os humanos poderiam dispor de 8,9 bilhões de hectares para desenvolver suas atividades, mas, desse total subtraem-se 1,5 para áreas de proteção ambiental, destinadas à preservação engajadas em promover uma variedade de serviços de suporte à vida (reserva da biodiversidade, regulação do clima, estocagem de carbono e outros), restando apenas 7,5 bilhões de hectares de terras ecologicamente produtivas. É interessante salientar que esses fatores numéricos são exclusivos de referência humana. As terras eco produtivas vêm tendo uma diminuição abrupta desde o século passado e se agrava a cada ano que passa. Atualmente cada habitante da terra dispõe apenas de 1,5 há dos quais apenas 0,24ha são aráveis.

Assim, Segundo PNUMA (2002):

a pegada ecológica mundial cresceu de 1970 a 1996, aumentando de 11 bilhões para mais de 16 bilhões de unidades por área. Nesse mesmo período a média mundial ficou estabilizada em 2,85 unidades per capita, o que demonstra o que demonstra a existência de uma distribuição diferenciada da pressão humana sobre o ecossistema do globo.

Em meio a todo esse contexto e analisando o significado do fato e das relações de poder. Porto-Gonçalves (2006, p. 42) observa que:

a manutenção dessa pegada ecológica média global abriga dentro de si a colonialidade de poder que a sustenta. Vejamos: na África a pegada ecológica de 1,5 hectare pouco ultrapassa a metade da média mundial (2,85 hectares). Na Ásia e no Pacífico, a pegada ecológica sequer alcança 1,8 hectare; na América Latina e no Caribe, no Oriente Médio e na Ásia

Central ela gira em torno da média mundial; na Europa Central e Oriental a pegada ecológica se aproxima de 5 hectares, na Ocidental chega a 6 hectare. E finaliza dizendo que nos EUA, corresponde a 12 hectares per capita, isto é, 425% a média mundial. Isso significa que um americano médio equivale em termos de impacto ambiental sobre o planeta, a cerca de 10 africanos ou asiáticos.

A humanidade está diante de um desafio grandioso e sem precedentes, precisam estar atentos às necessidades e consumir somente o necessário, utilizar os recursos de forma mais inteligente e racional. Assim, mediante o uso exagerado dos recursos naturais, e todos os ecossistemas do planeta não pode sustentar as atividades de exploração e consumo ambiental e das atividades econômicas as quais cresce em demandas grandiosas levando a uma rota de colisão sem precedentes.

No entanto, o crescimento desenfreado desencadeou inúmeras desigualdades, enquanto 20% da população mundial goza de bem-estar materiais sem precedentes, consumindo até sessenta vezes mais do que os 20% mais pobres, acaba aumentando o fosso entre ricos e pobres, instalando a insustentabilidade social, política e ecológica.

Segundo Dias (2004, p 234) pegada ecológica é:

um instrumento que permite estimar os requerimentos de recurso naturais necessários para sustentar uma dada população, ou seja, quanto de área produtiva natural é necessário para sustentar o consumo de recursos e assimilação de resíduos de uma dada população humana.

Desenvolver métodos que possibilite um panorama ou uma estimativa quanto à dimensão de consumo do planeta em todo o seu cenário, torna-se uma ferramenta promissora e primordial no combate a exploração desordenada dos recursos naturais.

Assim de acordo com o PNUMA (2002, p. 38):

as pegadas ecológicas são uma estimativa da pressão humana sobre os ecossistemas mundiais, expressas em 'unidades de área'. Cada unidade corresponde ao número de hectares de terras biologicamente produtivas necessárias para produzir alimentos. Reitera ainda que madeira também é necessário para o consumo humano e a infraestrutura utilizada nessa produção e para absorver o CO₂ produzido pela queima de combustíveis fósseis; em seguida, leva em consideração o impacto total causado ao meio ambiente. E finaliza salientando que a pegada ecológica mundial é

do tamanho da população, do consumo de recursos e da intensidade de recurso utilizada pela tecnologia empregada.

Repensar o nosso modelo de vivencia no planeta terra é de uma das maiores importância e urgência para os anos que virão. Precisamos proporcionar um processo de reflexão ação em o viés de formação humanamente conhecidos seja ele formal ou não formal, social ou integral, seja ele qual for, com perspectiva de conscientização de sustentabilidade para todas as formas de vida não somente para os seres humanos. Segundo Porto-Gonçalves (2006, p.71):

quando se sabe que 20% dos habitantes mais ricos do planeta consomem 80% das matérias-primas e energia produzidas anualmente, nos vemos diante de um modelo limite. Afinal, seriam necessários cinco planetas para oferecermos todos os habitantes da Terra. Reitera dizendo que o atual estilo de vida vivido pelos ricos e pelos ricos dos países pobres que, em boa parte, é pretendido por aqueles que não partilham esse estilo de vida. E, assim, vemos, não é a população pobre que está colocando o planeta e a humanidade em risco, como insinua o discurso malthusiano.

O que realmente precisa ser mudado traz toda uma dinâmica de reinventar ou readequar o modelo de vida do ser humano no planeta. É preciso medidas emergenciais de mudanças de costumes, culturas, padrões econômicos e consciência, que leve a atitudes sadias para com o planeta, em fim quebrar paradigmas em perspectiva de emperrar o avanço da crise que a cada dia que passa evidencia ser grande e profunda. Segundo Loureiro, Layrargues e Castro (2009, p. 37a):

este padrão de produção e consumo, social e historicamente construído com base numa relação da dominação da natureza por seres humanos por outros humanos, tem como premissas estruturantes a desigualdade, a injustiça e a utilização intensiva e ilimitada dos recursos naturais.

Redirecionar a humanidade em um caminho que os leve há uma seguridade ambiental para os dias atuais e os futuros é um dos maiores desafios encontrados por essa sociedade contemporânea. Assim, segundo Loureiro, Layrargues e Castro (2009, p. 37b) “esse padrão não respeita os diferentes tempos, seja o da natureza, seja dos povos com sua diversidade cultural”. No entanto, tais padrões devem ser revisto e os que cabem dentro dos processos de resolução, ou de minimização dos problemas ambientais e sociais, devem ser colocados em práticas o quanto antes. É de suma importância fazer valer as leis ambientais.

1.4.1 Os humanos, responsabilidade reversível?

A cada dia tornamos o mundo um lugar menos seguro a sadia qualidade de vida por sermos altamente prejudiciais ao planeta, somos seres altamente agressivos ao meio ambiente, degradamos com facilidade e poucos pensam em equilíbrio do mesmo. Segundo Seattle (1979, p. p. 66-67):

causar dano a terra é demonstrar desprezo pelo seu criador: o homem branco também vai desaparecer, talvez, mas depressa do que a outras raças. Continua poluindo a sua própria cama e há de morrer numa noite sufocado pelos seus próprios dejetos. A espécie humana passou a ser a vilã de sua própria existência, passou a poluir desmatar, construir e superpopular o mundo, hoje não é capaz de reverter os níveis de poluição provocados por ele próprio. (Seattle 1979, p. 66-67).

A humanidade a cada dia que passa torna o nosso planeta um lugar menos propícia ao desenvolvimento de novas espécies de vidas destruindo a si próprio como os outros seres de forma descontrolada. Segundo Gramsci (1991, p. 39):

deve-se conhecer o homem como uma série de relações ativas (processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é, todavia, o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. De certa forma o seu processo civilizatório e a industrialização trouxeram com si situações que culminaram com diversos problemas a ponto de ameaçar a sua própria existência.

É preciso acima de tudo, promover além de pensamentos de mudanças, ações coletivas diante de costumes de devastação socioambiental. E através de falta de uma cultura permeada por meio de atitudes agregada ao não fazer educacional da EA, tudo conspira para o abismo sem fim dos recursos naturais. Segundo Capra (2000, p. 19) afirma que:

as últimas décadas de nosso século vem registrando um estado de profunda crise mundial. É uma crise complexa, multidimensional, cuja as facetas afetam todos os aspectos de nossas vidas – a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política. Reforça ainda a dizer que é uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais: uma crise de escala e presença sem

precedentes em toda a história da humanidade. Ressalta afirmando que pela primeira vez temos que nos defrontar com a real ameaça de extinção da raça humana e de toda a vida no planeta.

É visível que mediante anos de debates e discussões com relação ao uso do eixo EA, sobre sua importância no processo de formação humanamente socioambiental por meio das práticas pedagógicas sendo incluída no processo de maneira transversal e interdisciplinar, possibilitou ter avançado em teoria, mas o que realmente precisa e principalmente no Brasil é ser colocada em prática, e em meio ao processo educacional, uma vez que, é o país que detém o maior índice de água potável do mundo em estado líquido, o maior número de terras produtivas, a maior biodiversidade do planeta. Para tanto acredito que um dos conceitos que estrutura a educação perpassa pela aquisição de hábitos, habilidades, costumes e valores de uma comunidade que por meio de um convívio em sociedade são transferidos mediante um processo educacional de uma geração para as gerações futuras. Mazzotti (1997, p. 106) salienta que o problema ambiental é visto como:

um desequilíbrio produzido pelo “estilo de vida” da sociedade moderna. As razões para o desequilíbrio seria seriam de duas ordens gerais: o tipo de desenvolvimento econômico e o tipo de racionalidade envolvida cartesiana, particularista. Dessa maneira, seria necessária a construção de outro estilo de vida e de uma nova realidade. Esta nova realidade seria holística e implicaria uma nova ética de respeito à diversidade biológica e cultural, que estaria na base da sociedade sustentável. A ênfase das ações educativas justifica-se pela necessidade de formar um novo homem, aquele seria capaz de viver em harmonia com a natureza.

No entanto é possível crer que só através de uma educação com princípios socioambientais seria possível promover a reeducação do sujeito homem para uma vida mais harmoniosa com o meio ambiente em todas as esferas globais e quem sabe assim, minimizariam grande parte dos problemas.

1.4.2 Educação Ambiental e a sustentabilidade

A cada dia que vivenciamos, torna impossível pensar em uma educação que não seja voltada para a sustentabilidade e que em meios aos eixos que formam o processo

sustentável temos o econômico, social e é claro o ambiental. Promover um equilíbrio em meio ao processo de formação humana que assegure o futuro da existência da espécie humana é preciso que se tenham atitudes e ações que valorize o quanto antes e, em escala global o meio ambiente. Conforme Loureiro, Layrargues e Castro (2009, p.162):

a educação é fundamentalmente política, isso significa que é um processo permanente e coletivo, inserido em um contexto que se apresenta cotidianamente, a partir do qual o fazer, o pensar e o sentir, devem estar imbricados nas práxis, possibilitando a transformação da realidade e da vida. Para educar, deve-se considerar o homem em sua totalidade, tanto nos aspectos biológicos, semióticos, inconscientes e afetivos quanto nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, considerando-se que ele faz parte da natureza, que se relaciona com os outros, com o mundo, com as outras espécies do planeta.

É notável o quanto somos dependentes da natureza, e que essa dependência é visível a qualquer um que se posicione em pesquisa, por mais simples que for, deixa claro essa dependência. Assim, a responsabilidade de promover atitudes de desenvolvimento sustentável é de todas más, para que isso ocorra é necessário mudanças e quebras de paradigmas, além de proporcionar um novo andar para o planeta e seus processos de transformações em todas as suas estâncias e graus, definindo limites no processo de desenvolvimento econômico e assumindo práticas mais sadias. Desenvolver esse novo andar depende de um entrelaçamento com a educação ambiental. Segundo Buber (1996, p. 58):

a árvore não é uma impressão, um jogo da minha representação ou um valor emotivo. Ela se apresenta “em pessoa” diante de mim e tem algo a ver comigo e, eu, se bem de modo diferente, tenho algo a ver com ela. Reforça ainda dizendo que ninguém tente debilitar o sentido da relação: relação é reciprocidade.

É preciso em meio ao processo de desenvolvimento socioambiental entrelaçar o equilíbrio ambiental, qualidade de vida e justiça social, para assim, assegurar uma possível noção de sustentabilidade. Gadotti (1998, p.3) “fala de formar um saber firmado na ética e voltado para a cidadania planetária, isto é, voltado à percepção da Terra como espaço comum e partilhado”. Negar a interdependência do ser humano com a natureza é andar contra a maré do desenvolvimento sustentável, é mergulhar em

profunda obscuridade ao negar sua importância para se manter o equilíbrio no planeta e, é dever da humanidade buscar mecanismos que possibilite parâmetros de reformulação das políticas econômicas e educacionais que assegurem essas mudanças de costumes, outrora enraizados na cultura humana.

É preciso disseminar a importância de uma educação que contemple o sujeito homem de forma mais ampla, mais conectada aos conflitos socioambientais e que ao estar interligado aos tais conflitos sejam capazes de adquirir habilidades de desenvolver práticas sadias para a plena preservação do meio ambiente e que através dessas práticas possibilite integrar toda uma sociedade nas, mas diversas particularidades associativas em plena mutualidade de convivência com o meio ambiente, em busca da resolução de tais mazelas dessa contemporaneidade.

Assegurar o uso do eixo EA nas diversas vertentes de formação humana é de fundamental importância, sua discussão em meio à sociedade para o processo de formação do pilar sustentabilidade. Embora às pesquisas apontem que o uso dessa temática tenha sido mais debatido nos últimos anos nos ambientes escolares, não assegura a sua efetiva valorização e aplicação devido à ausência de sua prática. No entanto os níveis de discussão ainda estão longe de alcançar o ideal tão pouco a sua prática. Segundo Guimarães (2000, p. 17):

o aumento da demanda pelas questões ambientais, a grande veiculação pela mídia, até mesmo um certo modismo vem gerando algum ativismo, mas não propiciando ainda um nível de discussão aprofundado sobre educação ambiental. Salienta ainda que há, no entanto, um reconhecimento, ainda que difuso, em segmentos da sociedade a respeito da gravidade da crise ambiental, bem como uma consciência maior da necessidade de “fazer algo” para a superação dos problemas.

Para tanto as instituições as quais desenvolve suas atividades de formação por meios formais, e não formais, devem atribuir no processo de formação abordagens contextualizadas, em uma perspectiva de aprofundamento do uso do eixo EA por intermédios pedagógicos, valorizando a necessidade do aprofundamento do debate nessas instituições promovendo assim, mudanças na relação seres humano e natureza, e subsidiar uma maior conexão teoria e prática em meio a um desenvolvimento pedagógico mais contextualizado e intrínseco com a EA para assegurar um desenvolvimento sustentável. No entanto é de sublime importância que se reduza as desigualdades, pois uma vez reduzida, maior as chances de implementação da

sustentabilidade democrática. Não se constrói uma sustentabilidade forte, verdadeira se não dermos conta da dimensão ecológica e ambiental. É visível que essas mazelas surgem em meio à sociedade oriunda da falta de equilíbrio social, equilíbrio esse que devemos tomar parte e simultaneamente ou não combater os problemas ambientais derivados da pobreza e da riqueza. Assim, devemos dar conta da sustentabilidade econômica, política territorial, social, cultural em meio a todas as dimensões da vida humana em sociedade.

No entanto, buscar meios sustentáveis que assegurem o equilíbrio no planeta em meio a toda essa crise seja ela ambiental ou civilizatória, requer mudanças de comportamento em longa escala, converter ações e atitudes saudáveis em diversas dimensões requer buscar mecanismos para reverter os empecilhos sociais em uma participação/ação de enfrentamento e ao mesmo tempo colocando em prática os princípios estruturantes de sustentabilidade para a resolução da crise. Segundo Porto-Gonçalves (2006, p. 458):

tudo nos concita a buscar outra relação da sociedade com a natureza, onde a justiça social e a sustentabilidade ecológica se façam por meio da liberdade, onde todos tenham direitos iguais para afirmarem sua diferença. Reforça dizendo que a diversidade biológica e a cultura na igualdade e na diferencia sejam vistas como os maiores patrimônios da humanidade.

Precisa-se estar em constantes revisão de conceitos sobre o que realmente é importante para todas as classes, proporcionar redução das desigualdades, reduzir a pobreza são fatores emergenciais para o século XXI. Promover uma educação que busque dinamizar em meio social a sua finalidade e sua importância como ferramenta de precisão como objeto transformador de realidades em todas as escalas planetárias, introduzindo de forma efetiva mudanças democráticas, justas, sadias, inteligentes, livres das burocracias que emperram o processo de desenvolvimento sustentável.

Assim de acordo com a Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991):

a principal beneficiária da proteção ambiental deve ser a sociedade”. Os recursos são, porém, escassos e não há concordância de qualquer sociedade, seja ela local ou internacional de como esses recursos deve ser compartilhado. Ressalta ainda que se por um lado é fácil dizer que a proteção ambiental deve beneficiar o ser humano, é difícil, porém,

especificar quais grupos sociais devem receber os benefícios os quais devem pagar os custos.

É de sublime importância que o mundo evolua em uma perspectiva sustentável, pois quanto antes reduzir os níveis de desigualdades, mais sustentável o mundo se torna. Reduzir as disparidades sociais proporcionando uma melhor distribuição de renda, entre as classes menos favorecida é evoluir enveredando em uma democracia socioambiental vigente para os dias atuais e futuros. Segundo Dias (2004, p. 226):

o desenvolvimento econômico e o bem-estar do ser humano depende dos recursos da terra. O desenvolvimento sustentável é simplesmente impossível se for permitido que a degradação ambiental continue. Prossegue em tão a salientar que os recursos da Terra são suficientes para atender às necessidades de todos os seres vivos do planeta se forem manejados de forma eficiente e sustentada. Tanto a opulência quanto a pobreza podem causar problemas ao meio ambiente.

No entanto é necessário que os seres humanos em sua soberania agressiva para com o meio ambiente, se desenvolvam economicamente de forma compatível em plena mutualidade, pois é possível evoluir sustentavelmente de forma saudável. Necessita com urgência mudar costumes, culturas, economia, explorar meios sócio educacionais de ampla magnitude com perspectivas e atitudes de reversão de quadro da ignorância ambiental, buscando meios de formação socioambiental mais condizente com a necessidade e realidade atual. Segundo Dias (2004, p. 226):

a chave para o desenvolvimento é a participação, a organização, a educação e o fortalecimento das pessoas. O desenvolvimento sustentável não é centrado na produção, é centrado nas pessoas. Deve ser apropriada não só aos recursos e ao meio ambiente, mas também à cultura, história e sistemas sociais, do local onde ele ocorre. Deve ser equitativo, agradável. Nenhum sistema social pode ser mantido por um longo período quando a distribuição dos benefícios e dos recursos – ou das coisas boas ou ruins, de um dado sistema – é extremamente injusta, especialmente quando parte da população está submetida a um debilitante e crônico estado de pobreza.

1.4.3 A escola e os educadores ambientais

A escola como tal e em conjunto com seus objetivos promove a formação do caráter, valores e princípios morais, que proporciona ao aluno utilizar os conhecimentos e habilidades adquiridos de maneira eficaz, para que sejam manuseados em benefício da sociedade e em uma perspectiva de mudança de realidade que beneficie a todos. Um espaço de formação de pessoas e personagens, que ao disseminar uma prática pedagógica, tem que estar conjugada a uma dimensão a gerar aprendizado, em uma perspectiva crítica e reflexiva, e que essas formas de aprendizagens estejam entrelaçadas por meio das relações biológicas, sociais, e culturais que surgem a partir do conhecimento adquirido. Segundo Carvalho (2008, p. 38):

[...] a visão socioambiental não nega a bases “natural” da natureza, ou seja, suas leis físicas e seus processos biológicos, mas chama a atenção para os limites de sua apreensão como autônomo reduzido à dimensão física e biológica. Reforça dizendo que trata-se de reconhecer que, para apreender a problemática ambiental, é necessária uma visão complexa de meio ambiente, em que a natureza integra uma rede de relações não apenas naturais, mas também sociais e culturais.

No entanto na prática pedagógica é necessário que se mantenha uma inter-relação entre as diferentes facetas e dificuldades que existem e que possivelmente surjam no futuro para que se possa articular uma didática consciente para uma ação crítica e participativa. Dessa forma é necessário que os educadores dominem um grau de discernimento em diversos contexto dentro do campo de trabalho, e que possam atuar em uma racionalidade de objetivos e conteúdos em pró de um aprendizado ativo e reflexivo em seu amplo contexto escolar. Assim, segundo Zabala (2014, p. 10):

pessoalmente penso, que um debate sobre o grau de compreensão dos processos educativos, e sobre tudo dos caminhos que se segue ou tem que seguir qualquer educador para melhorar sua prática educativa, não pode ser muito diferente ao dos outros profissionais que se movem em campos de grandes complexidades. Se entendemos que a melhora de qualquer das atuações humanas passa pelo o conhecimento e o controle das variáveis que intervém nelas, o fato de que os processos ensino/aprendizagem sejam extremamente complexos – certamente mais complexos de que qual quer outra profissão – não impede, mas sim torna mais necessário,

que nós, professores, disponhamos e utilizemos referências que nos ajudem a interpretar o que acontece em aula.

Pressupõe que, é necessário buscar referenciais em uma perspectiva de aprimoramento de uma prática educativa que promova a evolução profissional e que essa evolução gere um reflexo positivo em meio a sua didática e também no desenvolvimento do educando, possibilitando assim, uma interação em processo de formação humana, entre os eixos formativos, não formativos e informativos, dos amplos contextos de aprendizagem dinamizando um pensamento estratégico agregado a uma prática construtiva de conhecimentos.

No entanto para que a EA se desenvolva de forma frutífera e sustentável em ambientes escolares é de sublim importância que todos os órgãos que complementam o fazer educacional estejam em pleno desenvolvimento e conectados às redes de informações de forma a proporcionar a formação crítica e inovadora dos educadores e, através dessa formação possibilite o processo de concepção dos educando e que através desse processo de alfabetização ambiental, ambas vertentes educador e educando possam adquirir leitura de mundo e assim, adquiram competência para promover através da compreensão da complexidade, transformar sua realidade e realidades futuras em uma perspectiva socioambiental sustentável. Segundo Guimarães (2000, p. 77):

nós, educadores ambientais, não podemos, no entanto, inebriados por esta instigante perspectiva de maior alcance de nossas ações – via a um conjunto de ações via um conjunto de recursos ‘teleinfocomputrônicos’ que acompanham esta ‘nova’ sociedade em formação -, deixar de estar cientes essa cidadania planetária só pode ser exercida pelos segmentos sociais que não estão sendo excluídos nesse processo de mudanças. Aos excluídos, a cidadania é negada, mesmo em sua concepção tradicional. Portanto, o educador ambiental, crítico no exercício de sua cidadania nas diferentes esferas global/local, bem como atuando na formação de outros cidadãos, estará sendo um agente e formando agentes que contribuirão no processo de transformação deste atual modelo de sociedade e da lógica dominante das mudanças em curso.

Nessa perspectiva, é visível uma interligação entre os processos de formação EA e o indivíduo. Assim, os que são contemplados com um processo de formação que envolve uma visão mais crítica da EA, fazem com que sejam sujeitos mais íntegros, ativos e os tornam cidadãos com relações mais íntimas e interligados às

problemáticas do meio ambiente e a sociedade. Dessa forma o docente e educador ambiental tem sua importância fundamental no processo de formação cidadã para uma vida socioambiental mais integrada com o planeta. Segundo Guimarães (2000, p. 29):

a) Sem desmerecer a importância e necessidade atual do ensino de ecologia, afirma – se que a Educação Ambiental não é ensinar ecologia como muitos livros didáticos e outros meios ditos de Educação Ambiental o fazem. Também não é apenas descrever os problemas ambientais, como por exemplo as formas de poluição, os animais em extinção etc. b) A forte demanda pela temática geradas pelos problemas ambientais leva, muitas vezes, a que professores bem-intencionados se aventurem em práticas com finalidades de Educação Ambiental, sem que tenham a finalidade de aprofundar uma reflexão em conjunto com essas práticas. c) Da ausência de um processo coletivo de construção de um novo conhecimento resulta que muitos esforços realizados por professores e técnicos sejam poucos produtivos diante das finalidades de uma Educação Ambiental que se pretenda crítica.

No entanto, haja vista a necessidade de um maior debate do eixo EA em todos os campos da educação independentemente da política pedagógica adotada, seja em escala municipal, estadual ou federal.

Assim, segundo Layrargues (2002, p. 169) propõe que a prática pedagógica se realize com base em referencial que considere a educação ambiental como:

um processo educativo eminentemente político, que visa o desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica a cerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercícios da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática.

Formalizar estratégias com o intuito de imbuir no sujeito homem em formação, valores de pertencimento e respeito para com o meio ambiente não é tarefa fácil, porém, também não é impossível. Depende de uma série de organizações governamentais e não governamentais dotadas de políticas públicas que promovam uma aproximação entre ambas as organizações falando a mesma língua, colocando em prática atitudes e

metodologias louváveis em amplo enfrentamento das realidades. Em outras palavras segundo Loureiro (2004, p. 133) assume que:

a importância do pressuposto da Educação Ambiental de, no processo pedagógico, partir da realidade de vida, do local, do cotidiano, na ação teórico-prática, para construir uma compreensão complexa e integrada do ambiente em suas diferentes escalas.

Para tanto, é necessário seguir uma base curricular voltada para a seguridade da EA em seu meio processual e educacional, capaz de promover em meio à formação do sujeito homem a compreensão da importância do equilíbrio da vida no planeta.

Segundo Loureiro, Layrargues e Castro (2009, p. 67):

o conflito como intrínseco à prática de apropriação social dos recursos ambientais, as dimensões estruturantes da prática consciente, a unidade dialética entre teoria e prática, o pensar complexo, a construção coletiva e dialógica do conhecimento. E reitera a dizer que a superação do contradição educador-educando são os pressupostos para a operacionalização da proposta de Educação no Processo de Gestão Ambiental, por definição crítica, transformadora e emancipatória.

Para tanto, é visível que as demandas escolares, devam trazer em seu ensejo uma estrutura que possibilite o desenvolver das diversas práticas que necessitam em pleno decorrer do desenvolvimento das múltiplas aprendizagens. Assim, possa proporcionar espaços que contemple ações pedagógicas oficinas de estudos, espaço de pesquisa, bibliotecas entre outros, para que a educação se prontifique a promover em meio às suas vertentes de formação cidadã uma inter-relação reflexivas continuada em meio a sua comunidade.

Deve proporcionar em grandes escalas formação de educadores nessa perspectiva para assim, facilitar os caminhos e implementação de forma mais precisa e crítica o eixo EA, complementar-se em meio ao processo de formação humana pautada em princípios democráticos. É de sublime importância que o direito de uma educação continuada se assegure mediante a LDB amparado em seu Art. 67 nos incisos II, e V respectivamente: “aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico, remunerado para esse fim; e períodos reservados a estudos planejamentos e avaliação incluído na carga horária de trabalho”. Assim, a educação continuada é um direito assegurado em Lei.

Desenvolver em meio ao processo educacional uma EA crítica é de sublime importância mediante a visão de uma educação para a contemporaneidade. Dessa forma, deve se posicionar como um processo socialmente humanizado, com sua prática educativa e por meio dessa prática, formar pessoas comprometidas com atitudes sadias e pertinentes para o processo socioambiental. Segundo Pimenta e Anastasiou (2002, p. 80):

entendemos que a educação é um processo de humanização, que ocorre na sociedade humana com a finalidade explícita de tornar os indivíduos em participantes do processo civilizatório e responsáveis por levá-lo adiante. Enquanto prática social é realizada por todas as instituições da sociedade. Enquanto processo sistemático e intencional ocorre em algumas, dentre as quais, se destaca a escola. A educação escolar, por sua vez, está assentada fundamentalmente no trabalho dos professores e dos alunos. A finalidade desse trabalho – de caráter coletivo e interdisciplinar e que tem como objeto o conhecimento – é contribuir com o processo de humanização de ambos, numa perspectiva de inserção social crítica e transformadora.

É notório que o processo de degradação do planeta está relacionado ao uso de forma indiscriminada e excessiva dos recursos naturais. Assim, a educação e sua formalidade tem entre uma das suas virtudes promover uma didática pedagógica voltada para emancipação socioambiental do ser humano. Assim, Quintas (2002, p.22) se posiciona de maneira que:

apresenta uma proposta de prática ambiental para a gestão pública em que exige que o educador tenha amplo conhecimento sobre as questões ambientais e a cultura local, incluindo os sistemas de gestão. Desse modo o educador ambiental deve ter capacidade tanto para desenvolver ações educativas com grupos culturalmente diferenciados, quanto para mediar situações conflituosas que envolvem interesses de vários atores sociais na disputa pelo controle e uso de recursos ambientais.

Nessa perspectiva essa prática educativa passa a se tornar um processo pertinente diante do horizonte em que uma educação socioambiental almeja para os dias atuais e futuros. Assim, essa educação se faz importante no processo de vivência social desse sujeito humano, ao qual ele vive, tomando como sua a co-responsabilidade com o meio ambiente, em uma demanda sustentável. Educar o sujeito homem com valores de

ação crítica e participativa em uma sociedade que visa na maioria das vezes o consumo desenfreado, o poder econômico sem se importar com amanhã é implementar uma construção significativa e emancipatória do sujeito homem em um campo de formação socioambiental para o futuro.

Após a regulamentação no Brasil a EA se faz presente em todos os níveis da educação básica, assim surgiu à necessidade de debater sobre a formação desse profissional, uma vez que a qualidade da educação só flui com precisão e qualidade, intrínseco ao processo contínuo de formação desse profissional. É preciso ponderar como meta o que se dispõe no artigo 22 da LDB, A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Para tanto é de sublime importância compreender o espaço do educando para assim poder disseminar de forma progressiva imbuída nos mesmos, hábitos sadios de vivência em contexto socioambiental. A LDB em seu artigo 61 em relação aos profissionais em educação ressalta da importância do seu papel ao atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando. Segundo Freire (1975, p. 27-28):

conhecer na dimensão humana, que nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, o dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, ao contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em fase de mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e reinvenção. E complementa quando o reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo o qual se reconhece reconhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. E conclui dizendo:

(...). Por isso mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo, aquele que é capaz de aplicar o aprendido-aprendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é “enchido” por outro de conteúdos cuja inteligência não percebe; de

conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende.

É visível que os métodos de formação EA em todas as suas instancias, necessitam ter perspectivas de diversas áreas do conhecimento e interagir empaticamente com os educandos em processos de amplo diálogo, ambos se nutrindo de diversas especificidades as quais o processo de formação exige. Assim, essa educação deve ser dimensionada por meio da paixão e sedução do conhecimento pelo movimento ético da manutenção da vida, por promover uma intervenção qualificada, coletiva e organizada em todos os processos de ensino aprendizagem, de modo que, esses sujeitos formados e em formação, possam interagir em meio à sociedade no processo de construção coletiva do conhecimento sobre as realidades locais e globais, e em meio a processos de diálogos-reflexivos objetivando suas transformações e, por conseguinte mudando realidades. Segundo Freire (1998, p. 51) realizando em palavras o pensamento de Vygotsky, a formação não deve ser “(..) indiferente à boniteza e à decência que está no mundo, como o mundo e com os outros, substantivamente exige de nós. Não há prática docente verdadeira que não seja ela mesma um ensaio ético e estético”. Assim sendo, como um conjunto de seres entrelaçados a diversas facetas do fazer e refazer.

Para os autores Loureiro, Layrargues e Castro (2009, p.165), os dois autores salientam que:

a necessidade de considerar a matriz filosófica, política e estética, ética e epistemológica de sustentação das abordagens teórica e metodológicas, além do estatuto ontológico conferido ao ser humano; e complementa que para ambos, é visto na processualidade, no inacabamento, no potencial criativo e transformador sem negar os condicionantes e as (in) determinações, mas considerando fundamentalmente a práxis libertadora que se realiza no tripé criticidade, curiosidade e criatividade.

É de fundamental importância ressaltar o perfil do educador dessa contemporaneidade que tem por obrigação ser pesquisador e mediador na construção do conhecimento, em uma perspectiva de superação das diversas pedras no caminho da formação do educador e educando socioambiental. Enfrentar demandas políticas, econômicas e sociais em meio a diversas mazelas que afronta o desenvolvimento do eixo da EA, requer busca constante de conhecimento contínuo sabendo-se que nesse campo de formação humana em ampla dualidade nada está pronto e acabado.

1.4.4 Educação Ambiental como compromisso social

Assumir esse papel mediante tamanhas responsabilidades nessa contemporaneidade faz com que a EA se desenvolva em uma perspectiva de quebra de paradigmas em uma reelaboração de conceitos e também em assumir uma postura de coerente tradução das estratégias e práticas pedagógicas. Isso implica considerar uma grande amplitude de contextos e principalmente no campo educacional onde ganhou forças no Brasil mediante a inclusão do eixo EA em todos os níveis de educação que proporcionou um panorama de evolução do uso do eixo mediante o currículo educacional em meio ao Projeto Político-Pedagógico incorporando reflexões e ações educativas nos diversos campos como, econômico, social e cultural. Segundo Capra (2000, p. 28):

o paradigma ora em transformação dominou nossa cultura durante muitas centenas de anos, ao longo dos quais modelou nossa moderna sociedade ocidental e influenciou significativamente o resto do mundo. Esse paradigma compreende um certo número de ideias e valores que diferem nitidamente da Idade Média; valores que estiveram associados à várias correntes de culturas ocidental, entre elas a revolução científica o Iluminismo, a Revolução Industrial. Incluem a crença que o método científico é a única abordagem válida do conhecimento, a concepção do universo, como um sistema mecânico composto de unidades materiais; a concepção de vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência, e a crença do progresso material ilimitado, a ser alcançado através do crescimento econômico e tecnológico. Nas décadas mais recentes, conclui-se que todas essas ideias e esses valores estão seriamente limitados e necessitam de uma revisão radical.

Fazer EA nessa contemporaneidade como compromisso social compreende um processo de reestruturação de diversas conexões, em perspectivas de combater as mazelas contemporânea como das injustiças sociais, concentração de renda e exclusão social, opressão social e as culturas que perpetuam as desigualdades. Avançar em curso de contraposição a essas mazelas, denota o fortalecimento do campo educacional da EA para o compromisso social em meio a elementos que possibilitam ver com nitidez a conexão entre as questões ambientais e o social. É notório que os diversos campos de formação socioambiental são importantes, porém nem um outro é tão fecundo quanto o

da EA, uma vez que, é em meio aos processos pedagógicos que se permita promover uma abordagem contextualizada, complexa e crítica. Assim, possibilita a reestruturação político-institucional para uma mediação pedagógica articulada, podendo potencializar alianças entre educadores tanto ambientais como populares, sujeitos da justiça ambiental, movimentos pacifistas e feministas da economia solidária, todos engajados em uma perspectiva de reversão dos quadros de desigualdades e exclusões sociais, além da concentração de renda. Segundo Guimarães (2007, p.p.2017-238) afirma que:

o maior desafio da humanidade atualmente, não está no crescimento econômico quantitativo, mas no crescimento econômico qualitativo, aquele que pode promover o bem-estar social e a redução das desigualdades socioeconômicas. Ressalta ainda que: “As desigualdades sociais, políticas e ambientais contribuem com a desintegração social e representa uma das principais causas da insustentabilidade”.

A EA não pode abrir mão dos debates ambientais politizados, os quais possibilitam discussões dos respectivos mecanismos de produção e reprodução social, possibilitam disseminar políticas de cunho ideológico, além de implementar políticas ambientais. Enfim, a EA como tal, tem sua finalidade preceitos de mudanças de realidades nas diversas escalas, local, regional e global, transformando e reproduzindo em uma perspectiva de formação de sujeito humanamente integrado com o compromisso social e ambiental. Assim, segundo Loureiro, Layrargues e Castro (2009, p. 28):

a educação “ambiental” não só poderia como deveria ser praticada com compromisso “social”, pois com ela é possível contribuir com a mudança de quadro das desigualdades no país e no mundo. E reforça dizendo que o Brasil, como um dos países mais desiguais do mundo, tem essa questão como um contexto estruturante para educação ambiental como compromisso social.

2. MARCO METODOLÓGICO

2.1. JUSTIFICATIVA DA INVESTIGAÇÃO

Conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 2.019), a justificativa da investigação “Consiste numa exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa”. Todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos; em contrapartida, segundo Lakatos e Marconi (2007, p.44) “nem todos os ramos de estudo que empregam estes métodos são ciências”. Assim, mediante essas afirmações podemos concluir que a utilização de métodos científicos não é da alçada exclusiva da ciência, mas não existe ciência sem o emprego dos métodos científicos. Nesse sentido é notório ressaltar que a metodologia é o caminho pelo qual o pesquisador chega a um determinado resultado, através de métodos e técnicas as quais o subsidia na produção do trabalho científico.

Nesse contexto, a presente tese intitulada: “*A importância do ensino de educação ambiental como forma de transformação social no ensino fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho*” vem refletir sobre essa realidade educacional, onde a EA respira em meio ao currículo educacional estando diretamente envolvidas no processo de formação integral e desenvolvimento do ser humano, visto que a criança se relaciona com o meio ambiente e todos os recursos naturais, pertencentes à natureza e ao contexto social, cultural e histórico de sua época e de épocas anteriores, onde perpassam por um processo de formação humana promovendo um intercâmbio entre as gerações e avanços na perspectiva de uma reeducação que tenha como objetivo uma formação mais humanamente socioambiental.

Portanto, o tema se torna importante porque está centrado em investigar, as práticas dos professores no ensino da educação ambiental no fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho? Nessa contemporaneidade em meio às diversas mazelas que assolam esse mundo capitalista, em meio às distintas disparidades sociais, a escola ainda continua sendo o mais seguro caminho para uma formação integral e humana em perspectiva de uma vida mais digna e mais harmoniosa para com o planeta. Por tanto, investigar se realmente a EA está sendo formalizada é de sublime importância para a introdução de costumes, atitudes, aquisição de habilidades para uma convivência socioambientalmente educada.

Visando e concretizar de forma assídua, buscou-se analisar as práticas dos professores no desenvolvimento do ensino da Educação Ambiental, uma vez que, esse docente é visto enquanto mediador de informações e os mesmos tem por obrigação ter conhecimento e desenvolver através de sua metodologia e didática, conteúdos que contemplem o eixo da EA, visando assim, imbuir no sujeito cidadão, costumes, atitudes, valores morais e éticos em relação as suas culturas.

No entanto a Escola Núcleo Dois de Julho é subsidiada somente pelos seus recursos, não tendo investimentos nem parcerias de outras instituição pública ou privada. Em contrapartida para que ocorra envolvimento de outras autarquias é necessário que a instituição escola, esteja sempre a propor convites buscando estreitar espaços e aumentar laços entre a comunidade e escola, como também outras autarquias econômicas e sociais.

Para tanto, desenvolver um caminho em buscar compreender, situar e contextualizar quais são e como se dá a influência da EA no Ensino Fundamental II, se justifica através de uma prática mais efetiva do processo de verificação do grau de conhecimento do professor sobre a educação ambiental, onde se possa propor através de sua prática problematizar e contextualizá-la, a sua formalização através da Lei Nº 9.795/99 e a Lei Nº 12.056/2011.

Contextualizar o ensino da educação ambiental a partir da realidade do aluno é de sublime importância, uma vez que o currículo propõe que essas atividades partam do conhecimento trabalhado contemplando uma estrutura local dinamizada e conectada para o global retratando a própria convivência interligando-se a meios globalizados. Essa globalização sugere que todos estejam conectados, interligados às práticas de convivência mais harmoniosa e respeitosa para com o próximo como para outros seres vivos. Para que isso venha a acontecer é preciso que haja a integração entre todos os segmentos do desenvolvimento sustentável, seja ele econômico, social ou ambiental.

É preciso construir valores de respeito no sujeito homem para que o mesmo aprenda a respeitar limites, e a utilizar os recursos naturais de forma mais equilibrada, uma vez que, a única ferramenta de transformação desses valores e atitudes só é possível através de uma educação que busque integrar o sujeito homem como dependente supremo da natureza, e que para isso aconteça seria necessário a integração entre propostas de cunho pedagógico efetivando através de teorias e práticas processos de constante averiguação da didática dos docentes nos planejamentos.

Para tanto, só se efetiva uma quebra de paradigma se realmente as propostas Políticas Pedagógicas contemplar de forma efetiva o currículo proposto. Assim, é preciso que se efetive em meios às propostas pedagógicas o eixo da EA tanto de forma transversal quanto interdisciplinar contemplando tanto sua informalidade quanto formalidade em meio a educação básica. Haja vista, sua importância à medida que crianças e adolescentes devem compreender e terem consciência de sua necessidade desde cedo, visando uma maior e melhor integração meio ambiente e sociedade, onde seu domínio torna-se extremamente necessário para conviver atualmente em uma perspectiva sustentável, pois o meio ambiente já faz parte do ser humano e o ser humano precisa rever seus conceitos, culturais, sociais e econômicos para a e sim, fazerem parte da natureza.

O tema é atual, pois a EA no ensino fundamental é recentemente vista como uma ferramenta de suporte complementar na formação de crianças e adolescentes na educação básica e, como é de fundamental importância no processo de ressignificação do sujeito homem socioambiental, e sua formação para uma contemporaneidade que almeja promover a sustentabilidade por meios educacionais. Assim, negar essa etapa no contato direto ou indireto com as diversas linguagens e interações que possibilitam formar sujeitos ativos, conscientes de uma convivência que assegure a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos quanto como de outras espécies.

É uma pesquisa viável de ser realizada por estar centrada em apenas uma instituição educacional possibilitando o contato com todos os participantes e coparticipantes da ação pedagógica na escola, além de, permitir a observação em loco da EA nas aulas, investigando acerca das influências que as mesmas proporcionam ao ser inseridas no fazer pedagógico do docente do ensino fundamental II.

Desse modo, a relevância do estudo se dá em contribuir para o aprofundamento dos estudos relativos ao ensino fundamental II e as possibilidades de inserção da EA desde os primeiros anos de estudo nas unidades de ensino, analisando quais são as influências em meio ao contexto socioeducacional no processo de ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes nessa modalidade de estudo.

A relevância social da investigação está no aprofundamento dos estudos relativos EA no ambiente escolar, uma vez que, possui o intuito de fomentar o uso contínuo desse eixo complementar na prática pedagógica do professor, uma vez que, somente trabalhar a semana do meio ambiente seja de forma disciplinar ou interdisciplinar não assegure uma precisão no processo de formação do sujeito homem,

para assim, realizar uma reflexão crítica do que está sendo realizado em sala de aula, frente às necessidades de formação socioambiental, pessoal e profissional que essas crianças e adolescentes precisam para iniciar seu processo de socialização.

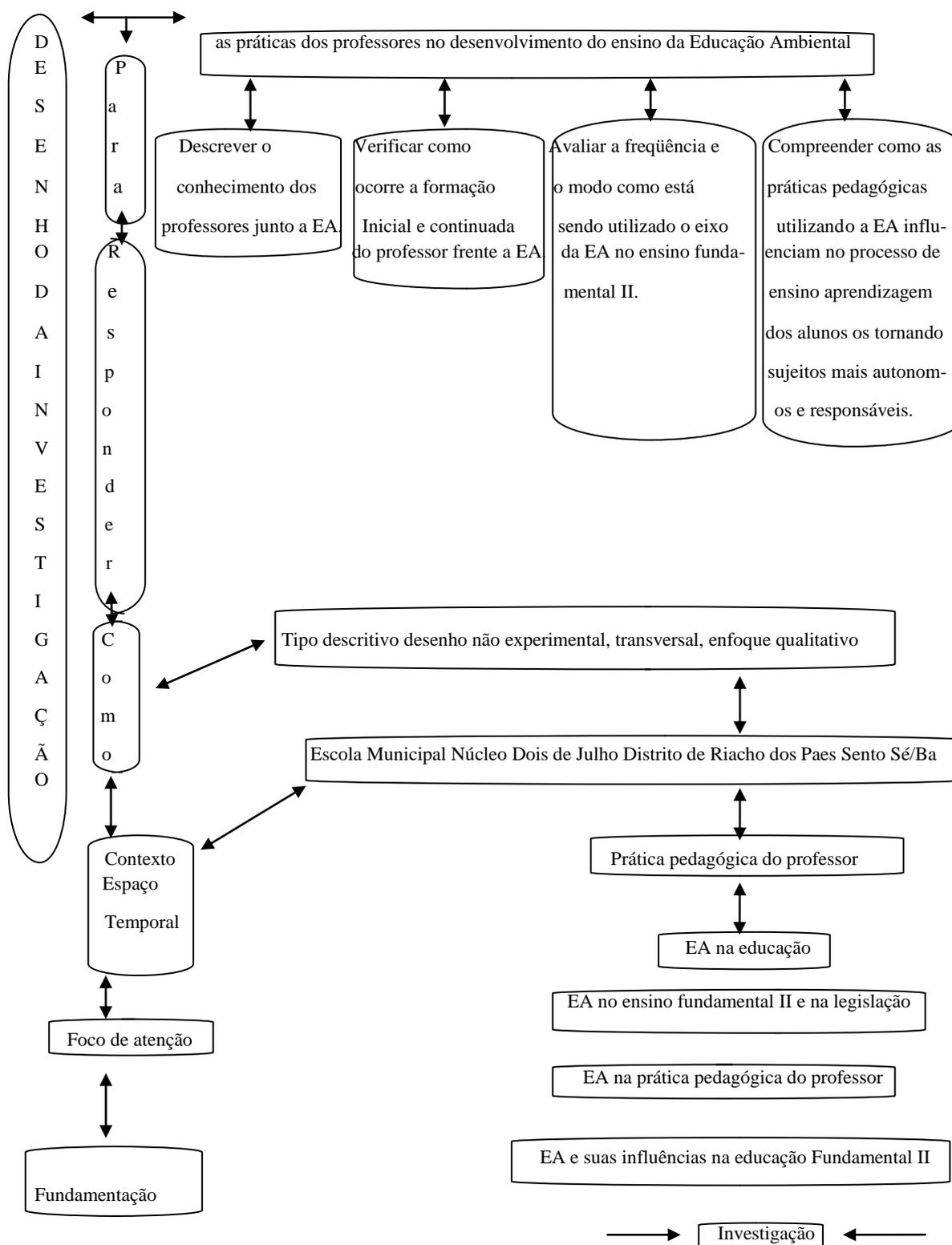
Além, de ser importante para o campo educacional e acadêmico, uma vez que somente com aulas mais atrativas e didáticas em seu dia a dia, permitirá ao aluno aprender de forma mais significativa e motivará a coordenação de cursos de licenciatura a refletirem para transformar a formação acadêmica inicial desses futuros docentes. E assim fortalecer o uso do eixo EA no fazer pedagógico do docente.

Já para os professores graduados, incentivará a busca pela capacitação continuada nas diversas áreas educacionais, a fim de incrementar e fortalecer seu conhecimento para posteriormente poder mediar o processo de aprendizagem de seus alunos de forma consciente, responsável e inovadora e acima de tudo crítico participativo.

Considera-se que o resultado desse estudo trará consequências positivas, como: a escola possibilitará formação continuada e disponibilizará recursos de cunho social e ambiental para que os professores possam incrementar suas aulas; todos envolvidos no ambiente educacional, conseguirá visualizar a importância do uso do eixo EA na prática pedagógica do professor e no desenvolvimento dos alunos. Os professores realizarão mediações pedagógicas e tecnológicas buscando a melhoria da qualidade da educação e aprendizagem, que levará aos entusiasmos dos alunos pelas aulas, onde as mesmas se tornarão mais atraentes, atrativas através da didática adotada, realizando um ensino integrador entre os diversos componentes curriculares da EA no Ensino Fundamental II.

2.2. DESENHO METODOLÓGICO

FIGURA N° 1: Esquema do desenho metodológico



Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018.

Para uma maior compreensão do desenho metodológico da tese faz-se importante conceituar alguns termos. Primeiramente o método e metodologia, que de acordo com Ferreira (2001, p. 493) “é o procedimento organizado que conduz a certo resultado” e metodologia “é o conjunto de métodos, regras e postulados utilizados em determinada disciplina e sua aplicação”. Ou seja, sem tal organização ou procedimentos, se torna mais complexo desenvolver qualquer que seja pesquisa científica.

Na mesma perspectiva de definição, Minayo (2007, p. 44) define metodologia de forma abrangente e concomitante como:

(...) a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

De certa forma, se estrutura como conjunto de regras necessárias para o andar de um trabalho científico. Já para Galliano (1979, apud Kauark, Manhães e Medeiros, 2010, p. 66) método é “um conjunto de etapas ordenadamente dispostas a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim”. Conjunto de regras organizadas em uma perspectiva de alcançar um resultado desejado. Para Gil (2002, p.17) o método de pesquisa é “como procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Assim, em uma singela pesquisa a imparcialidade no momento da coleta de dados requer muito da flexibilidade do pesquisador ao buscar as respostas pretendidas. E metodologia para Prodanov e Freitas (2013, p. 14) “é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”. Portanto, podemos compreender que essas duas adjacências (método e metodologia) estão conectado conduzindo a uma única linha de raciocínio, que é a procura organizada para determinado conhecimento e/ou objetivo.

Nesse contexto, carecemos de rememorar o significado também de método científico que na visão de Gil (2008, p. 27), é “o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se tingir o conhecimento”. Procedimentos esses que o

investigador precisa ter domínio. Para Néreci (1978, p.17) é “o conjunto coerente de procedimentos racionais ou prático-racionais que orienta o pensamento para serem alcançados conhecimentos válidos”. Assim, tal racionalidade, insere-se ao campo da pesquisa dando confiabilidade ao que foi encontrado. Já para Bunge (1980, p.19) é “um procedimento regular, explícito e passível de ser repetido para conseguir-se alguma coisa, seja material ou conceitual”. No entanto, uma vez percebido a necessidade de retornar a campo e redirecionar a pesquisa que seja feita tal redirecionamento. Assim, na visão de Lakatos e Marconi (2003, p. 83) é:

o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Caminhar em uma direção de abordagens sistêmicas racionais permite ao pesquisador, estar conectado a conhecimentos reais que o admite enveredar por conhecimentos científicos. Para Jolivet, (1979, p. 71) “é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado (...) “é o caminho a seguir para chegar à verdade nas ciências”. Conforme Tartuce (2006, p. 12) o método científico é “a expressão lógica do raciocínio associada à formulação de argumentos convincentes. Esses argumentos, uma vez apresentados, têm por finalidade informar, descrever ou persuadir um fato”. Já para Vergara (2003, p. 12) é “um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento. Ou seja, permite a organização de forma sistemática das informações, em busca de respostas para o problema da pesquisa”. O importante é que o pesquisador tenha a compreensão que não existe pesquisa científica sem os métodos e, que os mesmos, devem ser adotados e colocados em práticas pelo pesquisador.

No entanto, nesse capítulo será exposta a construção metodológica da tese, que tem como investigação científica “*A importância do ensino de educação ambiental como forma de transformação social no ensino fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho*”. Nessa perspectiva, será exposto o problema da pesquisa, os objetivos e a metodologia aplicada.

A idéia da referida temática nasceu a partir das experiências, vivenciadas e por meio de observações enquanto professor da rede Municipal de Educação de Sento Sé/Bahia e pesquisador da área de EA presenciando professores descomprometidos quanto ao manuseio do eixo EA, ou até mesmo por falta do conhecer da Lei Nº 9.795/99

inseridas no currículo escolar. E ao mesmo tempo a curiosidade de conhecer e entender a realidade da educação fundamental II frente à EA, pois as referências estudadas e experiência profissional até então se concentrava em EA no ensino fundamental I e II, Educação Superior e Educação a Distância. Por esse motivo foi escolhida a presente instituição por ser uma instituição de ensino Fundamental II de vínculo municipal do povoado de Riacho dos Paes Sento Sé que é mantida exclusivamente com recursos oriundo de sua Unidade Executora (UEX) e do Município.

Sendo relevante investigar como ocorre a prática pedagógica dos docentes frente ao eixo EA nesta escola, visto que a Prefeitura Municipal de Sento-Sé está gerindo a mesma com seus recursos, devendo seguir o que destaca a LDB N° 9.394/96 e em especial a Lei N° 9. 795/99 de 24 de Abril de 1999, onde sugere que a EA deve estar imbuída na educação básica de forma interdisciplinar e transversal, a fim de assegurar o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes do Ensino Fundamental II dotados de atitudes e habilidades conscientes de seu espaço dentro do meio ambiente como também sua responsabilidade socioambiental.

Na tentativa de conhecer as especificidades do ensino fundamental frente à EA e identificar suas contribuições pedagógicas para a prática do professor do Ensino Fundamental II, propõe-se a seguinte problemática: *Analisar as contribuições das práticas pedagógicas dos professores na educação ambiental no nível fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho?* Visto que o professor está em uma posição de mediador do conhecimento, auxiliando a interação da criança e do adolescente a transitar pelo aglomerado de informações e absorvê-las, através de ações contextualizadas desse mundo em processo de globalização, para assim aprender a transformá-las em conhecimento.

Logo, tem-se como objetivo geral da pesquisa: *Analisar as práticas dos professores no desenvolvimento do ensino da Educação Ambiental na Escola núcleo dois de julho Distrito de Riacho dos Paes Sento Sé/Bahia.*

Na busca de responder esse objetivo, elaboraram-se os seguintes objetivos específicos: Descrever o conhecimento dos professores junto a EA; Verificar como ocorre a formação inicial e continuada do professor frente a EA; Avaliar a frequência e o modo de como está sendo utilizado o eixo da EA no ensino fundamental II e se está contemplada no Projeto Político Pedagógico da Escola; Compreender como as práticas pedagógicas utilizando a EA influenciam o processo ensino aprendizagem dos alunos os tornando sujeitos mais autônomos e responsáveis.

2.3. CONTEXTO ESPACIAL E SÓCIO - ECONÔMICO DA PESQUISA

O Brasil é o maior país da América do Sul e o quinto do mundo em extensão territorial, com uma área de 8.514.876,599 km², com uma população de 206.081.432 segundo o Censo de 2010 do IBGE, sendo formada pela interação entre os povos europeus, africanos e nativos indígenas. Tornou-se república em 1889 por meio de um golpe militar. Sendo dividido em cinco regiões e 26 unidades federativas (Estados) e 01 Distrito Federal. Ocupa a posição 75 no ranking global no relatório de desenvolvimento humano de 2015 com o valor de 0,755 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2016).

Já segundo o IBGE (2018) em 2017 o Brasil tinha uma área total em km² de 8.515.767,049 e possuindo 5.570 municípios. Tendo uma população em estimada em 2017 de 207.660.929 mil pessoas.

FIGURA 2 – Localização geográfica do Brasil



Fonte: IBGE, 2018

O Brasil é uma República Federativa Presidencialista, formada pela União, Estados e Municípios, nos quais o exercício do poder se atribui a órgãos distintos e independentes, tendo como moeda o real, que foi criada em 1994. Seu idioma oficial é o português. Possui a maior economia da América Latina, segunda da América - atrás apenas dos Estados Unidos - e sétima do mundo. Ele vem se expandindo nos mercados financeiros internacionais, nos setores agrícola e do agronegócio, minerador, manufatureiro e de serviços, equipamentos elétricos, aeronaves, suco de laranja, automóveis, álcool, têxtil, minério de ferro, aço, café, soja e carne (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2016).

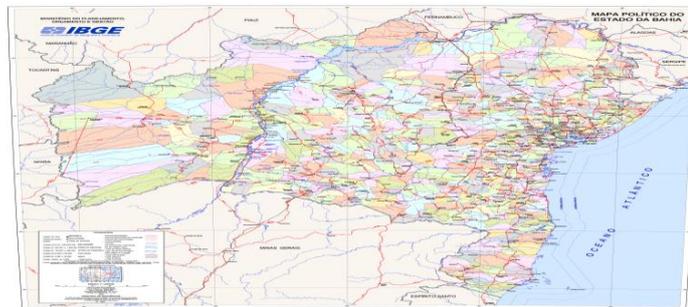
No Brasil, predomina o clima tropical, possuindo várias extensões de unidades de conservação federais como parques, reservas ecológicas, reservas biológicas,

reservas florestais, reservas extrativistas, estações ecológicas e florestas distribuídos em seus seis biomas entre eles Cerrado, Amazônia, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e Caatinga. No âmbito externo, é um dos principais países no comércio internacional de produtos agropecuários como a soja, o café e carnes. Tendo grande diversidade da agricultura e pecuária nacionais, que são a base para muitas cadeias produtivas de elevado peso no agronegócio (IBGE, 2018).

No que tange a educação no “período de 2007 a 2014 foi mantida a tendência de declínio das taxas de analfabetismo e de crescimento da taxa de escolarização do grupo etário de 6 a 14 anos e do nível de educação da população” (IBGE, 2018).

Foi no estado da Bahia que o Brasil, um território dominado pelos indígenas, foi formalmente “descoberto” pelos europeus quando avistaram o Monte Pascoal, situado no sul da Bahia, em 21 de abril de 1500, pelo navegador português Pedro Álvares Cabral. Marcando assim o “descobrimento” do Brasil pelos europeus, que a chamou de Bahia de Todos os Santos. E tempos depois na Bahia, especialmente na cidade de Salvador tornou-se a primeira capital do Brasil entre 1549 e 1763.

FIGURA 3 – Localização geográfica do Estado da Bahia



Fonte: IBGE, 2018

A Bahia como diversos estado da federação brasileira, é conhecida por ser a terra da alegria e festividade, também guarda belezas naturais, grande valor histórico e cultural de seu povo. Segundo Carvalho (2010, p.29): “a mineração tem contribuído para o seu desenvolvimento, havendo exportações de produtos minerais, petróleo e seus derivados, e produtos petroquímicos”. Tendo posição de destaque no cenário nacional, ocupando o primeiro lugar na produção de cromo, urânio, Magnesita, barita, talco, diatomita e salgema e o segundo lugar na produção de cobre. Com a entrada em operação do Complexo da Mirabela, passa a ser o segundo do Brasil em níquel.

Nesse estado, predomina a floresta tropical úmida e cerrado, o bioma caatinga que é único no mundo, sua economia se baseia além da mineração a indústria relacionada à química, petroquímica, informática, automobilística, no que tange a agropecuária, existe grande plantação de mandioca, grãos, algodão, cacau e coco, cebola além da agropecuária também é forte na fruticultura, que representa uma das áreas livres da contaminação por febre aftosa. Mas predomina mesmo são as atividades relacionadas ao turismo.

Segundo o último censo de 2017 do IBGE (2018), a Bahia tem uma população de 14.016.906 e de acordo com a estimativa para 2016 a população ficaria em 15.344.447 Sua área por km² era de 564.732,642, tendo uma densidade demográfica (hab/km²) de 24,82, com o rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente 2017(reais) de 862, possuindo 417 municípios.

O município de Sento-Sé como um dos 417 do estado da Bahia fica situado à margem direita da barragem do lago de Sobradinho, é também banhada pelos rios verde, jacaré e Bazoá e está localizado no baixo médio São Francisco, estando o seu território totalmente incluído no polígono das secas, altitude médio de 380 metros.

FIGURA 4 - Sento Sé, a antiga cidade



Fonte: Sento Sé agora

Fundada em 06 de julho de 1832, através de decreto imperial publicado no Diário Oficial em 06/07/1832, lei vigente 628 datada de 30/12/1953 publicada no Diário Oficial em 18/02/1954, tendo como origem o município de Pilão Arcado, tem como fronteira os municípios de Campo Formoso, Casa Nova, Itaguaçu da Bahia, Jussara, São Gabriel, Morro do Chapéu, Pilão Arcado, Remanso, Sobradinho e Umburanas. Tantas cidades como divisas dão a dimensão da extensão territorial de Sento-Sé, que possui 12.871 Km² e é o 3º maior município do estado em território, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI.

FIGURA 5 - População de Sento Sé em processo de desocupação

Fonte: Sento Sé agora

Apresenta um clima semi - árido, com chuvas irregulares que vão de Novembro a Janeiro. Acidentes geográficos: Lago de Sobradinho, Rio Verde as serras da Gameleira, fazenda Brejo Grande, a serra das Almas e a serra da Gruna no distrito de Amaniú; a serra da Palmeira no distrito de Américo Alves; a serra do Mimoso no distrito de Minas de Mimoso; a serra do Cachorro Queimado e a serra do São Pedro no distrito de Pirí, os morros velho do Pascoal, da Dispensa do Tombador, Monte Cruzeiro e Tambor são mais importantes do município, a gruta da Pedra Branca na Fazenda do mesmo nome e as grutas do São Pedro, gruta dos Prazeres e Bananeira são as únicas existentes no município. O nome Sento-Sé tem sua origem de uma tribo indígena chamada Centoce. Os primeiros povoadores foram portugueses vindos de lavouras de cana-de-açúcar e edificaram engenhos. Em 1719 foi construída uma capela dedicada a São José da Barra, e em 1752 teve como seu primeiro vigário o Pe. Domingo Alves de Souza, feita a correção gramatical passa a ser chamado e escrito como o arraial de Sento-Sé. Por muitos anos imperou o coronelismo. Em 06 de julho de 1832 um decreto provincial criou o município de Sento-Sé, em 21 de novembro de 1883 foi confirmada a emancipação política com a presença do presidente da província Joaquim José Pinheiro Vasconcelos.

No ano de 1930, Sento-Sé sofre a pressão de revoltosos e a população é maltratada com pancadas e prisões, novamente em 1932 Sento-Sé passa por momentos difíceis, Lampião passa pelo distrito de Américo Alves no povoado de Quixaba e faz o povo tremer de pavor, depois de assaltar o comércio vai embora e pernoita na Gruta da Palmeira. Alguns tempos depois a cidade volta a sua normalidade com a pesca e a agricultura de subsistência. Com a necessidade de gerar mais energia elétrica para o Nordeste, faz-se necessário submergir algumas áreas próximas ao Rio São Francisco, a barragem de Sobradinho era inevitável. No ano de 1971 recebendo com grande surpresa

a notícia que a “CHESF” daria início a construção da barragem, Pânico Geral. A partir deste primeiro comunicado deu-se a seqüência a várias reuniões para estabelecer-se o local para onde iria a nova Sento-Sé. Seja Piçarrão? Pirí? Ou Tombador? Quantas lágrimas, quantas tristezas, pior, perdas de memórias, mortes apaixonadas e repentinas. No município tudo isso aconteceu. Estavam acostumados ao torrão natal, ao carnaubal, ao rio São Francisco, as cozinhas humildes, más que viu nascer e crescer.

A CHESF não aceitava debater. Começam as míseras indenizações em 1970, as permutas de casas e de roças. Algumas famílias a CHESF resolveram levar para as Agrovilas em Bom Jesus da Lapa. E quantas ofertas boas. Era desnatural o tamanho do feijão, do milho, do tomate, até filmes, as moradias “Santo Deus”, não eram casas... Eram sobrados. E muita gente se foi, alguns puderam voltar e outros nem este direito tiveram.

Em 1975 começaram as mudanças, lentamente dava-se o adeus, as casas derrubadas, as roças queimadas, o plantio abandonado, as fruteiras desvalorizadas, os paus de arara transportando gente. As barracas de lona para abrigar as crianças. Em 10 de outubro de 1976 chegou à vez de mudar a sede da municipalidade, e em seguida as mudanças das famílias por completo, o mesmo sofrimento. A casa número 01... a casa número 02.... Que ora era pequena demais. Novembro de 1976, última mudança. Atrás deixavam-se parentes falecidos, casas caídas, a história. Aqui finda Sento-Sé de ontem, abrindo espaço para uma nova vida numa nova cidade. A velha Sento-Sé foi inundada pelas águas do grande lago de Sobradinho.

Atualmente, Sento Sé possui cerca de 38.000 habitantes, divididos entre a sede e o interior, segundo dados do IBGE.

FIGURA 6 - Localização geográfica de Sento Sé



Fonte: Google acesso em, 21/06/2017

As atividades econômicas do município baseiam-se no cultivo irrigado da cebola, tomate, uva manga, melão, melancia, aspargo, além das culturas de subsistência como: milho, mandioca, mamona, feijão, também há o fabrico de esteiras de tábua e de doces de frutas nativas como, umbu, maracujá do mato e etc. Riqueza natural: O solo do município é rico em ametista, galena, manganês, cristal de rocha, Magnesita, ferro, talco, calcário e outras. As fontes de águas termais no Brejo da Brásida e da Batateira, a fauna é rica em peixes e de animais de pequeno porte. Na pecuária a criação de bovinos, ovinos e caprinos. Atualmente Sento-Sé, esta geograficamente assim distribuído: Sento-Sé sede, 1º distrito. Minas de Mimoso – Distrito sede 7º Distrito. Povoados: Cabeludas, Limoeiro da Batateira, Lages, Sítio, Fatura, Alegre, Campo Largo, Gruna, Barriguda, Lagêdo, Malhada da Umburana, Gangorra, Riacho do Santo Antonio. Pirí – Distrito sede 2º Distrito, Piçarrão – Distrito sede 6º Distrito Povoados: Algodão, Minas do Incaibro, Olho Daguinha, Brejo de Dentro, Brejo de Fora, Brejo da Martinha, Café da Rosa, Lagoinha, Morrinhos, Carafbas, Pau de Colher, São Pedro, Salgadinho e Bonifácio. Américo Alves – Distrito Sede 3º Distrito. Povoados: Quixaba, Bazuá, Riacho dos Paes, Capeado, Itapera, Andorinhas. Amaniú – Distrito Sede 5º distrito. Ponta D'água, Malvinas, Queimada do Junco, Capim Grosso, Barreiro da Ema, Barra, Pedra Branca, Maravilha, Itapicurú, Lagoa do Marí, Sanharó, Pioneira, Brejo da Brásida, Caititú, Tanque, Caracol, Porção, Ilhas da Ponta D'água. Cajuí – Distrito 4º distrito. Povoados: Volta da Serra, Aldeia, Pascoal, Limoeiro, Tombador de Cima, Retiro de Baixo, Retiro de Cima, Andorinha. Os distritos de Sento-Sé estão na seguinte ordem: 1º sede, 2º Pirí, 3º Américo Alves, 4º Cajuí, 5º Amaniú, 6º Piçarrão e 7º Minas de Mimoso. VILA IMPERIAL.

FIGURA 7 - Imagem aérea da cidade de Sento Sé



Fonte: Google acesso em, 21/06/2017

Apesar da CHESF, ter se comprometido com a população localizada na área de inundação da Barragem de Sobradinho, que preservaria as características sociais e culturais dos municípios inundados, em Sento Sé ela nos causou (dentre muitos) um tremendo prejuízo inundando um solar de grande importância histórica, chamado “Vila Imperial” construído em 1600 na aldeia de Sento Sé (Lins, 1960). Nessa propriedade está presente toda a história legendária da região do São Francisco, desde a fundação do Brasil, colonização e desenvolvimento do rio. Francisco Garcia D’Ávila, chegou ao Brasil em 1549, na esquadra do Governador Geral, Tomé de Souza, que fundou Salvador e fez desta a primeira Capital do Brasil (Almeida Prado, 1950, Calmon, 1972, Goldman, 1973). Garcia D’Ávila construiu um Castelo (Torre) em Salvador entre os anos 1565 e 1609, o qual desempenhou um papel importante na defesa da capital quando o Brasil ainda se encontrava jovem e fraco. Recebeu o título de Conde da Torre (ou Conde do Castelo) e começou a adquirir terras do vale do São Francisco.

Por volta de 1573, a família de Garcia D’Ávila se dedicava a criação de gado numa extensão de 340 léguas, onde o primogênito Antonio Garcia D’Ávila fundou a sede do condado pelo ano de 1600. O rio tornou-se conhecido como Rio dos Currais devido ao grande número de fazendas de gado existentes. Os índios da região se encontravam em número reduzido e sem recursos, devido à perseguição incessante e à escravidão a que eram submetidos, desde que a expedição escravizadora de Duarte Coelho subira o São Francisco em 1543. O primeiro contato pessoal entre portugueses e índio foi realizado por Antonio Garcia D’Ávila, embora por simples casualidade. O chefe indígena local, Centoce, havia sido ferido numa escaramuça e abandonado por seus guerreiros. Antonio Garcia D’Ávila conseguiu curá-lo depois de uma longa enfermidade. Desse contato nasceu uma amizade longa e proveitosa entre ambos. O município tem o nome de Sento-Sé em homenagem ao chefe indígena, imortalizado em um busto esculpido em pedra e madeira de grandes dimensões, que enfeitava há muitos anos atrás a “Vila Imperial”. As fotografias desse monumento precioso e os móveis da “Vila Imperial” existem e estão com o ex-Deputado Jayro Nunes Sento-Sé (Robert Goodland, 1971), que acredita que o monumento em questão, ainda existe embora o seu paradeiro seja desconhecido. Por volta de 1658, o Conde da Torre havia estendido suas propriedades até 1400 léguas em volta de Sento-Sé (a maior fazenda do mundo), terra estas onde um gado numeroso foi criado e enviado a capital e a indústria açucareira florescente na costa do país (Calmon, 1939).

A indústria açucareira decaiu no Nordeste, enquanto que mais tarde o café se tornou a maior fonte de lucro do Sul, em matéria de exportação. Salvador caiu em declínio com a transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1763. O Nordeste inteiro sofreu uma depressão que durou 250 anos. Durante essa depressão, a região do Rio São Francisco tornou-se o refúgio daqueles que viviam a margem da lei. Os principais acontecimentos foram o aparecimento de feudos mutuamente destrutivos e heróis de feitos épicos, que permaneceram por várias gerações (Proença, 1944; Iglesias, 1958; Figueira de Freitas, 1960).

Pilão Arcado foi por diversas vezes ponto de reunião do domínio de terror, com a luta entre o estabelecido Sr. Militão Plácido de França Antunes e a família Guerreira (portuguesa, adventícia que conseguiu o apoio do exército em seu favor. Derrotados em 1843, os Guerreiros se recolheram no solar em Sento-Sé). Mais tarde, o famoso Coronel Franklin de Albuquerque (1881 – 1944) se estabeleceu na Vila Imperial de Sento-Sé, antes de se transferir para Pilão Arcado. Ele participou de muitas batalhas sangrentas incluindo a que localizou e acuou 900 rebeldes chefiados por Luiz Carlos Prestes.

Esse panorama histórico da região demonstra o significado que tem o solar de Sento-Sé. Foi restaurado em 1873, data constante no brasão que figurava sobre a porta de entrada do solar da Vila Imperial. Talvez o descendente mais importante dessa família seja Fernandes da Cunha, convidado do Comandante-em-chefe das Forças Armadas, Marechal Deodoro da Fonseca (1827 – 1892) para ser o primeiro Presidente da República. Declinou, porém, do convite, por ter servido anteriormente como Ministro das Relações Exteriores na Corte Imperial.

O distrito de Riacho dos Paes tem sua história semelhante com sua sede, Sento Sé, uma vez que sua população sofreu os mesmos desmandos pela CHESF, sendo uma população obrigada a abandonar suas casas e roças para não morrerem afogados com a elevação das águas represadas pela barragem, sofrendo no mesmo ano o processo de relocação da população para uma área mais alta do município.

como o processo de relocação do povoado se deu em meados do mês de julho de 1977, resolveu-se colocar o nome da escola como Grupo Escolar Dois de Julho em homenagem ao nosso estado que nesse mês de julho comemora sua independência.

Em 1993 foi reformada e ampliada. Construiu-se mais três salas de aula, demoliu os antigos banheiros e construiu dois banheiros, um masculino e um feminino com três vasos sanitários e três lavatórios em cada um, uma cantina, uma secretaria, dois depósitos e um pátio descoberto.

Em 1997 foi reformada novamente e ganhou mais uma sala de aula. Ainda em 1997 é criada sua Associação de Pais e Mestres, denominada Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Dois de Julho. Esse evento é um marco de grande relevância na história de nossa escola. Por meio dela a escola recebe vários recursos financeiros viabilizando maior desenvolvimento educacional, pois temos autonomia financeira, facilitando o dia a dia da instituição. Por meio da associação recebemos os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, PDDE -Básico, PDDE - Estrutura Escola Acessível, PDDE - Qualidade Atleta na Escola, PDDE - Escola Integral Programa Mais Educação.

A instituição está situada à Praça José de Matos Paes, na Avenida Procópio Paes Landim, S/N, Povoado Riacho dos Paes, Distrito Américo Alves, no município de Sento-Sé, Bahia. A referida instituição foi autorizada pela Portaria Nº 8998, publicada no Diário Oficial de 10.11.1999 e passou a se chamar de Escola Municipal de 1º Grau Dois de Julho.

A Escola foi, até 2002 denominada de Escola Municipal de 1º Grau Dois de Julho, tendo seu nome mudado para Escola Núcleo Dois de Julho no ano de 2003, devido a Secretária Municipal de Educação - SME, Como estratégia de descentralização e, sobretudo, tendo como foco a qualidade da ação da educação no município e levando em conta a sua extensão territorial, desenhou-se a organização escolar, a partir da idéia de Núcleo (comunidade composta por um conjunto de localidades ou povoados, situados em uma mesma região do município). Os Núcleos Educacionais caracterizam-se pela união de escolas pequenas (denominadas salas avançadas), com uma escola maior (sede do núcleo) dentro de uma mesma região/distrito.

Com o Projeto de Nucleação da Secretaria Municipal de Educação de Sento-Sé, Bahia, conforme decreto nº 04/2003 de 1º de abril de 2003, que dispões sobre a nucleação das Escolas Municipais da zona rural de Sento-Sé – BA foi designada com o nome atual de Escola Núcleo Dois de Julho. O Núcleo foi composto por a Sala

Avançada Jorge José de Castro, situada neste povoado de Riacho dos Paes, hoje descentralizada, tendo seu próprio gestor, Sala Avançada de Capeado, no povoado de Capeado e Sala Avançada Santa Rita de Cássia, localizada na Fazenda Grilagem, ambas desativada devido à redução do número de alunos, sendo seus alunos transportados para a Sede do Município.

Ainda em 2003 a escola é contemplada pelo Governo Federal com uma Quadra Poliesportiva, infelizmente devido ao mau uso e pela ação de vândalos a quadra hoje se encontra em estado precário de conservação, não sendo mais utilizada por não apresentar nenhuma condição de utilização.

Em 2007 foi construída pela Diocese de Juazeiro uma cisterna para captação da água da chuva.

No ano 2009 foi construído um laboratório de informática, que atualmente encontra-se quase que totalmente desativado por falta de um monitor para gerenciar o espaço e pela falta de dois ares condicionados, equipamento indispensável para utilização do espaço ficando sua utilização como depósito de livros.

Final do ano de 2013, meados do mês de novembro a escola é contemplada com o Programa Mais Educação, para atuação em seis meses. A escola passa em tão a atender a modalidade Educação Integral. Não houve intervenção da escola para escolha dos Macro campos, o recurso chegou já com as atividades definidas. A saber: Macro campos – Acompanhamento Pedagógico, Esporte e Lazer Cultura, Arte e Educação Patrimonial. Atividades desenvolvidas de acordo ao macro campos: Campo do Conhecimento, Esporte da escola/ Atletismo e Múltiplas Vivências Esportivas, Teatro e Capoeira. A falta de espaço adequado e de monitores habilitados dificultou o desenvolvimento do programa. Dentro do programa também havia a atividade Escola Aberta para se trabalhar com a comunidade nos finais de semana. Esse recurso não foi utilizado, pois os manuais operacionais não traziam nenhuma orientação de como desenvolver a atividade, dessa forma a SME não autorizou o desenvolvimento temendo erros na prestação de contas. Trabalhamos apenas um mês, desenvolvendo o programa conforme as nossas possibilidades. Só retomamos os trabalhos em abril de 2014 devido à escola estar em reforma.

Em julho de 2014 os macros campos são modificados e mais uma vez a escola não participa da escolha. A escola é informada que o recurso é para se trabalhar dez meses, porém o Governo Federal só repassou apenas 50% do valor. Passamos a

desenvolver as atividades Campo do Conhecimento, Esporte na escola, Arte Corporal e Jogos e Percussão.

Em 2014 a escola recebe o recurso PDDE Estrutura/Escola Acessível para compra de bens permanentes e para melhoria na estrutura e adaptação para tornar a escola acessível, com este recurso foi comprado uma mesa e um bebedouro acessível, construiu-se dois banheiros (masculino e feminino) acessível, construiu-se rampas e uma base para caixa D'água e adaptação do bebedouro acessível.

A Unidade Escolar atualmente é composta por: uma diretora e uma Vice-diretora, um Secretário, uma Coordenadora Pedagógica, duas Agentes Administrativa, dez Professores, dois Porteiros, oito Auxiliares de Serviços Gerais que atendem 278 alunos distribuídos nas modalidades Ensino Fundamental de 9 anos (4º ao 9º Ano), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos, EJA.

A Escola Núcleo Dois de Julho é regida pelo Estatuto Escolar Municipal, o qual dispõe de todos os referencias administrativos e pedagógicos da escola. Além do estatuto contamos com: Matriz Formativa, Plano de Desenvolvimento da Escola PDE, PDDE que é administrado pela Associação de Pais e Mestres, Projetos Didáticos e a Proposta Político Pedagógico - PPP do Município, os quais fundamentados na Lei Federal Lei de Diretrizes e Bases - LDB da Educação Nacional.

No que tange o desenvolvimento da educação da escola pesquisada o seu Ideb apresenta um retrocesso no ano de 2015 com relação ao ensino fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho.

TABELA 1. Ideb da Escola Núcleo Dois de Julho

Parâmetros de pesquisa de IDEB da Escola Núcleo Dois de Julho 8º e 9º Anos/Ensino Fundamental II.

Escola	Ideb observado			
	2009 †	2011 †	2013 †	2015 †
Escola Núcleo Dois de Julho	2.9	3.5	2.7	2.9

Fonte: MEC – INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

A tabela acima representa os índices de desenvolvimento do ensino aprendizagem dos alunos da escola Núcleo Dois de Julho nos anos finais de 8º e 9º anos e suas projeções para alcance no ano de 2015. Assim, é possível visualizar que em 2015 a escola voltou aos níveis alcançados em 2009.

TABELA 2. Ideb da Escola Núcleo Dois de Julho
Metas Projetadas e parâmetros de pesquisa de IDEB da Escola Núcleo Dois de Julho 8º e 9º Anos/Ensino Fundamental II.

Escola	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Escola Núcleo Dois de Julho		3,2	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7

Fonte: MEC – INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

A tabela acima representa os índices de desenvolvimento do ensino aprendizagem dos alunos da escola Núcleo Dois de Julho nos anos finais de 8º e 9º anos, seus níveis em 2011 e suas projeções para alcance no ano de 2021. Assim, é possível visualizar que em 2011 a escola teve um maior avanço com relação aos níveis alcançados em 2009.

TABELA 3 - Matrícula dos anos finais do ensino fundamental II a nível nacional 2016/2017

Total de alunos matriculados	Alunos que freqüentam o turno diurno	Alunos que freqüentam escolas urbanas
12,2 bilhões	99,24%	88,2%

Fonte: MEC – INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

A tabela acima representa o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental II a nível de Brasil e os respectivos horários de oferta do ensino fundamental II, além da quantidade em percentagem dos alunos que freqüentam as escolas urbanas.

TABELA 4. Aluno matriculado nos anos finais do ensino fundamental nas três instâncias: Federal, Estadual e Municipal no ano de 2017.

Estados	Dependências administrativas	Tipo de mediação didática - pedagógica	Total de alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental II
Bahia	Federal	Presencial	443
	Estadual	Presencial	208.047
	Municipal	Presencial	621.554
	Privada	Presencial	109.229
	Total de alunos matriculados		939.273

Fonte : MEC:INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

A tabela acima citado representa as três esferas educacionais a nível de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), em seu censo educacional de 2015, a nível de Bahia no que tange o número de matrículas dos alunos no ensino fundamental II .

TABELA 5: Número de escolas, matrículas em geral dos alunos matriculados no Ensino Infantil e Fundamental II no município de Sento Sé/Bahia, no ano de 2017.

Nº de alunos matriculados na rede do município.	Nº de escolas no município.	Nº de alunos matriculados no ensino fundamental II.	Nº de alunos matriculados na escola investigada	Nº de professores e Gestores administrativo e pedagógico investigado na escola investigada no ensino fundamental II
7903	62	2320	278	14

Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

A tabela acima apresenta o número de alunos matriculados no município de Sento Sé Bahia, o número de escolas existente no município, o número de alunos matriculados no ensino fundamental II, o número de aluno matriculado na Escola Núcleo Dois de Julho e o número de professores e gestores envolvidos na pesquisa.

2.4. DESENHO, TIPO E ENFOQUE DA PESQUISA

Figura 9: Esquema do desenho tipo e enfoque da pesquisa



Fonte: Elvis Castro Reis, 2018

A pesquisa será: Desenho não experimental transversal, Tipo descritiva.

Para a efetivação de uma pesquisa temos que figurar como a própria será desempenhada por meio do desenho ou modelo que segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 154), significa o “plano ou estratégia concebido para obter a informação que se deseja”. Tal plano, deve vir agregado a qual caminho enveredar para que a pesquisa tome dimensão positiva em seu desenrolar. Já para Gonzáles, Fernández e Camargo (2014, p. 43) “um desenho da pesquisa esta determinada pelo tipo de investigação que se pretende realizar, e pela hipótese que se deseja verificar durante o processo”. De tal modo, o modelo admite que o pesquisador descreva um plano de ação, isto é, uma abertura que o leve a angariar os subsídios que serão imprescindíveis para sua pesquisa de forma prática e sólida, possibilitando que alcance sua finalidade de estudo e responda às questões de conhecimento proposto.

Nessa perspectiva, “para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele” (Ludke e André, 1986, p. 1). Assim sendo, esse confronto de conhecimento serve como baliza na solidez do caminho ao qual deve ser percorrido. Assim, o pesquisador tem a função de “servir como veículo inteligente e ativo entre esse conhecimento acumulado na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa” (Ludke e André, 1986, p. 5). Para tanto, considerando esse viés de informações fica comprovado que a construção da metodologia é um processo meticuloso e de grande importância para cumprimento e consolidação da pesquisa, visto que ela é quem define o caminho que deve ser seguido. Em seguida esses procedimentos necessitam ser sistemáticos e coesos, possibilitando uma abrangência coerente do fenômeno a ser estudado ficando claro o seu objeto de estudo.

Conforme, Ludke e André (1986, p. 22) ainda destaca que “a importância de determinar os focos da investigação e estabelecer os contornos do estudo decorre do fato de que nunca será possível explorar todos os ângulos do fenômeno num tempo razoavelmente limitado”. Nessa perspectiva, tende de acatar os objetivos da pesquisa a mesma seguirá o enfoque de tipo descritivo, com desenho não experimental transversal, com enfoque qualitativo, utilizando como coleta de dados a observação estruturada e guia de entrevista.

A pesquisa em tela é do tipo descritiva, que Para Gil (2008, p. 47):

as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis... São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Nesse tipo de pesquisa o pesquisador deve estar atento as diversas facetas e fenômenos das variáveis emitidas pela população investigada. Assim, Segundo Prodanavo e Freitas (2013, p. 52):

apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática.

É de sublime importância salientar que o pesquisador deve manter uma posição coerente e imparcial mediante a suas ações no processo de coleta de dados. Conforme Danhke (1989 apud Sampieri, Collado e Lucio, 2006, p. 101): “os estudos descritivos procuram especificar as propriedades, as características e os perfis importantes das pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que se submeta à análise”. Para tanto, cabe ao pesquisador ter a sensibilidade de estar atento a essas características, pois são elas que caracterizam a pesquisa. Consistem também em “descrever situações, acontecimentos e feitos, isto é, dizer como é e como se manifesta determinado fenômeno” (Sampieri, Collado e Lucio, 2006, p. 100). Assim, esses conjuntos de fenômenos intercalam-se à proposta da pesquisa destacando o caminho o qual deve ser percorrido pelo pesquisador. Assim, conforme Vergara (2003, p. 47) observa que “a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza”. Assim de certa forma, o caminho a ser percorrido se interliga mediante suas

características, determinando assim, os fenômenos encontrados mediante a população investigada, definindo uma co-relação entre os perfis analisado e a natureza da investigação.

Assim essa investigação sugere analisar de forma descritiva a importância do ensino de educação ambiental como forma de transformação social no ensino fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho, município de Sento Sé/Bahia, que mediante a sua ausência nas práticas pedagógicas do professor, reflete consequentemente na aprendizagem e na formação integral dos seus alunos em uma perspectiva de formação do sujeito socioambiental.

A investigação busca descrever os conhecimentos dos docentes frente ao eixo da EA, verificando se ocorre o uso do eixo temático complementar de forma continuada por parte dos professores frente aos planejamentos, se os mesmos participam de educação continuada e se há frequência no modo como está sendo utilizada essa ferramenta no ensino fundamental, se compreende como as práticas pedagógicas são interligadas e se estão sendo utilizadas em uma perspectiva de formação socioambiental, e se influenciam no processo de mudanças de costumes e aprendizagem desses alunos.

Essa pesquisa tem um desenho não experimental transversal. Na pesquisa não experimental Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 223) enfatizam que a investigação “se realiza sem manipular deliberadamente as variáveis, ou seja, trata-se da pesquisa em que não fazemos variar intencionalmente as variáveis independentes”. O que praticamos na investigação não experimental é analisar os fatos tais como se brotam na sua conjuntura natural, para depois analisá-los.

No entanto podendo confirmar essa afirmação quando Kerlinger e Lee (2002, p. 420) destacam que “na pesquisa não-experimental não é possível manipular as variáveis ou distribuir aleatoriamente os participantes ou tratamentos”. Então o pesquisador carece analisar levando com seriedade os fatos e o contexto em que acontecem.

Assim, optou-se pelo modelo não experimental transversal não probabilístico por ser mais adequado para a pesquisa, pois nela “coletam dados em um só momento, em um tempo único. Seu objetivo é descrever variáveis e analisar sua incidência e inter-relação em dado momento (ou descrever comunidades, eventos, fenômenos ou contextos)” (Sampieri, Collado e Lucio, 2006, p. 226). Nessa perspectiva, a investigação tem como foco observar as práticas pedagógicas dos professores somente frente à EA. Dessa forma, serão colhidos os dados nos meses de Julho e Agosto de 2017 e analisados nos meses de Setembro e outubro de 2017.

Nesses períodos, serão observados e refletidos como e quando os professores utilizam a o eixo da EA como temática a ser utilizadas em suas aulas, analisando os objetivos pretendidos e comparando e interpretando sem manipulação ou intervenção, mas com o intuito de analisar as influências que a EA proporcionam nas práticas pedagógicas do professor do ensino fundamental II, na Escola Núcleo Dois de Julho no Distrito de Riacho dos Paes Sento Sé/Bahia e assim, fazer as apreciações embasados em teóricos, legislações e documentos oficiais que abordam o uso do eixo da EA.

Para tanto, a atual análise tem o enfoque qualitativo, que conforme Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 5) “é utilizado, sobretudo para descobrir e refinar as questões de pesquisa (...) com frequência esse enfoque está baseado em métodos de coleta de dados sem medição numérica, como as descrições e as observações”. Processo esse que é de fundamental importância para o desenrolar da pesquisa, uma vez que são os métodos adotados que definem sua natureza. Dessa forma, os autores acrescentam que esse tipo de enfoque “busca compreender seu fenômeno de estudo em seu ambiente usual” (Sampieri, Collado e Lucio, 2006, p. 11). Assim, os participantes da pesquisa ficam mais a vontade para cooperarem. Conforme Ludke e André (1986, p. 11) uma pesquisa qualitativa “tem um ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. No entanto, no andamento da pesquisa o que se busca abordar, são assuntos que estejam relacionados com o objeto de estudo, facilitando o levantamentos dos dados pretendidos.

Conforme Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 26) a pesquisa qualitativa considera que:

há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a ^{fonte} direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Nesta perspectiva, a investigação analisa as influências do uso da EA nas práticas pedagógicas dos docentes do ensino fundamental no seu loco de trabalho que é a Escola Municipal Núcleo Dois de Julho no Distrito de Riacho dos Paes Sento

Sé/Bahia, realizando a coleta de dados sem medição numérica e/ou técnicas estatísticas, ou seja não probabilística, somente com descrições e as observações.

No entanto, a investigação será de forma contextualizada, interpretativa e colocando os detalhes desse ambiente e didática dos professores frente a EA. E sucessivamente quando houver necessidade reexaminará e modificará as interpretações ao longo da análise, mantendo o foco e realimentado as reflexões em ancores teóricos e legislativos que permeiam essa necessidade atual de uma EA.

2.5. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

FIGURA 10: Localização geográfica da escola



Fonte: Elvis Castro Reis, 2018

A escola em foco se encontra no Brasil, no estado da Bahia, no município de Sento Sé, no distrito de Riacho dos Paes zona rural situada na Praça José de Matos Paes s/n na Avenida Procópio Paes Landim.

FIGURA 11: Fachada da escola



Fonte: Elvis Castro Reis, 2018

FIGURA 12: Pátio da escola Núcleo Dois de Julho.

Fonte: Elvis Castro Reis, 2018

Como citado anteriormente, a pesquisa será realizada no Brasil, no estado da Bahia, no município de Sento Sé, na Escola Núcleo Dois de Julho no Distrito de Riacho dos Paes zona rural situada na Praça José de Matos Paes s/n na Avenida Procópio Paes Landim. A escola possui endereço eletrônico escola.2julho@yahoo.com.br, o telefone é (74)991614915. A Escola Núcleo Dois de Julho foi construída nesta localidade com a permuta de uma pequena escola denominada Escola Sete de Setembro que existia no antigo povoado denominado de Riacho dos Paes. A escola foi fundada em 1977 com apenas três salas de aulas, dois banheiros e um pátio coberto pela CHESF- Companhia Hidrelétrica do São Francisco. A nova escola recebeu então um novo nome, segundo relatos orais de alguns moradores disseram que como o processo de relocação do povoado se deu em meados do mês de julho de 1977, resolveu-se colocar o nome da escola como Grupo Escolar Dois de Julho em homenagem ao nosso estado que nesse mês de julho comemora sua independência. Hoje a escola é conhecida como Escola Núcleo Dois de Julho sob o CNPJ: 01.939.596/000-52.

A referida escola escolhida para a realização da pesquisa de campo desse estudo é uma instituição educacional pública municipal, como várias outras, que tem características parecidas com as demais escolas públicas desse Município. É uma instituição que atende no ano de 2017 a 287 alunos, sendo entre crianças e adolescentes no horário matutino, vespertino e noturno. É de suma importância salienta que a escola é contemplada pelo o Programa Mais Educação e atende os alunos em turnos opostos assegurando o projeto de escola integral, os alunos que estudam pela manhã é atendido a tarde e quem estuda pela tarde é atendido pela manhã nos locais onde acontecem as oficinas. Os macros campos atendido pelo projeto são: futebol de campo, futebol de salão e dança. É uma instituição que atende no ano de 2017 a 278 alunos entre crianças e adolescentes e adultos atendidos nos turnos matutino, vespertino e noturno.

O quadro de funcionários da escola é formado por 30 profissionais: 13 professores entre efetivos e contratados. O quadro da gestão administrativa é formado por 1 diretora, 1 secretaria que trabalha 40hs sendo contratada por meio de decreto administrativo, 1 vice-diretor que trabalha 40hs. O quadro da gestão pedagógica é composto por 1 coordenadora que trabalha 30hs, 1 agente administrativo e 1 auxiliar administrativo.

A escola tem ainda 2 vigilantes sendo um contratado e 11 serviços gerais que se intercalam nos três turnos para a realização da limpeza da escola e fazer a merenda.

No que tange ao espaço físico ela possui: 08 salas de aulas amplas, sendo que 1 funciona com a Educação Especial, 1 como sala de informática embora agora se encontre desativada, 6 salas atendem as turmas do 6º ano ao 9º ano do ensino fundamental II no turno vespertino. Tem 1 cantina, 03 banheiros sendo 02 de uso dos alunos e um de uso dos professores, 1 cisterna que comporta 52,000 litros de água, 1 sala de direção, 2 depósitos sendo 1 de guardar a merenda e 1 de guardar os arquivos da escola, e um pátio descoberto, visto que a mesma é murada.

A maioria das escolas do município recebem recursos por meio de suas Unidades Executoras, podendo assim, ter autonomia e promover de forma mais democrática a aplicação dos recursos oriundos do FNDE, tendo em seu quadro de formação docentes a maioria formados em licenciatura plena e atuando nas respectivas áreas de formação. Nela se realiza projetos pedagógicos e seqüências didáticas voltados para a formação integral de crianças e adolescentes, trabalhando com: oralidade, leitura e escrita, arte, matemática, ciências naturais e humanos e corpo e movimento etc.

A referida escola é considerada pela comunidade de Riacho dos Paes como uma boa instituição, pois a mesma se localiza no centro da comunidade lotada na única praça existente na localidade, embora a mesma não tenha evoluído em seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB vem se esforçando para atender as exigências curriculares municipais estaduais e federais. Para tanto é possível visualizar através das práticas dos docentes, amor, respeito, responsabilidade, empenho e engajamento na busca de minimizar os índices irregulares que pairam sobre essa unidade escolar. Assim, os docentes buscam incansavelmente promover um ensino de qualidade, que possibilite esses jovens, adquirirem habilidades significativas para uma melhor convivência em sociedade, onde os mesmos se percebam como atores coadjuvantes de suas próprias histórias.

É de importância salientar que essa escola é a única nessa localidade que oferta essa modalidade de ensino, uma vez que, a sede do município fica a 18Km de distância dificultando o acesso desses educandos a outros estabelecimentos de ensino. Sendo assim, ela possui a missão de oferecer um ensino de qualidade assegurando ao aluno capacidade para participar da sociedade como cidadãos conscientes e ativos. Incluindo, acolhendo e respeitando a fim de garantir na prática o cuidar e o educar, complementando a ação da família e da comunidade. Assim, tendo como visão de futuro, ser uma escola reconhecida no município de Sento Sé/BA, pela capacidade de formar cidadãos críticos, conscientes e participativos.

2.6 POPULAÇÕES PARTICIPANTES

Como a presente investigação é do tipo descritiva e segue o enfoque qualitativo, foi escolhido como população, isto é “indivíduos do campo de interesse da pesquisa, ou seja, o fenômeno observado” (Kauark, Manhães e Medeiros, 2010, p.60) os professores, gestores (administrativo e pedagógico) envolvidos no Ensino Fundamental II, pois “é sobre eles que se pretende tirar conclusões”. (Kauark, Manhães e Medeiros, 2010, p.60).

Na expectativa de acolher os objetivos da pesquisa em foco temos como universo ou população, que é definida pelos autores Lakatos e Marconi (2011, p. 27), como “o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”. Ou seja, tais seres em estudo têm como foco de análise acertos e erros, voltados para qualidades e particularidade. Segundo Gil (2008, p. 99) define como sendo o “conjunto de elementos que possuem determinadas características”. Características que de forma direta ou indireta são de fundamental importância para o desenvolvimento dos princípios de análises da pesquisa. E definido por Gonzáles, Fernández e Camargo (2014, p.22) como “conjunto de elementos, finito ou infinito, definido por uma ou mais características, que tem todos os elementos em comum que os compõem somente entre eles”. Assim sendo, essa dependência direta ou indireta, finita ou infinita, são produtos característicos fundamentais para a composição em meio aos elementos que balizam e fundamentam o processo de análise da população.

Assim, visando atender os objetivos da pesquisa em tela, temos como população participante:

Nesse sentido, o universo ou população da presente pesquisa são os 11 professores, onde são identificados e representados por meio da primeira letra do nome

professor (P) agregado a uma numeração que vai de 1 a 11, sendo por ordem de entrevista, embora em sua maioria pedagogos, todos diretamente envolvidos e comprometidos com a elaboração e desenvolvimento dos projetos didáticos pedagógicos interdisciplinares da EA, tendo como objetivo mediar e desenvolver atitudes de consciência ambiental em uma perspectiva de formar cidadãos socioambientalmente educados, com a finalidade da promoção do ensino aprendizagem voltada para a sustentabilidade, preservação dos recursos naturais e para uma sadia qualidade de vida.

Quanto aos 03 gestores (administrativo e pedagógico), representados na pesquisa pela letra inicial do nome Gestor, ou seja, letra (G), sendo que a numeração atribuídas vai de 1 a 3, cabe salientar que em detrimento ao seu quadro ser pequeno, sendo 2 gestores administrativos e somente 1 pedagógico, haja vista, que é preciso que todos estejam envolvidos de forma direta no andamento dos projetos adotados pela escola, e acompanhando a prática pedagógica do professor para assim poderem visualizarem o andamento dos seus trabalho e orientá-los, uma vez que os mesmos são instruídos pelas orientações vinda da gestão administrativa e pedagógica de onde, provém também a incrementação oriundas da Secretaria de Educação que chega para a unidade de ensino através da equipe gestora, de onde provém possíveis sugestões de desenvolvimento de temáticas de cunho ambiental nos projetos didáticos pedagógicos que se desenvolve em parcerias, unidade escolar, gestores e professores. Assim, no intuito da pesquisa ter maior confiabilidade e validade dos dados, é preciso que ambos falem a mesma língua e busquem os mesmos ideais, que no caso é a formação integral do sujeito homem socioambientalmente educado.

Por fim, os 11 professores devidamente organizado no ensino fundamental II, e que desenvolvem seus trabalhos no turno vespertino, consciente da importância do seu papel no desenvolvimento da pesquisa em tela, e a importância de colocar a par o professor envolvido na mesma, buscou-se expor a justificativa do trabalho buscando uma maior compreensão da necessidade e obrigatoriedade do desenvolvimento das temáticas da EA em convívio educacional na perspectiva de compreensão da realidade unindo saberes acadêmicos com o conhecimento experimental, buscando desenvolver em meio à prática do professor uma visão crítica que lhe permita a promoção do protagonismo do educando ativo e participativo nas tomadas de decisões em meio escolar.

Justamente por que conforme destaca Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 253), “para o enfoque qualitativo, as populações devem situar-se claramente ao redor de suas características de conteúdo, de lugar e no tempo”. Os autores destacam que “os critérios de que cada pesquisador depende de seus objetivos de estudo, o importante é estabelecê-los de maneira muito específica”. Portanto, segue a tabela abaixo para melhor visualização da população participante da presente investigação.

TABELA 6: Tamanho da população participante

População participante	Quantidade
Professores	11
Gestores	03

Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018.

No entanto, a coleta dos dados será realizada no ano de 2017, no segundo semestre, nos meses de (Outubro e Novembro), tempo satisfatório para aplicar os instrumentos de coleta de dados com os participantes da pesquisa, visto que eles estão na escola trabalhando normalmente, facilitando o contato e a observação do investigador. Deixando em evidencia que os dados levantados serão utilizados somente para a presente pesquisa científica.

2.7. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DA COLETA DOS DADOS

Para abranger a coleta de dados da investigação foi utilizado a técnica de observação estruturada/sistemática e guia de entrevista com questões semifechadas. Apêndices (6).

Nessa perspectiva, a observação sistemática da presente pesquisa visa analisar as questões tratadas nos objetivos específicos que versam sobre a utilização do eixo da EA no ensino fundamental II.

Para validação dos instrumentos de coleta dos dados, foram construídos guias de entrevistas com questões abertas e fechadas para a população participante (os gestores administrativos e pedagógicos e os professores), sendo construído de acordo com o tema, a problemática, o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa.

Posteriormente foi encaminhado para análise dos doutores: professora Dra. Clara Roseane da S. A. Mont'Alverne , professora Dr. Marta Canese e do professor Dr. Jair Lobo para averiguação sobre ajustamento e coerência entre as questões formuladas e os

objetivos referentes a cada uma delas, além da clareza na construção dessas questões. Porém se alguma questão tenha levantado dúvida, foi solicitado que os mesmos assinalassem e descrevesse se possível, as dúvidas que gerou a questão em sua observação. Cabendo enfatizar que tais professores que participaram da validação dos instrumentos de coleta de dados apresentam conhecimentos, trabalham ou pesquisam sobre o assunto abordado nesta pesquisa.

Assim sendo, segue abaixo as técnicas utilizadas nos apêndices (4 e 5) os guias de entrevistas para os gestores administrativos, pedagógicos e professores que foram aplicados no período de (Outubro a Novembro).

2.7.1 Técnica de observação estruturada/sistemática

Na observação estruturada/sistemática, conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 193) “o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe”. É preciso salientar, que o pesquisador precisa saber o que realmente está procurando e o que precisa ser alcançado, identificado e coletado para a os dados da pesquisa. Para Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 104):

nessa observação tem planejamento, é realizada em condições controladas para responder aos propósitos preestabelecidos. É utilizada com frequência em pesquisas que têm como objetivo a descrição precisa dos fenômenos ou o teste de hipóteses.

É notável que seja preciso caminhar de forma pensada e articulada no processo de extração das informações, possibilitando, assim, uma resposta convincente dos fenômenos encontrados. Segundo Ludke e André (1986) enfatizam que “devemos planejar a observação com antecedência, visualizando o que e como será realizado a observação, primeiramente deve delimitar o objeto de estudo, o foco de observação e investigação”. Assim, fica evidente que toda ação ao ser direcionada ao campo de coleta de dados, precisam ser pensadas meticulosamente antes de serem expostas à fonte pesquisada. Já Patton (1980, apud Ludke e André, 1986, p. 26) complementa dizendo que:

para realizar as observações é preciso material, físico, intelectual e psicológico[...] precisa aprender a fazer registros descritivos, saber

separar os detalhes relevantes dos triviais, aprender a fazer anotações organizadas e utilizar métodos rigorosos para validar suas observações.

Em fim, todo o processo desenvolvido requer uma maior atenção em todos os paços da coleta de dados, pois os mesmos precisam seguir uma rigorosidade em meio a diversas anotações que serão utilizadas mais adiante no processo de confeccionação do resultado da pesquisa. Contudo, Lakatos e Marconi (2011, p. 78) ressaltam que a observação sistemática deve se realizar “em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos. Todavia, as normas não devem ser padronizadas nem rígidas demais”. Assim, com essa finalidade, a observação sistemática da presente pesquisa visa observar as questões tratadas nos objetivos específicos que versam sobre a utilização do eixo da EA no ensino fundamental II. Sendo analisadas a frequência de utilização do eixo e se estão presentes na prática pedagógica dos professores. Essas informações serão organizadas na forma de relatório (Apêndice 6), descrevendo as observações realizadas nas visitas durante os meses de (Outubro e Novembro).

2.7.2 - Guia de entrevista

O guia de entrevista é um instrumento de averiguação, que versa em explanar os objetivos específicos da pesquisa em itens bem lavrados na forma de perguntas ordenadas que devem ser respondidas pelo entrevistado.

Com essa roupagem, será aplicada o guia de entrevista para os gestores (administrativos e pedagógicos) e professores (Apêndices 4 e 5). Sendo assim, composto por questões abertas, onde “os respondentes ficam livres para responderem com suas próprias palavras, sem se limitarem à escolha entre um rol de alternativas” (Kauark, Manhães e Medeiros, 2010, p. 109). E também questões fechadas, ou seja, “são limitadas, apresentam alternativas fixas (duas escolhas: sim ou não etc.). Dessa maneira, o informante escolhe sua resposta entre duas opções apresentadas” (Kauark, Manhães e Medeiros, 2010, p. 109).

Nesse contexto, os 11 professores e os 03 gestores serão entrevistados individualmente e separadamente em outra sala, para não ter interferências externas, sendo realizada de forma dialogada, mas seguindo o guia de entrevista (Apêndice 4 e 5) no qual contém questões específicas e inerente sobre o tema.

2.7.3. Entrevista

Entrevista conforme destaca Ludke e André (1986) é um dos instrumentos básicos para a coleta de dados na pesquisa qualitativa, sendo utilizada em quase todas os tipos de pesquisas na área de ciências sociais, devendo atentar-se para a interação que permeia a entrevista que acontece entre o entrevistado e o entrevistador.

Desta forma, na entrevista ocorre “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (Lakatos e Marconi, 2011, p. 80). É nesse corpo a corpo que o pesquisador precisa ter jogo de cintura e exprimir o máximo possível do seu entrevistado. E esse interesse da entrevista em obter informação também é afirmado por Gonzáles, Fernández e Camargo (2014). É importante salientar, que promover nesse momento de encontro um ambiente com ares profissionais é de suma importância para que o entrevistado e o entrevistador, mantenham uma postura de respeito mútuo de confiabilidade, proporcionando uma abertura entre ambos para que possam fluir as respostas de forma menos estressante.

A entrevista será na forma não estruturada, que segundo Gerhardt e Silveira (2009), nesse tipo de coleta de dados, o entrevistado é solicitado a falar livremente a respeito do tema pesquisado, e o entrevistador busca a visão geral do tema nessa conversa. Porém Gonzáles, Fernández e Camargo (2014, p. 36) enfatizam que ela “é mais flexível e aberta. No entanto, devem responder os objetivos da pesquisa”. Dessa forma, o pesquisador precisa estar afinado junto aos objetivos criados por ele e, buscar respondê-los mediante ao que foi pesquisado. Assim, conforme Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p. 381) confirmam que esse tipo de entrevista é “aberto quando afirma: as entrevistas abertas [...] são fundamentadas em um guia geral com assuntos não-específicos e o pesquisador tem toda a flexibilidade para dirigi-las”. Assim sendo, o processo de entrevista torna-se um momento prazeroso, possibilitando um andar mais harmonioso com maior flexibilidade ao que for questionado, possibilitando respostas verdadeiras e não falsas.

Desta forma, a pesquisa terá como entrevistados justamente 11 professores e 03 gestores entre administrativo e pedagógico que trabalham no turno vespertino, na Escola Núcleo Dois de Julho, professores que atendem o ensino fundamental II.

Por esse motivo se escolheu a entrevista não estruturada, visto que é realizada de forma livre, dialogada com bastante clareza, utilizando de uma linguagem acessível aos professores e gestores, visto que Lakatos e Marconi (2011, p. 82), afirma que:

nesta entrevista tem a liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal.”

A ferramenta escolhida é de suma importância para o andar da pesquisa, uma vez que as mesmas, anteriormente pensada e sistematizada pelo seu criador, tenha amplitude suficiente para atender a demanda exigida, ou seja, responda todos os objetivos.

Nessa perspectiva, os 11 professores e os 03 diretores foram entrevistados individualmente e separadamente em uma sala organizada para atendê-los, para não ter interferências externas, sendo realizada de forma dialogada, mas seguindo o guia de entrevista (Apêndice 4 e 5) no qual contém questões específicas sobre a temática.

2.8. Procedimentos para coleta dos dados

A metodologia adotada para a coleta de dados, segundo Andrade (2009, p. 115) é “a maneira pela qual se obtêm os dados necessários”. Portanto, para coleta de dados foi efetivado o primeiro contato com a gestão pedagógica e administrativa da escola. Foi apresentado a finalidade e os objetivos da pesquisa, mostrando a relevância que a EA possui na sociedade contemporânea e a importância de sua preservação para assegurar o equilíbrio no planeta para assim poder assegurar a sadia qualidade de vida para as formas de vida atuais como para as do futuro.

Esclarecendo o tempo de duração e também delineando como seria a coleta dos dados, que a mesma seguiria as fases apresentadas anteriormente, sendo realizadas de forma pessoal, isto é, com a minha presença no espaço escolar durante os meses de (Setembro) de 2017 e que nos meses de dezembro de 2017, (janeiro e fevereiro de 2018) estaria acontecendo à análise e a interpretação dos dados coletados.

Nessa ocasião de Agosto de 2017, foram construídos os guias de entrevistas para os gestores (administrativos e pedagógicos) e os professores, bem sendo uma entrevista não estruturada, e em seguida enviando para os professores Doutores, especialistas na área da educação para poderem validarem tais instrumentos.

Mediante as validações desses instrumentos, iniciou-se a coleta de dados realizando respectivamente: a observação estruturada da Escola (estrutura física, mobiliário e recursos tecnológicos), das aulas dos professores do Ensino Fundamental II, no turno vespertino, do cotidiano da Escola, mantendo o foco que é a importância do ensino de educação ambiental como forma de transformação social no ensino fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho, e a suas fluências na prática pedagógica no ensino fundamental II na Escola referida acima, onde as informações levantadas foram registradas no relatório, que contribuiria para as análises e interpretação dos dados.

E a efetivação do guia de entrevista para os gestores (administrativos e pedagógicos) e para os professores, que foi novamente explicado os objetivos da pesquisa e a relevância que as informações prestadas pelos participantes, terá para a pesquisa e para a comunidade acadêmica e professores que lecionam no ensino fundamental II.

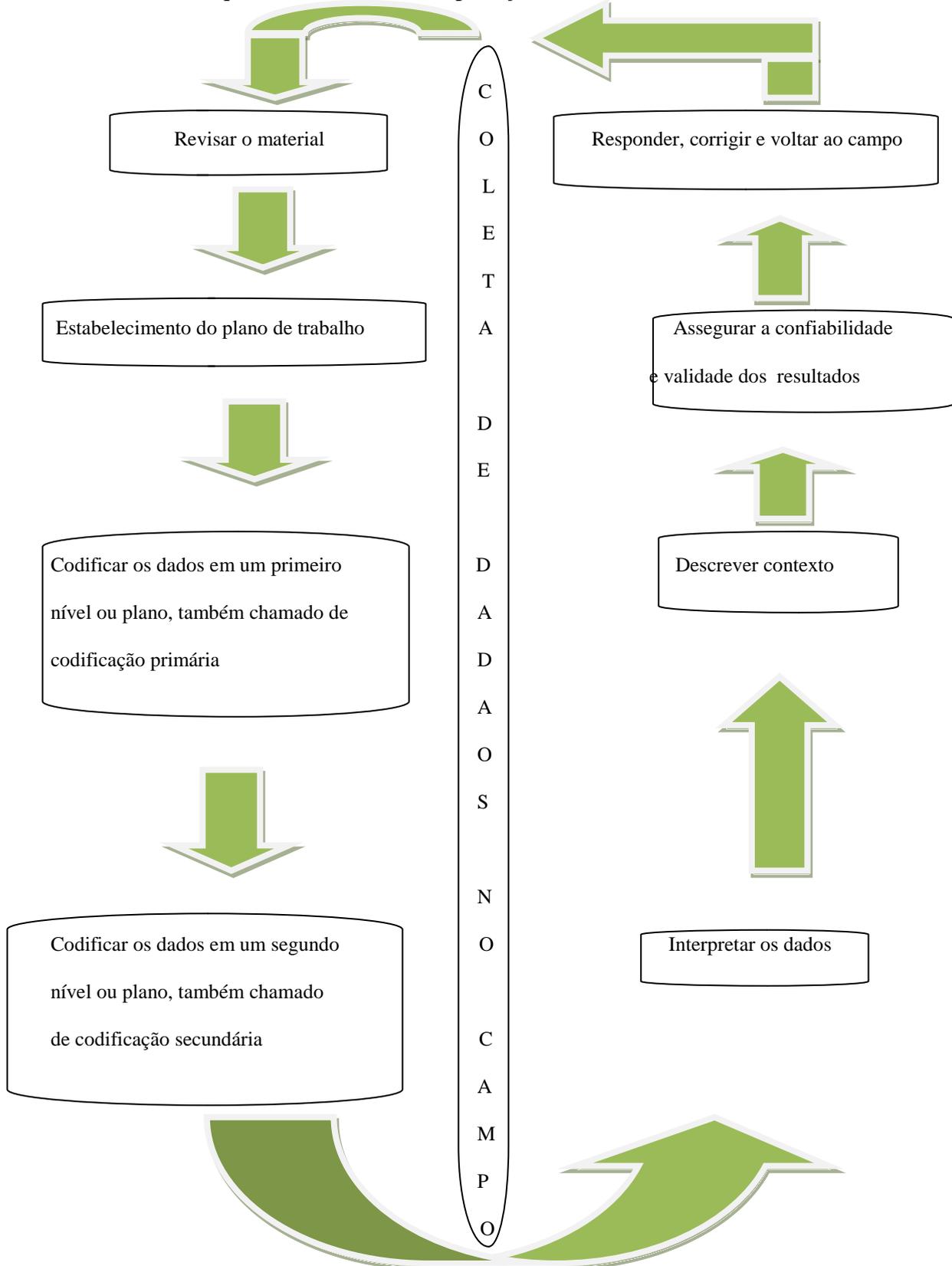
De tal modo, foi entregue os guias de entrevistas e informado o tempo determinado que seria de uma semana para o seu preenchimento e devolução, para que o mesmo pudesse ser analisado.

E foi realizada também enquanto recebia os guias de entrevista e a observação estruturada, sendo realizada individualmente e separadamente em uma sala, para não ter interferências externas, sendo realizada de forma dialogada, sendo efetivada também no interior da instituição, no tempo e horário disponibilizado pelos professores da referida escola já mencionada.

Assim sendo, as técnicas e procedimentos expostos se acordam aos objetivos da pesquisa, a oferecer subsídios para analisar com base nas informações obtidas e observadas, contemplam a importância do ensino de educação ambiental como forma de transformação social no ensino fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho no povoado de Riacho dos Paes Sento- Sé/Bahia.

2.9. TÉCNICAS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

FIGURA 13: Esquema da análise e interpretação dos dados



Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018.

Com a finalidade de analisar e proporcionar a interpretação dos dados da pesquisa, os próprios serão manejados e aparelhados de forma coesa e seqüencial. Conforme Gil (2008, p. 175):

a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Dessa forma, todo o processo de organização deve se enveredar em meio ao problema elencado e os objetivos, falando o mesmo idioma, proporcionando respostas coerentes ao que foi pesquisado. Assim, conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 167) análise “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”. De forma direta ou indireta os fatores devem se interligarem em meio ao desenrolar da pesquisa. Porém, [...] enquanto interpretação dos dados é “a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos” (Lakatos e Marconi, 2003, p. 168). Assim, a interpretação de dados é o momento de lapidação das respostas adquiridas no momento da entrevista, onde há a necessidade de uma destreza coerente com relação ao manuseio do que foi elencado para assim, dar respostas ao que foi pretendido alcançar. Estando “presente em vários estágios da investigação, tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados” (Ludke e André, 1986, p. 45). Diante do divulgado pode-se concluir que a interpretação e análise expõe o real significado do material coletado com relação ao tema e aos seus objetivos propostos. No entanto, como a presente pesquisa é qualitativa Dey (1993 apud Sampieri, Collado e Lucio, 2006, p. 489) ressalta que “a análise dos dados não está completamente determinada, mas sim, prefigurada, coreografada ou esboçada, ou seja, começa-se a efetuar sob um plano geral, entretanto, seu desenvolvimento vai sofrendo modificações de acordo com os resultados”. Dessa forma, esse momento é de sublime importância, pois existe toda uma logística empenhada e flexível que se ajusta mediante ao desenrolar dos fatos entrelaçando toda a pesquisa.

Contudo, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 491) a análise qualitativa: “não é sinônimo de pura descrição nem de caos ou desordem [...] sem um plano de análise corre-se o risco de obter conclusões fracas e até tendenciosas... o enfoque qualitativo requer flexibilidade”. Assim, a veracidade dos dados coletados precisa ser

consistente para minimizar possíveis distorções. Já para Ludke e André (1986, p. 45) destacam que: “analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa”. Desta forma, a atual pesquisa analisará as informações angariadas na observação estruturada e dos guias de entrevista, visando identificar a afinidade dentre essas informações coletadas mediante essas técnicas e o referencial teórico, buscando a afinidade em meio à comprovação ou negação de conjecturas levantadas anteriormente e a realidade do fenômeno em seu contexto.

Assim, baseando-se nas fundamentações acima se optou para análise e interpretação dos dados o procedimento coreográfico ou desenho descrito por Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 492), que compreende oito tópicos:

revisar o material; estabelecer um plano de trabalho inicial; codificar os dados em um primeiro nível ou plano, também chamado de codificação primária; codificar os dados em um segundo nível ou plano, também chamado de codificação secundária; interpretar os dados; descrever contexto; assegurar a confiabilidade e validade dos resultados; responder, corrigir e voltar ao campo.

Esses são os passos a ser seguidos para analisar e interpretar dos dados da mencionada pesquisa, como é possível observar no desenho acima e descrito a seguir:

2.9.1 - Revisar o material

Consiste em verificar se os dados estão adequados para podermos analisar, se estão legíveis, visíveis e completos (Sampieri, Collado e Lucio, 2006).

Assim sendo, será necessário efetuar uma revisão de escrita e aparelhamento do relatório realizado quando observou a escola os planejamentos e as aulas dos professores focalizando a EA.

2.9.2- Estabelecer um plano de trabalho inicial

De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 492) esse plano deve incluir:

revisar todos os dados [...], revisar o registro elaborado durante a etapa de coleta de dados [...] estabelecer um sistema de codificação de dados, definir o método para analisar os dados, definir os programas de

computador de análise que serão utilizados [...] estabelecer datas prováveis para realização da análise.

No entanto, para a atual investigação foi constituído um esquema de trabalho para a análise dos dados de forma organizada e sequencial. Assim, serão adotados os seguintes passos: verificar se todos os dados foram revistos; se possuem as datas; se os dados foram compilados para assimilação, visando resguardar o anonimato dos partícipes; definir a metodologia para analisar as informações das guias de entrevistas e observação estruturada (relatório) por meio dos objetivos e estratos; realizar registro cotidiano das análises contendo as atividades realizadas, os problemas e resultados da análise, bem como comentários, idéias, e conclusões preliminares; sendo definida também qual ferramenta tecnológica e recursos serão aplicados para amparar a análise, como computador e programas analíticos; e por fim determinar uma data e um período para que a análise seja realizada.

2.9.3- Codificar os dados em um primeiro nível ou plano

Como assevera Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 494) nessa fase “codificam-se as unidades em categorias [...] a codificação implica classificar e, essencialmente, determinar unidade de análise para categorias de análise [...] os segmentos são as unidades de análises”. Assim, é preciso estar em harmonia com os dados coletados durante a pesquisa para ter uma maior precisão na codificação dos dados coletados.

Em sequência, serão organizadas e separadas as respostas dos guias de entrevistas dos estratos participantes, por exemplo: professores e gestores (administrativos e pedagógicos). Em seguida, as respostas serão escolhidas de acordo com os temas, os quais estavam relacionados com os objetivos específicos, por exemplo: Descrever o conhecimento dos professores junto a EA; Verificar como ocorre a formação inicial e continuada do professor frente à EA; Avaliar a frequência e o modo de como está sendo utilizado o eixo da EA no ensino fundamental II e se está contemplada no Projeto Político Pedagógico da Escola. Compreender como as práticas pedagógicas utilizando a EA influenciam o processo ensino aprendizagem dos alunos os tornando sujeitos mais autônomos e responsáveis.

2.9.4 - Codificar os dados em um segundo nível ou plano

Conforme Grinnell (1997, apud Sampieri, Collado e Lucio, 2006, p. 503) a “codificação dos dados em um segundo plano implica refinar a codificação e envolve a interpretação de significados das categorias obtidas no primeiro nível”.

Nessa perspectiva, foram organizados e separados os nortes das entrevistas dos estratos participantes, por exemplo: professores, gestores (administrativos e pedagógicos). Após a separação foi codificado de acordo com sua função com a finalidade de codificar os estratos, assegurar e resguardar o anonimato dos participantes, facilitarem a análise e a interpretação meticulosa das informações. Deste modo, será constituída em ordem alfabética crescente, de acordo com a quantidade de participantes, por exemplo: estratos dos professores sendo representado pela letra P e os gestores participantes foram rotulados de G, ou seja, P1, P2, P3,... P11. Já o estrato dos gestores sendo representado pela letra G e os participantes foram rotulados de 1, a 3, ou seja, G1, G2, G3. Com essa configuração, os dados nas tabelas e gráficos ficaram mais fáceis de serem visualizados e entendidos.

2.9.5- Interpretar os dados

Conforme Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 504) nessa etapa da “pesquisa qualitativa é fundamental dar sentido a: descrições de cada categoria, [...] os significados de cada categoria [...], a presença de cada categoria e as relações entre categorias”. Portanto, nessa etapa, os estratos serão apresentados e as informações interpretadas, destacando as apreciações, ressalvas e afinidades em meio às respostas obtidas nos guias de entrevistas dos professores, gestores (administrativos e pedagógicos), bem como as observações contidas no relatório da observação estruturada.

2.9.6 - Descrever contexto (s)

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 507) é a “atividade na qual se retomam as anotações, os memorandos e o registro de campo, obtidos durante a coleta de dados”. Dessa forma, após a interpretação dos subsídios citados anteriormente, será efetivado o enquadramento das análises ao contexto das coletas de dados.

2.9.7 - Assegurar a confiabilidade e validade dos resultados

Conforme Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 510) afirmam que “é importante assegurar a confiabilidade e validade de nossa análise, perante nós mesmos e perante os usuários do estudo”. É de suma importância estar preocupado com a veracidade dos fatos investigados, pois tais fatos elencados aqui poderá servir de base para possíveis pesquisas futuras. Dessa forma, Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 510 - 511) acrescentam dizendo que:

em 1º lugar devemos “avaliar se obtivemos suficiente informação de acordo com nossa apresentação do problema” [...] em 2º lugar é recomendável realizar o exercício de triangulação da análise [...] em 3º lugar consiste em obter retroalimentação direta dos indivíduos da pesquisa (pelo menos uma amostra deles), o que significa pedir-lhe que confirmem ou contestem interpretações e ver se capturamos os significados que eles tentaram transmitir.

Nessa fase da pesquisa, foi revisto todos os procedimentos adotados e empregados para a angaria dos dados da mesma, visando dar maior ênfase, análise e interpretação dos dados, a fim de identificar se foram adequados, completos e válidos.

2.9.8 - Responder, corrigir e voltar ao campo

Como enfatiza Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 511), nessa fase podemos ver se:

as conclusões respondem à apresentação do problema inicial ou nos ajudaram a modificá-lo, mas com o objetivo de conseguir o avanço do conhecimento [...] nesses momentos devemos fazer “uma parada no caminho” (metáfora), parar e avaliar nossas metas ou quais obstáculos tivemos”.

Deste modo, essa etapa tem a finalidade de aperfeiçoar melhor a pesquisa, sendo imprescindível retomar aos estratos e objetivos iniciais. No entanto, entende-se que esse tipo de desenho de julgamento e interpretação de dados, sugerido por Sampiere, Collado e Lucio (2006) seja um “procedimento claro e objetivo para o entendimento e resultados da referida pesquisa”. Em fim precisa ser claro e coerente com o que foi pesquisado.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

No presente capítulo serão expostos e analisados os resultados da investigação: A importância do ensino de educação ambiental como forma de transformação social no ensino fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho no povoado de Riacho dos Paes Sento Sé/BA. Os quais foram todos gerados a partir dos instrumentos de coleta de dados.

Assim sendo, os dados coletados permitiram traçar as reflexões pertinentes e significativas para a conclusão do presente trabalho e ponderamos sobre as considerações integradas referentes ao processo analítico do objeto investigado.

Nessa perspectiva, a metodologia utilizada, a qual foi descrita no capítulo anterior, deu suporte para caracterizar e detalhar o objeto de estudo da presente pesquisa, estando condizente com cada objetivo já referendado, nos quais possibilitaram interpretações e reflexões sobre o tema. Se tornando relevante destacar como se procedeu à análise desses resultados:

a) O confronto entre a teoria apresentadas por autores renomados que abordam a temática da EA em seus estudos, bem como confrontos entre o que a legislação atual brasileira preconiza sobre a inclusão do eixo da EA no ambiente educacional, justificando a sua importância perante a realidade presenciada na Escola Núcleo Dois de Julho no ensino fundamental II no Distrito de Riacho dos Paes Sento Sé/BA;

b) As informações contidas no relatório da observação estruturada que foram realizadas durante dois os meses (Outubro e Novembro de 2017) na referida escola;

c) Os dados contidos nas entrevistas e guias de entrevistas realizadas com os professores, gestores (administrativos e pedagógicos);

Assim, analisaremos essas informações refletindo nas potencialidades que a EA possuem no fazer pedagógico, pois, a sua expectativa é, segundo (Loureiro, Layrargues e Castro, 2009 p.13) de:

empreender uma nova leitura para esse fazer educativo, reavaliando seus fundamentos e suas posturas, para no limite reconhecer que, na diversidade interna de opções político-pedagógicas da EA, invariavelmente despontam duas situações diversas como resultado da intencionalidade pedagógica: a reprodução da sociedade tal que está, ou sua transformação.

Embora saibamos que EA integrou-se na educação básica por meio de força da Lei Nº 9.795/99, sendo sugerida como eixo complementar no processo de formação do sujeito homem, com perspectiva de aquisição de habilidades e conhecimentos por se perceber no meio como um agente de ação de transformação socioambiental e sociocultural, consciente de seus atos e ações a medida que se tornando um sujeito emancipado, sendo agente da construção do conhecimento, onde os indivíduos de todas as idades possam participar e vivenciar em meio a sua realidade, como um indivíduo capaz de viver em plena mutualidade com o meio ambiente.

Contudo, há de se verificar que para que exista essa incorporação da EA na educação básica

tem que existir compromisso social que possibilite a articulação e discussão com relação ser humano e natureza inseridas em contextos de relações sociais. Assim sendo, é aquela que propicia o desenvolvimento de uma consciência ecológica no educando, mas que contextualiza seu projeto-político pedagógico de modo a enfrentar também a padronização cultural, exclusão social, concentração de renda, apatia política, além da degradação da natureza. (Loureiro, Layrargues e Castro, 2009, p.28).

Nesse prisma, nos parágrafos seguintes apresentamos as tabulações e as análises da pesquisa de campo descritas no capítulo anterior.

3.1 DESCREVER O CONHECIEMNTO DOS PROFESSORES JUNTO A EA.

O eixo complementar EA se faz obrigatório a nível nacional em toda educação básica, uma vez que, reconhecido por força maior através da Lei 9.795/99 de 27 de Abril do referido ano, sendo incorporada à Lei Nº 9.394/96 e em 2011 regulamentada a nível Estadual formada através de audiência pública criando a Lei Nº 12.056/2011 consolidando ainda mais o obrigatoriedade do uso do eixo no processo de formação humanamente socioambiental. Entende-se que o espaço escolar como um todo é um ambiente formador de sujeito crítico participativo reflexivo consciente dos seus atos e espaço em plena convivência com o meio ambiente e em sociedade. Assim, mais do que nunca a escola necessita está envolvida em uma perspectiva ambiental com o intuito de mediar o conhecimentos desses cidadãos que estão sendo “formados”. Para isso, a mesma deve oportunizar o contato frequente do uso das temáticas tanto por sequencia

didática quanto por meio de projeto pedagógico que envolvam todo o panorama da EA na escola, em sala de aula e em toda a comunidade.

Desse modo, é o professor no ambiente escolar que realizará a tarefa de mediar esses conhecimentos e inserção da EA, através de sua prática pedagógica que alie o educar e o cuidar, “formando” integralmente esse indivíduo para participar ativamente na sociedade da informação e comunicação de forma mais socioambientalmente educado.

Logo, segundo Anjos (2008, p.130) a educação ambiental:

reveste-se a cada dia de maior importância, tornando vital, que, não só as escolas, mas também aos movimentos populares e ambientais que mergulhem na complexidade desses problemas, procurando aumentar a reflexão de forma a influir no nível de conscientização de todos os cidadãos que sensibilizam-se com esta problemática. Acredita-se que, a partir desse comportamento estaremos mais atentos aos problemas sociais e a partir daí seremos capazes de propor formas de desenvolvimento que estejam ligados à melhoria da qualidade de vida de todo ser.

Com tudo, assegurar o uso da temática como ferramenta complementar de formação humana, leva a provocar ao professor, um momento de reflexão ação em uma perspectiva de mudanças de comportamento, levando a um pensar refletir que o encaminhe ao aprimoramento de suas práticas pedagógicas. Para tanto, o professor precisa estar em constante busca de aprimoramento para a melhoria da educação.

[...] corresponderia uma abertura para os saberes da comunidade e, conseqüentemente, do aluno. Isto é, está se dizendo que o conhecimento não está localizado somente no interior da escola. Esse discurso vincula-se, também à valorização das “culturas”, pois essas são indicadas com freqüência como sendo mais adequadas para a preservação do meio ambiente. Assim, ao prestigiar a cultura e os saberes das comunidades, pretende-se aumentar a sua autoestima, criar um sentimento de pertencimento àquele ambiente, em fim, estender as ações educativas a essas comunidades, onde há, muitas vezes, graves problemas sociais. (Sampaio, 2005, p.162).

Nesse sentido o professor precisa está sempre revendo o seu papel diante da sociedade atual, onde fica perceptivo a necessidade de estar em plena ação de busca de conhecimento, estando aberto a estar resignificando o seu papel mediante a essa sociedade contemporânea. Segundo Reigota (2015, p.70) a “escola contemporânea se depara com uma série de demandas, muitas vezes, indissolúvel, que a obrigam a repensar o seu papel na sociedade, arcando com o peso de ter que ser a salvadora do mundo”. Assim, o professor precisa envolver as temáticas ambientais em suas aulas, não meramente como instrumento técnico, como “passa tempo”, mas como possibilidade de aprimorar seu fazer pedagógico, com qualidade e dinamicidade que a educação básica exige, devido à faixa etária das crianças, bem como sua curiosidade em “conhecer” o mundo a sua volta.

Buscando então conhecer o grau de familiaridade dos gestores da presente instituição frente ao eixo da EA existentes no ambiente escolar da Escola Núcleo Dois de Julho, foi apresentado abaixo como está classificado o grau de familiaridade quanto ao manuseio frente ao eixo da EA.

Cabendo lembrar que foram analisadas somente a utilização do eixo da EA presentes na Escola Núcleo Dois de Julho no segmento do ensino fundamental II, de acordo com os dados coletados na observação estruturada, e nos guias de entrevistas dos professores e gestores, que abordaram sobre o eixo a cima citado e quantos sabem o que é EA. Justamente por que, nesses instrumentos de coleta de dados foram colocadas a possível possibilidade do uso da EA, de ser encontrada em contexto de uso na referida escola.

TABELA 7: Grau de conhecimento dos Gestores frente ao conceito de Educação Ambiental.

Gestores	Grau de conhecimento		
	Avançado	Intermediário	Básico
G1			X
G2			X
G3		X	

Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

De acordo com as respostas dos gestores (administrativos e pedagógicos) G1, G2 e G3 (2017) na tabela acima o nível de conhecimento dos mesmos frente ao eixo da EA é considerado básico, uma vez que de acordo com a fala dos mesmos nunca tiveram

nenhuma capacitação para a respectiva área no manuseio das temáticas da EA e que nesse ano em que se realizou não foram desenvolvidos nem um projeto didático pedagógico que contemplasse o eixo. Ou seja, o que houve foi uma sugestão de sequência didáticas referentes à semana do meio ambiente. Salienta ainda que nunca receberam nem um tipo de formação para a área da EA, e tão pouco para as outras áreas.

Mediante diálogo dos gestores G1, G2 e G3(2017), cabe ressaltar que, conforme os mesmos em nível de formação seriam de fundamental importância, que em processo de formação superior em todas as áreas, deveria ser abordado o eixo da EA, assim, justificando a importância quanto ao seu uso e como ela estar colocada na base curricular educacional e a sua necessidade para o processo de formação do sujeito homem integral.

Aos docentes da respectiva escola com a mesma direcionalidade da pergunta, onde foi questionado aos mesmos quanto ao conhecimento do conceito e das leis que regulamentam a EA tanto a nível Federal quanto a nível Estadual do que é Educação Ambiental, onde todos responderam que tinham conhecimento com relação a EA.

Cabe ressaltar, que todos os 11 docentes pesquisados, assinalaram de forma positiva em direção a ter conhecimento do eixo da EA, de forma supervisual, simples e bem objetiva, demonstrando uma familiaridade com temáticas da área ambiental, porém ao ser questionados com relação ao conhecer o conceito e as leis que regulamentam a mesma junto ao currículo educacional somente P4 e P5 (2017) disseram conhecer as duas leis. Já os outros 09 docentes P1, P2, P3, P6, P7, P8, P9, P10, P11, (2017), salientaram desconhecer as duas Leis tanto a Nº 9.795/99, quanto a Nº 12.056/11.

Ao questionar os Gestores: G1, G2 e G3, (2017) com relação aos docentes enquanto os registros das aulas expostos nos diários de classe e em suas práticas, se os mesmos incentivaram o desenvolvimento de uma educação voltada para a sustentabilidade. Assim, tendo como respostas com relação aos docentes e suas familiaridades aos conteúdos vinculados a EA, os gestores responderam se baseando nos registros de diários de classe e nas observações feitas com relação a postura dos docentes em sala de aula que o nível de conhecimento dos docentes com relação à suas avaliações são:

TABELA 8: Nível de familiaridade dos docentes com relação ao uso de temáticas da EA na visão dos gestores.

Gestores	Grau de conhecimento			
		Avançado	Intermediário	Básico
G1				X
G2				X
G3				X

Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

Com relação à tabela acima exposta e o questionamento feito aos gestores com relação aos professores, reconhecem que falta um pouco de iniciativa com relação ao uso do eixo da EA, uma vez que, os docentes do ensino fundamental II não têm formação continuada na referida área, sendo que o município em contrapartida, também não oferta tamanho interesse em formar professores nessa temática, pois o mesmo preocupa-se com os avanços verticais e horizontais assegurados no plano de carreira do magistério local, sendo que, segundo a visão do gestor (a) Municipal, essas formações podem inflar a folha de pagamento.

Ao questionar os gestores, G1, G2, G3, (2017) quanto ao conhecer das Leis que regulamentam a EA a nível Federal Nº 9.795/99 e Estadual Nº12.056/2011:

TABELA 9: Grau de conhecimento dos gestores frente a EA.

Gestores	Grau de conhecimento			
		Conhece	Incentiva	Nunca ouviu falar
G1	X		X	
G2				X
G3				X

Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

A tabela acima ressaltar que tem uma proporção visível, onde somente um gestor tem conhecimento quanto às leis que asseguram o uso do eixo da EA. Salienta ainda que mediante as Leis Nº 9.795/99 e a Nº 12.056/11 que asseguram o eixo da EA tanto a nível Federal como Estadual seria de uma relevância muito grande que todos os gestores da respectiva Escola Núcleo Dois de Julho tivessem conhecimentos das leis, em uma perspectiva de falarem a mesma língua para disseminarem de forma mais compacta e segura uma educação que contemplasse por meio de projetos didáticos interdisciplinar o eixo da EA.

Em contrapartida os docentes da referida escola no parágrafo anterior, também foram abordados quanto ao conhecimento da EA, onde os mesmos dizem saber conhecer tanto o conceito da EA quanto o de Sustentabilidade, onde confrontados com relação aos conhecimentos das Leis Nº 9.795/99 e Nº 12.056/11, a grande maioria descreveram não conhecer as leis. Assim segue a tabela abaixo:

TABELA 10: Os professores quanto ao conhecer as leis que regulamentam a EA a nível Federal Nº 9.795/99 e Estadual é a Nº 12.056/11.

Leis	9.795/99	9.795/99	12.056/11	12.056/11
Professores	Sim	Não	Sim	Não
P1		X	X	
P2		X		X
P3	X			X
P4	X		X	
P5	X		X	
P6		X		X
P7	X			X
P8		X		X
P9		X		X
P10		X		X
P11		X		X

Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

Cabe salientar que, desenvolver o uso do eixo tem por objetivo consolidar-se por meio do conhecimento dos docentes na referida área, uma vez esse conhecimento não absorvido ou não ofertado pelas instituições de formação superior e, nunca lhes ofertado por meio de formação propostas pelo o município, existe uma grande possibilidade de ao estar desenvolvendo o uso de suas temáticas em uma perspectiva socioambiental, a prática do docente se tornará uma ação capenga, que resultará pouco benefício no processo de formação do sujeito homem socioambientalmente educado. Assim, conforme Segura (2001, p.22) A escola é:

um espaço de trabalho fundamental para iluminar o sentido da luta ambiental e fortalecer as bases da formação para a cidadania, apesar de carregar consigo o peso de uma estrutura desgastada e pouco aberta às reflexões relativas à dinâmica socioambiental.

Para tanto é de sublime importância que os docentes em processo de formação deparem e vivenciem com estudos voltados para a EA, para que posteriormente à sua

formação possa contribuir de forma mais assídua com o processo de formação do sujeito ético moralmente e socioambientalmente educado.

Ainda na perspectiva de consolidar o objetivo proposto buscou-se verificar se os docentes estão alinhados com seu regimento interno, questionando se os mesmos conhecem o Projeto Político Pedagógico - PPP da Escola e se sabem se ele contempla o Eixo da EA? E se reconhece a EA como um eixo complementar da educação básica?

Com base na pergunta relacionada ao PPP, os professores aqui nomeados por essas siglas que asseguram o sigilo de seus nomes e numerados com essa nomenclatura por ordem crescente de entrevista, P1, P2, P3, P4, P5, P7 e P10 (2017). Mediante seus relatos, a maioria demonstraram ter conhecimento e participado da construção e atualização do mesmo, uma vez que, ambos já se fazem presentes nessa instituição há vários anos. Já os professores P6, P8, P9, P11, (2017) que embora comungam da mesma realidade respondem não conhecer, e nunca ter participado nem da construção do PPP, quanto de alguma atualização, sendo que dos quatros professores três são novatos e apenas um tem alguns anos de trabalho na referida escola.

Quanto a reconhecerem a EA como um Eixo complementar da Educação Básica, P1, P4, P5, P6, P7, P8, P9 e P10(2017) os professores em sua maioria responderam que reconhecem a EA como eixo complementar da educação básica e a sua importância no processo de formação humana, salientando pelo fato de desenvolver uma consciência imbuída a costumes e atitudes socioambiental e, que sem tal desenvolvimento de temáticas da área ambiental o processo de formação humana se torna incompleto. Porém, P2, P3 e P11(2017) que correspondem aos outros professores envolvidos na pesquisa e que foram submetidos ao mesmo questionamento, salientaram não ter conhecimento dessa junção quanto a EA se fazer presente junto à educação básica.

É fundamental que a EA se faça presente em todos os níveis de formação escolar para que de forma justa e precisa se desenvolva em meio a toda a sociedade educandária para que possa assegurar-se como temáticas importantes e fundamental no processo de quebras de paradigmas na formação do sujeito homem socioambiental e emancipado.

Em meio ao desenvolvimento de outras indagações juntos aos docentes investigados, foi questionado aos mesmos sobre terem conhecimento com relação ao contemplar da EA junto ao PPP da escola e se os docentes teriam algumas dificuldades de desenvolver aulas voltadas para temáticas da EA. Segundo aos docentes, P1, P2, P4, P6, P8, P9 e P11(2017) que se representam pelas siglas anteriormente citadas, reconhecem que o Eixo da EA se faz presente no PPP embora não souberam dizer

como. Já os docentes P3, P5, P7 e P10 (2017) os demais professores disseram não ter conhecimento com relação à contemplação da EA no PPP da escola. Com relação as dificuldades com desenvolvimento de temáticas voltadas para a EA, conforme, P1, P2, P3, P5, P7, P10, P11 (2017) relataram não terem dificuldades alguma para desenvolverem temáticas voltadas para a área, porém, P4, P6, P8, P9 (2017) admitiram ter dificuldades, pois não tem conhecimentos aprofundados na área da EA, nunca participaram de capacitações, e alegaram falta de materiais didáticos que pudessem fazer respaldos para desenvolverem um trabalho mais eficiente.

Em perspectiva conjunta de desenvolvimento educacional, com relação à EA gestão e equipe docente, desenvolvem uma perspectiva a contemplar temáticas que consolidem a EA de forma mais clara e objetiva? De acordo com G1(2017):

existem sim a preocupação com o desenvolvimento de temáticas ambientais visando à maximização de conhecimento entre os docentes e educandos tendo como objetivo uma formação mais voltada para uma convivência harmoniosa para com o meio ambiente, sugerindo, assim momentos de integração entre todos da comunidade escolar.

Dessa forma G2(2017):

também reconhece a importância do Eixo no processo de formação escolar de seus educandos, percebendo com sublimada clareza a necessidade de proporcionar aos educandos a possibilidade de se perceber no mundo e compreender a importância do respeito mútuo para com outros seres vivos. Embora mediante reconheça a importância do Eixo complementar da educação básica da forma que está contemplada em nosso currículo, o mesmo salienta que sugere apenas às vezes o desenvolvimento de temáticas voltadas para a contemplação da EA, quando às faz é orientado pelo setor pedagógico da secretaria de educação do município, através de reuniões pedagógicas.

No entanto G3(2017):

diz sugerir sim, devido aos constantes acontecimentos ambientais locais como: desmatamentos ilegais, uso abusivo de agrotóxico, o não destino adequado do lixo, pesca predatória, caça predatória, tratamento adequado da água etc. Onde toda a comunidade vivem e vivencia práticas de ocupação de terras federais ilegais na baixa do lago, mesmo tendo consciência de todas as infrações promovidas pela comunidade. Ressalta

a afirmar que apenas às vezes sugere o desenvolvimento de temáticas dessa área de conhecimento, sendo na maioria das vezes, por meio de sequência didáticas e não por meio de desenvolvimento de projetos pedagógicos.

Esta comunidade escolar demonstra por meio de seus discursos que realmente a EA deve se fazer presente em meio ao processo de formação humana, uma vez que, ninguém e, nem uma forma de vida, poderia ter uma sadia qualidade de vida senão modificarmos os nossos atos e costumes de convivência no meio ambiente. Se a espécie humana não evoluir de forma a assegurar essas modificações em seus costumes de convivência e respeito com os recursos naturais, o planeta com certeza vai esgotar esses recursos e todas as formas de vida passaram por modificações drásticas e possivelmente um grande número de espécies deixaram de existir, pois só lembrando que a água é o bem mais valioso do nosso planeta, sem ela não há vida.

3.2 VERIFICAR COMO OCORRE A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO PROFESSOR FRENTE À EA.

Fica evidente que na maioria das vezes os conteúdos chegam aos alunos por intermédio dos professores e gestores, sendo que, na organização escolar, não se contempla o educando como parte do processo de escolha dos campos temáticos a serem desenvolvidos bimestralmente, frustrando uma perspectiva vigente curricular não envolvendo de forma direta lideranças estudantis e tão pouco pessoas da comunidade na elaboração dos projetos pedagógicos. Assim, a unidade de ensino, pouco predispõem a desenvolver projetos pedagógicos contemplando as temáticas do eixo ambiental.

Para tanto, segundo Carvalho (2012, p.165):

a EA deve auxiliar-nos em uma compreensão do ambiente como um conjunto de práticas sociais permeadas por contradições, problemas e conflitos que tecem a intrincada rede de relações entre os modelos de vidas humanas e suas formas peculiares de interagir com os elementos físico-naturais de seu entorno, de significá-los e manejá-los.

No entanto, o currículo escolar vem recebendo a inserção da dimensão escolar em amplas dimensões em todos os níveis e em todas as disciplinas das instituições públicas, sendo sugeridas a serem desenvolvidas de forma prática, integrada, contínua e permanente em todo o campo educacional.

Ao questionar os docentes quanto ao processo de formação continuada referente ao eixo da EA, uma vez que ela passou ser lei federal e anexada ao eixo da educação básica, se em algum momento, foi ofertado alguma formação para os mesmos após a inclusão da EA?

Em uma unanimidade todos os docentes, P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11(2017), responderam em uma mesma perspectiva salientando que nunca tiveram nenhuma capacitação por parte de qualquer órgão que fosse, trabalham as temáticas de forma simples e objetiva, sem um aprofundamento mediante não terem sido ofertado aos mesmos cursos de capacitação e tão poucas palestras que pudessem vir propor um aprofundamento da referida área de conhecimento. Abaixo tabela representativa com relação ao exposto acima.

TABELA 11: Oferta aos docentes de educação continuada na área da EA.

Oferta	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11
Sim											
Não	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

Ao questionar os gestores G1, G2, e G3, quanto ao processo de formação continuada referente ao eixo da EA, uma vez que ela passou ser lei federal e anexada a educação básica, se em algum momento foi ofertado alguma formação para os mesmos após essa inclusão da EA?

Segundo G1(2017):

em quanto coordenadora pedagógica teve pequenas capacitações, e de acordo com a mesma somente quando a EA passou a ser integrada a educação básica nacional que foi ofertado a ela uma apostila e uma pequena palestra sobre como estava sendo implantada a nível educacional tal política.

Para G2 e G3 (2017):

nunca tiveram a oferta ou participaram de alguma formação que viesse a subsidiá-los de tal conhecimento, e que o desenvolvimento das temáticas voltadas para a EA se faz presente somente quando no processo de construção do projeto didático pedagógico surge, alguma necessidade

local para assim possibilitar o uso de temáticas referente a EA ou, por exigência da Secretaria de Educação do município.

Mediante o tempo de trabalho de cada funcionário no campo educacional é de surpreender que ambos nunca tenham recebido nem um tipo de formação na área investigada, pois os mesmos já se encontram em meio a uma caminhada bem considerável como professores efetivos, assim retratada na tabela abaixo.

TABELA 12: Representação do tempo de trabalho dos professores na educação.

Tempo de trabalho	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11
06 a 10											
11 a 20			X	X	X	X		X	X	X	X
21 a 29	X	X					X				

Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

A tabela acima representada demonstra o tempo de trabalho dos professores na área da educação básica, e mediante tal demonstração deixa claro a falta de interesse tanto dos demais para buscarem aperfeiçoamento, como tão pouco, lhes é ofertado, pela gestão municipal.

Assim, em conformidade com o tempo de trabalho, estar à faixa etária dos professores da referida escola em locos, cabendo salientar que o processo de formação do educando deve ser contínuo como também o do professore.

TABELA 13: Faixa etária dos professores.

Faixa etária	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11
12 a 32 anos								X			
32 a 52 anos		X	X	X	X	X	X		X	X	X
52 a 67 anos	X										

Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

Tabela acima representa a faixa etária dos professores da escola Núcleo Dois de Julho.

Ao questionar aos docentes, quanto à utilização dessas temáticas sem uma perspectiva de domínio de conhecimento ou até a falta de um aprofundamento maior na referida área, assim tem como desenvolver os conteúdos de forma a contemplar todo um panorama que maximizasse a aquisição de competências e habilidades por parte do educandário com relação à EA em uma perspectiva de formar cidadãos socioambientalmente educado.

Em suas falas os docentes, P2, P4, P5, P7 e P10, (2017) retratados aqui como uma minoria correspondendo a à indagação feita, dizem desenvolver atividades que contemplem o eixo e suas temáticas através de identificação de problemas ambientais locais quando imbuídos a projetos didáticos pedagógicos, uma vez que, sugerem e promovem atividades de cunho que venham a desenvolver atitudes saudáveis para toda a comunidade, salientando e buscando imbuir nesses educandos costumes éticos e morais, de maneira que desenvolvam uma vivencia em plena mutualidade com outros seres vivos e com os recursos naturais.

Não que outra modalidade de ensino tenha dificuldades para consolidar costumes e atitudes que promovam o ensino aprendizagem, más somente o ensino formal contempla uma grande massa humana que mediante quebra de paradigmas e vivencias com uma nova realidade possibilite os seres humanos a modificarem seus costumes, culturas e assim, uma formação mais humanamente e socioambiental.

Em uma mesma dimensão de aplicabilidade e perspectivas acima citadas, os docentes, P1, P3, P6, P8, P9 e P11, (2017) demonstraram um andar na contra mão dos demais colegas, sendo que em sua maioria, dizem não incentivar o uso do eixo e suas temáticas, e somente às vezes acontece, quando por intermédio de sequências didáticas como, por exemplo: a seguridade da semana mundial do meio ambiente, onde os mesmos são obrigados de certa forma e isoladamente, desenvolver temáticas outrora não gerenciadas pela gestão, dificultando ainda mais, desenvolver temáticas que não só contemplem, mas possibilite mudanças de costumes de uma sociedade altamente consumista e de poucos valores ambientais.

TABELA 14: Uso das temáticas ambientais pelos professores.

Tabela	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11
Utilizam as temáticas ambientais		X		X	X		X			X	
Não utilizam as temáticas ambientais	X		X			X		X	X		X

Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

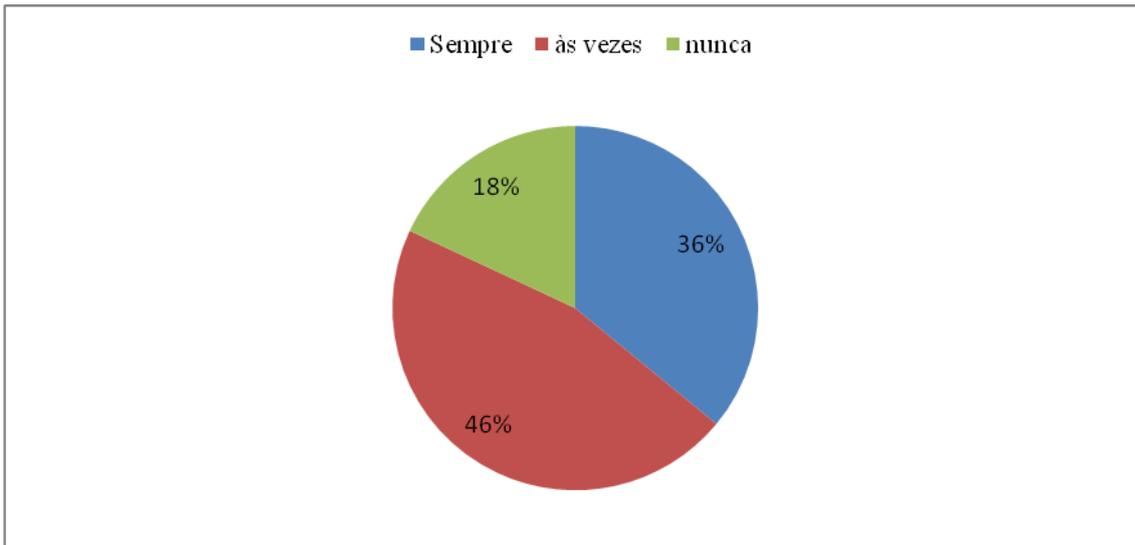
A tabela acima representa a frequência e a infrequência do uso das temáticas ambientais pelos professores da escola Núcleo Dois de Julho no ano de 2017.

Para tanto, é dever da escola em comunhão corpo docente e diretivo desenvolver o uso das temáticas ambientais, sejam elas, por meio de projetos didáticos pedagógicos ou por sequencia didáticas, o que não se pode deixar acontecer é ignorar a importância da EA para a formação do sujeito homem. Assim, segundo Carvalho (2012, p. 158):

a prática educativa é o processo que tem como horizonte formar o sujeito humano enquanto ser social e historicamente situado. Segunda tal perspectiva, a educação não se reduz a uma intervenção centrada no indivíduo, tomado como unidade otimizada e solta no mundo. A formação do individuo só faz sentido se pensada em relação com o mundo em que ele vive e pelo o qual é responsável. Na EA esta tomada de posição de responsabilidade pelo mundo em que vivemos, incluindo aí a responsabilidade com os outros e com o ambiente.

É interessante que mediante a utilização de temáticas ambientais se busque mecanismos de uma prática pedagógica interligada a aulas expositivas e extraclasse buscando quebrar a mesmice do cotidiano escolar, possibilitando ao educando vivenciar sua realidade local o fazendo se perceber enquanto sujeito do meio.

Se tratando de levantar estatisticamente parâmetros foi questionado aos docentes se mesmo mediante tamanhas dificuldades por não terem formação na área da EA desenvolvem atividades de caráter grupal em sala de aula que envolvam seus educandos, com o intuito de identificar e levantar situações problemas em contexto ambiental em torno da comunidade local, para assim, poderem desenvolver projetos voltados para a área educacional contemplando temáticas ambientais. Obteve-se a seguinte resposta:

GRÁFICO 1: Oferta de atividade de caráter grupal por parte docentes.

Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

Dessa forma, em uma perspectiva de consolidar a importância da pesquisa em caráter formal questionou-se aos docentes se são realizadas aulas extraclasse com o intuito de levantar diagnósticos para formular problemáticas para debater de forma local em âmbito escolar as questões de cunho ambiental.

Assim sendo, conforme o gráfico acima fica perceptível que temos uma população de professores com uma vasta experiência no campo do saber, já que a maioria dos docentes tem muitos anos de vida.

Assim sendo, os professores P1, P2, P5, P7 e P9 relataram, desenvolver aulas extraclasse com o intuito de diagnosticar junto com seus educandos situações problemas que os proporcionem vivenciar sua realidade local possibilitando aos mesmos reconhecer os níveis de antropização promovida pela espécie humana em contexto local. Salientaram também que, por meio de amostragem dos problemas identificados a nível local, possibilitou aos educandos fazerem um paradoxo no tempo de antes e depois, podendo perceber de forma mais clara os impactos promovidos e seus níveis de devastação.

No entanto, segundo os docentes P1, P2, P5, P7 e P9 (2017), ao proporcionarem tais levantamentos, relataram que:

esse tipo de aula possibilita formar parâmetros para efetivar ações que combinasse consequentemente como ferramenta para debater problemas ocorrido e que possivelmente viesse ocorrer na comunidade. Dessa forma, salientaram que mediante tais levantamentos permitiram

desenvolver ações que resultaram em palestras, caminhadas ecológicas e mutirões de limpeza.

Em uma perspectiva oposta os professores P3, P4, P6, P8, P10 e P11, expostos ao mesmo questionamento na entrevista, posicionaram-se de forma contrária aos demais docentes, demonstraram que não desenvolvem aulas extraclases e tão pouco se interessam para desenvolver de forma a levantar diagnósticos para promover temáticas de cunho ambiental, pois os mesmos dizem não ter conhecimento suficientes para os deixarem seguros e tão pouco a vontade para desenvolverem temáticas dessa natureza, e menos ainda formular diagnósticos. Saliendam também que em nível de Secretaria de Educação não são incentivados e tão pouco capacitados.

3.3 AVALIAR A FREQUÊNCIA E O MODO DE COMO ESTÁ SENDO UTILIZADO O EIXO DA EA NO ENSINO FUNDAMENTAL II.

Mediante tamanha e complexa realidade educacional, que se encontram hoje em dimensão escolar, em que a educação concorre com diversas mazelas que só prejudicam o andar de uma sociedade contemporânea. A educação segundo Anjos (2008, p.112):

é um dos processos pelo qual a sociedade se perpetua na perspectiva cultural e política de sua ação. Dessa forma, na sociedade se introduz um elemento novo para a sua dinâmica, se graças ao seu conhecimento obtem-se homens diferentes, capazes de produzir em condições diferentes e pensar de forma diferente da usual, ou seja, racionalmente, experimentalmente e comprovadamente de forma autoral.

Assim sendo, mediante tal conjuntura educacional, é preciso integrar em meio aos seus coadjuvantes do processo educacional, uma ideologia de integração entre os saberes disciplinares que os integrem em uma perspectiva de imbuir nos sujeitos em formação habilidades e competências destinadas a manutenção do equilíbrio ecossistêmico promovendo valores, reflexões ações, atitudes e costumes de uma prática sustentável com relação aos recursos naturais disponíveis. No entanto conforme Loureiro, Layrargues e Castro (2009, p.60) “a essência da Educação no Processo de Gestão Ambiental está em tornar o ato de conhecer como inseparável do ato de agir, e vice-versa, na perspectiva do protagonismo dos sujeitos da ação educativa”. Proporcionar ao sujeito em formação o protagonismo de seu sucesso é um desafio

desejável e possível mediante uma vigência educacional que traga imbuída em si uma demanda socioambiental.

Dessa forma, em uma perspectiva de atender o 3º objetivo. Foi questionado aos gestores, G1, G2 e G3 (2017), se ambos sugerem atividades por meio de seus professores que proporcionem um momento de integração entre os conteúdos desenvolvidos por meio das atividades propostas focalizando em meio educacional uma maior integração entre os conhecimentos da área da EA com o intuito da promoção do respeito mutuo para com o próximo como para o meio ambiente. Assim, mediante tal questionamento:

Salienta G1(2017) que:

o seu dever é proporcionar por meio dos planejamentos semanais e através dos conselhos de classe ou sequências didáticas o uso de temáticas que contemplem as disciplinas que possivelmente sejam da área da ciência da natureza e humanas tais como: Administração Rural, Ciências, Geografia, História etc. e também por áreas de outros conhecimentos, aproximando os professores de cada área uns dos outros, através dos projetos didáticos e planejamentos semanais buscando promover momentos agradáveis de convivência mutua já que ambos desfrutam da mesma realidade e precisam estarem afinados uns com os outros para juntos enfrentarem as dificuldades impostas pela comunidade escolar, a qual eles convivem e tem o seu papel a desenvolver.

TABELA 15. Gestores que sugerem interação professores e gestores, por meio das temáticas ambientais.

Sugestão de integração professores e gestores por meio das temáticas ambientais.	G1	G2	G3
Sugerem	X		
Não sugerem		X	X

Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

A tabela acima referência a importância do norteamento dos professores por parte da gestão, ressaltando a integração dos mesmos por meio de estudos e desenvolvimento de temáticas voltadas para a EA. Salientando que somente um gestor

incentiva o uso dessas temáticas com essa perspectiva de mobilização entre os docentes e o corpo diretivo.

Quanto à promoção de atividades que venham a envolver temáticas ambientais que desenvolvam uma melhor convivência educandos, docentes, gestores e demais funcionários, comunidade de forma geral, um convívio mais harmonioso e consciente da importância da preservação do meio ambiente. Segundo G1(2017):

a escola tem buscado desenvolver seu papel socioambiental mediante a comunidade em uma perspectiva de promoção de habilidades que possibilite seus discentes a conviver de forma mais respeitosa para com todas as pessoas e para com o meio ambiente, desenvolvendo assim, atividades de cunho que os possibilitem a ampliar sua cidadania em convivência com outras realidades como para a preservação dos recursos naturais.

Para G2(2017), é de fundamental importância:

proporcionar um ambiente que possibilite uma maior e melhor integração socioambiental entre escola e toda a comunidade, sendo que nos momentos pedagógicos fiquem bem claro os objetivos que devam traçar para buscar a melhor interação entre ambos, em plena convivência com o meio ambiente. Ressalta ainda que, é de responsabilidade tanto da direção quanto dos docentes e demais funcionários, promoverem o bem-estar entre todos os seres vivos que convivem em plena mutualidade, visando acima de tudo, zelar pelo processo de mediação do conhecimento e formação do sujeito socioambientalmente integralmente educado.

No entanto, G3(2017) salienta que:

não sugerir atividades de cunho ambiental é promover um andar na contramão da sustentabilidade, pois é de sublime importância desenvolver uma melhor convivência entre todos os seres, e principalmente munir os docentes como também todos que fazem o processo ensino aprendizagem, uma vez que, são eles, os mediadores da grande massa educacional, são eles que precisam estarem em plena e constante formação para assim, promoverem uma educação que viabilize a minimização do uso exploratório dos recursos naturais existentes no planeta. Assim o mesmo diz que ao promover a realização de atividades que possibilite a formação do professor, e uma vez esse conhecimento

adquirido, se refletirá na vida do educando como também em toda a sociedade.

TABELA 16: Promoção por parte dos gestores de atividades e temáticas ambientais que venham a contemplar alunos professores e toda a comunidade pela preservação do meio ambiente.

Promoção pelos gestores	G1	G2	G3
Sim	X	X	X
Não			

Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

A tabela acima representa por unanimidade que os gestores sugerem atividades que contemple a EA assegurando lei vigente em uma perspectiva de promoção de convivência mais harmoniosa sujeito homem e meio ambiente, onde conforme questionamento anterior somente um dos gestores direcionou-se em promover esse tipo de sugestão, colidindo de forma direta que possivelmente exista uma confusão ou dois dos gestores mentiram.

Ao questionar aos docentes se há aplicação de atividades voltadas para a EA que promovam uma maior coletividade e convivência uns para com os outros como para com o meio ambiente, buscando por meio de essa tal coletividade imbuir no sujeito homem em processo de formação de hábitos de uma convivência mais harmoniosa uns para com os outros como para o meio ambiente.

Em sua grande maioria os docentes responderam desenvolver o uso dessas didáticas agregadas às temáticas da EA, como por exemplo: os docentes P1, P2, P4, P5, P7, P10 e P11(2017), mediante suas falas, buscaram desenvolver em meio às suas práticas pedagógicas tanto momento de interação uns para com os outros, como pensar e aplicar de formas mais coletivas, atividades que promovam uma maior convivência entre todos da comunidade escolar, visando uma maior integração entre discentes e docentes, desenvolvendo entre as diversas atividades promovidas entre os mesmos, pesquisas de caráter grupal, produção de textos por meio de exposição de cartazes, dinâmicas, panfletagens, roda de conversa, vídeos, confecção de coletores de lixo artesanal, palestras, filmes e mutirões de limpeza buscando através de ações dessa natureza imbuir no sujeito em formação competências e habilidades de respeito mutuo tanto para com os recursos naturais para com outras formas de vida.

No entanto, P3(2017) salienta que,

mesmo com dificuldades em desenvolver temáticas referentes a EA, quando realiza atividades em grupo com intuito de socialização de aprendizagem entre os discentes diz que, existe essa preocupação com relação e que estas atividades tem o caráter de contemplar propostas de diversos meio de socialização. Quanto ao desenvolver atividades que proporcione integração e cooperação, entre os educandos visando uma melhor convivência ser humano versos meio ambientem no processo de ensino-aprendizagem o mesmo (a) está em consonância com P8 e P9(2017).

Já P6(2017) relata que:

não desenvolve atividades voltadas para a EA que promova a integração e cooperação dos discentes e tão pouco que contemple a comunidade visando uma melhor convivência ser humano versos meio ambientem no processo de ensino-aprendizagem. O mesmo (a) salienta que, por não ter conhecimento de maior profundidade no eixo da EA não desenvolve atividades de integração e cooperação, assim, não tem como visar uma didática que contemple de forma melhor uma convivência ser humanos versos meio ambientem no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo P8 e P9(2017) Salientam que:

não desenvolvem atividades dessa natureza que contemple o discente, mediante não serem incentivado a desenvolvê-las. Ressaltam por não existir o incentivo por parte do corpo diretivo, acabam desenvolvendo atividades de cunho individualizadas, e voltadas apenas para o conteúdo contemplado de forma curricular em sua disciplina.

Assim sendo, é de sublime importância salientar que é de responsabilidade da escola em o seu viés, tanto a nível de docência quanto diretivo zelar pela a integração de didáticas pedagógicas que possam proporcionar um caminho seguro de formação humana para seus educandos. Essas ações devem dotar de uma natureza coletiva a partir dos momentos de A/C, sejam eles por intermédios de projetos didáticos ou por sequências didáticas, contemplando esse sujeito em formação os conduzindo de forma a uma convivência que o possibilite ser um sujeito autônomo e integral, dotado de uma mente reflexiva capaz de interferir em uma realidade adversa, encarando todos os desafios propostos por essa sociedade contemporânea, o tornando capaz de se

desenvolver em meio às necessidades naturais tecnológicas, culturais, científicas e humanas.

TABELA 17: Se há aplicação por parte dos professores de atividades voltadas para a EA, que venham a promover uma maior coletividade em perspectiva de convivência mais harmoniosa seres humanos e meio ambiente?

	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11
Sim	X	X		X	X		X			X	X
Não			X			X		X	X		

Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

A tabela acima representa a positiva afirmação de boa parte dos professores ao questionamento se ambos aplicam atividades voltadas para a EA, em uma perspectiva de promoção de uma melhor convivência em plena mutualidade entre seres humanos e natureza.

Ao questionar os gestores com relação ao uso contextualizado do eixo da EA se realmente favorece multiplas aprendizagens de cunho significativo para o aluno e se existe articulação de formação do eixo da EA nos momentos de atividades extraclases - A/C com relação à formação continuada de docentes, em especifico no eixo da EA.

G1, respondeu que:

sempre comunga com o preparo do aluno para conviver de forma harmoniosa para com a sociedade e todas as outras formas de vida e, que por meio dessa forma de pensar sempre incentiva os seus comandados a desenvolverem os conteúdo de forma que venha contemplar o aluno como sujeito do meio, e assim sendo, os mesmos passem a respeitar e conviverem de forma a assegurar uma sadia qualidade de vida para todos os seres vivos.

No entanto, quanto à articulação de formação, ocorre por meio de desenvolvimento de projetos didáticos quando a proposta do mesmo contempla o eixo da EA. Dessa forma, fica acordado entre disciplinas e por meio da proposta pedagógica que ocorra de forma interdisciplinar a temática abordada, e a partir daí possibilite uma maior efetividade do eixo da EA, uma vez que, todas as disciplinas falem a mesma língua entre si em uma proposta de consolidação da aprendizagem coletiva interdisciplinar.

Para G2 e G3, acreditam sim, que o eixo da EA:

possa proporcionar de forma contextualizada uma maior formação de indivíduos críticos reflexivos e atuantes, capazes de transformar suas realidades, valorizando a natureza e vivendo em harmonia com ela. Porém quanto ao a articulação de formação do eixo da EA, diz não acontecer nos momento de A/C, mediante nesse ano letivo de 2017, até o momento, não terem desenvolvidos a construção de projetos pedagógicos que contemplasse qual quer temática da EA. O que foi sugerido até então foi por meio de uma sequência didática imposta pela grade curricular que sugere que se trabalhe a semana mundial do meio ambiente ou anteriormente contemplada por projeto pedagógico, ou desenvolva ações por meio de sequências didáticas nessa referida semana.

Em uma perspectiva de identificar se existe integração entre os professores nos planejamentos para assim, visualizar uma possível utilização da interdisciplinaridade entre os professores da instituição em pesquisa. Assim, foram questionados se os mesmos se articulam por meio da participação das A/C, com relação à formação do sujeito ético, crítico participativo e responsável pelo que faz e pelo que deixa de fazer com relação ao ambiente que vive e se identificam em meio suas práticas pedagógicas a necessidade de que a escola se desenvolva em meio social voltada para as questões ambientais.

Dessa forma é importante salientar que em uma supremacia absoluta, P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11, ou seja, em um total de todos os docentes de forma direta responderam que:

quando ocorre o desenvolvimento de temáticas de cunho ambiental e quais quer outras temáticas abordadas por meio de projetos pedagógicos ou sequências didáticas sugeridas pelo corpo diretivo e pedagógico, todos desenvolvem suas atividades a contemplar de forma interdisciplinar os conteúdos das disciplinas por área do conhecimento e que em meio ao A/C, sempre ocorre às discussões dos problemas que cada sala vem apresentando e sendo vivenciada e debatidos pelos professores e gestores.

TABELA 18: Integração e interação entre os professores nos planejamentos pedagógicos, em uma perspectiva de que a escola se desenvolva em meio educacional voltada para a preservação do meio ambiente.

	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11
Sim	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Não											

Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

A tabela acima representa a afirmação em uma unanimidade de professores que asseguram desenvolver suas atividades junto à unidade de ensino Escola, em uma perspectiva de desenvolvimento didático pedagógico voltado para as temáticas ambientais com a finalidade de desenvolver-se em meio social voltado para as questões ambientais. Cabe salientar que mais uma vez, esses professores caem em contradição, uma vez que, como pode desenvolver tais atividades se até o mês de Novembro não existia nem um projeto didático voltado para as temáticas da EA.

Dessa forma, porém, cabe salientar que se voltando para uma vigência de coalizão entre outras temática e conteúdos abordados pelo projeto ou sequências didáticas sugeridas fica evidente que nos momentos do A/C ocorrem trocas de informações sobre os níveis de aprendizagens dos educandos consolidando uma prática pedagógica. E que sempre que ocorrem, mediante as exigências fundamentais do papel do docente nessa idade contemporânea tem tentado desenvolver de forma efetiva uma educação que promova múltiplas aprendizagens a seus educandos, possibilitando aos mesmos a oportunidade de percepção em quanto o cidadão que é e o espaço que vive em meio à sociedade, promovendo momentos de reflexão por meio de métodos voltados para a formação cidadã, seja por meio da escrita e leitura como por meio de outras ferramentas de discussão. É de sublime importância, proporcionar que os mesmos desenvolvam sua criticidade e hábitos de convivência mais harmoniosa para com o próximo como para com o meio ambiente.

Para tanto é importância reconhecer a contribuição que os PCNs fazem com relação à organização dos conteúdos em projetos, sobre uma perspectiva transversal, favorecendo uma abordagem interdisciplinar, expondo o que se entende por esses dois conceitos. Dessa forma, o esclarecimento por meio do texto introdutório conforme Brasil (1997, p. 18), esclarece que:

a interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos do conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles – questiona a visão compartimentada (disciplinas) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e que as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade).

A operacionalidade no campo educacional é preciso levar em conta, o processo de formação dos docentes em uma amplitude que contemple uma educação de formação continuada elevando sempre os valores éticos e morais em uma sociedade altamente consumista, proporcionando a esse ser formador e em constante formação por uma profissionalização que o possibilite adquirir habilidades e conhecimentos suficientes para mudar sua realidade e a realidade que lhes circundam.

Ao questionar se os gestores conscientes das dificuldades encontradas em seu campo de trabalho compartilham em meio educacional suas frustrações e sucessos mediante as inquietações que permeiam o espaço pedagógico e administrativo. E se em meio aos desafios que são enfrentados pelo gestor (a) conseguem a articulação da teoria-prática no exercício da orientação da docência, com relação à formação do sujeito ético, crítico participativo e responsável pelo que faz e pelo que deixa de fazer com relação ao ambiente que vive?

Embora saibamos que vivemos em uma sociedade altamente consumista e no cotidiano em que o indivíduo enraizado a costumes que proporcionam o surgimento de diversas mazelas que vão de contra a sustentabilidade, tendo como ferramenta o ensino formal, ferramenta essa que possibilita mudanças de costumes e valores e mais ainda possibilita as tão complexas quebras de paradigmas para mudanças de realidades para a tão sociedade desejada.

Salienta G1, (2017) que é:

de fundamental importância que haja esse espaço que proporcione compartilhar momentos exitosos e não exitosos para que em comunhão possamos rever constantemente a nossa prática e, assim consigamos dar um melhor andamento aos trabalhos. Ressalta ainda que por conhecer e ter muitos anos de convivência com a maioria dos docentes e os

consideram como ótimas pessoas se sentem muito a vontade ao expor índices positivos e negativos nos momentos de A/C e conselhos de classe etc.

Para tanto, G1(2017) esclarece que:

se baseia nos índices acadêmicos de aprendizagens apresentados pelos professores nos conselhos de classes, estudos coletivos, construções de projetos didáticos e nos resultados das avaliações externas, além do acompanhamento minucioso nos diários de classe. E ressalta ainda que fica perceptível a falta ou deficiência na formação para docência; Falta ou pouco incentivo pelas instituições sociais para melhor capacitar o docente da rede em virtude de políticas públicas educacionais; Falta de tempo e de condições econômicas para a dedicação necessária para formação e preparo para as práticas articuladas; E há muitas resistências por parte dos docentes na busca de inovações pedagógicas. Conforme G1 é de tamanha complexidade os desafios encontrados pelos docentes e corpo diretivo nos momentos de organização e andamento das unidades escolares em virtude de toda uma realidade complexa como essa.

Para G2 (2017) é:

perceptível sim através de diálogo aberto entre gestores e docentes onde procuramos enaltecer as práticas exitosas e incentivar que as mesmas se tornem rotinas no cotidiano do corpo docente, chamar a atenção para o que não deu certo de modo a contribuir com os ajustes necessários visando aperfeiçoar cada dia o processo de ensino aprendizagem. Ressalta ainda que, mediante aos desafios encontrados no exercício da docência tem se chamado a atenção a falta ou deficiência na formação para docência; A falta ou pouco incentivo pelas instituições sociais na promoção de cursos de nivelamento educacional, políticas públicas educacionais que contemplem esses docentes mediante a educação continuada; E que mediante todo um campo complexo em quanto o que é vivenciado nessa idade contemporânea, ainda existe uma resistências por parte dos docentes na busca de inovações pedagógicas.

Conforme G3 (2017) salienta que:

é de sublime importância que exista essa interação entre corpo docente e diretivo para que ocorra o bom andamento dos trabalhos em âmbito

escolar. Para tanto, o mesmo relata que por não existir nem um atrito entre a sua pessoa e os demais funcionários da escola e por reconhecer que em meio esse espaço é uma das formas de trocar conhecimentos e fortalecer a própria prática didática, como também estar envolvido de forma mais interativa com os demais funcionários e possibilitar uma melhor convivência entre ambos. Com tudo, G3(2017) acredita que uma das maiores dificuldades encontrada em âmbito escolar é a falta de tempo e de condições econômicas para a dedicação necessária para formação e preparo para as práticas articuladas.

TABELA 19: Se gestores conseguem articular teoria e prática em meio aos professores e se conseguem nortear o processo de formação do sujeito ético, crítico participativo responsável pelo que faz em relação ao ambiente que vive?

	G1	G2	G3
Sim	X	X	X
Não			

Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

Tabela acima representa se os Gestores mediam em meio aos seus professores mecanismos didáticos e pedagógicos que promovam um processo de formação para a emancipação do sujeito homem consciente de seus atos e responsável pela a possibilidade de mudá-los em uma perspectiva de uma melhor convivência para com o meio ambiente.

Ainda em virtude de consolidar a importância do A/C em contexto escolar, e na perspectiva de cruzar as informações fornecidas pelos gestores na busca de demonstrar uma interligação entre as oratórias fornecidas pelos mesmos e os docentes, seguiu-se a questionar se em meio ao A/C, realmente existe a troca de conhecimento e o fortalecimento da prática pedagógica. E em meio a essa aproximação perceber se as disciplinas conseguem a aproximar-se em contexto de formular ações dirigidas para a resolução dos possíveis problemas existentes, e se realmente a ação do A/C serve como momento de compartilhar as ações exitosas e não exitosas no campo educacional, sejam elas, seguidas de frustrações ou sucessos, mediante as inquietações que permeiam o espaço pedagógico.

Mediante ao exposto, P1, P2, P3, P4, P5, P6, P8, P10 e P11(2017), que correspondem a grande maioria dos docentes, acreditam sim, e afirmam que o momento de A/C é de fundamental importância para o andamento das atividades pedagógicas em âmbito escola. Salientam que, sem tal momento, ficaria mais difícil desenvolver suas temáticas e até mesmo temáticas de cunho ambiental. Para tanto, afirma que, tal momento é considerado impar, pois possibilita resolver problemas e aproximar docentes e gestão de forma a engajarem em uma mesma perspectiva, vivenciar os mesmos sonhos e as mesmas aflições em contexto de formação cidadã. Relatam ainda que além de favorecer o andamento da instituição escola em buscar soluções para problemas em todos os âmbitos de formação cidadã, é uma ferramenta chave para nortear os objetivos propostos nos projetos no momento de formação e organização dos conteúdos propostos para a mediação no processo de ensino aprendizagem.

No entanto, P7 e P9, (2017) salientaram que, embora se sintam a vontade nos momentos de A/C, não estão encorajados a falar sobre seus acertos e suas dificuldades por ter receio a aceitação de seu ponto de vista e suas opiniões, por acreditar que elas possam promover momentos de discórdias entre docentes e gestão, por acreditarem que a escola em locos não tenha autonomia de caminhar com suas própria pernas, uma vez que, todas as ações estão vindo amarradas da Secretaria de Educação - SEC, deixando a instituição escola engessada e desnordeada promovendo assim, complexas situações que futuramente acarretaram em maiores problemas no desenvolvimento do ensino aprendizagem dos educandos dessa localidade.

Em um âmbito geral é de sublime importância salientar que de forma direta ou indireta, ocorre a interligação entre docentes e gestores no momento do A/C e conseqüentemente em sua maioria acreditam e confirmam o A/C como um espaço impar e, que possibilitam as disciplinas e conteúdos a desenvolverem-se de forma tanto disciplinar quanto interdisciplinar, configurando como sendo de fundamental importância, ferramenta norteadora da prática docente e da construção de multiplas metodologias.

3.4 COMPREENDER COMO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS UTILIZANDO A EA INFLUENCIAM O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DOS ALUNOS OS TORNANDO SUJEITOS MAIS AUTÔNOMOS E RESPONSÁVEIS.

Todo processo educacional deve ser voltado para o ensino aprendido do educando, em uma perspectiva de imbuir em sua cidadania conhecimentos que o conforte em meio a uma sociedade injusta, burocrática e desigual. No entanto essa realidade lhe é proporcionada em contextos diferentes, contextos esses que por exigência social, parte do princípio, escola, família e sociedade. Formar um cidadão com características que comporte princípios éticos e moralmente socioambientais requer dessas instituições um olhar cadenciado para a formação cidadã. Conforme Segura (2001, p.38):

embora a tônica política da luta ambientalista ainda seja compreendida por poucos, os questionamentos que o movimento promoveu sobre o modo de vida da sociedade estão influenciando a maneira de encarar o mundo na atualidade. É estratégico, entretanto, fazer com que cada vez mais os componentes político e social dessa discussão (a relação entre sociedade e Estado, entre local e global, a questão das fronteiras dos riscos ambientais, da responsabilidade partilhada, da distribuição desigual de risco, entre outros) sejam compreendidos pelo conjunto da sociedade. Ressalta ainda que, o grande problema, porém, é justamente fazer com que as questões socioambientais tenham visibilidade e sejam defendidas por atores sociais sensibilizados, informados, e dispostos a enfrentar os mais variados obstáculos, como a estrutura autoritária e suas mascaras: a burocracia, o pedantismo, a exclusão, a subserviência, a desigualdade a falta de iniciativa, a corrupção...

É visível que o grande desafio da escola nessa idade contemporânea é de uma dificuldade tamanha mediante a pretensão de superar tamanhas mazelas sociais que são vetores das desordens humana na busca desenfreada pelo poder econômicos contrapondo e atropelando direitos e comprometendo a sobrevivência do planeta. Conforme Gadotti (1998, p.3) “fala de formar um saber firmado na ética e voltado para cidadania planetária, isto é, voltado à percepção da Terra como espaço comum e partilhado”. Assim sendo, o docente precisa estar afinado em conhecimento em sua prática pedagógica para através da mediação do conhecimento possibilitar que esse

educando em formação participe de forma adequada e contribua consigo mesmo em seu processo de formação, se percebendo como agente transformador de sua própria realidade.

O município de Sento Sé tem sua educação fundamenta por meio de Rede Educacional em vigência de seu Plano Municipal em Educação – PME, em consonância com o Plano Estadual de Educação – PEE e o Plano Nacional de Educação – PNE. Assim, desenvolvendo suas atividades educacionais por meio de pedagogia de projetos, favorecendo que o ensino aprendizagem ofertado em suas instituições de ensino possibilite aos seus educandos vivenciar realidades diversas no campo do saber sejam elas de cunho transversal, inter, pluri ou multidisciplinar em meio a suas temáticas adotadas e trabalhadas. Assim, conformes Micotti (2009, p. 19) a pedagogia de projetos apresenta-se:

como uma estratégia educativa global que consiste em dar sentido a todas as horas que os aprendizes passam na escola, confiando neles e permitindo-lhes propor, decidir, gerenciar e avaliar os projetos que correspondem aos seus desejos, às suas necessidades e aos recursos materiais ou humanos disponíveis. E que é ao mesmo tempo, indissociavelmente, a construção das competências de que eles necessitam para executar estes projetos e que correspondem, precisamente, às aprendizagens definidas pelos programas.

Assim sendo, é sem dúvidas, uma ferramenta que possibilita uma intercomunicação entre as disciplinas promovendo um maior envolvimento dos educandos, preenchendo as condições prévias e que, por conseguinte se tornam imprescindível e favorável ao ensino aprendizagem dos seus educandos, os proporcionando a desenvolverem-se nos diversos campos do saber.

No entanto, é de suma importância buscar confirmar se os professores desenvolvem suas práticas em busca de promover uma educação intrínseca a uma didática pedagógica voltada para a EA que influenciam o processo ensino aprendizagem dos alunos os tornando sujeitos mais autônomos e responsáveis.

Assim sendo, ao entrevistar todos os docentes da escola em locos, em que todos os professores envolvido na pesquisa responderam que sim, somando um percentual de 100% dos investigados e que sempre estão preocupados com o que está sendo ofertado a seus educandos, buscando promover conhecimnto articulados ao seu dia a dia, para que o educando em formação mediado pelo professor, consiga construir e adquirir

habilidades e competências que a partir da absorção dos conteúdos possibilite a sua utilização para uma melhor convivência para com o meio ambiente e para com os demais seres vivos do planeta. Dessa forma o sujeito em formação passe a perceber que é preciso ter uma vida equilibrada em meio a todas as facetas da sociedade.

Para que as ferramentas pedagógicas sejam utilizadas de forma precisa é preciso que os professores conheçam a proposta política pedagógica, para assim, articular sua prática em complemento de sua ferramenta superior o PPP, alcançando os objetivos previstos de forma alinhada uns para com os outros, no caso Projetos Político Pedagógico, Projeto Didático Pedagógico e Planejamento Semanal A/C. Assim, desenvolver uma prática pedagógica por meio de projetos didáticos é preciso vivenciar uma didática interdisciplinar, porém haja vista a necessidade de questionar se o PPP contempla a EA, para que esse profissional inserido nessa realidade tenha conhecimento de seu plano diretor para coordenar suas ações de forma sistemática e condizente com a realidade da escola. Assim, questionou aos gestores se a escola desenvolve seus trabalhos em uma perspectiva de combater as mazelas e os distúrbios socioambientais no ensino aprendizagem de seus educandos através de projetos pedagógicos e se os mesmos quando desenvolvidos seguem a interação e participação de todos os docentes contemplando uma perspectiva interdisciplinar.

De acordo com G1, G2 e G3, (2017):

a escola segue uma metodologia de projeto demandado pelo Plano Municipal de Educação – PME contemplando o uso de temáticas a serem trabalhadas por meio do Diagnóstico Rápido e Participativo – DRP, elencando os problemas locais, que vivencia a comunidade tanto escolar como populacional, em uma perspectiva de ir de frente aos problemas na busca de minimizar seus efeitos e quem sabe solucioná-los. Essas ações são desenvolvidas por meio de projetos didáticos e pedagógicos. Salientam ainda que mediante a construção de seu instrumento norteador escolar PPP, preocupou-se em contemplar a EA e, o fez, por meio do eixo da educação e sustentabilidade. Dessa forma, os projetos são elaborados pela gestão corpo docente e comunidade buscando de forma educacional solucionar os problemas de cunho social, interferindo diretamente nos problemas que vivencia seus educandos.

No entanto, os projetos didáticos pedagógicos são desenvolvidos e aplicados de forma semestrais, buscando interdisciplinarizar todas as disciplinas em perspectiva de

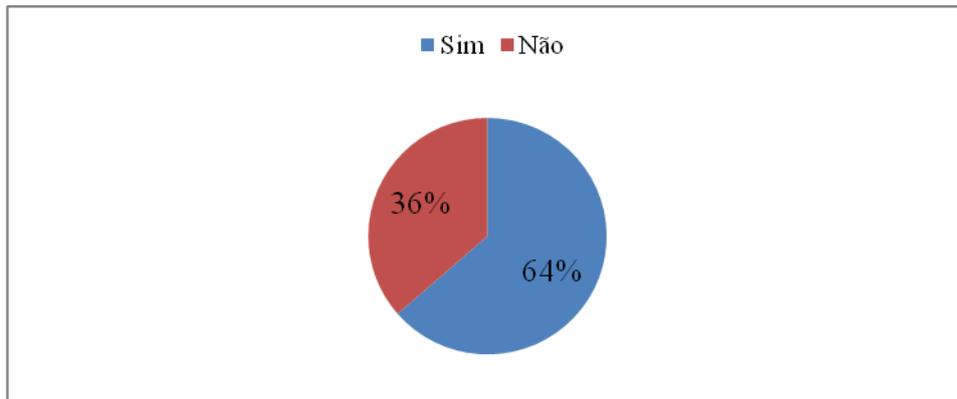
falarem a mesma língua, em um mesmo objetivo comum, e cada disciplina com sua especificidade, assegurando o ensino de qualidade e de múltiplas aprendizagens de seus educandos, os munindo de conhecimentos para combater as mazelas que vivenciam nessa sociedade contemporânea.

Em uma perspectiva de colher informações da instituição investigada com relação ao desenvolvimento de seus trabalhos, na busca de combater os distúrbios socioambientais e a proporcionar uma educação com qualidade a essa sociedade, por meio das práticas adotadas pelos docentes mediante ao uso da EA. Foi perguntado aos professores se as temáticas da EA são contempladas em âmbitos escolar de forma interdisciplinar?

Mediante tal questionamento, P1, P2, P4, P5, P7, P10 e P11, (2017) responderam que reconhece que sim, pois, a uma preocupação e esforços da instituição escolar em combater os distúrbios socioambientais, pois comunga da metodologia de projeto exatamente por possibilitar estar sempre envolvendo temáticas de cunho ambiental e outras pertinentes a realidade dos educandos, e em uma perspectiva de solucionar problemas e assim, construir de forma mais sólida uma educação que assegure em meio aos seus educando uma formação humanamente e socioambientalmente educada. Para ambos desenvolver-se em quanto instituição de ensino promovendo uma educação que promovam um equilíbrio entre ser humano e meio ambiente é de fundamental importância para assegurar a sadia qualidade de vida no planeta.

No entanto, P3, P6, P8 e P9, (2017) direcionaram-se com relação a não perceber a preocupação da escola com relação ao eixo da EA, não a nível de projeto pedagógico, pois nesse ano em curso até o período da pesquisa não houve o desenvolvimento de nem um projeto que contemplasse o tal eixo e que para desenvolver conteúdos de forma desorganizada só pioraria o processo ensino aprendizagem. Salientam que, o que houve, foi uma sugestão de sequencia didática não coordenada exigida pela direção da escola que se trabalhassem temáticas da EA apenas na semana do meio ambiente, o que não aconteceu conforme o discurso dos mesmos acima, se houve não desenvolvido por eles.

GRÁFICO 2: Representação quanto à contemplação de EA interdisciplinarmente pelos professores.



Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

O gráfico acima demonstra a porcentagem de professores que segundo eles desenvolvem suas atividades pedagógicas de forma interdisciplinar.

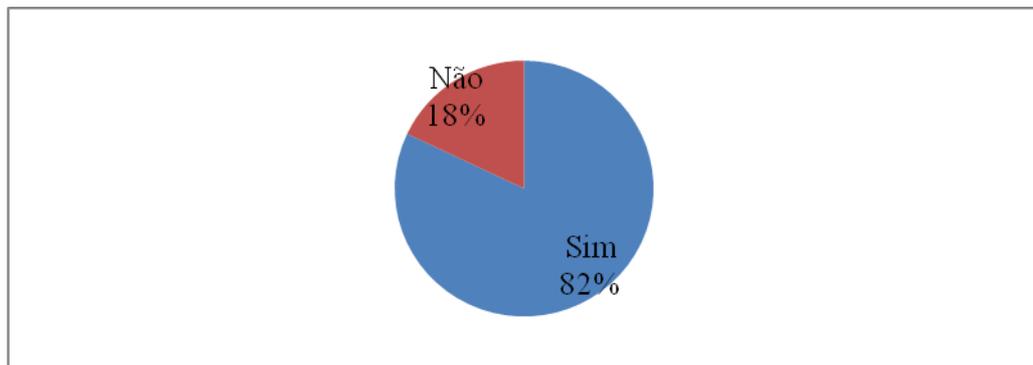
Promover uma prática interdisciplinar entre as diversas disciplinas do currículo requer, possibilitar e vivenciar o processo de globalização e as novas tendências do momento. Tendências essas, que apresentam desafios ao homem, à medida que a educação se manifesta com a necessidade de romper com esses modelos ultrapassados de educar, visando assim, nesse processo de rompimento à formação para assegurar uma educação que promova a formação integral do educando responsável e emancipado. Assim foi questionado aos docentes se os mesmos ofertam esse tipo de ensino aprendizagem aos seus educandos?

Diante dos docentes pesquisados, P1, P2, P4, P5, P6, P7, P9, P10, P11(2017), apontaram como usual em meio às suas práticas pedagógicas a utilização da interdisciplinaridade no desenvolver de temáticas elencada nos projetos e que sempre buscam uma forma de que cada disciplina vivencie seus conteúdos voltados para tal temática, à medida que, respiram e desenvolvem seus trabalhos por meio de DRP e projetos pedagógicos. Relataram ainda que acham melhor trabalharem nessa perspectiva, pois, a interdisciplinaridade os possibilitam estarem mais próximos e mais envolvidos enquanto disciplinas e conteúdos abordados, promovem uma maior aproximação entre os diversos saberes, possibilitando-os a desenvolverem seus conteúdos de forma contextualizada e assim, proporcionar ao educando uma visão intercalada de todos os conhecimentos trabalhados. Ressaltam ainda que

independentemente de qual temática abordada procuram desenvolver seus trabalhos nessa perspectiva de formação humana.

No entanto, uma pequena quantidade de docentes, no caso, P3, P8 (2017), demonstraram desenvolver seus trabalhos de forma disciplinar, indicando um caminhar individualizado em sua disciplina, devido aos mesmos não gostarem ou não conhecer uma educação desenvolvida em uma perspectiva interdisciplinar demonstrando insegurança por não conhecer o que é interdisciplinaridade. Dessa forma a escola passa a falar duas línguas diferentes já que a proposta maior é que todas as disciplinas falem a mesma língua.

GRAFICO 3: Oferta de ensino em uma perspectiva de formação integral e emancipado do sujeito homem.



Fonte: autor Elvis Castro Reis

O gráfico acima demonstra a oferta segundo os professores de uma formação voltados para o sujeito integral e emancipados.

Porém, os gestores G1, G2, G3 (2017), em uma unanimidade comentaram não ver e tão pouco saberem desenvolver seus trabalhos de outra forma que não por meio de projetos didáticos fundamentados e contextualizados de forma interdisciplinar. Relatam ainda que estimulam os docentes por meio da escolha das temáticas a serem desenvolvidas uma vez que, os mesmos participam da elaboração dos projetos e os colocam em desenvolvimento.

Em uma sociedade de tamanha complexidade, existe sempre a necessidade de se desenvolver um ensino aprendizagem que envolvam ações pensadas, planejadas, sistematizadas e contextualizadas. Para tanto, foi questionado aos docentes e se a instituição escola desenvolve um calendário de ações pedagógicas que contemplassem temáticas ambientais em seu cotidiano que promovam uma didática voltada para a

autonomia dos seus educandos. Para tanto P2, P6, P7 e P11(2017) direcionaram ao sim, que todos os anos na semana do meio ambiente a escola desenvolve atividades que contemplam o eixo da EA em uma perspectiva de chamar a atenção da comunidade local para os problemas ambientais promovidos pela comunidade, porém salientam que nem todos se envolvem como deveria. Porém, P1, P3, P4, P5, P8, P9 e P10 (2017) direcionaram-se de forma diferentes, ao dizerem que a instituição escola não desenvolve calendários com essa perspectiva e trabalha sim na semana do meio ambiente, mas por uma exigência maior atribuída pelo currículo uma vez que, foi instituída de forma mundial tal semana pela UNESCO.

TABELA 20: Quanto ao desenvolvimento de calendário de ações pedagógicas voltadas para temáticas ambientais.

	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11
Sim desenvolve		X				X	X				X
Não desenvolve	X		X	X	X			X	X	X	

Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

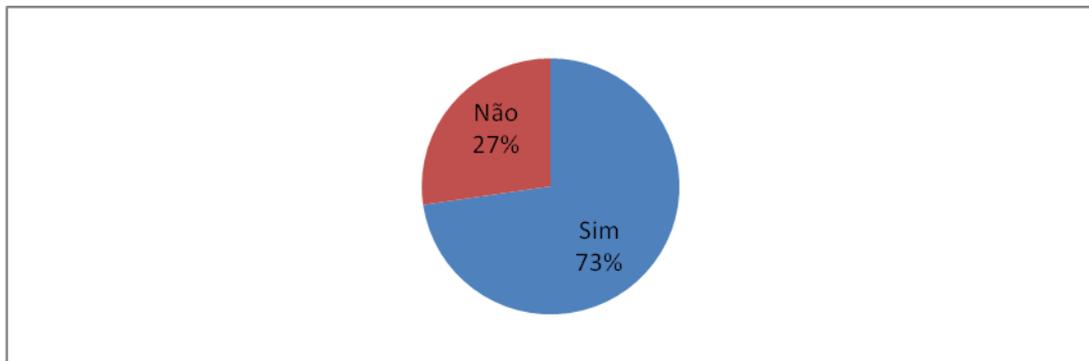
A tabela acima demonstra as afirmações quanto ao planejamento de ações de forma organizada na referida escola, deixando claro que na opinião da maioria dos professores isso não ocorre, deixando a escola em seu viés pedagógico descentralizada e mal norteadas em seu fazer didático pedagógico. Ressalta ainda que mesmo diante dos planejamentos semanais é preciso um olhar mais clínico em uma perspectiva de perseverar possíveis atividades que venham colocar a escola em um caminho mais positivo no campo do ensino aprendizagem.

Dessa forma, haja vista que, uma instituição de ensino que visa desenvolver seus trabalhos de forma compacta e interdisciplinar em direção para a formação da autonomia dos seus educandos os tornando responsáveis e capazes de interferir em uma realidade desigual, precisa estar desenvolvendo de forma contínua projetos pedagógicos que debatam os problemas encontrados partindo da sua realidade local para global. Embora, todos os gestores e docentes tenham se direcionado a serem adeptos dessa prática pedagógica até o mês dessa pesquisa essa instituição de ensino, no entanto ainda não havia elaborado nem um projeto de natureza pedagógico para desenvolver um ensino aprendizagem mais organizado, pensado, compactado, sistemático, contextualizado nesse ano de 2017.

Ainda buscando verificar se os docentes promovem uma educação de forma contextualizada e voltada para uma responsabilidade autônoma do educando por meio do ensino da EA, e se a mesma parte da realidade do aluno, imbuído esse tipo de estratégia atividades que os proporcionem a desenvolverem pesquisas com o objetivo de socialização de aprendizagem entre os discentes, onde P1, P3, P5, P6, P7, P9, P10, P11(2017) responderam que sim, promovem momentos de pesquisa e apresentação das mesmas consolidando o que foi aprendido, por meio de cartazes, e apresentação promovendo a oralidade do educando, por meio de produção de painéis promovendo observações paisajísticas buscando resgatar e promover um nível de comparação entre o antes, o agora, e possivelmente o amanhã, através de exposições das produções desenvolvidas pelos educando, possibilitando os mesmos terem sensação de pertencimentos e protagonismo.

Para tanto, P2, P4, e P8 (2017), que responderam não desenvolver nem uma atividade dessa natureza, pois segundo os mesmos não os faz, mediante não serem incentivados pela equipe gestora ou por falta de desenvolvimento de projetos didático pedagógicos que desenvolvam uso de temáticas que favoreçam tais manobras de ensino aprendizagens.

GRAFICO 4: Promoção de atividades extra classe de carácter grupal.



Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

O gráfico acima representa a quantidade de professores que desenvolvem suas atividades didáticas pedagógicas em uma perspectiva de promover o conhecimento por meio de pesquisa grupal.

Em fim, fica visível que em um meio educacional que tem como seu objetivo a formação de sujeitos responsáveis, autônomos, emancipadamente integral, socioambientalmente educado, não se pode dar o luxo de falar duas línguas diferentes.

Haja vista que, deve levar em contexto, um maior afinamento de suas ferramentas didáticas pedagógicas e comungarem dos mesmos objetivos e visão de formação de seus educandos, para que suas práticas se aproximem uma das outras e assim, possam falar o mesmo dialeto promovendo o ensino aprendizagem com qualidade. Cabe salientar que mesmo mediante os professores da referida escola pesquisada serem em sua maioria professores com formação em pedagogia, fica evidente que uma prática bem norteada, sistematizada e contextualizada, possibilita diversas aprendizagens significativas, promovendo assim, uma didática contínua e permanente entre as disciplinas e toda as modalidades do ensino formal.

Em resposta a pergunta investigativa: *Analisar as contribuições das práticas pedagógicas dos professores na educação ambiental no nível fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho?* Cabe salientar que, as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores no processo ensino aprendizagem, embora sendo desenvolvidas por meio do senso comum, favorecem o desenvolvimento de uma consciência ambiental, agregada a costumes e valores sustentáveis, capaz de promover uma natureza humana, que venha a contribuir por meio de um trabalho educativo, a construção de uma sociedade sensibilizada, capaz de romper, com padrões instituídos em uma perspectiva de degradação humana e ambiental, envolvendo relações entre sociedade de consumo e sustentabilidade.

Portanto, as práticas pedagógicas utilizados pelos professores em relação a EA no processo de ensino aprendizagem no ensino fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho, possibilita um maior envolvimento entre os educandos no processo de formação, aproximando-os professores, alunos e comunidade no combate às mazelas dessa contemporaneidade, como a pobreza, o analfabetismo, os efeitos da degradação ambiental e o acerramento ao combate das desigualdades sociais. Segundo Segura (2001, p. 25) é importante lembrar que a primeira coisa que se aprende sobre a EA “é que ela é uma práxis em formação relacionada a várias concepções de mundo e submetida a diversas orientações pedagógicas”. Conforme Boff (1999, p.13) “sonhamos com um mundo ainda por vir, com o cuidado assumido como “ethos” fundamental do humano e com compaixão imprescindível para com todos os seres da criação”.

CONCLUSÃO

A natureza, atualmente, é vista através de uma ótica maior, onde discute-se não só a natureza em si, mas os fatores sociais e econômicos que permitem sua depredação, o desrespeito, a própria vida e a ameaça de extinção de várias espécies, entre elas, o homem. Dizemos que esta passa da condição de natureza para a condição de ambiente. Nesse sentido novas vertentes são estudadas e surgem proposta em torno da ecologia social, econômicas e política que se expressam através dos movimentos políticos sociais dos diversos países e de suas várias propostas de preservação ambiental, que não se resume apenas em salvar essa ou aquela espécie vegetal ou animal, mas vai além disso, proporcionando ao homem uma nova visão mais ampla sobre o meio, visão esta mais global, respeitosa, participativa e transformadora. (Anjos, 2008, p.45)

Há um bom tempo se fala sobre a EA no ambiente escolar, porém, é uma realidade um pouco frustrante e distante do que tanto se almeja, pois ainda há muitas barreiras a ser superadas em uma perspectiva de uma maior assiduidade de suas temáticas ao serem usada de forma interdisciplinar ou como tema transversal. Promover um novo cenário na busca de quebrar preconceitos é de sublime importância para o processo de remodelagem educacional, assim sendo, aceitar o novo, requer um olhar mais carinhoso e menos egoísta da espécie humana. Requer também, uma educação que busque imbuir no sujeito homem qualidades e atitudes socioambientais que, o torne capaz de se perceber como mais um ser dependente dos recursos naturais e, passe a viver sustentavelmente, respeitando a vida dele mesmo, como dos outros seres vivos. Para que isso venha acontecer, é necessário, inserir nas escolas e nas aulas, recursos pedagógicos, que venham assegurar a manutenção da vida no planeta, pois isso só será possível se os seres humanos começarem a agir de forma socioambientalmente sustentável.

Talvez essas dificuldades estejam ligadas a insegurança gerada por não conhecer a EA de forma mais aprofundada, assim, acarretando serias dificuldades em como utilizar suas temáticas pedagogicamente. Porém, acredita-se que é necessário sair do comodismo e buscar novos conhecimentos uma vez que os órgãos gestores não proporcionam esse tipo de demanda capacitaria. Segundo a LDB (Artigos 32 e 35) “na

educação formal, os resultados das aprendizagens precisam se expressar e se apresentar como sendo a possibilidade de utilizar o conhecimento em situações que requerem aplicá-lo para tomar decisões pertinentes”.

Assim sendo, os docentes precisam estar em constante busca por aperfeiçoamento e aquisição de habilidades e competências para possibilitar o processo de mediação do conhecimento. Segundo o BNCC (2016, p. 16):

a noção de competência é utilizada no sentido da mobilização e aplicação dos conhecimentos escolares, entendidos de forma ampla (conceitos, procedimentos, valores e atitudes). Assim, ser competente significa ser capaz de, ao se defrontar com um problema, ativar e utilizar o conhecimento construído.

O processo de desenvolvimento do educando está entrelaçado às habilidades e competências adquiridas nas séries anteriores, atuais, conforme sua aptidão de absorção de conhecimentos, possibilitando a sua promoção a séries seguintes com bagagem suficiente para a sua evolução educacional escolarizada. Conforme o BNCC (2016, p. 49):

para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

É natural que a criança passe por um processo de adaptação, já que ele ao chegar ao ensino fundamental de 09 anos, vivenciará uma realidade muito diferente, uma vez que o número de docentes e de metodologias às quais ele passará a ter que conviver poderá deixá-lo confuso. Assim conforme o BNCC (2016, p. 53):

há, portanto, crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros. Como já indicado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010), essas mudanças impõem desafios à elaboração de currículos para essa etapa de escolarização, de modo a superar as rupturas que ocorrem na passagem não somente entre

as etapas da Educação Básica, mas também entre as duas fases do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais.

Nesse processo, a criança está passando por uma fase transitória e de fundamental importância, para a sua vida e, o processo de desenvolvimento de sua aprendizagem como também, a sua vivência em meio social ambiental, como em suas relações com o mundo. É nesse novo processo de formação social que a criança começa a ter uma maior desenvoltura, e passa a construir sua autonomia, uma vez interagindo de forma assídua. Conforme BNCC (2016, p.56) “os estudantes dessa fase inserem-se em uma faixa etária que corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais”. No entanto, é de fundamental importância salientar que, estas considerações sobre a importância do uso das temáticas da EA no ambiente escolar e fora dele, são pertinentes, pois a incorporação dessas temáticas, possibilitam a promoção de uma realidade mais comum e menos depredatória por parte do sujeito homem, pois, ele passa a vivenciar sua própria realidade e aprender a conviver com ela.

Assim sendo, nesse processo de convivência e sobrevivência em plena mutualidade sujeito homem e natureza começa a sofrer ações positivas de minimização dos problemas as tornando uma necessidade social. Assim, se faz necessário, que essa inclusão e plena mutualidade aconteça, o mais rápido possível e persista, para que os sujeitos envolvidos consigam se socializar adequadamente, em uma vida socioambiental integrada e equilibrada com o meio ambiente.

Conforme ao alcance dos objetivos, anunciamos que, a respeito do primeiro objetivo específico: *Descrever o conhecimento dos professores junto a EA*, conclui-se que os docentes dessa instituição, apesar de terem uma prática pedagógica consistente, ainda faltam mais conhecimentos teóricos e prático com relação a EA, principalmente quanto as potencialidades pedagógicas que o eixo apresenta e sua formalização no currículo, a fim de melhorar o processo de ensino aprendizagem promovendo uma convivência mais adequada para com o sujeito homem e o meio ambiente na Escola Núcleo Dois de Julho.

Ficando evidenciado que os docentes apesar de terem demonstrado em sua grande maioria terem conhecimento sobre a EA e o que tange a familiaridade em relação quanto ao uso de suas temáticas, esses docentes não fazem uso diariamente dessas temáticas e que no ano de 2017, o que foi desenvolvido nessa referida escola foi mediado pela semana do meio ambiente não disseminando uma prática pedagógica

pensada, planejada e sistematizada, pois não houve um projeto norteador das ações desenvolvidas a cunho pedagógico e sendo sugerida pelo gestor administrativo. Cabe salientar que na educação toda ação deve ser pensada, planejada balizada em uma ferramenta de cunho pedagógico como no caso, um projeto já que, o município em questão, vivencia uma pedagogia de projetos, para somente depois ser colocado em prática, caso não exista o projeto pedagógico a sequência didática promovida tem que ser pensada, planejada sistematizada entre os professores e finalizada com culminância no fim da semana ou da quinzena projetada.

Foi constado ainda, um conflito em meio às respostas dos docentes que confirmaram ter conhecimento avançado em relação à familiaridade de uso das temáticas da EA se contrapondo ao questionado se conhece como a EA está contemplada no currículo. Porém quando solicitado para eles classificarem seus conhecimentos sobre a EA, os mesmos afirmaram que os seus conhecimentos são básicos. Cabendo destacar que essa resposta também foi confirmada nas falas dos gestores.

Desse modo, percebeu-se que na visão dos docentes os saberes necessários para incorporar em suas aulas e na sua prática pedagógica temáticas da EA, é realmente preciso buscar novas aprendizagens nessa área do saber buscando agregar e manusear essas temáticas com a sua realidade e a realidade dos próprios educando para assim possibilitar uma real oportunidade de melhorar a convivência entre homem e o meio ambiente. Os mesmos dizem desenvolver EA, porém, não da forma que deveriam, reconhecem que precisam estarem em constante busca por aperfeiçoamento, porém não os fazem. Cabendo salientar que o Município não o proporciona tal aperfeiçoamento para demanda do fundamental II e, impõem barreiras para o ingresso de certificado de busca individual, o cronograma letivo é sempre apertado, e isso é um dos fatores que acaba desmotivando ainda mais o docente a estarem buscando novos saberes e impossibilitando que a gestão pedagógica desenvolvas estudos de natureza capacitaria entre seus docentes, pois, o calendário escolar por ser apertado não sobra tempo para a realização desses estudos em cunho local.

Portanto, é importante ressaltar que o uso das temáticas ambientais nas práticas pedagógicas dos docentes da Escola Núcleo Dois de Julho são desenvolvidas com grandes limitações, devido ao conhecimento dos docentes não conhecerem como a EA estar posta no currículo, e não conhecerem as leis que lhes asseguram em meio educacional e, não saberem usá-la de forma correta e voltada para as questões

socioambientais tais temáticas de forma a contemplar como deveria ser contemplada no ensino formal.

Em relação ao segundo objetivo específico: *Verificar como ocorre a formação inicial e continuada do professor frente à EA*. Ficou evidente que na maioria das vezes os conteúdos chegam aos alunos por intermédio dos gestores e docentes, sendo que, na organização escolar, não se contempla o educando como parte do processo de escolha dos campos temáticos a serem desenvolvidos no ano letivo, pois no município não existe grêmio escolar e tão pouco a comunidade escolar compreende a necessidade da participação dos seus educando nos processos de elaboração dos projetos didáticos pedagógicos, frustrando uma perspectiva vigente curricular não envolvendo de forma direta lideranças estudantis e tão pouco pessoas da comunidade na elaboração dos projetos. O que se realiza é um Diagnóstico Rápido e Participativo – DRP a cada dois anos para elencar as problemáticas locais e vivenciadas naquele momento, se em algum momento do desenvolvimento do DRP forem elencados temas de necessidade a serem desenvolvidos por parte da comunidade escolar, para um possível confronto de resolução de problemas socioambientais na localidade será contempladas temáticas de cunho ambiental, porém se a comunidade escolar quanto à comunidade envolvida no processo de elaboração do DRP não apontarem para a necessidade do desenvolvimento dessas temáticas a escola ficará dois anos sem trabalhar pedagogicamente e de forma mais estruturada um possível projeto didático voltado para a EA, deixando tal área do conhecimento na geladeira para os próximos dois anos. Haja vista, que se resume novamente a exigência da semana mundial do meio ambiente a obrigatoriedade de se trabalhar somente uma sequência didática semanal. Assim, a unidade de ensino, pouco predispõem a desenvolver projetos pedagógicos contemplando as temáticas do eixo ambiental.

Em suas falas os docentes investigados (as) retratados anteriormente em uma minoria com relação à indagação feita, dizem desenvolver atividades que contemplem o eixo e suas temáticas através de identificação de problemas ambientais locais, uma vez que, sugerem e promovem atividades de cunho que venham a desenvolver atitudes saudáveis para toda a comunidade, salientando e buscando imbuir nesses educandos costumes éticos e morais, de maneira que desenvolvam uma vivência em plena mutualidade com outros seres vivos e com os recursos naturais, porém, confirmam que, só se voltam para essa necessidade quando realmente acontece o desenvolvimento de

projetos voltados para tal área e que como a sequência didática sugerida e por se tratar de uma sugestão, poucos desenvolveram seus conteúdos para contemplar tal proposta.

Não que outras modalidades de ensino tenha dificuldades para consolidar costumes e atitudes que promovam o ensino aprendizagem, mas somente o ensino formal contempla uma grande massa humana que mediante quebra de paradigmas possibilite os seres humanos a modificarem seus costumes, culturas e assim, uma formação mais humanamente socioambiental.

No entanto, em uma mesma dimensão de aplicabilidade e perspectivas acima citadas, alguns docentes, demonstraram um andar na contra mão dos demais colegas, sendo que em sua maioria, dizem não incentivar o uso do eixo e suas temáticas, e somente às vezes acontece, quando por intermédio de sequências didáticas como, por exemplo: a seguridade da semana mundial do meio ambiente, onde os mesmos são obrigados de certa forma e isoladamente, desenvolver temáticas outrora não gerenciadas pela gestão, dificultando ainda mais, desenvolver temáticas que não só contemplem, mas possibilite mudanças de costumes de uma sociedade altamente consumista e de poucos valores ambientais, demonstrando assim, uma postura de disciplinaridade por parte dos docente, onde os mesmos, não desenvolvem seus conteúdos por meio dos projetos didáticos e interdisciplinar elaborados, tornando suas práticas pedagógicas de cunho individualizada isolada.

Para tanto, é dever da escola em comunhão corpo diretivo, docente, secretaria de educação, comunidade local, desenvolver o uso das temáticas ambientais, sejam elas, por meio de projetos didáticos pedagógicos ou por sequencia didáticas, o que não se pode deixar acontecer é ignorar a importância da EA para a formação do sujeito homem dessa contemporaneidade.

No entanto, cabe salientar que, nem um professor da referida escola, nunca participaram de nem uma formação para devida área e tão pouco foi ofertado pelo o município, tornando assim, uma prática isolada e desconexa da realidade tanto curricular, pois, os professores não sabem nem como está presente no currículo e quais as leis que regulamentam tal eixo. A nível local, com relação SEC não se vê nem uma ação de promoção e tão pouca sugestão de uso de temáticas em uma perspectiva que venha contemplar a EA como fundamental para a formação socioambientalmente educada.

Em relação ao terceiro objetivo específico: *Avaliar a frequência e o modo de como está sendo utilizado o eixo da EA no ensino fundamental II.*

Mediante tamanha e complexa realidade educacional, que se encontram hoje em dimensão escolar, em que a educação concorre com diversas mazelas que só prejudicam o andar de uma sociedade contemporânea, Porto-Gonçalves (2006,p.458) salienta que:

tudo nos concita a buscar outra relação da sociedade com a natureza, onde a justiça social e a sustentabilidade ecológica as façam por meio da liberdade, onde todos tenham direitos iguais para afirmarem sua diferença. Que a diversidade biológica e a cultura na igualdade e na diferença, sejam vistas como os maiores patrimônios da humanidade.

Assim sendo, mediante nossa conjuntura educacional, é preciso integrar em meio aos seus coadjuvantes do processo educacional, no caso, docentes e educandos, uma ideologia agregada a uma prática e valores de integração entre os saberes disciplinares que promovam uma relação em uma perspectiva de imbuir nos sujeitos em busca de formação e aquisição de habilidades e competências destinadas a manutenção do equilíbrio ecossistêmico promovendo valores, reflexões ações, atitudes e costumes de uma prática sustentável com relação aos recursos naturais disponíveis.

Assim sendo, cabe ressaltar que a estrutura pedagógica da escola Núcleo Dois de Julho em sua organização pedagógica voltando-se para o planejamento organizado de forma semanal, com seus docentes, sempre as terças feiras, com a mediação e interação dos gestores pedagógicos como administrativos promovendo informes administrativos e orientações pedagógicas sempre junto aos seus docentes. Para tanto, cabe salientar que ambos sugerem atividades que proporcionem um momento de integração entre todos os docentes nas atividades complementares conhecidas popularmente como “A/C”, focalizando em meio educacional uma maior integração entre os funcionários da referida escola com o intuito da promoção do respeito mutuo e camaradagem entre corpo docente e diretivo.

No entanto em uma perspectiva de identificar se existe uma freqüência em integrar as temáticas da EA às suas práticas pedagógicas e se elas acontecem entre os professores nos planejamentos para assim, visualizar uma possível utilização da interdisciplinaridade entre os professores da instituição em pesquisa. Dessa forma, foram questionados se os mesmos se articulam por meio da participação das atividades extraclases (A/C), com relação à formação do sujeito ético, crítico participativo e responsável pelo que faz e pelo que deixa de fazer com relação ao ambiente que vive e se identificam em meio suas práticas pedagógicas a necessidade de que a escola se desenvolva em meio social voltada para as questões ambientais.

Dessa forma, é importante salientar que em uma supremacia absoluta, ou seja, todos os professores em sua totalidade responderam de forma direta, que quando ocorre o desenvolvimento de temáticas de cunho ambiental e quais quer outras temáticas abordadas por meio de projetos pedagógicos ou sequências didáticas sugeridas pelo corpo diretivo e pedagógico, todos desenvolvem suas atividades a contemplar de forma interdisciplinar os conteúdos das disciplinas por área do conhecimento e que em meio ao A/C, sempre ocorre às discussões dos problemas em que cada sala vem passando e sendo vivenciada pelo professor. Cabe salientar e frisar que para que o uso de temáticas da área da EA em projetos didáticos, seja contemplado é necessário que seja elencada por meio do DRP e incorporada a um projeto norteador de confronto na perspectiva de minimização do problema encontrado ou somente por sequencia didática na semana do meio ambiente ou pelos temas das áreas afim que contemplam a EA voltadas para a questão ambiental. Assim sendo, se em nenhum momento do ano letivo surgir essas necessidades corre o risco de até mesmo os conteúdos das áreas específicas que contemplam as temáticas da EA não terem um direcionamento para as questões de sustentabilidades, pois, em sua maioria trabalham educação ambiental, mas não sabem sua origem, como está contemplada no currículo, quais as leis as quais regulamentam em nível federal, estadual e municipal ficando impossível ter êxito em desenvolver suas temáticas, uma vez que, sempre é preciso se passar uma verdade do que está se trabalhando, pois, estarão desenvolvendo apenas conteúdos e não formando pessoas socioambientalmente educados. Reforço ainda que em uma grande dimensão percebeu-se que essa unanimidade se confronta com discursos de alguns professores quando se direcionaram a não estarem a vontade em desenvolver tais conteúdos interdisciplinarmente por acreditarem que mediante a dinâmica de sua disciplina não conciliar outra vigência se não apenas as da mesma.

Dessa forma, em uma vigência de coalizão entre temática e conteúdos seja eles, abordados por projeto ou sequência didática sugerida, fica evidente que nos momentos do A/C ocorrem trocas de informações sobre os níveis de aprendizagens dos educandos consolidando uma pratica pedagógica consolidada. E que sempre que ocorrem, a sugestão de se desenvolver as temáticas de cunho ambiental, e mediante as exigências fundamentais do papel do docente nessa idade contemporânea os mesmos tem sempre tentado desenvolver de forma efetiva uma educação que promova multiplas aprendizagens a seus educandos, possibilitando aos mesmos a oportunidade de percepção em quanto o cidadão que é e o espaço que vive em meio à sociedade,

promovendo momentos de reflexão por meio de métodos voltados para a formação cidadã. Assim, é de sublim importância, proporcionar que os mesmos desenvolvam sua criticidade e hábitos de convivência mais harmoniosa para com o próximo como para com os outros em meio à sociedade.

Dessa forma, o corpo diretivo salienta que, é de fundamental importância que haja esse espaço o qual proporcione compartilhar momentos exitosos e não exitosos da prática para que em comunhão possamos rever constantemente a nossa didática e, assim consigamos dar um melhor andamento aos trabalhos.

Ao questionar se os professores da referida escola em pesquisa desenvolvem suas atividades voltadas para a EA e, por meio de quais amparatos pedagógica, para que o ensino da EA venha melhorar suas práticas e a realidade do aluno em uma perspectiva socioambiental?

Em sua grande maioria os professores responderam que quando desenvolvem uso de tais temáticas, buscam proporcionar aos seus educando, aulas expositivas, pesquisas de campo, apresentação de trabalhos, caminhadas ecológicas, produção de objetos reciclados, mutirões de limpezas etc. todos com um único objetivo que segundo aos mesmo é possibilitar que o educando se perceba em processo de antropização e que esse mesmo processo pode ser minimizado se os mesmos agirem com consciência e atitudes ambientais.

No entanto, outros professores responderam de forma contrária aos demais colegas, uma vez que os mesmos dialogaram que por não terem conhecimento na respectiva área ficam inseguros e procuram apenas desenvolver seus conteúdos de forma mais simples não acompanhando a sugestões de sequências temáticas ou até mesmo o projeto quando ele contempla temáticas da EA ou qualquer outra temática.

Em fim, fica evidente que, mediante ao desenvolvimento de temáticas voltadas para a questão ambiental, se não existir uma organização por meio de projeto didático pedagógico não ocorre de forma interdisciplinar o uso das temáticas em uma amplitude a contemplar todas as disciplinas. Cabe ressaltar ainda que, mesmo que as disciplinas afins como, Ciências, Geografia, Administração Rural e História contemplem temáticas da referida área, se não for por meio do projeto didáticos não se tornam uma ação interdisciplinar. E se for por sugestão de sequências didática, é apenas uma sugestão cabendo ao professor seguir ou não tornando uma ação desordenada e muito complexa para ser aplicada em contexto educacional. Assim, como nesse ano de 2017 não houve o desenvolvimento de nem um projeto didático que viesse a contemplar tal área, e que a

sequencia didática proposta não foi contemplada por todos os professores em suas referidas áreas, fica evidente que a utilização do eixo da EA ficou a desejar com relação a sua exigência em meio ao currículo escolar, frustrando o processo de formação humanamente socioambientalmente educado.

Em relação ao quarto e último objetivo específico: *Compreender como as práticas pedagógicas utilizando a EA influenciam o processo ensino aprendizagem dos alunos os tornando sujeitos mais autônomos e responsáveis.* Constatou-se que os professores têm tentado desenvolver suas práticas pedagógica voltadas para um ensino aprendizagem que venha a contemplar seus educandos a uma convivência mais responsável dignamente autônoma com relação à realidade que lhe cerca tanto a nível local quanto a global. Assim, os docentes em meio ao seus diálogos responderam que reconhece que essa instituição de ensino tem se preocupado, em desenvolver uma educação voltada para o processo de formação humana emancipada e integral, e que por meio de suas práticas pedagógicas tem sempre levando em conta princípios e metodologias que contemplem o educando por um todo. Quanto a estar promovendo esse tipo de formação por meio da EA, cabe salientar que a escola não desenvolveu nem um projeto que contemplasse essa área e que raramente algum professor desenvolvem atividades fora de contextos se não forem contemplados em A/C ou em projetos didáticos pedagógicos. Cabendo assim, salientar que, se não houve projetos didáticos pedagógicos e não houve um planejamento coordenado para uma ação que contemplasse qualquer sequencia didática proposta ou desenvolvida, é notório que não houve um bom desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, acometendo uma educação de mal qualidade.

Combater os distúrbios sócias por meio da EA é promover uma educação que seja, firme em suas ações e que essas ações sejam articuladas em seus mínimos detalhes em comunhão com toda a unidade de ensino, para que todos tenham conhecimentos e afinem os seus discursos e práticas para assim proporcionar um andar na mesma direção, pois só assim, poderá desenvolver uma educação contextualizada e voltada para a minimização dessas mazelas através do enfrentamento e por ter imbuído nesse educando em processo de ensino aprendizagem valores éticos e morais para uma formação humana cadenciada.

No entanto, alguns professores direcionaram-se com relação a não perceber a preocupação da escola com relação ensino aprendizagem dos alunos os tornando sujeitos mais autônomos e responsáveis, não a nível de projeto pedagógico, pois nesse

ano em curso não houve anteriormente a sugestão nem por parte de SEC e tão pouco por parte da gestão. A gestão só veio a se manifestar com relação a temáticas da EA, na semana do meio ambiente que já no meio da semana fez uma rápida reunião e assim, sugeriu que se possível trabalhassem alguma coisa sobre a EA. Salientam que essa sugestão de sequência didática não foi coordenada e que suou como se fosse para se livrar de alguma cobrança.

No entanto o que fica a transparecer é que nesse ano de 2017 a escola em locos não desenvolveu de forma assidua temáticas que viesse a ofertar um processo socioambientalmente educado, uma vez que a mesma pode desenvolver seus projetos anuais todos adotando temáticas da área e, de forma interdisciplinar formar seus cidadãos munido de conhecimentos e habilidades para uma vida mais saudável e sustentável.

Assim sendo, diante dos docentes pesquisados, apontaram como usual em meio às suas práticas pedagógicas a utilização da EA, porém somente quando por meio de projetos interdisciplinar. Ressaltam que por meio de sequência didática não coordenada não funciona, pois, acabam somente as disciplinas que de forma direta contemplam temáticas da referida área. Assim, quanto ao desenvolvimento de projetos interdisciplinar relataram que acham melhor trabalharem nessa perspectiva, pois a interdisciplinaridade os possibilitam estarem mais próximos e mais envolvidos enquanto disciplinas e conteúdos abordados, promovem uma maior aproximação entre os diversos saberes, possibilitando-os a desenvolverem seus conteúdos de forma contextualizada e ai sim promoverem um ensino aprendizagem voltada para a formação de seus educandos os tornando sujeitos mais autônomos e responsáveis.

No entanto, alguns professores salientaram que, embora se sintam a vontade para desenvolver seus trabalhos a contemplar temáticas da EA, não estão encorajados a desenvolvê-las por terem dificuldades por não serem capacitados na referida área do conhecimento, pois, acreditam que são temáticas complexas e que se não forem trabalhadas de forma correta poderá promover situações que futuramente acarretaram em maiores problemas no desenvolvimento do ensino aprendizagem dos educandos dessa localidade. Relatam ainda que caso ocorra erros no processo de ensino aprendizagem desse educando poderá torná-los senhores incapazes de se perceberem em quanto sujeitos do meio, impossibilitando assim uma formação de valores e costumes que venham a desenvolver uma aprendizagem voltadas para seus educandos que os possibilitem torná-los sujeitos mais autônomos e emancipados.

No entanto, é de suma importância buscar confirmar se os professores desenvolvem suas práticas em busca de promover uma educação intrínseca a uma didática pedagógica voltada para a EA que influenciam o processo ensino aprendizagem dos alunos os tornando sujeitos mais autônomos e responsáveis.

Assim sendo, ao entrevistar todos os docentes da escola em locos, e todos os gestores envolvidos na pesquisa responderam que sim, que sempre estão preocupados com o que está sendo ofertado a seus educandos, buscando promover conhecimento articulados ao seu dia a dia, para que o educando em formação mediada professor aluno, consiga adquirir habilidades e competências que a partir da absorção dos conteúdos possibilite a sua utilização para uma melhor convivência para com o meio ambiente e para com os demais seres vivos do planeta. Dessa forma, o sujeito em formação, passe a perceber que é preciso ter uma vida equilibrada em meio a todas as facetas da sociedade.

Dessa forma, ficou evidenciado que os gestores e docentes visualizam a EA como um eixo complementar a ser trabalhado de forma interdisciplinar, e que os faz, porém, por meio do senso comum, uma vez que nem um professor investigado tenha formação na área ou qualquer outra especialização. Assim, os professores e gestores, buscam por meio da EA, a promoção de uma melhor aprendizagem para seus alunos, pois facilitam e favorecem a aprendizagem, conscientes, que as aulas se tornam mais prazerosas, significativa e interativa. Contudo, essa inserção dessas temáticas fica restrita nesse ano de 2017 a apenas uma semana de trabalho, ou seja, uma sequência didática, o que poderia ser desenvolvida pelo menos por duas unidades possibilitando, assim, uma maior consolidação das temáticas da referida área, ou a escola passaria a respirar e vivenciar o seu processo de formação por meio do uso de temáticas dessa natureza, podendo assim, proporcionar a esses sujeitos em formação a possibilidade de serem escolarizados de uma forma mais socioambientalmente educada.

A discussão aqui realizada se desenvolveu no sentido de contribuir, teoricamente, para que as questões aqui tratadas pudessem ser melhores compreendidas no meio escolar, visando uma reflexão sobre a prática pedagógicas dos professores frente à inserção da EA no nível fundamental II.

Assim sendo, por todas essas razões é que finalizamos a discussão declarando que, o uso da EA como ferramenta de transformação social influenciam na prática pedagógica do professor do ensino fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho no distrito de Riacho dos Paes cidade de Sento Sé/Bahia, pois o eixo da EA em meio as

suas temáticas é suficientemente importante para a prática pedagógica dos professores e com bagagem suficiente para o processo ensino aprendizagem dos alunos os tornando sujeitos mais autônomos e responsáveis.

Mediante o exposto, surge as perspectivas de que no futuro educacional, a EA não mais será vista de forma isolada e muitas vezes restritas à prática pedagógica dos professores, mas sim, que será uma realidade presente em todas as escolas de educação básica da rede pública de ensino. Sendo óbvio que ainda falta muito para vislumbrarmos essa realidade, para a verdadeira inserção do uso das temáticas da EA, mas devemos lutar e buscar formas para concretizá-las nesse campo formal.

RECOMENDAÇÕES

As recomendações desta tese estão voltadas para todos os profissionais que operam nas escolas de educação fundamental II, independentemente delas serem pública ou privada, municipal, estadual ou que receba recursos provenientes de ONGs e iniciativa privada, mais precisamente para o Município de Sento Sé, onde está centrado o campo da atual investigação, pois estamos especialmente preocupados com o processo de fixação das temáticas da EA nessa fase da educação básica e principalmente, como está correndo essa inserção, para assim perceber as reais contribuições que farão no desenvolvimento integral dos alunos que estão no processo de sua formação escolar.

Nesse sentido, recomendamos:

Ao Município, que ampare mais os gestores e professores, promovendo cursos de formação, pois, entende-se que a capacitação dos professores e gestores devem ser constantes para assim, os mesmos saberem manusearem em meio às suas didáticas o eixo da EA na sua prática pedagógica. Recomenda-se também aquisição de recursos que atendam a demanda da escola, para assim proporcionar aulas mais dinâmicas e prazerosas para os educandos não se limitar às quatro paredes da escola;

À Secretária de Educação do Município de Sento Sé, que cobre dos gestores municipais recursos para a inclusão de formação continuada nas escolas do Município, principalmente para seus professores para assim promoverem uma educação mais digna, participativa, emancipada aos atores escolares. Recomenda-se também que sejam sugeridos a todas escolas projetos de cunho ambientais como hortas escolares, passeios temáticos voltados para a área da EA etc. Construção de projetos que envolvam toda a rede municipal para o uso consciente das temáticas do eixo da EA nas aulas;

A escola, que abranja a necessidade dos cursos de formação e capacitação relacionada à EA para seus professores e gestores, e procurem frente aos órgãos responsáveis essa formação continuada, flexibilizando os horários para os professores e diretores participarem em sua totalidade e cobrem da secretária de educação e a outro órgão competente a implantação de hortas escolares como laboratório proporcionando assim, uma maior aproximação com uma alimentação saudável. Segundo Reigota (2015, p.69) “as práticas de Educação Ambiental seriam, portanto, formas de articular os conhecimentos da comunidade aos conhecimentos escolares”. É preciso sair do discurso e ir para a prática para assim integrar aos conhecimentos teórico-práticos. Dessa forma segundo Sampaio (2005, p.162):

[...] corresponderia a uma abertura para os saberes da comunidade e, conseqüentemente, do aluno. Isto é, está se dizendo que o conhecimento não está localizado somente no interior da escola. Esse discurso vincula-se, também, à valorização das “culturas locais”, pois essas são indicadas com frequência sendo mais adequadas à preservação do meio ambiente. Assim, ao prestigiar a cultura e os saberes das comunidades, pretende-se aumentar a sua autoestima, criar um sentimento de pertencimento àquele ambiente, enfim, estender ações educativas a essas comunidades, onde há, muitas vezes, graves problemas sociais.

Aos professores, que busquem se capacitar ambientalmente para inovar sua prática pedagógica, enfrentando o receio em manusear as temáticas da EA. Cobrem dos gestores a promoção desses cursos e que consigam visualizar as potencialidades pedagógicas que o eixo da EA trás para suas aulas. Que diversifique e use frequentemente as temáticas da EA que sejam possíveis nas escolas, permitindo o contato mediado dos alunos com o eixo e suas temáticas. E que esse uso seja relacionado com os assuntos estudados em classe voltando-se para a sua convivência em sociedade, fazendo a interdisciplinaridade que é segundo Pereira (2000, p.188) “o método que busca formar mentalidades abertas, críticas, criativas para aplicação e o desenvolvimento de novos conhecimentos”. Assim, método esse, que possibilita o crescimento profissional e o amadurecimento enquanto pessoa e em quanto mediador do ensino aprendizagem.

Portanto, através desta pesquisa foi possível delinear o uso da EA e a importância do ensino de educação ambiental como forma de transformação social no ensino fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho, ficando evidenciado a necessidade da instituição compreender a importância que as temáticas da EA tem no processo de formação dos sujeitos socioambientais e nas ações pedagógicas dos professores.

REFERÊNCIAS

- Andrade, M. M. (2009). *Introdução à metodologia do trabalho científico*. (8 ed.). São Paulo: Atlas.
- Amaral, O. (2018). *Pioneirismo, credibilidade e responsabilidade social*. Sento Sé agora. Recuperado de <<http://www.sentoséagora.com.br>>. Acesso em: 16 de março de 2018.
- Bahia. (2013). *Programa de educação ambiental do Estado da Bahia*. Secretaria de Meio Ambiente. Salvador: EGBA.
- Brandão, C. R. (1995). *O ambiente, o sentimento e o pensamento: Dez rascunhos de ideias para pensar as relações entre ele e o trabalho do educador ambiental*. Rio de Janeiro: Associação Projeto Roda Viva.
- Brasil. (1991). *Propostas para a implantação de Centros de Educação Ambiental*. Ministério da Educação. Brasília.
- Brasil. (1992). *Desenvolvimento em educação*. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: INEP.
- Brasil, (1993). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental*. Ministério da Educação. Brasília.
- Brasil. (1994). *Centro de Educação Ambiental*. Ministério da Educação. Brasília.
- Brasil. (1997). *Programa Nacional de Educação Ambiental PRONEA*. Ministério da Educação. Brasília: Unesco.
- Brasil. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio ambiente e saúde*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/ Secretária de Educação Fundamental.
- Boff, L. (1997). *A águia e a galinha: uma metáfora a condição humana*. 3ª ed. Petrópolis, Vozes.
- Boff, L. (1999). *Saber cuidar, ética do humano, compaixão pela terra*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Buber, M. (1996). *I and Thou*. [Trans. Walter Kaufmann]. New York: Simon & Schuster.
- Bunge, M. (1980). *Epistemologia: Curso de atualização*. São Paulo: Queiroz
- Capra, F. (2000). *O ponto de mutação*. São Paulo. Cultrix.
- Carvalho, L. M. (2010). *Geodiversidade do estado da Bahia*. Salvador: CPRM. p.184
Recuperado de: http://www.cprm.gov.br/publique/media/Geodiversidade_BA.pdf.
Acesso em: 14 de jun. de 2016.
- Carvalho, I. C. M. (1993). *Educação, meio ambiente e ação política: Desenvolvimento e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Ibase.

- Carvalho, I. C. M. (2002). *Invenção Ecológica: Narrativas e trajetórias da Educação Ambiental*. 6º ed. São Paulo: Cortez.
- Carvalho, I. C. M. (2004). *Educação Ambiental: A formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez.
- Carvalho, I. C. M. (2008). Mapeando a educação ambiental desde uma pesquisa em rede. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*. nº 3. Brasília.
- Carvalho, I. C. M. (2012). *Educação Ambiental: A formação do sujeito ecológico*. 6ª ed. São Paulo: Cortez.
- Carvalho, I. C. M. Grun, M. & Trabjer, R. (2006). *Repensar o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental*. Brasília. Recuperado de <http://www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao4.pdf>. <acesso em 31 Jan.2018>
- Carvalho, V. (1997). *Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário: Desafio e perspectivas*. Tese de mestría publicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y.S. (2011). *The sage Handbook of Qualitative Research*, Sage, Thousand Oaks, CA: Sage.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y.S. (1994). *Introduction: Entering the Field of qualitative reserach*. In N.K. Denzin, N.K. Lincoln, Y.S. *Handbook of Qualitative Research*, pp. 1-17 Thousand Oaks, CA: Sage.
- Dias, G. F. (1998). *Educação Ambiental: Principio e Práticas*. São Paulo: Global.
- Draper, A. L. (2004). *Workshop on 'Developing qualitative research method skills: analysing and applying your results'*. *The principles and application of qualitative research*. Proceedings of the nutrition Society, 63, pp.641-646.
- Ibama. (1997). *As Grandes Orientações da Conferência de Tbilisi*. (Org.) UNESCO. Brasília.
- Ferreira, A. B. H. (2001) *Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Século XXI. 5ª ed. revisão ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Descartes, R. (1992). *Selected philosophical wrintings*. Trad. De Jhon Conttingham, Robert Stoothoff e Dugald Murdoch. Cambridge: Cambridge University Press.
- Descartes, R. (1998). *Discurso do método*. Apresentação e comentários de Denis Huisman. Brasília:UnB.
- Freire, P. (1975). *Extensão ou comunicação?* 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- Freire, P. (1998). *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Gadamer, H.G. (1989). *Destruktion and deconstruction*. Albany: State University of New York Press.
- Gadotti, M. (1998). *Cidadania Planetária: Pontos para a reflexão*. São Paulo. Caderno da Carta da Terra
- Galliano, A. G. (1979). *O método científico: Teoria e prática*. São Paulo: Row do Brasil.
- Gallo, S. (2003). *Deleuze e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Gerhardt, T. E. Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª. ed. São Paulo: Atlas.
- Gimenez, T. & Andrade, A. M. (2007). *Dificuldades para a implantação de práticas interdisciplinares em escolas estaduais, apontadas por professores da área de ciências da natureza*. v.12, nº01.p.150
- González, J. A. T. Fernández, A. H. & Camargo, C. B. (2014). *Aspectos fundamentais da pesquisa científica*. Paraguay: Editora Marben Assunción.
- Gramsci, A. (2001). *Concepções dialéticas da história*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Guimarães, M. (2000). *Educação Ambiental*. Duque de Caxias: Unigranrio.
- Guimarães, M. (2006). *Caminhos da educação ambiental: Da forma a ação*. Campinas: Papirus.
- Guimarães, R. P. (2007). *Las perspectivas Del comercio justo ant um “livre” comercio que profundiza asimetrías y desigualdades sociales. Perspectiva de La educación ambiental em iberoamérica*. México: PNUMA
- Hartmann, A. (2007). *Desafios e possibilidades da interdisciplinaridade no Ensino Médio*. Tese de mestría publicada, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- IBGE. (2016). *Síntese do estado da Bahia*. Recuperado de: <http://ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba>. Acesso em: 16 de Mar de 2018.
- IBGE. (2016). *Síntese da cidade de Santo Sé*. Recuperado de: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291360> Acesso em: 16 de Mar. de 2018.
- Japiassu, H. (1976). *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago.
- Jolivet, R. (1979). *Curso de filosofia*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Agir
- Kauark, F. Manhães, F. C. & Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia da pesquisa: guia prático*. Itabuna: Via Litterarum.

- Kerlinger, F. N. Lee, H. B. (2002). *Investigación del comportamiento: métodos de investigación en ciencias sociales*. México: McGraw-Hill Intreamericana Editores.
- Konder, L. (1992). *O futuro da filosofia das práxis: O pensamento no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2007). *Metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo:Atlas.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2011). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7ª ed. São Paulo: Atlas.
- Layrargues, P.P. (2002). *A crise ambiental e suas implicações na educação*. In: Quintas J.S. Pensando e praticando educação ambiental na gestão do meio ambiente. 2ª ed. Brasília: Edições IBAMA.
- Leff, H. (1994). *Sociologia y Ambiente: Formación Socioeconómica, racionalidad ambiental y transformaciones Del conocimiento*. Barcelona: Gedisa.
- Leff, H. (2001). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes.
- Lorieri, M. A. (2002). *Fundamentos e métodos (filosofia no ensino fundamental)*. São Paulo: Cortez.
- Loureiro, C. F. B. (2004). *Trajetórias e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez.
- Loreiro, C. F. B. Layrargues, P. P. Castro, R. S. (2009). *Repensar a educação ambiental: Um olhar crítico*. São Paulo: Cortez.
- Luck, H. (2001). *Pedagogia da interdisciplinaridade. Fundamentos teórico-metodológico*. Petrópolis. Vozes.
- Ludke, M. & André, M. E. D. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Mazzotti, T. B.(1997). Representação social de “problema ambiental”: uma contribuição à educação ambiental. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.78, nº 188/189/190, Jan./dez.
- Medina, N. M. S. & Santos. E. C. (1999). *Educação Ambiental. Uma metodologia participativa de formação*. Petrópolis: Vozes.
- Micotti, M. C. O. (2009). *Como aprender com êxito por meio da pedagogia por projeto*. São Paulo: Contexto.

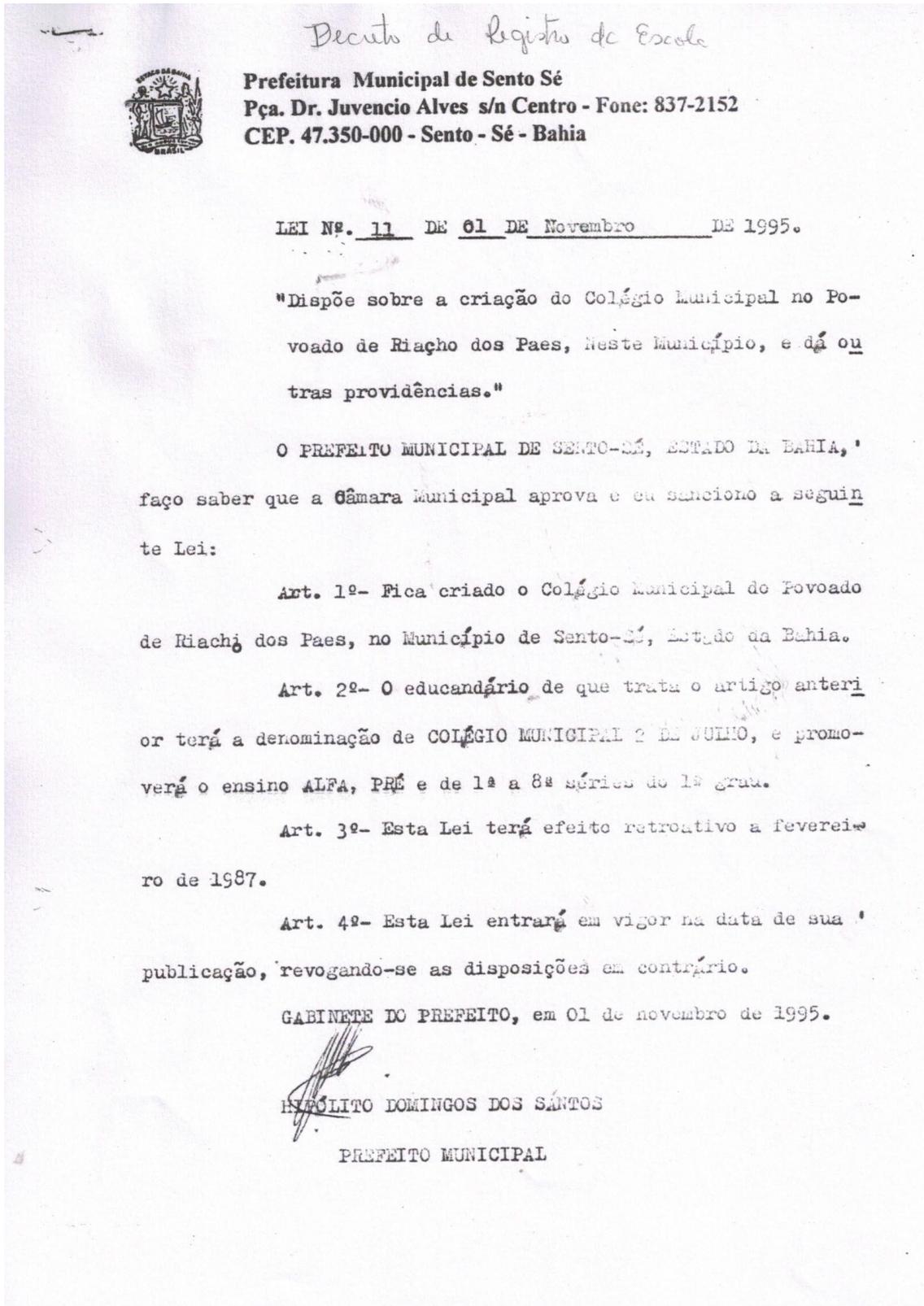
- Najmanovich, D. (1995). *El lenguaje de los vínculos. De La independência absoluta e La autonomia relativa*. Buenos Aires: Paidós.
- Nereci, I. G. (1978). *Introdução a lógica*. 5ª ed. São Paulo. Nobel
- Oliveira, E. M. (2003). *Cidadania e educação ambiental: Uma proposta de educação no processo de gestão ambiental*. Brasília: IBAMA.
- Pàdua, S. Tabanez, M.(1997). *Educação Ambiental: Caminhos trilhados no Brasil*: Brasília: IPE: FMNA.
- Pereira, J. E. D. (2000). *Formação de professores: pesquisas, representações e poder*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Pimenta, S. G. & Anastasiou, L. G. C. (2002). *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez.
- PNUMA. (2002). *Perspectiva do meio ambiente mundial*. Brasília: IBAMA.
- PNUDB. (2018). *Ranking IDH Global 2014*. Recuperado de: <http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global/>. Acesso em: 23 de Mar de 2018.
- PNUDB. (2018). *Ranking IDHM Municípios 2010*. Recuperado de: <http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 23 de Mar. de 2018.
- Porto, G. C. W. (1990). *Possibilidades e limites da ciência e da técnica diante da questão ambiental*. In: *Seminários Universidade e Meio Ambiente – Documentos básicos*. Brasília: IBAMA.
- Porto, G. C. W. (2006). *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ª ed. Rio Grande do Sul: Feevale.
- ProNEA. (2005). *Programa nacional de educação ambiental*. 3ª ed. Ministério do Meio Ambiente. Brasília.
- Quintas, J. S. (2002). *Introdução à gestão ambiental pública*. Brasília. IBAMA.
- Reigota, M. A. S. (2012). *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense.
- Reigota, M. A. S. (2015). *Educação ambiental e práticas pedagógicas cotidianas*. São Paulo: Intermeios.
- Rousseau, J. J. (1995). *Emílio ou da educação*. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Sadín, E. Mª. P. (2003). *Investigación cualitativa em educación*. Fundamentos y tradiciones. Madrid: McGraw and Hill Intaramericana de espana.

- Sampieri, R. H. Collado, C. H. & Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. Tradução: Murad, F. C., Kassner, M. & Ladeira, S. C. D. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill.
- Sampieri, R. H. Collado, C. H. & Lucio, P. B. (2014). *Metodologia de La Investigación*. 6ª ed. México. McGraw-Hill.
- Sancho, J. (1998). O currículo e os Temas Transversais: Misturar água e azeite ou procurar uma nova “solução”? *Revista Pátio*. nº5, ano 2. Rio Grande do Sul: Artes Médicas.
- Sato, M. (2002). *Educação Ambiental*: São Carlos: Rima.
- Sanpaio, S. M. V. & Guimarães, L. B. (2005). *Notas sobre a “fabricação de educadores/as ambientais: Identidade sobre rasuras e costuras*. Tese de mestría publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Seattle. (1979). *Quem é o dono da pureza do ar e do resplendor da água? Ecologia e comportamento humano*. Rio de Janeiro Vozes.
- Segura, D. S. B. (2001). *Educação ambiental na escola pública*. São Paulo: Fapesp.
- Simões, E. (1995). *Uma educação ambiental possível, a natureza do programa da Ilha*. Tese de mestría publicada, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil.
- Taylor, S. J. & Bogdan, R. (1986). *Introducción: ir hacia la gente*. En *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. México. Paidós.
- Thiesen, J. S. (2008). A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*. V.13, nº 39, pp. 545 – 598.
- Unguer, N. M. (2001). *Da voz a nascente; o recado do rio*. São Paulo: Cortez.
- Vergara, S. (2003). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 4ª ed. São Paulo: Atlas.
- Zabala, A. (2014). *A prática educativa: Como ensinar*. Porto Alegre: Penso



ANEXOS

ANEXO 1 – Decreto de criação da Escola Núcleo Dois de Julho



ANEXO 2 – Decreto de Renomeação da Escola Núcleo Dois de Julho



LEI Nº 032/97

Que dispõe sobre a mudança de denominação do Colégio Municipal Dois de Julho, no povoado de Riacho dos Paes, neste Município e dá outras providências.

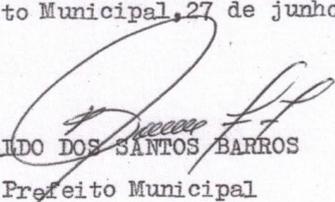
O Prefeito Municipal de Sento Sé, estado da Bahia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc.

Faço saber que a Câmara Municipal de Sento Sé aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU DOIS DE JULHO, ao Colégio Municipal Dois de Julho, no povoado de Riacho dos Paes, Município de Sento Sé, estado da Bahia.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação.
§ Único - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 27 de junho de 1997


EDNAIDO DOS SANTOS BARROS

Prefeito Municipal

ANEXO 3 – Publicação do decreto de criação da Escola Núcleo Dois de Julho no diário oficial

22 Salvador - Terça-feira 06 de outubro de 1999 Ano LXXXIV e Nº 17.220

COLEGIO MUNICIPAL 02 DE JULHO DIÁRIO OFICIAL PORTARIA 46 República Federativa do Brasil - Estado

Table with columns for school ID, name, address, and educational level. Includes entries for Direc 08, Direc 11, Direc 12, Direc 13, Direc 14, and Direc 15.

Table with columns for school ID, name, address, and educational level. Includes entries for Direc 18, Direc 21, Direc 23, Direc 25, Direc 27, and Direc 30.



APÊNDICE

APÊNDICE 1 – Carta enviada à direção da instituição, locos da pesquisa



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACUTAD DE CIÊNCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE POSTGRADO EN CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN**

Sento Sé 01 de Setembro de 2017-08-23

Prezado(a) Sr(a), Sou Mestrando da Universidade Autônoma de Assunção, Paraguai.

Estou desenvolvendo a tese de conclusão de curso, sob a orientação da prof^a. Dr^a. Clara Roseane da Silva Azevedo Mont'Alverne, intitulada “: A importância do ensino de educação ambiental como forma de transformação Social no ensino fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho”. O objetivo da pesquisa é o de analisar as práticas dos professores no desenvolvimento do ensino da Educação Ambiental na Escola Núcleo Dois de Julho no povoado de Riacho dos Paes Sento Sé/Bahia.

Considero esse trabalho importante, porque a EA é um assunto de suma importância, pois além de ser um eixo complementar de formação na educação básica nacional tem por sua importância envolver todos os profissionais em educação na busca de atingir e interagir de forma mais ativa e flexiva, AE em contexto educacional, visa uma maior interação e consciência dos educando sobre a importância de uma convivência mais harmoniosa com a natureza e a preservação dos recursos naturais de forma mais inteligente, buscando uma convivência socioambiental nessa contemporaneidade sob medida de que para que exista o amanhã precisamos agir hoje, onde há anos a EA se faz presente por meio da Lei 9.795/99 assegurando sua presença em todas as modalidades de ensino da educação básica. Assim, vale ressaltar que as influencias promovidas pela EA favorecem nas práticas pedagógicas dos professores e consequentemente na vivencia e aprendizagem dos alunos.

Neste sentido, gostaria de contar com o apoio e colaboração dessa conceituada instituição de ensino para a realização da pesquisa de campo da referida instituição.

A pesquisa consistirá em três etapas distintas a saber: Primeira Etapa: Observação estruturada, que visualizará o espaço físico da escola, estrutura para desenvolvimento de projetos voltados para a EA além da tecnológica e práticas pedagógicas dos professores. Segunda Etapa: Guia de entrevista, que realizará a aplicação de questionário para todos os professores e gestão escolar, coletando informações mais detalhadas sobre a prática pedagógica e a utilização do eixo da EA que a Instituição dispõe. E realização de entrevista não estruturada com uma amostra de professores, a fim de conhecer o seu ponto de vista critico devido seu tempo de trabalho na educação. Na Terceira Etapa: A análise documental, onde será analisada a documentação da escola, planos de aula, Projeto Político Pedagógico (PPP), sequências didáticas e/ou projetos educativos.

A participação da instituição é de grande importância nesta investigação, afim de que a partir dos resultados da pesquisa possa ser feita uma reflexão sobre o que tem sido feito nas práticas pedagógicas dos participantes em relação a uma maior utilização do

eixo EA como ferramenta de formação humana socioambientalmente educado, de forma especial no ensino fundamental II, visto que os alunos não desenvolvem atitudes à sadia qualidade de vida e respeito aos recursos naturais, necessitando de uma mediação condizente para que os mesmos possam interagir coerentes e adequadamente com os recursos naturais que os rodeiam, visando sua aprendizagem e o desenvolvimento. Desde já agradecemos sua compreensão e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.



Atenciosamente,

Elvis Castro Reis

Elvis Castro Reis

Mestrando em Ciências da Educação – UAA

Reconheço por SEMELHANÇA a firma retro de

Elvis Castro Reis

Dou, fé. Em: *05/09/17*

Tabelionato de Notas e Protestos de Santo Amaro - BA
Iuri de Almeida Rodrigues - Escrevente

Recebido em: *05/09/2017*

Escola Núcleo Dois de Julho

Escola Núcleo Dois de Julho

Autorização D.O. 10.11.99

Portaria nº 8998



George
George Ribeiro da Silva
Diretor
Decreto nº 137/2017

APÊNDICE 2 – Lista dos nomes dos gestores (administrativo e pedagógico)

Universidade Autônoma de Assunção – UAA
Centro de Educação
Mestrado em Educação

RELAÇÃO DOS GESTORES (ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO)

	NOME	MATRÍCUL A	TURNO	CARGO	CARGA HORÁRIA
01	Jeorge Ribeiro da Silva	8668	Matutino e Vespertino e noturno	Diretor	40h
02	Claudia Maely de Castro Paes	6307	Matutino e vespertino	Coordenad ora	30h
03	Romualdo Oliveira Paes	5973	Matutino e Noturno	Vice Diretor	40h

APÊNDICE 3 – Lista dos nomes dos professores

Universidad Autónoma de Asunción – UAA
Centro de Educação
Mestrado em Educação

RELAÇÃO DOS PROFESSORES

	NOME	MATRÍCULA	TURNO	CARGA HORÁRIA
01	Auciene Fernandes Almeida	2248	Vespertino	20h
02	Edneia Barbosa Almeida	212	Vespertino	20h
03	Fabíola	1655	Vespertino	20h
04	Júlia Neta Gomes do Nascimento	1530	Vespertino	20h
05	Queilane Santos Freire	6672	Vespertino	20h
06	Tiago Café	6381	Vespertino	20h
07	Rita de Cássia Lacerda de Castro Fernandes	482	Vespertino	20h
08	Rosangela Matos Alves Silva	6197	Vespertino	20h
09	Rosangela Lourenço Lima	265	Vespertino	20h
10	Terezinha de Menezes Muniz Silva	6196	Vespertino	20h
11	Verginia Maria de Castro Paes	6383	Vespertino	20h

APÊNDICE 4 – Guia de entrevista gestor (administrativo e pedagógico)



Universidade Autônoma de Assunção – UAA
Centro de Educação
Mestrado em Educação

GUIA DE ENTREVISTA – GESTOR (ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO)

Prezado (a) Gestor (a),

Este guia de entrevista é o instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: **A importância do ensino de educação ambiental como forma de transformação social no ensino fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho.**

Tendo como objetivo geral Analisar as práticas dos professores no desenvolvimento do ensino da Educação Ambiental na Escola Núcleo Dois de Julho.

NOME: _____

GESTOR : _____

DATA: ___/___/2017

QUESTÕES E OPÇÕES DE RESPOSTA

Questionário do Gestor

Questão 1: Qual a sua faixa etária?

12 – 32 anos 32 - 52 anos 52 - 67 anos

Questão 2: Quanto tempo você atua na área da Educação?

01 – 05 anos 06 - 10 anos 11 - 20 anos 21 - 29 anos

Questão 3: Quanto tempo você tem de instituição?

até 01 ano 01 - 05 anos 06 - 10anos 11 – 25 anos

Questão 4: Os Gestores da presente Escola possui conhecimentos relacionados a EA?

Avançado Intermediário Básico

Questão 5: De acordo com o registros de aula dos docentes da escola eles desenvolvem uma educação voltada para a sustentabilidade?

Avançado Intermediário Básico ou não desenvolvem;

Questão 6: Você enquanto gestor da escola conhece? incentiva o uso? ou nunca ouviu falar na Lei 9.795/1999?

conhece incentiva nunca ouviu falar

Questão 7: Você enquanto gestor da escola conhece? incentiva o uso? ou nunca ouviu falar na Lei 12.056/2011?

conhece incentiva nunca ouviu falar

Questão 8: Você enquanto gestor deve ter conhecimento se o Projeto Político Pedagógico está contemplando a EA. Você incentiva o uso do eixo como forma complementar através de sugestões para desenvolvimento de temáticas para área da EA?

conhece e incentiva conhece mas raramente incentiva desconhece

Questão 9: No decorrer do ano letivo através do acompanhamento pedagógico e administrativo nos diários de classe percebe-se o uso do eixo da EA?

contínuo isolados Não há uso da temática

Questão 10: Uma vez citado no Projeto Político Pedagógico e sendo sugerido a sua vinculação aos conteúdos básicos de suas disciplinas afins você enquanto gestor incentiva o desenvolvimento de aulas voltadas para EA?

sim. não. Com qual frequência?

Questão 11: A implicação das Práticas Pedagógicas na aprendizagem dos estudantes dependem da introdução do eixo da EA pelos gestores e docentes. Assim sendo qual é a sua finalidade?

a) aprendizagem bancária, formar o homem submisso e obediente.

b) formar o homem integral com consciência socioambiental, crítica e sujeito de sua própria história.

c) prepara o homem alienado que acredita que sempre será merecedor de assistência social ambiental e política.

d) prepara o homem para a vida e para o mundo.

Questão 12: Você enquanto Gestor tem alguma limitação em sugerir o desenvolvimento de aulas de cunho ambiental voltados para o combate às mazelas ambientais locais?

muita limitação por desconhecer o eixo;

Não entende como uma prioridade da educação básica;

Acha interessante mas não sugere;

Sugere constantemente e desenvolvem projetos na área;

Questão 13: Ao sugerir a utilização do eixo complementar fica explícito que sua importância está vinculada a maximizar a temática na perspectiva de imbuir conhecimentos e aquisição de valores e atitudes para uma vida socioambiental sustentável?

Questão 14: São sugeridas atividades em grupo com intuito de identificação das problemáticas ambientais em torno da comunidade local?

sempre às vezes nunca

De que forma?

Questão 15: Conceito de Práticas Pedagógicas?

a) são atividades teóricas e práticas inerentes às práticas educativas.

b) norteada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social.

c) representam a construção de conhecimento realizado por professores e alunos.

d) não há uma única definição pois envolve diferentes sujeitos em diferentes espaços ou contextos em múltiplas dimensões.

Questão 16: Sugere atividades em grupo com intuito de socialização de aprendizagem entre os discentes?

Sim Não

Qual tipo?

Questão 17: Sugere a realização de atividades de integração e cooperação entre docentes para assim, desenvolver uma melhor convivência entre ambos, possibilitando uma troca mútua de conhecimentos e didática para melhorar o ensino-aprendizagem?

Sim Não

Quais?

Questão 18: Para você o uso contextualizado do eixo da EA favorece realmente diversas aprendizagens de cunho significativo para o aluno?

Sim Não

Quais?

Questão 19: Existe articulação de formação do eixo da EA nos momentos de atividades extra classes (A/C), com relação à formação continuada de docentes?

Sim Não

De que forma?

Questões 20: Você enquanto gestor (a) identifica em meio às práticas pedagógicas dos docentes se existe a necessidade de que a escola desenvolva-se em meio social voltada para as questões ambientais?

Sim Não

De que forma?

Questão 21: Você enquanto gestor (a) consciente da necessidade do A/C, compartilha em meio educacional suas frustrações e sucessos mediante as inquietações que permeiam o espaço pedagógico e administrativo?

Sim Não

Como?

Questão 22: Quais desafios são enfrentados pelo gestor (a) na articulação teoria-prática no exercício da orientação da docência, com relação à formação do sujeito ético, crítico participativo e responsável pelo que faz e pelo que deixa de fazer com relação ao ambiente que vive?

- a) falta ou deficiência na formação para docência.
- b) falta ou pouco incentivo pelas instituições sociais, políticas e educacionais.
- c) falta de tempo e de condições econômicas para a dedicação necessária para formação e preparo para as práticas articuladas.
- d) resistências por parte dos docentes na busca de inovações pedagógicas.

Questão 23: A escola desenvolve seus trabalhos em uma perspectiva de combater as mazelas e os distúrbios socioambientais através de projetos pedagógicos?

Sim Não

Com qual frequência?

Questão 24: Os projetos quando desenvolvidos seguem a interação e participação de todos os docentes contemplando uma perspectiva interdisciplinar?

Sim Não

Com qual frequência?

Questão 25: Em 2017 foi desenvolvido de forma interdisciplinar algum Projeto Pedagógico que contemplasse alguma temática do campo da Educação ambiental?

Sim Não

Porque?

APÊNDICE 5 – Guia de entrevista dos professores



**Universidad Autónoma de Asunción – UAA
Centro de Educación
Mestrado em Educação**

GUIA DE ENTREVISTA – PROFESSOR

Prezado (a) Professor (a),

Este guia de entrevista é o instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: **A importância do ensino de educação ambiental como forma de transformação social no ensino fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho.**

Tendo como objetivo geral Analisar as práticas dos professores no desenvolvimento do ensino da Educação Ambiental na Escola Núcleo Dois de Julho.

NOME: _____

GESTOR : _____

DATA: ___/ ___/ 2017.

QUESTÕES E OPÇÕES DE RESPOSTA

Questionário do Professor

Questão 1: Qual a sua faixa etária?

12 – 32 anos; 32 - 52 anos; 52 - 67 anos;

Questão 2: Quanto tempo você atua na área da Educação?

01 – 05 anos; 06 - 10 anos; 11 - 20 anos; 21 - 29 anos;

Questão 3: Quanto tempo você tem de instituição?

até 01 ano; 01 - 05 anos; 06 - 10anos; 11 – 25 anos;

Questão 4: Você sabe o conceito de Educação Ambiental?

sim; Não;

Questão 5: Você sabe o que é sustentabilidade?

sim; Não;

Questão 6: Você conhece ou já ouviu falar na Lei 9.795/1999

Sim; Não;

Questão 7: Você conhece ou já ouviu falar na Lei 12.056/2011?

Sim; Não;

Questão 8: Você sabe de qual forma está contemplada a EA em nosso currículo?

Sim; Não;

Questão 9: Você reconhece a EA como um eixo complementar da educação básica?

Sim; Não;

Como?

Questão 10: O projeto Político Pedagógico da escola (PPP) contempla a EA?

Sim; Não; Não sei dizer;

Questão 11: Quanto a educação continuada, vocês professores do ensino fundamental II, recebem algum tipo de formação de natureza que venha a contemplar a EA ou qualquer outro campo do saber?

Sim; Não;

Porque?

Questão 12: Você enquanto professor (a) tem alguma limitação em desenvolver aulas de cunho ambiental voltados para o combate às mazelas sociais e ambientais locais?

Sim; Não;

Quais?

Questão 13: Você utiliza temáticas ambientais em sala de aula com o intuito de maximizar o conhecimento e desenvolver o intelecto dos discentes com relação ao uso sustentável dos recursos naturais?

Sim; Não;

De que forma?

Questão 14: São realizadas atividades em grupo com intuito de identificação das problemáticas ambientais em torno da comunidade local com qual frequência?

Sempre; Às vezes Nunca;

Questão 15: São realizadas aulas extras classes com intuito de formulação de parâmetros para debater as problemáticas socioambientais locais?

Sim; Não;

De que forma?

Questão 16: São realizadas atividades em grupo com intuito de socialização de aprendizagem entre os discentes?

() Sim; () Não;

Quais?

Questão 17: São realizadas atividades de integração e cooperação, visando uma melhor convivência ser humano versus meio ambiente no processo de ensino-aprendizagem?

() Sim; () Não;

Quais?

Questão 18: Para você o uso contextualizado do eixo da EA favorece realmente diversas aprendizagens de cunho significativo para o aluno?

() Sim; () Não;

Quais?

Questão 19: Você se articulam por meio da participação das atividades extra classes (A/C), com relação à formação do sujeito ético, crítico participativo e responsável pelo que faz e pelo que deixa de fazer com relação ao ambiente que vive?

() Sim; () Não;

De que forma?

Questões 20: Você enquanto professor identifica em meio suas práticas pedagógicas se existe a necessidade de que a escola desenvolva-se em meio social voltada para as questões ambientais?

() Sim; () Não;

De que forma?

Questão 21: Você enquanto docente consciente da necessidade de planejar e compartilhar em meio educacional suas frustrações e sucessos mediante as inquietações que permeiam o espaço pedagógico, se sente a vontade para debater acertos e erros da sua prática mesmo que elas lhe deixe constrangido ou lhe exponha?

() Sim; () Não;

Por quê?

Questão 22: Para você qual em compreensão das temáticas ambientais qual é a melhor forma pedagógica para o ensino da EA? Você utiliza tal forma? Por quê?

() Sim; () Não;

Porque?

Questão 23: Existem conflitos e resistências entre os professores de disciplinas específicas com relação ao uso de didáticas pedagógicas voltadas para as temáticas da EA na instituição?

() Sim; () Não;

Porque?

Questão 24: A escola desenvolve seus trabalhos e combate as mazelas dos distúrbios socioambientais através de projetos pedagógicos?

() Sim; () Não;

Com qual frequência?

Questão 25: Você docente quanto a sua prática é de cunho:

() Interdisciplinar; () Disciplinar;

Porquê?

Questão 26: Existe uma organização do calendário escolar em relação à apresentação de a mostra pedagógica voltada para a EA no cotidiano escolar?

() Sim; () Não;

Com qual frequência?

Questão 27: Em 2017 foi desenvolvido de forma interdisciplinar algum Projeto Político Pedagógico que contemplasse alguma temática do campo da Educação ambiental?

() Sim; () Não;

Qual?

APÊNDICE 6 – Relatório da observação estruturada



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACUTAD DE CIÊNCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE MAESTRIA EN CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN**

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO
FORMA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL II
NA ESCOLA NÚCLEO DOIS DE JULHO NO DISTRITO DE RIACHO DOS
PAES SENTO-SÉ/BA**

Elvis Castro Reis
"Elvis Castro Reis" Elvis.castroreis83@gmail.com

Asunción, Paraguay
2017

RELATÓRIO

O presente relatório apresenta as observações sistemáticas realizadas na coleta de dados para a pesquisa intitulada “*A importância do ensino de educação ambiental como forma de transformação social no ensino fundamental II na Escola Núcleo Dois de Julho*” durante os meses de outubro e novembro de 2017, cujo objetivo geral é analisar as práticas dos professores no desenvolvimento do ensino da educação ambiental da presente escola.

Logo, vale ressaltar que na observação estruturada ou sistemática, conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 193) “o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe”. Cabe ao investigador ser imparcial diante dos fatos e extrair de forma precisa o que lhe é de interesse.

Assim, a observação se concretizou seguindo um planejamento, pois a tal observação deve ser realizada em condições controladas a fim de responder aos objetivos e propósitos pré estabelecidos como salienta Kauark, Manhães e Medeiros (2010). E Lakatos e Marconi (2011, p. 78) corrobora com essa ideia quando afirma que a observação sistemática deve sim, ser realizada “em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos. Todavia, as normas não devem ser padronizadas nem rígidas demais”. Dessa forma o investigador deve ser flexível e direto direcionando o rumo da investigação de forma precisa e confiável.

Desse modo, tal observação sistemática culminou com o olhar do pesquisador mantendo sempre o foco nos objetivos específicos da pesquisa, que tem como finalidade, averiguar o grau de conhecimento do professor sobre a educação ambiental, verificar se o professor contextualiza o ensino da educação ambiental a partir da realidade do aluno, se identifica se existe integração entre os professores nos planejamentos, e se constata se a proposta política pedagógica contempla a interdisciplinaridade do ensino de educação ambiental. Conforme Ludke e André (1986) salientam que “devemos planejar a observação com antecedência, visualizando o que e, de que forma será realizado a observação, primeramente deve delimitar o objeto de estudo, o foco de observação e investigação”. Assim, para concretizar essa observação estruturada se manteve também o foco nas questões presentes nos guias de entrevistas dos docentes, gestores (administrativo e pedagógico), que versam sobre a utilização da EA na educação mas, precisamente no Ensino Fundamental II. Sendo analisadas qual a

frequência da utilização de temáticas da EA e se essas ações são norteadas por meio de projetos didáticos ou por sequências didáticas, ou por meio da transversalização dos conteúdos agregados às disciplinas conforme o currículo.

Assim, a observação se iniciou no dia 11 de Setembro de 2017 no turno vespertino, se findando no dia 11 de Novembro de 2017. Sendo realizada concomitantemente com a aplicação do guia de entrevista aos docentes, gestores (administrativos e pedagógicos). Sendo que foram entrevistados 11 docentes 03 gestores sendo 02 administrativo e 01 pedagógico.

No início foi verificado quais as ferramentas estavam disponível para os docentes com relação ao espaço, quanto aos materiais didáticos para realizarem a inserção de conteúdos da EA de forma teórica como também prática pedagógica na presente escola. Em seguida foi feito uma busca nos diários de classe de cada professor organizado por disciplina observando quanto ao uso de conteúdos voltados para a sala de aula, e quais disciplinas adotaram ou ministraram aula com respectivos temas da EA, e se foram por indicação da gestão pedagógica e administrativa ou se por meio da semana mundial do meio ambiente. Nessa visita conversei com a equipe gestora onde pude conhecer a quantidade, de materiais quanto também pude observar de forma mais precisa o espaço físico da unidade escolar para uma possível implantação no futuro de uma pequena horta escolar.

Para tanto, a escola pouco dispõe de material para desenvolver qualquer tipo de atividade para a EA, uma vez que, os dirigente da mesma não desenvolve projeto junto ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE voltado para a EA, nesse caso o PDDE Escolas Sustentável. A escola se encontra no centro da localidade prostrada em uma praça, onde a mesma não disfruta de um espaço adequado para desenvolver uma prática e tão pouco a comunidade contribui para o desenvolvimento de atividades que por ventura venham ser realizadas nos canteiros da praça, pois os níveis de depredação do patrimonio local são bem elevados.

Assim sendo, o que compete às paredes da unidade escolar que por ventura seria um espaço que poderia ser blindado a essa mazela social da comunidade local, não dispõe de um espaço adequado para o desenvolvimento de uma prática mais assídua para a EA conforme a imagen abaixo.

FIGURA 14: Único espaço possível para implantar alguma ação dentro da escola



Fonte: autor Elvis Castro Reis, 2018

No entanto, cabe salientar que a imagem a cima demonstra o único espaço que é possível desenvolver algumas práticas ambientais, tais como: horta aérea, canteiros no chão de diversas natureza como por exemplo, um pequeno orquidário, ou uma pequena farmacia medicinal com plantas da região etc.

Conforme já mencionado anteriormente foi feito uma busca nos diários de classe de cada professor organizado por disciplina e series observando quanto ao uso de conteúdos voltados para a sala de aula, e quais disciplinas adotaram ou ministraram aula com respectivos temas da EA, e se foram por indicação da gestão pedagógica e administrativa vinculada a Secretária de Educação-SEC, ou por meio da obrigatoriedade vinculada a sugestão maior como por exemplo da semana mundial do meio ambiente.

Para tanto, ficando organizado por meio de cada série e nesse caso começando pelo: (6º Ano). Em virtude dos conteúdos trabalhados na disciplina de ciências no ano percebe-se que a EA se faz presente por meio de conteúdos curriculares inerentes à disciplina, visualizando através de registros de trabalho uma contextualização da musica de Luiz Gonzaga Asa Branca e a outra introdução de conteúdos abordando a importância da água para a vida. Assim, mais adiante agora com a disciplina de Geografia mais uma vez assegurada a EA se fez presente à base de conteúdos aplicados em meio o currículo através da prática do docente responsável pela disciplina. Assim, o docente em seus registros expôs a abordar conteúdos como as águas e as paisagens, paisagens no tempo da sociedade, possibilitado um possível abordagem em comparação de antes e depois do desenvolvimento do sujeito homem sobre a natureza. Em historia é possível visualizar que a docente abordou sobre a importância que ocorrem com a

presença dos homens ao longo do tempo agregada com atividade para casa sobre o dia mundial da água. Assim, ficou explícito que as demais disciplinas da referida série acima citada não desenvolveram atividades correlatas a qualquer conteúdo da EA.

Prosseguindo então o análise à série seguinte nesse casos o (7º Ano), a professora de Ciências abordam os conteúdos voltados para a grade curricular de disciplina, mas demonstra mediante os seus registros um distanciamento com relação a EA. Embora sua parte de conteúdos citados como características gerais dos seres vivos, ao registrar seus informes pedagógicos não sinaliza uma comparação ou importância para a preservação dos recursos naturais. Em geografia a professora responsável pela tal, demonstra por meio de seus informes pedagógicos o uso de conteúdos que contempla a EA tanto diretamente quanto indiretamente, uma vez que, aborda temáticas como biomas e suas identificações ficando impossível não mediar momento reflexivos de preservação e conservação da vida no planeta. Já a professora da disciplina de artes trouxe na semana do meio ambiente textos interpretativos promovendo um momento de reflexão através de produção artísticas em âmbito de comparação ou convivência “o homem e o meio ambiente”, culminando com a apresentação das produções em sala de aula. Já a professora de Administração Rural – ADM, por meio de seus relatos assegurando a base de conteúdos da referida disciplina desenvolveu atividade de explanação de texto sobre coleta seletiva e a explanação do texto o extrativismo vegetal, uma vez que essa demanda de conteúdo está diretamente envolvida com o meio ambiente e exploração do mesmo em escala global ficando transparente uma preocupação por parte da docente intercaladas a colocação do conteúdo e a atividades proposta.

Já na série do (8º ANO), a docente de português desenvolveu por meio de produção textual poemas e confeccionação de cartazes sobre o meio ambiente, contextualizando o uso da temática EA e possibilitando uma interdisciplinaridade em meio às disciplinas específicas. A docente de ciências, assegura por meio da semana do meio ambiente atividades voltadas para o uso da temática da EA consolidando a obrigatoriedade do uso da temática. A docente de Geografia abordou por meio da semana de maio ambiente o conteúdo impactos ambientais e o desenvolvimento sustentável assegurando o uso obrigatório da temática. A docente de Artes abordou por meio da semana do meio ambientes produções através da musica planeta água atividades ilustradas, contemplando uma proposta de interdisciplinaridade trabalhando uma sequência didática proposta pela semana do meio ambiente. Em Ensino Religioso a

docente em contexto da sequência didática do meio ambiente desenvolveu trabalhos voltados para textos relacionados ao meio ambiente.

E finalizando o apanhado da pesquisa através dos diários de classe a gora o do (9º Ano), a docente de português em virtude da semana do meio ambiente, desenvolveu produções de textos voltados para a EA, outros docentes em contra partida e norteados pela semana do meio ambiente desenvolveram confeccionação de cartazes sobre a importância do ambiente em que vivemos e reciclagens, e a importância da água para a manutenção da vida no planeta. Em religião houve leitura de textos reflexivos voltados para a ecologia e na disciplina de inglês na semana do meio ambiente a docente exibiu vídeo sobre a degradação do meio ambiente promovendo após o vídeo debates calorosos sobre a quem devemos responsabilizar, E em ADM a docente a base de conteúdos assegura temáticas do eixo da EA voltadas para um estudo direto e indireto dos problemas causados pela exploração humana dos recursos naturais.

No entanto, o que foi possível visualizar foi que a análise feita buscou levantar se existiu práticas estabelecidas em sala de aula. Cabe salientar que até a devida data da pesquisa a escola que segue o regimento do Plano Municipal de Educação – PME do município de Sento Sé/Ba que é desenvolvida por meio da pedagogia de projetos até então, não havia desenvolvido nenhum projeto didático pedagógico voltado para o ano letivo de 2017 e tão pouco que contemplasse a EA. Assim, o que foi desenvolvido partiu da premissa da asseguridade da parte curricular onde envolvem conteúdos da área a fim investigada, e pela a Semana Nacional do Meio Ambiente, onde é sugerido que se contemple conteúdos e ações voltadas para temáticas ambientais em uma perspectiva de preservação do mesmo. Portanto, o dia Mundial do Meio Ambiente é comemorado em 05 de junho e é sugerido a nível nacional que se tire uma semana para confrontar as mazelas de uso ambiental. Cabe salientar que essa data foi recomendada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia.

Assim sendo, a unidade escolar pesquisada não desenvolveu nem um projeto de natureza e o que ficou perceptível foi que foram desenvolvidos conteúdos de forma desorganizada e sem um planejamento adequado que viesse promover uma maior eficácia do uso das temáticas voltadas para a EA.